

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE - UNICENTRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO (PPGADM)
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO

JOEL DA SILVA LUIZ FILHO

**OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA ÓTICA DA
ABORDAGEM DA ESTRATÉGIA COMO PRÁTICA SOCIAL: UM ESTUDO NO
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARANÁ**

GUARAPUAVA

2023

JOEL DA SILVA LUIZ FILHO

**OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA ÓTICA DA
ABORDAGEM DA ESTRATÉGIA COMO PRÁTICA SOCIAL: UM ESTUDO NO
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARANÁ**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre, no Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGADM) – Mestrado Profissional em Administração, na área de concentração Estratégia, da Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro.

Orientador: Prof. Dr. Marcos de Castro.

Coorientador: Prof. Dr. Silvio Roberto Stéfani.

GUARAPUAVA

2023

Catálogo na Publicação
Rede de Bibliotecas da Unicentro

L953o Luiz Filho, Joel da Silva
Os objetivos do desenvolvimento sustentável na ótica da abordagem da estratégia como prática social : um estudo no Corpo de Bombeiros Militar Do Paraná / Joel da Silva Luiz Filho. -- Guarapuava, 2023.
xviii, 209 f. : il. ; 28 cm

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Programa de Pós-Graduação em Administração. Área de Concentração: Estratégia, 2023.

Orientador: Marcos de Castro
Coorientador: Silvio Roberto Stéfani
Banca examinadora: Sandra Mara de Andrade, Luiz Gustavo Alves de Lara

Bibliografia

1. Sustentabilidade Organizacional. 2. Estratégia. 3. Corpo de Bombeiros.
I. Título. II. Programa de Pós-Graduação em Administração.

CDD 658

JOEL DA SILVA LUIZ FILHO

**OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA ÓTICA DA
ABORDAGEM DA ESTRATÉGIA COMO PRÁTICA SOCIAL: UM ESTUDO NO
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARANÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGADM) – Mestrado Profissional em Administração, na área de concentração Estratégia, da Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Aprovada em: 13/11/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcos de Castro (Orientador)
Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)

Prof. Dr. Silvio Roberto Stefani
Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)

Prof. Dra. Sandra Mara de Andrade
Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)

Prof. Dr. Luiz Gustavo Alves de Lara
Universidade Positivo (UP)

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho a todo bombeiro, que com comprometimento, trabalha na proteção e salvaguarda de vidas. Estes homens e mulheres que quando toca a sirene, saem a correr, vestem sua farda, sem nunca pensar nos riscos que correm para vidas salvar.

Ao Comando do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná que permitiu a realização da pesquisa, e em especial aos colegas bombeiros militares respondentes, pela disponibilidade, incentivo e contribuição durante as visitas e entrevistas.

Ao professor Marcos de Castro, meu orientador no mestrado, minha profunda gratidão pelo apoio, dedicação e disponibilidade, pelos ensinamentos teóricos e sobre a vida, e acima de tudo por acreditar e propor desafios nesta abordagem da estratégia, na qual possui um conhecimento invejável.

Ao professor Silvio Roberto Stéfani, meu coorientador no mestrado, por aceitar este convite e contribuir com o profundo conhecimento sobre desenvolvimento sustentável, enriquecendo e refinando este trabalho.

Aos professores Luiz Gustavo Alves de Lara e Sandra Mara de Andrade pelos apontamentos realizados na banca de qualificação, sendo fundamentais para o aperfeiçoamento do projeto de dissertação, estimulando meu pensamento crítico e incentivando-me a explorar novas perspectivas.

Aos professores do mestrado João Francisco Morozini, Juliane Sachser Angnes, Luciano Ferreira de Lima, Luiz Fernando Lara, Marcos Roberto Kuhl, Zoraide da Fonseca Costa, que sempre indicaram o melhor caminho, transmitindo a essência do conhecimento, permitindo meu crescimento acadêmico e profissional.

Agradeço a meus amigos de turma de mestrado, pelo companheirismo, interações e discussões durante as disciplinas, que contribuíram na realização deste trabalho. Juntos enfrentamos desafios, superamos obstáculos e celebramos conquistas.

Agradeço a meus pais, Joel e Elizabete, pelo inestimável legado de formação pessoal, religiosa, familiar e profissional que me proporcionaram, ensinando valores éticos e morais que levarei por toda minha vida.

Agradeço à minha família, pelo apoio a mim dispensado, pela paciência e encorajamento nos momentos difíceis, aos meus filhos Sophie e Lucca, inspiração dos meus dias e você Ana Von Stan pela atenção e afeto durante esta caminhada, podendo assim dedicar-me à consecução deste trabalho.

Finalmente, agradeço a Deus por ter me dado saúde, racionalidade e força suficientes para vencer mais esse desafio, permitindo um crescimento profissional e experiências que levarei para toda vida.

*“O sucesso nasce do querer, da determinação
e persistência em se chegar a um objetivo.
Mesmo não atingindo o alvo, quem busca e
vence obstáculos, no mínimo fará coisas
admiráveis”.*

(José Martiniano de Alencar)

LUIZ FILHO, J. da S. Os objetivos do desenvolvimento sustentável na ótica da abordagem da Estratégia como Prática Social – **Um estudo no Corpo de Bombeiros Militar do Paraná.** 2023. 209 páginas. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Administração da Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, 2023.

RESUMO

A interação desmedida do homem com o meio ambiente acarretou danos irreparáveis na fauna, flora e diversos ecossistemas, provocando mudanças climáticas e conseqüentemente um aumento significativo da frequência e magnitude dos eventos extremos. A industrialização do século XVIII transformou o modo de vida e organização da sociedade, propiciando crescimento, tecnologias e oportunidades nos mais variados eixos estratégicos. No entanto, provocaram diversos danos ambientais e sociais, como a emissão de gases poluentes, geração de rejeitos industriais, desempregos, precarização do trabalho, desigualdades e problemas socioespaciais, como violência, mortalidade, crimes, fome, ausência de saneamento básico, insuficiência da educação e saúde precária. A estratégia é criada, desenvolvida e executada por pessoas, sendo percebida como prática social, umnexo entre as práticas (rotinas, procedimentos), *práxis* (atividade real) e praticantes, possibilitando compreender os fenômenos e contextos sociais de uma organização. Diante disso, diversas organizações públicas e privadas se mobilizaram criando estratégias e metas para reverter estes resultados negativos, prevenindo riscos e mitigando as vulnerabilidades sociais. Neste diapasão a Organização das Nações Unidas estabeleceu uma agenda sustentável até o ano de 2030, com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável desdobrados em 169 metas. Este trabalho teve como objetivo, investigar as práticas e *práxis* sustentáveis realizadas pelo Corpo de Bombeiros Militar do Paraná, correlacionando com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, estabelecendo os atores envolvidos e aferindo o nível de sustentabilidade organizacional, com base nos pressupostos e conceitos da estratégia como prática social. Para tanto, adotou-se uma abordagem qualitativa, tendo como instrumentos de pesquisa entrevistas semiestruturadas, diário de campo, observação não participante e pesquisa documental, sendo feita a análise de conteúdo e triangulação para alcançar os objetivos. Os resultados apontaram que o Corpo de Bombeiros possui um portfólio de práticas e *práxis* voltadas à sustentabilidade, que visam à preservação do meio ambiente, da sociedade e uma governança transparente e eficiente. Os achados demonstram a formatação de uma estratégia sustentável, porém fragilizada por uma carência na difusão e nivelamento do conhecimento entre seus integrantes, não existindo metas e indicadores de avaliação. Também se evidenciou que os principais motivos para não existir um engajamento maior do Corpo de Bombeiros e seus integrantes ao tema sustentabilidade são o déficit de efetivo, o acúmulo de funções, os custos elevados para implantação e manutenção de tecnologias sustentáveis, as estruturas antigas dos quartéis, a ausência de determinações, fiscalizações e um setor específico para gerenciar o assunto. Ademais, o estudo inferiu o nível de sustentabilidade organizacional baseado por resultados, por serem cumpridas as exigências legais, existir um dever moral, com ações voluntárias, estando presentes os aspectos sociais, ambientais e de governança, mas necessitando de retornos benéficos à organização, como economia financeira, melhor reputação, visibilidade institucional, não sendo praticada a sustentabilidade em sua essência. A contribuição da dissertação é agregar informações e gerar oportunidades de melhoria ao Corpo de Bombeiros, para evoluir no tema, e promover a sustentabilidade em conceito, familiarizando, conscientizando, e incentivando os bombeiros militares, favorecendo a perpetuação de práticas e *práxis* sustentáveis.

Palavras-chave: Sustentabilidade Organizacional; Estratégia; Corpo de Bombeiros.

ABSTRACT

The excessive interaction of man with the environment has caused irreparable damage to fauna, flora and various ecosystems, causing climate change and consequently a significant increase in the frequency and magnitude of extreme events. The industrialization of the 18th century transformed the way of life and organization of society, providing growth, technologies and opportunities in the most varied strategic axes. However, they caused various environmental and social damages, such as the emission of polluting gases, generation of industrial waste, unemployment, precarious work, inequalities and socio-spatial problems, such as violence, mortality, crime, hunger, lack of basic sanitation, insufficient education and poor health. The strategy is created, developed and executed by people, being perceived as a social practice, a link between practices (routines, procedures), praxis (real activity) and practitioners, making it possible to understand the phenomena and social contexts of an organization. Given this, several public and private organizations mobilized to create strategies and goals to reverse these negative results, preventing risks and mitigating social vulnerabilities. In this vein, the United Nations has established a sustainable agenda until the year 2030, with 17 Sustainable Development Goals broken down into 169 goals. This work aimed to investigate the sustainable practices and praxis carried out by the Military Fire Department of Paraná, correlating with the Sustainable Development Objectives, establishing the actors involved and assessing the level of organizational sustainability, based on the assumptions and concepts of the strategy such as social practice. To this end, a qualitative approach was adopted, using semi-structured interviews, field diary, non-participant observation and documentary research as research instruments, with content analysis and triangulation being carried out to achieve the objectives. The results showed that the Fire Department has a portfolio of practices and praxis focused on sustainability, which aim to preserve the environment, society and transparent and efficient governance. The findings demonstrate the formation of a sustainable strategy, however weakened by a lack of dissemination and leveling of knowledge among its members, with no goals and evaluation indicators. It was also evident that the main reasons for not having greater commitment from the Fire Department and its members to the issue of sustainability are the deficit in personnel, the accumulation of functions, the high costs for implementing and maintaining sustainable technologies, the old structures of the fire stations, the absence of determinations, inspections and a specific sector to manage the matter. Furthermore, the study inferred the level of organizational sustainability based on results, as legal requirements are met, there is a moral duty, with voluntary actions, social, environmental and governance aspects are present, but requiring beneficial returns to the organization, such as financial savings, better reputation, institutional visibility, without sustainability being practiced in its essence. The contribution of the dissertation is to add information and generate opportunities for improvement to the Fire Department, to evolve on the topic, and promote sustainability in concept, familiarizing, raising awareness, and encouraging military firefighters, favoring the perpetuation of sustainable practices and praxis.

Keywords: Organizational Sustainability; Strategy; Fire Department.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Levantamento bibliográfico	26
Quadro 02: Principais abordagens, autores e conceitos	27
Quadro 03: As quatro perspectivas sobre estratégia.....	30
Quadro 04: Acontecimentos históricos relevantes para o desenvolvimento sustentável	35
Quadro 05: Dez princípios do pacto global	40
Quadro 06: Objetivos de desenvolvimento sustentável	41
Quadro 07: Categoria de Análise Sustentabilidade	63
Quadro 08: Categoria de Análise Estratégia como Prática Social	64
Quadro 09: Categoria de Análise Níveis de Sustentabilidade.....	65
Quadro 10: Ações sustentáveis realizadas no CBMPR.....	68
Quadro 11: Perfil dos entrevistados	69
Quadro 12: Dados das entrevistas	71
Quadro 13: Síntese da metodologia de pesquisa	74
Quadro 14: Missão, Visão, valores CBMPR.....	77
Quadro 15: Missão, Visão, valores PMPR.....	77
Quadro 16: Dados e perfis do CBMPR e dos Comandos Regionais.....	79
Quadro 17: Dados e perfis das unidades do 1º CRBM	80
Quadro 18: Dados e perfis das unidades do 2º CRBM	81
Quadro 19: Dados e perfis das unidades do 3º CRBM	81

Quadro 20: Estrutura CEDEC	84
Quadro 21: Práticas e Práxis sustentáveis executadas no CCB e CRBMs	85
Quadro 22: Práticas e Práxis sustentáveis executadas nas unidades do 1º CRBM.....	86
Quadro 23: Práticas e Práxis sustentáveis executadas nas unidades do 2º CRBM.....	88
Quadro 24: Práticas e Práxis sustentáveis executadas nas unidades do 3º CRBM.....	90
Quadro 25: Balanço do Relatório Luz 2023 sobre os ODS.....	153
Quadro 26: Síntese dos resultados categoria de Análise Sustentabilidade.....	170
Quadro 27: Síntese dos resultados categoria de Análise Estratégia como Prática Social	172
Quadro 28: Síntese dos resultados categoria de Análise Níveis de Sustentabilidade	173

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Uma estrutura conceitual para estudar a estratégia como prática	32
Figura 02: 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	40
Figura 03: Elementos da Sustentabilidade Organizacional	54
Figura 04: Elementos ESG	55
Figura 05: Níveis de ambição de sustentabilidade	57
Figura 06: Modelo Teórico institucionalização e nível de sustentabilidade organizacional	62
Figura 07: Articulação do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná.....	78
Figura 08: Mapa do Brasil com localização do estado do Paraná e 19 municípios	78

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APP	- Área de Preservação Permanente
BC	- Brigada Comunitária
CAPES	- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBMPR	- Corpo de Bombeiros Militar do Paraná
CCB	- Comando do Corpo de Bombeiros
CEDEC	- Coordenadoria Estadual de Defesa Civil
CEFID	- Centro de Educação Física e Desportos
CORPDEC	- Coordenadoria Regional de Defesa Civil
COVID	- <i>Coronavirus Disease</i>
CRBM	- Comando Regional de Bombeiros Militares
DDC	- Divisão de Defesa Civil
EAD	- Ensino à distância
ESG	- <i>Environmental, social and governance</i>
ESPII	- Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional
FUNREBOM	- Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros
GB	- Grupamento de Bombeiros
IAT	- Instituto Água e Terra
IPEA	- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
NBR	- Norma Brasileira
NICS	- Núcleo de Integridade e Compliance Setorial
OBM	- Organização Bombeiro Militar
ODM	- Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	- Organização das Nações Unidas
PAM	- Plano de Auxílio Mútuo
PMPR	- Polícia Militar do Paraná
PNPDEC	- Política Nacional de Proteção e Defesa Civil
PPGADM	- Programa de Pós-Graduação em Administração
PNSPDS	- Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social
PNUD	- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PREVINA	- Programa de Prevenção de Incêndios na natureza
RL	- Reservas Legais

SB	- Seção de Bombeiros
SESP	- Secretária Estadual de Segurança Pública
SGB	- Subgrupamento de Bombeiros
SGBI	- Subgrupamento Independente de Bombeiros
SIGO	- Sistema Integrado para Gestão de Ouvidorias
SINPDEC	- Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil
SISDC	- Sistema de Defesa Civil
SO	- Sustentabilidade Organizacional
SUSP	- Sistema Único de Segurança Pública
SYSBM	- Sistema Bombeiro Militar
TBL	- <i>Triple Botton Line</i>
TCLE	- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNICENTRO	- Universidade Estadual do Centro-Oeste
UP	- Universidade Positivo

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	v
RESUMO.....	viii
ABSTRACT.....	ix
LISTA DE QUADROS.....	x
LISTA DE FIGURAS.....	xii
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	xiii
1. INTRODUÇÃO	19
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	21
1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA	21
1.2.1 Objetivo geral.....	22
1.2.2 Objetivos específicos.....	22
1.3 JUSTIFICATIVA.....	22
1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	23
2. REFERENCIAL TEÓRICO	25
2.1 ABORDAGEM DA ESTRATÉGIA COMO PRÁTICA SOCIAL	28
2.1.1 Conceitos e contextualização	28
2.2 SUSTENTABILIDADE.....	34
2.2.1 Contexto e conceitos da sustentabilidade	34
2.2.2 Dimensões da Sustentabilidade	49
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	59

3.1 DELINEAMENTO E DELIMITAÇÃO DO ESTUDO.....	59
3.2 CATEGORIAS DE ANÁLISE E MODELO TEÓRICO	61
3.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS E ANÁLISE DE PESQUISA	66
3.3.1 Perfil dos entrevistados	69
3.3.2 Coleta de dados, entrevistas e análise de conteúdo.....	71
3.4 SÍNTESE DA METODOLOGIA.....	73
4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS	75
4.1 CARACTERIZAÇÃO DO CBMPR	75
4.2 DIAGNÓSTICO DE ATUAÇÃO DO CBMPR	79
4.3 PRÁTICAS E PRÁXIS SUSTENTÁVEIS NO CBMPR	82
4.3.1 Um Parêntese para apresentar a Defesa Civil	82
4.3.2 Observações e evidências de campo	84
4.3.3 Práticas e práxis ODS 1 – Erradicação da pobreza.....	95
4.3.4 Práticas e práxis ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável	97
4.3.5 Práticas e práxis ODS 3 – Saúde e Bem-estar	100
4.3.6 Práticas e práxis ODS 4 – Educação de Qualidade	112
4.3.7 Práticas e práxis ODS 5 – Igualdade de Gênero	118
4.3.8 Práticas e práxis ODS 6 – Água Potável e Saneamento	121
4.3.9 Práticas e práxis ODS 7 – Energia Limpa e Acessível	124

4.3.10 Práticas e práxis ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico	126
4.3.11 Práticas e práxis ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura	128
4.3.12 Práticas e práxis ODS 10 – Redução das Desigualdades.....	132
4.3.13 Práticas e práxis ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis	133
4.3.14 Práticas e práxis ODS 12 – Consumo e produção responsáveis.....	136
4.3.15 Práticas e práxis ODS 13 – Ação contra a mudança global do clima	140
4.3.16 Práticas e práxis ODS 14 – Vida na Água	142
4.3.17 Práticas e práxis ODS 15 – Vida Terrestre	143
4.3.18 Práticas e práxis ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições eficazes	147
4.3.19 Práticas e práxis ODS 17 – Parcerias e meios de implementação	151
4.4 O CBMPR E A SUSTENTABILIDADE COMO ESTRATÉGIA	153
4.5 O CBMPR E OS NÍVEIS DE SUSTENTABILIDADE	166
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	174
REFERÊNCIAS.....	180
APÊNDICE A – APRESENTAÇÃO DA PESQUISA.....	194
APÊNDICE B – DIÁRIO DE CAMPO.....	195
APÊNDICE C – ROTEIRO DA ENTREVISTA.....	196
APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	199
APÊNDICE E – OBSERVAÇÃO NÃO PARTICIPANTE.....	200

APÊNDICE F – AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA NO CBMPR.....201

APÊNDICE G – RESUMO EXECUTIVO.....202

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento sustentável é um assunto muito discutido nos dias atuais, estando em voga à temática sustentabilidade nos círculos acadêmicos, empresariais e políticos. A multiplicação de indústrias, o crescimento desenfreado de cidades e o consumismo exagerado do último século, fizeram surgir diversos problemas ambientais e sociais, tornando-se mais rigorosos os critérios e parâmetros de preservação e sustentabilidade estabelecidos pela sociedade (Costa *et al.*, 2016).

Em 1999 no Fórum Econômico Mundial foi idealizado o Pacto Global que abordou assuntos como fome, segurança, educação, pobreza, violência, preservação ambiental, gestão sustentável da água e igualdade de gênero. O principal objetivo era que as empresas alinhassem suas estratégias e operações a dez princípios universais.

Já em 2000, na cidade de Nova York – EUA foi aprovada a Declaração do Milênio, base dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), sendo estipuladas 23 metas e 60 indicadores (Mibielli e Barcellos, 2014).

Desta maneira, no ano de 2015, a Organização das Nações Unidas deliberou uma nova agenda de desenvolvimento sustentável, denominada Agenda 2030, propondo aos países membros 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) desdobrados em 169 metas, mesclados e equilibrados nas dimensões econômica, social e ambiental (Pacto Global, 2022a).

No Brasil 167 metas foram consideradas pertinentes, sendo 128 destas alteradas, buscando maior clareza, mais precisão ou adequá-las ao contexto do país. Ainda foram criadas 8 novas metas, totalizando 175 metas nacionais (Silva, 2018).

Paralelamente Costa *et al.* (2016) afirmam que é fundamental a atuação integrada entre empresas, governo e sociedade civil organizada, buscando satisfazer as necessidades individuais sem comprometer o futuro da população e do meio ambiente. Neste diapasão a administração pública possui grande responsabilidade e precisa adotar uma postura sustentável e eficiente, tornando-se um exemplo, aperfeiçoando seus recursos e prestando um serviço de qualidade à sociedade.

Neste contexto Bebbington (1994) discorre que nas últimas décadas o conceito de sustentabilidade promoveu modificações nas organizações, complementando suas estratégias, alterando formas de gestão, procedimentos, práticas, relacionamentos, adequando todos os níveis da organização: estrutural, relacional e operacional.

Estas transformações também são foco para os estudos em estratégia e dependem de uma análise da prática, ou seja, que a estratégia não é unicamente um atributo da organização, mas que constitui uma atividade realizada por pessoas, uma prática social (Whittington, 2004). A partir desse ponto de vista, Jarzabkowski e Spee (2009) descrevem a estratégia como um fazer estratégico: o que, como, quem, quais as implicações, o que se utiliza. Isto demonstra que a estratégia como prática social humaniza o gerenciamento, evidenciando a figura do indivíduo, necessitando de mudanças nas rotinas e atividades, em vez de processos abstratos.

Acrescem Galleli e Hourneaux (2021) que apesar de estratégias voltadas ao desenvolvimento sustentável estarem elencadas nas políticas públicas, as ações governamentais, organizacionais e da sociedade são fundamentais para atingir os objetivos sustentáveis.

Além disso, discorre Gasparini (2008) sobre o “dever de boa administração”, pelo qual a administração pública direta e indireta devem executar suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, atingindo assim o princípio da eficiência.

Por este prisma o artigo 37 da Magna Carta (Brasil, 1988) prevê alguns princípios que devem ser orientadores e obedecidos pela administração pública, sendo conhecido pelo acrônimo LIMPE: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência. Esta previsão legal visa o cumprimento da lei de forma igualitária, baseado em princípios éticos e morais aceitos pela sociedade, com a devida prestação de contas e transparência, para assim atingir uma boa gestão dos recursos e serviços públicos.

O Corpo de Bombeiros Militar do Paraná (CBMMPR), como instituição afetada pelos princípios da gestão pública, tem como missão constitucional a prevenção e combate a incêndios, defesa civil, buscas, salvamentos e socorros públicos. Para tal exerce atividades com a finalidade de preservar à vida, patrimônios e manter a ordem e salubridade pública (Paraná, 1989).

Diante disso a corporação definiu em seu Plano Estratégico tornar-se uma instituição de excelência, com uma gestão sustentável, eficiente, moderna e dinâmica. Pelo fato de resguardar Vidas, bem jurídico mais importante do ordenamento brasileiro, todas as ações devem ser executadas de forma célere, eficiente e técnica, sem desprezar a sustentabilidade organizacional (Paraná, 2017a).

Adicionalmente, a visão e/ou missão definida por uma instituição sustentável deve ter resultados sociais, ambientais e econômicos, de forma que a sustentabilidade tenha papel determinante nas tomadas de decisões. Para os autores neste campo organizacional

é imperioso o equilíbrio entre o que é socialmente proposto, economicamente viável e ecologicamente necessário (Munck *et al.*, 2013).

Pelo exposto, e com o aumento das exigências por parte da sociedade, o CBMPR é desafiado a tornar-se uma instituição mais sustentável, sendo que estratégias e práticas devem ser implantadas a fim de diminuir, os impactos ambientais, aumentar a valorização do ser humano e adequar os aspectos econômicos, contribuindo assim para um ambiente mais saudável para as gerações futuras.

Diante dessas breves considerações, o propósito deste estudo se direciona a investigar as práticas e práxis sustentáveis, os atores envolvidos e o nível de sustentabilidade do CBMPR. Assim, admite-se como fundamental que a sustentabilidade e a estratégia sejam analisadas considerando o contexto social do CBMPR, as práticas estabelecidas, os atores envolvidos e as práxis executadas, buscando uma análise ampla e micro de todo o ambiente.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Nesse contexto mundial em que se destaca a sustentabilidade organizacional, no qual foram elevadas as exigências sociais, ambientais e econômicas, dando ênfase à responsabilidade perante as gerações futuras, torna-se relevante investigar a sustentabilidade no CBMPR.

Para tanto identificar as práticas sustentáveis implantadas na Corporação, verificar os arranjos institucionais específicos, as práxis e atores envolvidos no tema, possibilitou definir em qual nível de sustentabilidade organizacional se encontra, bem como mensurar os ODS que estão sendo executados na organização.

Logo, o problema que motivou a elaboração do presente trabalho: **Quais são as práticas e práxis sustentáveis, os atores envolvidos e o nível de sustentabilidade do CBMPR, visando contribuir com o meio ambiente e com a sociedade, sob a ótica dos ODS propostos pela Agenda 2030 da ONU?**

1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

Os objetivos permitem delinear um tema e são norteadores de uma pesquisa. Diante do cenário atual, dos aspectos teóricos evidenciados foi traçado um objetivo geral a ser alcançado com a realização de objetivos específicos.

1.2.1 Objetivo geral

Com o escopo de expandir o campo de estudos sobre desenvolvimento sustentável, esta pesquisa tem como objetivo geral identificar as práticas e práxis sustentáveis do CBMPR, a lume dos ODS propostos pela ONU, estabelecendo os atores envolvidos e o nível de sustentabilidade organizacional.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Caracterizar as unidades do CBMPR foco da pesquisa;
- b) Identificar em quais temas abordados pelos 17 ODS o CBMPR está contribuindo;
- c) Compreender as práticas e práxis sustentáveis do CBMPR, focando nos atores sociais, nos seus relacionamentos e nos contextos que estão inseridos;
- d) Definir o nível de sustentabilidade organizacional no CBMPR.

1.3 JUSTIFICATIVA

O CBMPR foco deste estudo foi selecionado pelo papel fundamental que exerce na sociedade e sua credibilidade com as pessoas. Com esta pesquisa a instituição poderá conhecer as estratégias, práticas e práxis sustentáveis aplicadas na instituição, aferindo o nível de sustentabilidade organizacional com base nos 17 ODS da Agenda 2030.

Em pesquisa divulgada pelo IPEC (2023) no mês de julho de 2023, o Corpo de Bombeiros foi apontado como a instituição com maior Índice de Confiança Social (ICS) do Brasil, obtendo 87 pontos em uma escala de 0 a 100 pontos. Para a realização desta pesquisa foram entrevistados dois mil brasileiros, com aplicação de questionários estruturados, em 127 municípios do país, no período de 1 a 5 de julho de 2023. A população da região Sul aparece como a que mais confia na instituição com 91 pontos, e desde seu surgimento em 2009, o ranking é liderado pelo Corpo de Bombeiros.

Outro fator motivacional para esta pesquisa se assentou na profissão deste pesquisador, sendo atualmente Capitão do Corpo de Bombeiros, Comandante do 2º SGB/12ºGB, com sede no município de Laranjeiras do Sul-PR. A inspiração para tratar deste tema no CBMPR retrata o sentimento e desejo de crescimento, avanço e um desenvolvimento adequado à Corporação.

Insta salientar que esta proposta de dissertação está alinhada com a proposta e linha de pesquisa de Estratégia do PPGADM-UNICENTRO, buscando revelar as práticas e práxis sustentáveis no CBMPR, evidenciando ainda a contribuição perante a sociedade e o meio-ambiente.

Esta pesquisa oportuniza as seguintes contribuições teóricas e práticas:

- a) A possibilidade de investigar ações organizacionais relacionadas ao desenvolvimento sustentável, em um contexto inédito, não explorado e contemporâneo. Existe uma lacuna teórica em razão da exiguidade de estudos acadêmicos que se destinem a produzir conhecimentos necessários ao Corpo de Bombeiros, em especial que abordem estratégias, práticas e práxis de gestão nas dimensões da sustentabilidade.
- b) Ampliar a aplicabilidade da Abordagem da Estratégia como Prática Social e Teorias relacionadas à sustentabilidade no campo do conhecimento;
- c) Na perspectiva prática, insta ressaltar o aumento no rigor das legislações ambiental e social, bem como os reflexos econômicos decorrentes de eventos naturais e doenças, como a forte estiagem que assolou o Estado do Paraná em 2021 e a pandemia mundial de COVID-19, impondo aos órgãos públicos e privados preocupações de ordem legal e operacional.
- d) Os resultados deste estudo reforçarão a necessidade de aumentar o engajamento das organizações públicas com o desenvolvimento sustentável, demonstrando a necessidade de melhor conhecer seus processos administrativos e procedimentos operacionais, e adequar suas estratégias, políticas e práticas voltadas ao desenvolvimento sustentável.
- e) Elucidar o que foi feito pelo CBMPR até o momento e fornecer *insights* sobre ações, estratégias e práticas que poderão ser replicadas ou corrigidas no futuro. Entende-se que é função dos pesquisadores acadêmicos desenvolver conhecimento científico que possa solucionar problemas sociais.

1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A pesquisa desenvolverá a temática sustentabilidade no CBMPR de forma lógica e sequencial, sendo estruturada em cinco capítulos para maior clareza e compreensão dos leitores.

O primeiro capítulo é dedicado à introdução, contextualizando o assunto, seguido do problema de pesquisa, da apresentação dos objetivos e das justificativas que levaram à escolha do tema.

O capítulo 2 é destinado à fundamentação teórica, que alicerça todo o estudo, sendo abordados na literatura os principais conceitos relacionados ao tema proposto: sustentabilidade, ODS e estratégia como prática social, bem como dados, informações e conceitos que se relacionam indiretamente ao tema e que necessitaram ser considerados e compreendidos para o desenvolvimento desta investigação.

O terceiro capítulo descreve os aspectos metodológicos que delimitam e delimitam a pesquisa. São apresentados o modelo teórico, a perspectiva epistemológica, abordagem, o método de trabalho e os instrumentos metodológicos que foram utilizados na coleta de dados. Ainda são apresentadas a população e a unidade de análise que foi pesquisada, as técnicas de análise dos dados.

O capítulo 4 apresenta os dados obtidos por entrevistas, conduzidas junto às unidades do CBMPR. Na sequência, são apresentados os resultados da análise de conteúdo e triangulação dos dados, demonstrando a conexão com as teorias estudadas, o que propiciará uma visão completa do fenômeno.

O quinto capítulo é destinado às considerações finais com apresentação das conclusões atinentes aos objetivos da pesquisa, as limitações do estudo, bem como sugestões de continuidade do estudo, possibilitando que pesquisas futuras preencham eventuais lacunas teóricas e práticas que não foram preenchidas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico deste trabalho foi estruturado na combinação de conceitos relativos à abordagem da Estratégia como Prática Social, Sustentabilidade Organizacional e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Para subsidiar a pesquisa e identificar o nível de desenvolvimento do tema e produção científica, foi realizado levantamento bibliográfico na base de dados do Portal de Periódicos CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), que conta com 455 bases de dados sendo um dos maiores acervos virtuais do Brasil, com conteúdos nacional e internacional.

A coleta de dados na plataforma ocorreu no mês de dezembro de 2022, tendo como lapso temporal os últimos 120 meses, para as publicações de artigos, dissertações e teses relacionadas ao tema em foco, revisados por pares, sendo utilizadas palavras-chaves com os termos “*organization sustainability*”, “sustentabilidade organizacional”, “*objectives of sustainable development*”, “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”, “*Fire Department*”, “Corpo de Bombeiros”, “*strategy as practice*”, “estratégia como prática”.

A combinação dos termos resultou em 2 trabalhos referentes aos termos “Sustentabilidade/Corpo de Bombeiros”, 34 trabalhos “Sustainability/Fire Department”, 76 trabalhos “Sustentabilidade/Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”, 148 trabalhos “Sustainability/*Objectives of sustainable development*”, 8 trabalhos da combinação “Sustentabilidade/Estratégia como Prática, 26 trabalhos “Sustainability/*Strategy as practice*”, nenhum trabalho “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável/Corpo de Bombeiros”, nenhum trabalho “*Objectives of sustainable development*/Fire Department”, nenhum trabalho “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável/Estratégia como Prática Social”, nenhum trabalho “*Objectives of sustainable development*/*Strategy as practice*” em diversas áreas do conhecimento.

Esta correlação dos termos permitiu verificar que são poucos os trabalhos envolvendo o Corpo de Bombeiros e o tema sustentabilidade, 2 nacionais e 34 internacionais, não relacionando com os ODS, sendo possível afirmar que existe uma lacuna teórica relativa ao tema, e que este trabalho contribuirá com a construção de um referencial teórico consolidado para área acadêmica, bem como possui uma relevância prática para sociedade.

Quadro 01: Levantamento bibliográfico

Periódicos CAPES	Termos	Quantidade
Português	Sustentabilidade (+) Estratégia como Prática	8
	Sustentabilidade (+) Corpo de Bombeiros	2
	Estratégia como Prática (+) Corpo de Bombeiros	0
	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (+) Sustentabilidade	76
	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (+) Corpo de Bombeiros	0
	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (+) Estratégia como Prática	0
Inglês	<i>Sustainability (+) Strategy as practice</i>	26
	<i>Sustainability (+) Fire Department</i>	34
	<i>Strategy as practice (+) Fire Department</i>	0
	<i>Objectives of sustainable development (+) Sustainability</i>	148
	<i>Objectives of sustainable development (+) Fire Department</i>	0
	<i>Objectives of sustainable development (+) Strategy as practice</i>	0

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nesse contexto, acredita-se que este estudo possa contribuir para a lacuna suscitada, contudo, faz-se necessário uma base teórica adequada, fundamentada nos principais conceitos e abordagens.

Desta forma, foi adotado como base teórica e analítica os temas que tratam sobre a sustentabilidade organizacional, tendo como principais pensadores Van Marrewijk e Werre (2003), Sachs (2004) (2007) (2021), Van Marrewijk (2010), Elkington (2011), Munck *et al.* (2013), Blowfield (2013), Galleli *et al.* (2013), Munck (2014), Gonçalves *et al.* (2017), Hourneaux (2021) e De Moura *et al.* (2022) e ainda a Estratégia Como Prática Social tratada por Barney (1996), Whittington (1996) (2006), Carter *et al.* (2008), Jarzabkowski e Spee (2009), Mozzato *et al.* (2022) e Rocha *et al.* (2022), os quais são expostos no Quadro 02 com as principais abordagens e conceitos:

Quadro 02: Principais abordagens, autores e conceitos

Abordagem	Autores	Conceitos
Estratégia como prática social	Barney (1996) Whittington (1996) (2006) Carter <i>et al.</i> (2008) Jarzabkowski e Spee (2009) Mozzato <i>et al.</i> (2022) Rocha <i>et al.</i> (2022)	Estratégia como Prática Social: a estratégia é apreendida como produto da ação coletiva logo, uma prática social. Considera que as estratégias e táticas organizacionais são combinações imbricadas de outras práticas provenientes das maneiras de pensar, sentir e de agir multidimensionais, de todos os atores sociais.
Níveis de Sustentabilidade	Van Marrewijk e Werre (2003) Van Marrewijk (2010) Gonçalves <i>et al.</i> (2017) De Moura <i>et al.</i> (2022)	Níveis de Sustentabilidade: cada organização está em um patamar de sustentabilidade, de acordo com seus objetivos, estratégias e intenções, conforme o nível de ambição para se alcançar à sustentabilidade.
Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade organizacional	Sachs (2004) (2021) Elkington (2011) Blowfield (2013) Munck <i>et al.</i> (2013) Munck (2014) Galleli <i>et al.</i> (2021) Hourneaux (2021)	Sustentabilidade é o princípio que assegura que nossas ações de hoje não limitarão a gama de opções econômicas, sociais e ambientais disponíveis para as futuras gerações (Elkington, 2011) Desenvolvimento sustentável pode ser analisado em cinco dimensões: a sustentabilidade social, econômica, ecológica, espacial e cultural (Sachs, 2004) Sustentabilidade organizacional tem o papel de incentivar as corporações a contribuir com o DS (Munck <i>et al.</i> , 2013). Organização sustentável exprime o seu propósito, visão e/ou missão em termos de resultados sociais, ambientais e econômicos fazendo com que os conceitos de sustentabilidade desempenhem um papel incondicional na tomada de decisão organizacional (Munck, 2014)

Fonte: Elaborado pelo autor.

Estas abordagens e conceitos foram utilizados no desenvolvimento do referencial teórico, o qual se inicia a seguir com o tópico Abordagem da Estratégia como Prática Social.

2.1 ABORDAGEM DA ESTRATÉGIA COMO PRÁTICA SOCIAL

2.1.1 Conceitos e contextualização

A palavra Estratégia traz consigo um enorme arcabouço de significados, existindo diversas teorias e modelos na literatura. A complexidade na definição ocorre pela multiplicidade de aspectos envolvidos, seja no campo teórico ou prático (Bulgacov *et al.*, 2007).

Apesar de existirem diversos conceitos de estratégia, cada um deles possui um papel fundamental para entender a definição, não sendo contraditórios. Barney (1996) afirma que o tema é multifacetado, e cada conceito reflete uma faceta, e que desta forma se tornam complementares.

Os conceitos de Estratégia dependem do momento histórico, da sociedade, dos valores e diversos outros critérios que o elaborador está inserido. A evolução histórica do campo da estratégia remonta as antigas guerras, com obras como *A arte da Guerra de Sun Tzu*, no século XIX com pensamentos de Maquiavel até a inserção do conceito de estratégia no ambiente dos negócios no século XX (Bulgacov *et al.*, 2007).

Desta forma o campo de estudos da estratégia organizacional dedica-se ao estudo dos processos que levam à mudança organizacional e à sustentabilidade organizacional em longo prazo, considerando suas origens, elementos constitutivos e implicações teóricas e práticas (Barney, 1996).

As teorias sobre estratégia nas organizações buscam explicações em duas bases empíricas segundo Bulgacov *et al.* (2007): a fase de planejamento que antecede as mudanças e o acompanhamento do próprio processo que gera as mudanças. Todas estas teorias têm como escopo entender a origem da Estratégia, se esta foi determinante para o sucesso/fracasso da organização ou se a estratégia foi concebida da experiência positiva/negativa estudada.

No último século o tema foi desenvolvido com base em dois focos, acadêmico e gerencial profissional. Nos anos 1960 os estudos buscaram analisar as forças e fraquezas das empresas. As décadas de 1970 e 1980 focou no relacionamento da empresa com o ambiente que está inserida. Nos anos 1990 ocorre uma valorização do conhecimento, considerado o ponto central da estratégia organizacional.

O estudioso Whittington (2002) apresenta quatro abordagens sobre estratégia, baseado em uma visão racional (Clássica), fatalista (Evolucionista), pragmática

(Processual) e relativista (Sistêmica). Para ele a abordagem Clássica adota métodos de planejamento e organização racional buscando a maximização dos lucros. Nesta linha, com o planejamento é possível se adaptar e se antecipar as mudanças de mercado. Essa abordagem é baseada na razão, que separa o pensamento da ação, e que estabelece uma visão estática da realidade (Clegg *et. al*, 2004).

A segunda abordagem da estratégia tem uma perspectiva evolucionista, pela qual o mercado seleciona as empresas independentemente das estratégias adotadas. Por essa abordagem os mais adaptados ao ambiente e mais fortes sobreviverão enquanto aqueles que não conseguirem acompanhar o mercado e suas inovações tendem a sucumbirem (Whittington, 2002).

Whittington (2002) afirma que os teóricos evolucionistas traçam um paralelo entre a concorrência econômica e a lei natural da selva, pela qual as empresas são como as espécies da evolução biológica. Portanto, neste prisma é o mercado que seleciona as empresas e não os gerentes ao definirem estratégias e planos de negócio. Por esta abordagem o ambiente é considerado imprevisível e implacável, não sendo possível realizar previsões eficazes.

A terceira abordagem de Whittington (2002), denominada processual, expressa que não existe um planejamento perfeito, seja pelas pessoas possuírem interesses diversos ou por não ser possível construir uma teoria perfeita, que abarque todas as possibilidades. Nesta linha de pensamento, tanto as organizações quanto os mercados são desordenados, gerando falhas e lacunas, e possibilitando que os gestores adotem posturas, técnicas e táticas visando o melhoramento da organização e um posicionamento no mercado. Pettigrew (1977) afirma que a formulação da estratégia pode ser compreendida também como decisão política, com o objetivo de debater e escolher alternativas para os dilemas organizacionais.

A última abordagem é a sistêmica que vislumbra o ambiente como peça fundamental no desenvolvimento da estratégia. Para Whittington (2002) o comportamento econômico das pessoas está inserido em uma rede de relações sociais, e fatores como formação educacional e profissional, família, estado, religião, origem étnica, valores podem influenciar na tomada de decisões. Para o autor os atores sociais não são indivíduos imparciais, calculistas, mas pessoas enraizadas em sistemas sociais.

Quadro 03: As quatro perspectivas sobre estratégia

	Clássica	Processual	Evolucionária	Sistêmica
Estratégia	Formal	Elaborada	Eficiente	Inserida
Justificativa	Maximização do lucro	Vaga	Sobrevivência	Local
Foco	Interna (planos)	Interna (políticas)	Externa (mercados)	Externa (sociedades)
Processos	Analítica	Negociação	Darwiana	Social
Influências chave	Economia Militarismo	Psicologia	Economia Biologia	Sociologia
Autores chave	Chandler Porter	Mintzberger Pettigrew	Freeman Williamson	Granovetter Whitley
Surgimento	Anos 1960	Anos 1970	Anos 1980	Anos 1990

Fonte: Whittington (2006)

De forma resumida os autores clássicos têm a estratégia como um processo racional de planejamento em longo prazo. Os evolucionistas consideram o futuro algo volátil e imprevisível para ser planejado, devendo maximizar o pensamento no presente. Os processualistas que a estratégia é um processo prático, empírico de aprendizagem e adaptação. Por fim os sistêmicos são relativistas e afirmam que as estratégias desenvolvidas dependem do contexto social que está inserida (Whittington, 2002).

A Estratégia como Prática Social emergiu com a intensificação do diálogo entre os pesquisadores da área de estratégia e os teóricos da prática social, criando uma nova concepção denominada “virada prática”, sendo a estratégia entendida como uma ação coletiva (Whittington, 2006).

A perspectiva prática nos estudos de estratégia pode ser compreendida como um movimento de transformação na forma de analisar a estratégia, assumindo-a como uma prática social (Garcia e Montenegro, 2019; Rocha *et al.*, 2022).

A estratégia é criada, desenvolvida e executada por pessoas, logo o comportamento humano é essencial para entender uma organização, e por esse prisma a estratégia é percebida como prática social (Whittington, 2006).

Para Carter *et al.* (2008) a abordagem prática descreve a estratégia como uma atividade: sendo que a 'estratégia' não é apenas um atributo das empresas, mas também uma atividade desenvolvida por pessoas, ou seja, estratégia é algo que as pessoas fazem. Complementa Rocha *et al.* (2022) que é fundamental compreender como os atores

“fazem estratégia”, não satisfazendo apenas análises da direção estratégica. É salutar entender como a estratégia é construída pelas ações, interações e negociações dos atores envolvidos.

Complementa Whittington (2006) que o foco desta abordagem é como os praticantes de estratégia realmente agem ou interagem. Do ponto de vista da estratégia como prática, a questão chave é quais são os requisitos para ser um praticante de uma estratégia eficaz. Mozzato *et al.* (2022) entendem que os atores organizacionais se associam e desassociam em diferentes arranjos, por isso as interações, as microatividades são fundamentais para decifrar a realidade e entender a estratégia.

Neste viés Whittington (2002) reflete e questiona de seis formas diferentes a pesquisa sobre a estratégia e organização voltadas para prática social. As indagações são como/onde a estratégia e a organização do trabalho são realmente realizadas? Quem faz o trabalho formal de estratégia e organização? Quais são as habilidades necessárias para criar estratégias e organizar o trabalho? Quais são as ferramentas e técnicas comuns de estratégia e organização e como eles são usados na prática? Como se organiza o trabalho de fazer estratégia e organizar? E por fim, como os produtos da estratégia e da organização são comunicados e consumidos?

Mozzato *et al.* (2022) discorrem nesse caminho, afirmando que a abordagem como prática social tem potencial para quebrar fronteiras pragmáticas, revelando os criadores de estratégias, como fazem e suas consequências.

Contribuindo Johnson *et al.* (2003) apresenta uma abordagem de estratégia baseada em atividades que enfocam processos e práticas detalhadas, cotidianas da vida organizacional, em uma perspectiva micro dos fenômenos que se relacionam com resultados estratégicos.

Em atenção ao tema Carter *et al.* (2008) entendem que em vez de reproduzir a tradicional noção de que a estratégia se refere às equipes de alta administração, é necessária uma abordagem prática, mais ampla e inclusiva sobre estratégia. Para tanto propõem pensar em estratégia do ponto de vista da sociedade civil, das organizações, dos consumidores, dos sindicatos.

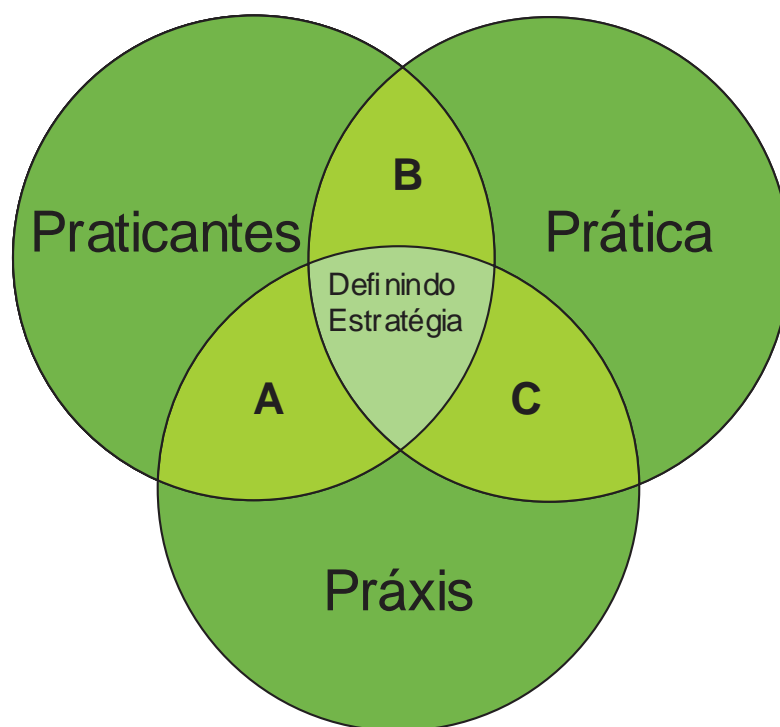
Com o intuito de simplificar o entendimento do assunto Whittington (2006) apresenta três conceitos de estratégia, práxis, práticas e praticantes, sendo que a palavra grega ‘práxis’ remete à atividade real, o que realmente é praticada, enquanto a ‘prática’ define as rotinas compartilhadas de comportamento e procedimentos no sentido mais

amplo. Já os ‘praticantes’ são os atores sociais, que realizam a atividade e práticas, estando interligados mutuamente.

Jarzabkowski e Spee (2009) complementam esta conceituação dos principais fatores da estratégia enquanto prática:

- a) práxis: fluxo de atividades em que a estratégia é executada.
- b) prática: procedimento comportamental cognitivo, discursivo, motivacional, rotinas, processos, ferramentas pelo qual o trabalho estratégico é executado.
- c) praticantes: indivíduos que executam o trabalho da estratégia.

Figura 01: Uma estrutura conceitual para estudar a estratégia como prática



Fonte: Adaptado de Jarzabkowski e Spee (2009)

Estes fatores individuais estão interligados no estudo da estratégia como prática social, não sendo possível estudá-los sem recorrer a aspectos de outros. A estratégia é o nexos entre estes três fatores, sendo que A, B e C representam conexões mais fortes entre os fatores conforme o problema de pesquisa a ser abordado (Jarzabkowski e Spee, 2009).

Algumas implicações da integração para práticas estratégicas são enunciadas pelo autor, pontuando sobre as práticas de estratégia em uso, a criação de práticas estratégicas, os praticantes como portadores de práticas e a preparação de praticantes para práxis.

Rocha *et al.* (2022) complementam que a intersecção das práticas, práxis e praticantes formata a estratégia, sendo que desta forma compreende as interações, ações dos atores, situações práticas, negociações da organização realizadas no cotidiano, um fluxo de atividades construído por esta multiplicidade de interações.

Mozzato *et al.* (2022) demonstra que esta tríade da estratégia como prática social - práxis, prática, praticantes – é fundamental para desvendar e compreender os fenômenos e contextos sociais de uma organização.

As práticas de estratégia são extras organizacionais em suas origens, sendo tipicamente emergentes das práxis, com muita influência, demonstrando um conservadorismo. Já os praticantes ocasionalmente inovam as práticas de estratégia. Por fim, a práxis eficaz depende muito de capacidade dos profissionais de acessar e implantar as práticas de estratégia prevalentes. Aceitar a estratégia como uma prática social envolve a recusa em privilegiar o desempenho da firma, em benefício da performance do campo como um todo ou dos praticantes da estratégia individualmente. (Whittington, 2004).

Brandt *et al.* (2017) entendem que as atividades (práticas) e sua execução (práxis) pelos praticantes, definem a estratégia como prática social, por haver interações entre a sociedade e o ambiente interno.

Jarzabkowski e Spee (2009) classificam o estudo da estratégia como prática social em três níveis: micro, meso e macro. A título de compreensão o nível micro explora e busca explicar à práxis estratégica individual ou uma única experiência de um grupo de pessoas. O nível meso analisa e discorre sobre à práxi estratégica organizacional / suborganizacional. E o nível macro foca o nível institucional, explicando padrões de ação em uma organização específica. Por esta classificação Mozzato *et al.* (2022) afirmam que a análise no nível micro pode elucidar o entendimento macro das relações em diferentes espaços.

Nesta perspectiva de níveis Ciborra (2002) entende que muitos fenômenos implícitos e muitas vezes não percebidos, que surgem no dia-a-dia organizacional, são importantes e devem ser analisados e compreendidos tanto quanto os processos organizacionais claros e explícitos. Os indivíduos, com suas práxis diárias, reproduzem, reforçam e ensinam as regras estabelecidas, as normas e significados das coisas. Desta forma, as mudanças no nível macro surgirão dos micros níveis.

Complementa Mozzato *et al.* (2022) que a análise da estratégia como prática social deve verificar o contexto social, as práticas organizacionais, as práxis e os atores

envolvidos. Afirmam que as práticas ocorrem no fluxo cotidiano das atividades, seja em um modelo formal ou informal de relacionamentos, gerando aprendizagem.

Em outro campo de análise da teoria Johnson *et al.* (2003) afirmam que a estratégia como prática social tem como objetivo ajudar na gestão das organizações, sendo que os gerentes coordenam atividades, e não são instrutores de diretrizes para a ação. Os autores entendem que é fundamental alcançar um maior grau de reflexividade entre os participantes, sobre o que eles estão executando, porque estão executando e as consequências dessas atividades.

Para Rocha *et al.* (2022) decisões estratégicas podem emergir alheias ao conhecimento da alta direção, surgindo de ações individuais pelas práxis de seus agentes. Isso demonstra que a prática social, as ações, as interações dos atores contribuem aos resultados estratégicos, gerando aprendizado e moldando a estratégia organizacional.

No mesmo raciocínio Whittington (1996) afirma que a educação executiva será a que mais mudará com esta mudança de abordagem. Para o autor o ensino da estratégia como competência prática, aperfeiçoa as técnicas de planejamento, a relações de desempenho da política e da sensibilidade das atividades de processo.

2.2 SUSTENTABILIDADE

2.2.1 Contexto e conceitos da sustentabilidade

O termo sustentabilidade está em destaque nos últimos anos, gerando inúmeras reflexões nos círculos acadêmicos, empresariais e políticos. O consumismo exagerado do último século gerou problemas socioambientais difíceis de dimensionar, sendo que Governos, empresas, políticos e pesquisadores das mais variadas áreas procuram alternativas para um desenvolvimento sustentável, que contribua com a manutenção do meio-ambiente e ecossistema (Munck, 2014).

A sustentabilidade decorre do conceito de desenvolvimento sustentável emergindo nos anos de 1990, quando o britânico John Elkington apresentou três dimensões para a sustentabilidade, denominado *Triple bottom line* (TBL), que consiste em uma estrutura contábil, que incorpora os níveis: social, ambiental e financeiro. Assim, captura a essência da sustentabilidade, mensurando o impacto das atividades de uma organização no mundo, nos patamares da rentabilidade, dos acionistas, do capital social, humano e ambiental (Elkington, 1997).

As grandes transformações ocorridas no século XX acentuaram diversos problemas relacionados à sustentabilidade. As indústrias, com processos produtivos em massa, a decorrente globalização, o trabalho assalariado, o aumento populacional, tornaram o modelo econômico pautado na subsistência, em uma condição de extração máxima de recursos naturais, com produção excedente destinada à população concentrada nos centros urbanos e industriais. Montibeller-Filho (2001) afirma que os recursos naturais foram utilizados numa taxa superior à de sua recuperação. Alerta Bossel (1999) que a sustentabilidade é ameaçada pela dinâmica da economia, tecnologia e dos movimentos populacionais.

Neste viés o consumismo e a extração descontrolada de recursos naturais interferem diretamente na qualidade de vida das pessoas e poderão ser calamitosos os danos. Por isso a sociedade deve priorizar o desenvolvimento sustentável (Costa *et al.*, 2016).

Cumprir destacar que questões socioeconômicas como desigualdade e pobreza, comumente a problemas ambientais, fizeram aumentar a conscientização sobre a necessidade de um futuro saudável. O Quadro 04 demonstra alguns momentos importantes que contribuíram para evolução da discussão da sustentabilidade, sendo uma compilação de informações discutidas por Nobre; Amazonas (2002), Munck (2014) e presentes no site oficial do *United Nations Environment Programme* – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

Quadro 04: Acontecimentos históricos relevantes para o desenvolvimento sustentável

(continua)

Ano	Acontecimento histórico	Principais abordagens	Principais resultados
1960	Livro <i>Silent Spring</i> – Rachel Carson	Problemas ambientais pelo uso desregrado de pesticidas sintéticos	Conscientização pública de que a natureza é vulnerável à intervenção humana, suggestionando a imposição de legislação mais rígida e protetiva sobre o meio ambiente.
1968	Conferência da Biosfera – Unesco	Evento destinado a tratar da conservação e sustentabilidade da biosfera	Foi a primeira reunião global de caráter intergovernamental a adotar uma série de recomendações sobre as questões ambientais Foi estabelecido o Programa Homem e a Biosfera.

Quadro 04: Acontecimentos históricos relevantes para o desenvolvimento sustentável

(continuação)

Ano	Acontecimento histórico	Principais abordagens	Principais resultados
1972	Clube de Roma	Associação de cientistas políticos que produziram o estudo denominado <i>The Limits to Growth</i> , que enfatizou assuntos como crescimento populacional e industrial, insuficiência na produção de alimentos e esgotamento de recursos naturais.	Foi realizado um relatório denominado “Os Limites do Crescimento”. Utilizou sistemas de informática para simular a interação do homem e o meio ambiente.
1972	Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente humano	Foi realizada em Estocolmo sendo o primeiro grande encontro internacional com representantes de diversas nações para discutir os problemas ambientais	Foi elaborada a Declaração de Estocolmo, com 26 princípios e a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)
1973	Conceito de Ecodesenvolvimento	Foi criado pelo canadense Maurice Strong, diretor do UNEP – <i>UN Environment Programme</i>	Era Secretário da Conferência de Estocolmo, e seu conceito foi largamente difundido por Ignacy Sachs, a partir de 1974 e utilizado até os dias atuais.
1974	Conferência das Nações Unidas para o Comércio e desenvolvimento	Foi estabelecida em 1964 como resultado das exigências dos países com menor nível de desenvolvimento visando o estabelecimento de um foro permanente internacional que tivesse como enfoque o desenvolvimento.	Desta reunião foi publicado a Declaração de Cocoyok, indicando que a explosão demográfica e destruição de recursos naturais eram consequências da pobreza.
1975	Relatório da Fundação Dag-Hammarskjold	Também denominado como relatório <i>Que Faire</i> afirma que as degradações ambientais são consequências da atividade humana, fazendo um paralelo com o período colonial.	O radicalismo do documento exigindo mudanças nas estruturas de propriedade do campo rejeitou a omissão pelos governos dos países industrializados, dos cientistas e políticos conservadores.
1987	Comissão de Brundtland – Relatório <i>Our Common Future</i>	Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (WCED): Propõe uma nova postura de desenvolvimento, pela qual a geração atual deve satisfazer suas necessidades sem comprometer das gerações futuras. Considerou aspectos de desenvolvimento por uma perspectiva econômica, social e política.	Entre as metas propostas teve como resultado a implantação de um programa de desenvolvimento sustentável pela Organização das Nações Unidas (ONU).
1990	Criação da Global Environment Facility (GEF) do Banco Mundial	Programa destinado a auxiliar países em desenvolvimento na implementação de medidas visando a proteção do meio ambiente	Desde o seu início, já destinou mais de USD 13 bilhões para cerca de quatro mil projetos em mais de 150 países.

Quadro 04: Acontecimentos históricos relevantes para o desenvolvimento sustentável

(continuação)

Ano	Acontecimento histórico	Principais abordagens	Principais resultados
1992	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento-RIO ECO 92	Elaborada a Agenda 21 com políticas e ações de responsabilidade ambiental	Como resultado foi criado a Agenda 21, a Convenção do Clima, a Convenção para a Biodiversidade, além do embrião da Convenção de Combate à Desertificação.
1997	Protocolo de Kyoto	Convenção realizada no Japão sobre mudanças climáticas, visando à redução na emissão de gases do efeito estufa.	As emissões dos países industrializados caíram 20% em relação aos níveis de 1990 – cinco vezes a meta de Kyoto para os demais países.
1999	Fórum Econômico Mundial	Idealizado Pacto Global para realizar e difundir práticas corporativas que contribuem com o desenvolvimento sustentável	O pedido do ex-secretário-geral DA ONU, Kofi Annan, aos líderes empresariais que unissem forças para criar um “pacto global” baseando o mercado global em valores e princípios foi um sucesso.
2000	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio	No ano 2000 a Cúpula do Milênio, na cidade de Nova Iorque – EUA, definiu 8 objetivos com 18 metas para tornar o mundo mais pacífico, justo e sustentável.	Apesar do enorme progresso impulsionado pelos ODM, após os líderes e organizações mundiais pleitearem uma agenda sustentável, ambiciosa e de longo prazo, para suceder os ODM, foram incluídos os ODS, no ano de 2015 com a Agenda 2030.
2002	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – RIO +10	Foi realizada em Johannesburg – África do Sul 10 anos após a conferência no Rio de Janeiro, sendo tratado sobre a preservação do meio ambiente, e incluídos aspectos sociais.	Foi criada a Declaração de Joanesburgo, pela qual as nações reafirmam o seu compromisso com as metas da Agenda 21.
2009	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – Copenhague	Teve como tema principal a mudança do clima, e elevou a política de mudança climática ao mais alto nível político.	Mais de 40 mil pessoas se reuniram, entre elas líderes mundiais, representantes de governos e organizações não governamentais. Teve como pontos positivos um reposicionamento da política climática dos EUA, a participação de países como o Brasil, a África, a Índia e a China assumindo, metas públicas de redução de emissões de CO ² .

Quadro 04: Acontecimentos históricos relevantes para o desenvolvimento sustentável

(conclusão)

Ano	Acontecimento histórico	Principais abordagens	Principais resultados
2012	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – RIO +20	Tratado sobre a “economia verde”, que busca um desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza.	Os resultados não foram os esperados, sendo gerados diversos impasses, entre os interesses dos países desenvolvidos e em desenvolvimento. O documento final apresentou várias intenções e jogou para os próximos anos a definição de medidas práticas para garantir a proteção do meio ambiente.
2015	Agenda 2030	Proposta da ONU aos seus países membros contando com 17 objetivos de desenvolvimento sustentável a serem cumpridos até 2030	Estando em andamento e no prazo estipulado para metas serem atingidas, preliminarmente estudos no Brasil que não existem progressos satisfatórios nas 169 metas propostas.
2015	COP 21	A conferência histórica ocorreu em 2015 e firmou o famoso Acordo de Paris, um dos principais marcos no combate ao aquecimento global.	Assinaram o documento 195 países, que entrou em vigor no final de 2016 e estabelece que a temperatura do planeta não deve aumentar mais do que 2° C, buscando uma economia que emite pouco carbono.
2019	Assembleia Geral das Nações Unidas	2021-2030 é declarada a década da restauração de Ecossistemas, buscando combater a crise climática, aumentar a segurança alimentar, aumentar o abastecimento de água e a biodiversidade.	Foi assinada a Declaração Política da Cúpula do Desenvolvimento Sustentável: Preparando-se para uma década de ação e alcance do desenvolvimento.
2022	Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a mudança do Clima	Foram promovidas inúmeras discussões sobre temas importantes para a ação climática, como medidas de adaptação e resiliência, redução do desmatamento, transição energética, adoção de práticas sustentáveis pelo agronegócio e auxílio aos países menos desenvolvidos.	Uma importante decisão foi tomada de criar um fundo para mitigar os problemas ambientais nos países mais pobres. É a solução para o principal entrave para que os países passem da teoria à prática em relação às alterações climáticas.
2023	Declaração Política da Cúpula dos ODS	De forma unânime, chefes de Estado e de governo e representantes dos 193 Estados-membros da ONU adotaram a Declaração Política da Cúpula dos ODS, no dia 18 de setembro de 2023 em Nova York – EUA.	Foi reafirmado o compromisso aos ODS da Agenda 2030, continuando ser o roteiro global para alcançar o desenvolvimento sustentável e superar as crises enfrentadas.

Fonte: Elaborado pelo autor

O VII Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável Brasil, também conhecido como Relatório Luz 2023, mostra um país em uma realidade gravíssima, inserido na crise sanitária, climática e política, com aumento da pobreza, fome, desigualdades, e perda da biodiversidade.

No Brasil o desafio não é menor: nossa avaliação sobre o ano de 2022 mostra 102 metas (60,35%) em situação de retrocesso, 14 (8,28%) ameaçadas, 16 (9,46%) estagnadas em relação ao período anterior, 29 (17,1%) com progresso insuficiente, apenas 3 (1,77%) com progresso satisfatório e 4 (2,36%) delas sem dados suficientes para classificação, sendo que 1 (0,59%) não se aplica ao Brasil (GTSC A2030, 2023).

Fica latente dos dados um retrocesso das metas, chegando a 60% e ainda 17% delas apresentam um progresso insuficiente, totalizando 131 metas de 168, caminhando no sentido contrário ao proposto na Agenda 2030.

A atuação integrada de Governos, empresas e sociedade civil organizada é o caminho para enfrentar os desafios impostos pelo desenvolvimento sustentável. Nos marcos históricos supracitados, foram discutidos assuntos ambientais e o crescimento econômico sustentável, demonstrando a preocupação com o futuro do planeta e das pessoas. É evidente que houve um avanço do desenvolvimento sustentável da população mundial e das organizações.

Assevera Becker (2002) que cada localidade, região ou nação tem características próprias, diferenças culturais, valores éticos e morais, e por isso a sustentabilidade deve ser compreendida de várias formas, porém sempre voltada para o desenvolvimento.

Por este diapasão o Pacto Global foi lançado no ano 2000, proposto pela Organização das Nações Unidas, com a finalidade de promover uma integração entre Governos, empresas, sindicatos, organizações não governamentais, de forma que adotem políticas de responsabilidade social e ambiental, tornando o mercado global inclusivo e sustentável.

O Pacto Global abarca dez princípios a serem aderidos por seus signatários, sendo estes oriundos da Declaração Universal de Direitos Humanos, da Declaração da Organização Internacional do Trabalho sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e da Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção:

Quadro 05: Dez princípios do Pacto Global

PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL	
1º	As empresas devem apoiar e respeitar a proteção de direitos humanos reconhecidos internacionalmente.
2º	Assegurar-se de sua não participação em violações destes direitos.
3º	As empresas devem apoiar a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva.
4º	A eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou compulsório.
5º	A abolição efetiva do trabalho infantil.
6º	Eliminar a discriminação no emprego.
7º	As empresas devem apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais.
8º	Desenvolver iniciativas para promover maior responsabilidade ambiental.
9º	Desenvolver iniciativas para promover maior responsabilidade ambiental.
10º	As empresas devem combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina.

Fonte: Pacto Global (2022b).

Conforme registros da ONU o Pacto Global é uma iniciativa voluntária de sustentabilidade, não tendo força normativa, impositiva. Atualmente possui mais de 16 mil participantes, distribuídos em 160 países (Pacto Global, 2022a).

Nesta busca pela sustentabilidade foi aprovada no ano de 2015, pelos 193 países-membros das Nações Unidas a Agenda 2030. Este acordo histórico sobre o desenvolvimento sustentável mundial, é focado nos “5 Ps”: pessoas, paz, planeta, prosperidade e parceria (Halle e Wolfe, 2016). Trata-se de um plano de ação para o período compreendido de 2015 a 2030, composto por 17 objetivos e 169 metas, com um apelo global à ação para acabar com a pobreza, garantir paz e prosperidade as pessoas e proteger o meio ambiente e o clima (Pacto Global, 2022a).

Figura 02: 17 objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Fonte: Nações Unidas (2022).

Quadro 06: Objetivos de desenvolvimento sustentável

OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	
Objetivo 1	Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares
Objetivo 2	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável
Objetivo 3	Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades
Objetivo 4	Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos
Objetivo 5	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas
Objetivo 6	Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e o saneamento para todos
Objetivo 7	Assegurar a todos o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia
Objetivo 8	Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos
Objetivo 9	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação
Objetivo 10	Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles
Objetivo 11	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis
Objetivo 12	Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis
Objetivo 13	Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e os seus impactos
Objetivo 14	Conservar e usar sustentavelmente os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável
Objetivo 15	Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade
Objetivo 16	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis
Objetivo 17	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Fonte: Nações Unidas (2022).

No ano de 2018 o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), fundação pública vincula ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, propôs adequações as metas globais da agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável à realidade do Brasil, visando estabelecer metas nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Silva, 2018).

Na Agenda 2030, os objetivos são integrados, transversais e indivisíveis, possuindo uma forte ligação, sendo que um depende do outro para sua completa concretização. Desta forma, é indispensável que as políticas públicas sejam abrangentes e tenham a capacidade de transitar nos patamares econômicos, sociais e ambientais (Raeder e Menezes, 2019).

Desta maneira os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são formados por 17 objetivos e 169 metas que refletem as demandas de diversos países e que exigem uma cooperação internacional para alcançar a justiça, prosperidade, inclusão, sustentabilidade e igualdade até 2030 (Thorpe e Gunton, 2021).

No Brasil 167 metas foram consideradas pertinentes ao país, e 128 metas foram alteradas para obter maior clareza, mais precisão ou adequá-las ao contexto brasileiro. Ainda foram criadas 8 novas metas, totalizando 175 metas nacionais, sendo 99 metas finalísticas e 76 metas para implementação (Silva, 2018).

As metas finalísticas são aquelas que buscam especificar ou dimensionar os resultados esperados enquanto as metas de implementação se referem aos recursos, humanos, financeiros, tecnológicos e de governança, necessários ao alcance dos resultados esperados (Silva, 2018).

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável devem ser interpretados como uma oportunidade de crescimento e desenvolvimento organizacional proporcionando benefícios ambientais, sociais e econômicos, representando uma trajetória de práticas de engajamento e relato de temas de sustentabilidade (Galleli, 2021).

A Agenda 2030 foi assinada por chefes de Estado e membros da alta administração dos países, sendo um compromisso conjunto do poder público com o setor privado, integrando países, organizações, instituições e sociedade em geral. Desta feita, tanto o setor privado, quanto o setor público possuem uma função fundamental no processo de implantação dos Objetivos e Metas propostas para atingir a sustentabilidade social, econômica e ambiental, incentivando um alinhamento à Agenda 2030 (Moyer e Hedden, 2020).

Para tornar mais claro passamos a descrever resumidamente todas as metas nacionais de resultados e de implementação de cada ODS.

ODS 1 visa acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares, e para isso conta com 7 metas e 13 indicadores. As metas de resultados são: redução de toda a pobreza pela metade; erradicação da pobreza extrema; garantia de direitos iguais de propriedade, serviços básicos, tecnologia e recursos econômicos; acesso a sistemas de

protecção social; e a construção de resiliência dos pobres, reduzindo a vulnerabilidade a desastres ambientais, económicos e sociais. As metas para implementação são: instituir programas e políticas para erradicar a pobreza; e fortalecer marcos institucionais de ações para erradicação da pobreza (Silva, 2018).

O ODS 2 busca acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável, sendo constituído de 8 metas e 13 indicadores. As metas de resultados são: erradicar a fome; erradicar a má-nutrição relacionadas a desnutrição e obesidade; aumentar a produtividade agrícola; garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos; e conservar a diversidade genética de espécies. As metas para implementação são: aumentar o investimento em pesquisas, tecnologias e disponibilização de recursos genéticos; prevenir restrições ao comércio agrícola mundial; e garantir medidas para o funcionamento adequado dos mercados de alimentos (Silva, 2018).

O ODS 3 pretende assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades, sendo constituído de 13 metas e 28 indicadores. As metas de resultados são: reduzir com a taxa de mortalidade materna; acabar com mortes evitáveis de recém-nascidos; acabar com epidemias; reduzir mortalidade prematura decorrente de doenças não transmissíveis; prevenir e tratar o abuso de substâncias; reduzir mortes por acidentes em estradas; assegurar acesso aos serviços de saúde sexual; atingir a cobertura universal à saúde; reduzir mortes por produtos químicos perigosos. As metas para implementação são: apoiar a pesquisa e desenvolvimento de vacinas; aumentar financiamento da saúde; reforçar o alerta precoce de riscos à saúde (Silva, 2018).

O ODS 4 mira assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos, sendo constituído de 10 metas e 11 indicadores. As metas de resultados são: garantir o ensino fundamental completo; garantir o desenvolvimento integral na primeira infância; garantir equidade de acesso à educação profissional e superior; aumentar número de pessoas competentes; eliminar desigualdades na educação; garantir a alfabetização. As metas para implementação são: ofertar infraestrutura física escolar; ampliar vagas efetivamente preenchidas em países em desenvolvimento; assegurar formação aos professores da educação básica (Silva, 2018).

O ODS 5 busca alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas, sendo constituído de 9 metas e 14 indicadores. As metas de resultados são:

eliminar formas de discriminação de gênero; eliminar formas de violência de gênero; eliminar práticas nocivas; eliminar desigualdades na divisão sexual do trabalho; garantir a participação plena das mulheres; assegurar direitos reprodutivos. As metas para implementação são: garantir igualdade de direitos; garantir a igualdade de gêneros no acesso a pesquisas, tecnologias e produção de informações; fortalecer políticas e legislações que fortalecem a igualdade de gêneros (Silva, 2018).

O ODS 6 tem como meta assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos, sendo constituído de 8 metas e 10 indicadores. As metas de resultados são: acesso universal a água; acesso ao saneamento; qualidade da água nos corpos hídricos; aumentar a eficiência do uso da água; implementar gestão integrada da água; proteger e restaurar ecossistemas. As metas para implementação são: ampliar a cooperação internacional em relação a água; apoiar e fortalecer a participação de comunidades locais na gestão da água (Silva, 2018).

O ODS 7 busca assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia, para todos, sendo constituído de 5 metas e 6 indicadores. As metas de resultados são: assegurar acesso aos serviços de energia; manter participação de energias renováveis; aumentar taxa de eficiência energética. As metas para implementação são: reforçar a cooperação internacional para facilitar o acesso a pesquisa e tecnologias de energia limpa, incluindo energias renováveis (Silva, 2018).

O ODS 8 pretende promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos, sendo constituído de 12 metas e 16 indicadores. As metas de resultados são: registrar crescimento econômico; atingir níveis elevados de produtividade; geração de empregos e empreendedorismo; eficiência da utilização de recursos globais; reduzir o desemprego; redução de jovens sem ocupação; erradicar o trabalho escravo, tráfico de pessoas e trabalho infantil; reduzir o descumprimento da legislação trabalhista; implementar políticas para o turismo sustentável; acesso aos serviços bancários. As metas para implementação são: apoio ao Comércio de países menos desenvolvidos; operacionalizar um Plano de promoção de trabalho (Silva, 2018).

O ODS 9 almeja construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação, sendo constituído de 8 metas e 11 indicadores. As metas de resultados são: aprimorar sistema viário do país; promover atividade econômica inclusiva e sustentável; aumentar e desburocratizar o acesso das micros e pequenas empresas; modernizar a infraestrutura; Fortalecer a pesquisa científica

e melhorar as capacidades tecnológicas das empresas; Facilitar o desenvolvimento de infraestrutura sustentável e resiliente em países em desenvolvimento. As metas para implementação são: Apoiar o desenvolvimento tecnológico, a pesquisa e a inovação nacionais, por meio de políticas públicas; Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação (Silva, 2018).

O ODS 10 visa reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles, sendo constituído de 10 metas e 11 indicadores. As metas de resultados são: sustentar o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre; promover a inclusão social, econômica e política de todos; igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultado; Reduzir desigualdades através da adoção de políticas fiscal, tributária, salarial e de proteção social; regulação e monitoramento dos mercados e instituições financeiras; Assegurar uma representação dos países em desenvolvimento; Facilitar a migração; As metas para implementação são: princípio do tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento; Incentivar cooperação internacional para o desenvolvimento, incluindo o investimento externo direto, para os Estados onde a necessidade é maior; reduzir os custos de transação de remessas dos migrantes (Silva, 2018).

O ODS 11 anseia tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, sendo constituído de 10 metas e 18 indicadores. As metas de resultados são: garantir o acesso de todos a moradia digna, adequada e a preço acessível; segurança viária e o acesso à cidade por meio de sistemas de mobilidade urbana mais sustentáveis; aumentar a urbanização inclusiva e sustentável; proteger e salvaguardar o patrimônio natural e cultural; reduzir número de mortes e o número de pessoas afetadas por desastres naturais de origem hidro meteorológica e climatológica; reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades; acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes. As metas para implementação são: Apoiar a integração econômica, social e ambiental em áreas metropolitanas; planos desenvolvidos e implementados para mitigação, adaptação e resiliência a mudanças climáticas; Apoiar os países menos desenvolvidos, para construções sustentáveis e robustas, priorizando recursos locais (Silva, 2018).

O ODS 12 deseja assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis, sendo constituído de 11 metas e 13 indicadores. As metas de resultados são: Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis; alcançar gestão sustentável e uso eficiente dos recursos naturais; reduzir o desperdício de alimentos per capita nacional, em nível de varejo e do consumidor; manejo ambientalmente adequado dos produtos químicos e de

todos os resíduos; reduzir a geração de resíduos por meio da Economia Circular; adotar parâmetros e práticas de responsabilidade socioambiental; Promover práticas de contratações e gestão públicas com base em critérios de sustentabilidade; garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização sobre o desenvolvimento sustentável. As metas para implementação são: apoiar países em desenvolvimento para que fortaleçam suas capacidades científicas e tecnológicas; implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo; Racionalizar subsídios ineficientes aos combustíveis fósseis (Silva, 2018).

O ODS 13 aspira tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos, sendo constituído de 5 metas e 8 indicadores. As metas de resultados são: Ampliar a resiliência e a capacidade adaptativa a riscos e impactos resultantes da mudança do clima e a desastres naturais; Integrar a Política Nacional sobre Mudança do Clima; Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mudança do clima. As metas para implementação são: Implementar o compromisso sobre Mudança do Clima; Estimular a ampliação da cooperação internacional em suas dimensões tecnológica e educacional objetivando fortalecer capacidades para o planejamento relacionado à mudança do clima (Silva, 2018).

O ODS 14 pretende conservar e usar sustentavelmente os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável, sendo constituído de 10 metas e 10 indicadores. As metas de resultados são: prevenir e reduzir significativamente a poluição marinha; gerir de forma sustentável e proteger os ecossistemas marinhos e costeiros; Minimizar e enfrentar os impactos da acidificação dos oceanos; regular a pesca, acabar com a sobrepesca, com a pesca ilegal; conservar pelo menos 25% das zonas costeiras e marinhas; avaliar certas formas de subsídios à pesca; aumentar os benefícios econômicos para todos os países. As metas para implementação são: Aumentar o conhecimento científico, desenvolver capacidades de pesquisa e transferir tecnologia marinha; Proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados; Assegurar a conservação e o uso sustentável dos oceanos e seus recursos (Silva, 2018).

O ODS 15 busca proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra, e deter a perda de biodiversidade, sendo constituído de 12 metas e 14 indicadores. As metas de resultados são: serão conservadas áreas de Preservação Permanente (APPs), Reservas Legais (RLs) e terras indígenas com

vegetação nativa, ecossistemas aquáticos; zerar o desmatamento ilegal em todos os biomas brasileiros, ampliar a área de florestas sob manejo ambiental sustentável; combater a desertificação, e restaurar a terra e o solo degradado; assegurar a conservação dos ecossistemas de montanha; taxa de perda de habitats naturais será reduzida em 50%; Garantir uma repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos; Tomar medidas urgentes para acabar com a caça e pesca ilegais e o tráfico de espécies da flora e fauna protegidas; evitar a introdução e reduzir significativamente o impacto de espécies exóticas invasoras em ecossistemas terrestres e aquáticos; valores da biodiversidade, geodiversidade e socio diversidade serão integrados em estratégias nacionais e locais de desenvolvimento. As metas para implementação são: Mobilizar e aumentar significativamente, a partir de todas as fontes, os recursos financeiros para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas; a financiar e proporcionar incentivos adequados ao manejo florestal sustentável; Reforçar o apoio global e a cooperação federativa no combate à caça e pescas ilegais e ao tráfico de espécies protegidas (Silva, 2018).

O ODS 16 mira promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis, sendo constituído de 12 metas e 23 indicadores. As metas de resultados são: Reduzir todas as formas de violência; Proteger todas as crianças e adolescentes do abuso, exploração, tráfico, tortura; Fortalecer o Estado de Direito e garantir acesso à justiça a todos; reduzir os fluxos financeiros e de armas ilegais; Reduzir a sonegação fiscal, a corrupção e o suborno; Ampliar a transparência, a accountability e a efetividade das instituições; Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva; Ampliar e fortalecer a participação brasileira nas instituições de governança global; fornecer identidade civil para todos, incluindo o registro de nascimento; Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais. As metas para implementação são: Fortalecer as instituições relevantes, para a prevenção da violência, do crime e da violação dos direitos humanos; Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias e afirmativas (Silva, 2018).

O ODS 17 almeja fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, sendo constituído de 19 metas e 25 indicadores. As metas de resultados são: Fortalecer a mobilização de recursos internos; países desenvolvidos implementarem os seus compromissos em matéria de assistência oficial ao desenvolvimento aos países em desenvolvimento; Mobilizar recursos adicionais

para os países em desenvolvimento a partir de múltiplas fontes; Ajudar os países em desenvolvimento a alcançar a sustentabilidade da dívida de longo prazo; Adotar e implementar regimes de promoção de investimentos; Melhorar a cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular regional e internacional e o acesso à ciência, tecnologia e inovação; promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias; Operacionalizar plenamente o Banco de Tecnologia e o mecanismo de capacitação em ciência; Reforçar o apoio internacional para a implementação eficaz e orientada da capacitação em países em desenvolvimento; Promover um sistema multilateral de comércio universal; Aumentar significativamente as exportações dos países em desenvolvimento; Concretizar a implementação oportuna de acesso a mercados livres de cotas e taxas; Aumentar a estabilidade macroeconômica global; Aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável; Respeitar o espaço político e a liderança de cada país; Reforçar a parceria global para o desenvolvimento sustentável; 7 Incentivar e promover parcerias eficazes nos âmbitos públicos, público-privados, privados e da sociedade civil; Reforçar o apoio à desagregação de dados, a integração, disponibilização e compartilhamento de registros administrativos e de bases de dados estatísticos e geocientíficos; valer-se de iniciativas existentes, para desenvolver métricas do progresso do desenvolvimento sustentável (Silva, 2018).

Sachs (2021) no *Sustainable Development Report 2020*, publicado pela Universidade de Cambridge, aponta que os maiores desafios para a realidade brasileira são os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 3 (Boa saúde e bem-estar), 8 (Trabalho decente e crescimento econômico), 10 (Redução das desigualdades), 14 (Vida abaixo da água) e 16 (Paz, Justiça e Instituições Fortes).

Hourneaux (2021) contribui ainda que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável devem ser estudados com muita seriedade, por ser o mais relevante desafio que a humanidade já enfrentou. Para o autor as pesquisas na área podem dar uma contribuição real à sociedade por tratarem de problemas globais, permitindo melhor entendimento dos problemas, suas complexidades e formas de minimizar os danos.

Caldana *et al.* (2021) afirmam que as organizações precisam adaptar suas estratégias, atividades e tomada de decisões às demandas sociais e ambientais, para assim colher benefícios. Descrevem que a sustentabilidade não é estática e sólida, e está em constante transformação. Contribui Hocayen-Da-Silva e Silva (2021) que a promoção de governança pública é fundamental para superação dos desafios em torno dos Objetivos de

desenvolvimento sustentável, atendendo desta forma às importantes demandas ambientais, sociais e econômicas.

2.2.2 Dimensões da Sustentabilidade

Os termos desenvolvimento sustentável, sustentabilidade e sustentabilidade organizacional são conceitos não consolidados entre pesquisadores. A interpretação e o entendimento do tema são variados e muitos deles desconexos da prática. Munck (2014) afirma que os termos Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade não podem ser utilizados de forma equivalente, apesar de ser feito de forma corriqueira. O autor ensina que a sustentabilidade é promovida por um modelo de desenvolvimento sustentável, ou seja, possuem os mesmos objetivos, sendo o desenvolvimento sustentável um caminho para se chegar à sustentabilidade.

Neste sentido, Souza (2010) complementa que a principal diferença está que o desenvolvimento sustentável busca um equilíbrio dinâmico no tempo, enquanto a sustentabilidade é o momento em que o progresso se estabilizou.

Ainda Munck (2014) relaciona os termos com o campo organizacional, interpretando o desenvolvimento sustentável como um guarda-chuva para as várias formas de sustentabilidade.

Perfazendo este caminho conceitual, o economista polônes Ignacy Sachs (2004) propõe uma interpretação ampla e profunda de desenvolvimento sustentável, indicando cinco dimensões para o ecodesenvolvimento: sustentabilidade social, sustentabilidade econômica, sustentabilidade ecológica, sustentabilidade espacial e sustentabilidade cultural.

A sustentabilidade social tem como foco a equidade social, com distribuição de renda e bens, gerando oportunidades e diminuindo o abismo na qualidade de vida entre as pessoas (Sachs, 2004).

Sachs (2004) descreve que a sustentabilidade econômica tem como princípio norteador o gerenciamento eficiente de recurso, propondo investimentos constantes por parte de entes públicos e organizações privadas, gerando resultados favoráveis nas demais dimensões. Para o autor a eficiência deve ser interpretada de forma abrangente, e não apenas vislumbrar a rentabilidade numa fração da economia.

A sustentabilidade ecológica é voltada para preservação da biodiversidade e proteção do meio ambiente. Sachs (2004) descreve que entre as principais alternativas

estão à utilização de recursos renováveis, redução de emissão de poluentes para atmosfera, ampliação do sistema de reciclagem, utilização da tecnologia para criação, reparação, controle e exploração dos recursos naturais.

A sustentabilidade espacial aborda questões relacionadas à configuração rural-urbana, objetivando frear a degradação de áreas frágeis em busca de povoação, promovendo agricultura com técnicas modernas, uma exploração industrial consciente, sendo mantidas reservas naturais e de biosfera (Sachs, 2004).

Por fim, explica que a sustentabilidade cultural deve buscar um equilíbrio entre a inovação e os ecossistemas existentes, devendo ser encontradas formas alternativas de sobrevivência, não colidindo com valores, tradições, pessoas e culturas.

Blowfield (2013) divide em três grandes áreas, a forma como o tema sustentabilidade pode ser abordado, sendo: as mudanças demográficas, as mudanças do ecossistema e as mudanças climáticas. As mudanças demográficas, dizem respeito ao aumento da população ao longo do tempo e os padrões de vida do qual dependem, o que inclui a distribuição de riquezas.

As mudanças do ecossistema, dizem respeito às variações do planeta e sua capacidade de sustentar seres vivos ao longo do tempo. Nesta proposta um ecossistema não deve ter mais organismos vivos do que pode sustentar, devendo possuir diversos elementos em quantidades suficientes, como atmosfera, calor, luz do sol, água e terra fértil, que possibilitem a existência destes seres. A última questão, mas não menos importante, se refere às mudanças no clima do planeta Terra e o papel do homem sobre este grande problema. Além de o planeta possuir ciclos de mudanças naturais, a atividade humana tem grande culpa no aceleração de certas variações, como por exemplo, o aquecimento global. Esta preocupação tem tido especial atenção no mundo dos negócios, sendo que afeta diretamente a questão de produções agrícolas e a manutenção de um ambiente habitável (Blowfield, 2013).

A consciência global da pobreza, desigualdade sociais, problemas ambientais e a necessidade de um futuro saudável demonstra a evolução do conceito desenvolvimento sustentável (Hopwood *et al.*, 2005). A sustentabilidade organizacional caracteriza-se pela adoção de políticas internas que combinam seus esforços com conceitos de desenvolvimento sustentável para promover uma produção mais limpa, com responsabilidade ambiental. Portanto, para que a questão da sustentabilidade avance de forma consistente, é preciso que todos os atores envolvidos, sociedade e organizações, compreendam a complexidade dos fatores.

Hopwood *et al.* (2005) entendem que o desenvolvimento sustentável deve ter um compromisso com a equidade social, conectando as tomadas de decisões políticas e econômicas ao acesso a meios de subsistência, boa saúde e recursos.

A sociedade caminha aos passos lentos em direção ao desenvolvimento sustentável, pois não é possível deixar de considerar que cada organização tem uma visão própria, ou defende um modelo ideal de sustentabilidade. Considerando que existe a preocupação com o hoje e a qualidade de vida no futuro, cabe às organizações sociais e políticas, a conscientização da população e das organizações, bem como a implementação de ações relevantes voltadas ao desenvolvimento sustentável, propiciando um ambiente saudável e próspero.

Para que as organizações sejam guiadas em direção à sustentabilidade, Elkington (2012) constrói um método pragmático e afirma que as corporações devem se ater à teoria dos três pilares (*Triple Bottom Line* - TBL) na mediação da sustentabilidade no ambiente corporativo. Para o autor, os três pilares são: o pilar econômico (*profit*), o pilar ambiental (*planet*) e o pilar social (*people*).

Khan *et al.* (2021) complementa que este conceito tem por objetivo o atendimento das necessidades de recursos para as gerações atuais e futuras sem prejudicar o meio ambiente, devendo estar em perfeito equilíbrio.

O pilar econômico se refere ao desempenho financeiro de uma empresa, no caso, o resultado positivo, tratando-se do lucro e como ele será mantido no decorrer da existência da organização. Para tanto o autor discorre que capital deve ser entendido em por uma perspectiva pecuniária, mas também incluir uma gama maior de conceitos, incluindo o capital humano, o capital intelectual, o capital físico de uma empresa. Disserta ainda sobre a importância de indicadores, ferramentas-chave do mercado, destacando auditorias, relatórios, avaliações de risco, o benchmarking e uma responsabilidade compromissada.

Nesse sentido corroboram Baumgartner e Ebner (2010), afirmando que aspectos inovadores e de tecnologia, gestão de conhecimentos, processos, compras, colaborações deveriam ser melhores compreendidos e avaliados. A criação de fontes de geração de rendas permite prover capital para empregadores e empregados. Complementa Munck (2014) que o pilar econômico é a base do desenvolvimento sustentável, pois os lucros, geram empregos e melhores condições sociais são atingidas.

O pilar ambiental possui um conceito complexo, ele trata do capital natural de uma empresa ou sociedade, mas sua medição de fato é abstrata. O interesse das

organizações sobre este pilar reflete-se na adoção de indicadores que promovem padrões de gerenciamento ambiental, como por exemplo, a adoção de certificações, ISOs, e outros órgãos responsáveis por normatizações gerenciais (Elkington, 2012).

No pilar ambiental são expressas as tarefas de manter o ecossistema capaz de fornecer seus recursos para sobrevivência da humanidade, sendo o tema que gerou as primeiras discussões sobre sustentabilidade. Rutherford (1997) contribui explanando que além da preservação de recursos naturais e sua ampliação de capacidade de fornecimento é fundamental se atentar para capacidade do planeta absorver os resíduos gerados, ou seja, a destinação e os impactos gerados pelo consumo.

Claro e Amancio (2008) dividem em três tópicos de relevância o pilar ambiental: 1º ecologia com as florestas e diversidades. 2º Água e ar relacionando com poluição e saúde. 3º Recursos renováveis e não renováveis manutenção e conservação. Munck (2014) entende como a viabilidade ambiental, abrangendo a prevenção dos impactos gerados pelas organizações nos sistemas naturais, sejam seres vivos ou não vivos.

Em relação ao pilar social Elkington (2012) expõe que capital social é a capacidade que surge da prevalência da confiança em uma sociedade ou em parte dela. As organizações devem considerar o capital humano, de forma a promover saúde, educação e o potencial de riquezas que ele pode gerar. É notório que os *stakeholders* são de suma importância para a sobrevivência de qualquer organização.

Sachs (2007) no mesmo teor afirma que essa dimensão de sustentabilidade deve priorizar o atendimento de necessidades básicas, como alimentação, saúde, educação e cidadania. O autor entende que as organizações precisam desenvolver estratégias que minimizem as disparidades entre classes sociais, resultando em melhoria de direitos de grande parte da população.

A sustentabilidade organizacional caracteriza-se pela adoção de políticas internas que combinam seus esforços com conceitos de desenvolvimento sustentável para promover uma produção mais limpa, com responsabilidade ambiental e social. Portanto, para que a questão da sustentabilidade avance de forma consistente, é preciso que todos os atores envolvidos, sociedade e organizações, compreendam a complexidade dos fatores (Sachs, 2007).

Munck *et al.* (2013) leciona que existem dúvidas sobre o quê, quando e por que se deve pensar em sustentabilidade, ressaltando a importância em articular o conceito sustentável em ações e decisões organizacionais partindo da orientação epistemológica da

teoria do agir organizacional, possibilitando um processo capaz de qualificar, categorizar e conduzir aos preceitos da sustentabilidade.

Para tanto o autor se orienta na Teoria do Agir Organizacional, e discorre que deve ser entendido como um macroprocesso resultado de diversos subprocessos, sendo influenciado por fatores internos e externos. Conforme explicado o agir organizacional se refere à ação de um sujeito singular e também ações coletivas, devendo ser os processos compreendidos pelos indivíduos que dele participarão (Munck *et al.*, 2013)

O autor entende que o desenvolvimento sustentável pode ser compreendido como um agir organizacional, que tem como características principais, a finalização (meios/fins/resultados), a estruturação do processo que articula ações entendendo suas intenções e limitações, e também a cooperação como fator determinante no poder das ações, na efetividade das decisões, influenciando assim as estratégias organizacionais e os relacionamentos sociais (Munck, 2014).

Diante das discussões que o autor apresenta em seu trabalho, ele destaca que a sustentabilidade organizacional deve ser entendida como um sistema, sendo mantidos e geridos por diversas partes interdependentes que refletem os três pilares de Elkington (2012). O autor afirma que o grande desafio da sustentabilidade organizacional é atingir um equilíbrio entre estes três pilares, se tornando economicamente viável socialmente desejável e ecologicamente sustentável.

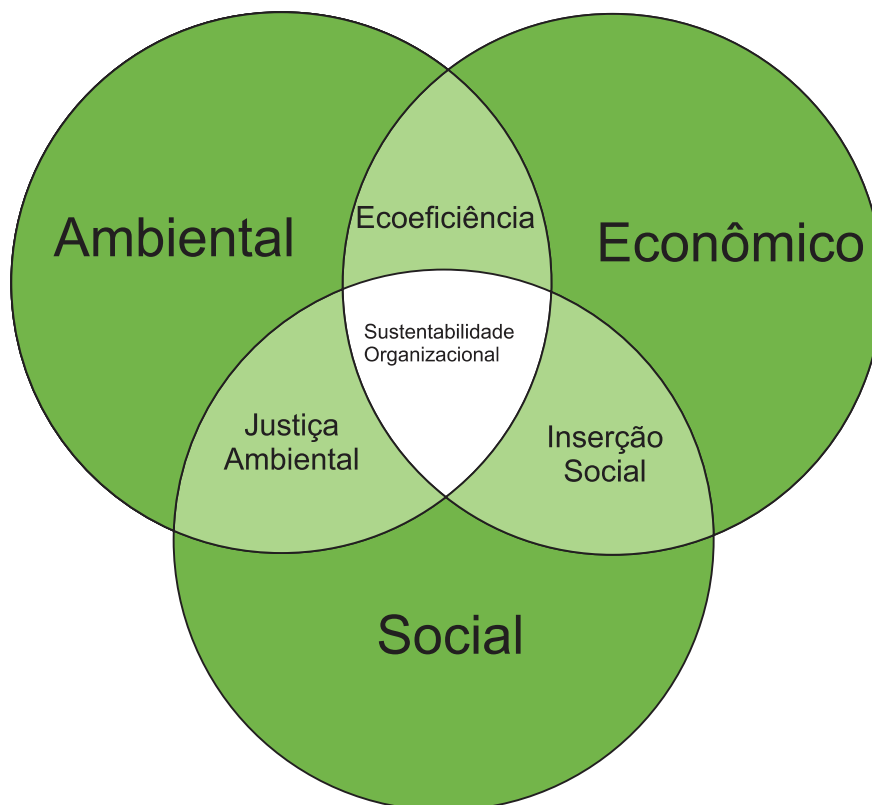
Lee *et al.* (2010) afirma que a sustentabilidade organizacional pode ser utilizada como uma ferramenta operacional, sendo a imagem verde um atributo poderoso. Portanto, organizações que adotam práticas sustentáveis tem uma melhor reputação.

Munck (2014) prega um equilíbrio sistêmico e balanceado desses pilares, existindo investimentos e resultados nas três sustentabilidades (econômica, ambiental e social) conforme os objetivos estabelecidos. Por este prisma discorre sobre a necessidade de interação desses pilares, resultando desses fenômenos de relacionamento a ecoeficiência, a inserção socioeconômica e a justiça socioambiental, que são entendidos como subagires organizacionais.

A ecoeficiência é a capacidade organizacional de desenvolver suas atividades, obtendo lucros com a devida observância da preservação e conservação ambiental. Os objetivos econômicos devem ser atendidos, a qualidade de vida e necessidades humanas sanadas, porém o impacto ambiental e a redução de recursos naturais minimizados. O subagir denominado Justiça Socioambiental resultante da combinação dos pilares social e ambiental denota a capacidade das organizações equalizarem as necessidades

produtivas as preocupações e demandas das pessoas, permitindo sua participação nas decisões que os afetem. Por fim a inserção socioeconômica traduz a equidade social, viabilizando ações em favor da coletividade, permitindo o desenvolvimento social paralelamente ao econômico, dando acesso à alimentação, saúde, informação e educação (Munck *et al.*, 2013).

Figura 03: Elementos da Sustentabilidade Organizacional



Fonte: Adaptado de Munck *et al.* (2013).

Munck *et al.* (2013), explica que as organizações devem levar em consideração as dimensões de espaço e tempo em processos decisórios, pois, explicitamente, as decisões estão ancoradas no presente, mas envolvem uma série de comparações, interesses paradoxais e contrastes em termos de passado e futuro que impactam diretamente em sua gestão.

Porém, Munck *et al.* (2013) discute sobre a problemática dos instrumentos de avaliação da sustentabilidade organizacional que ainda são inadequados. O autor afirma

que a inexistência de parâmetros concretos para avaliação não permite comparações entre diferentes organizações.

No ano de 2004 por uma iniciativa da Organização das Nações Unidas com o Banco Mundial foi publicado o relatório *Who Cares Wins: Connecting Financial Markets to a Changing World* que abordou a integração de fatores sociais, ambientais e de governança no mercado de capitais. Deste documento emergiu o termo ESG, um acrônimo das palavras em inglês *envirolmental*, *social* e *governance*, que se referem a práticas sociais, ambientais e de governança de uma instituição (Pacto Global, 2022a).

Figura 04: Elementos ESG



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

O conceito de ESG ampliou a abrangência da discussão a respeito da responsabilidade corporativa, enfatizando a relevância de boas práticas de conduta na gestão. O conceito possui três dimensões de análise: A dimensão ambiental está vinculada ao possível impacto das atividades de uma organização ao meio ambiente. Por sua vez, a dimensão social, diz respeito ao relacionamento da empresa com a sociedade, relações internas e externas, assim como valores, compromisso com a comunidade local,

segurança, saúde e condições de trabalho de seus colaboradores. Por fim, a dimensão da governança engloba a transparência dos gestores, a independência do conselho administrativo, a relação entre os acionistas, gerando assim maior atenção dos investidores (Ramic, 2019).

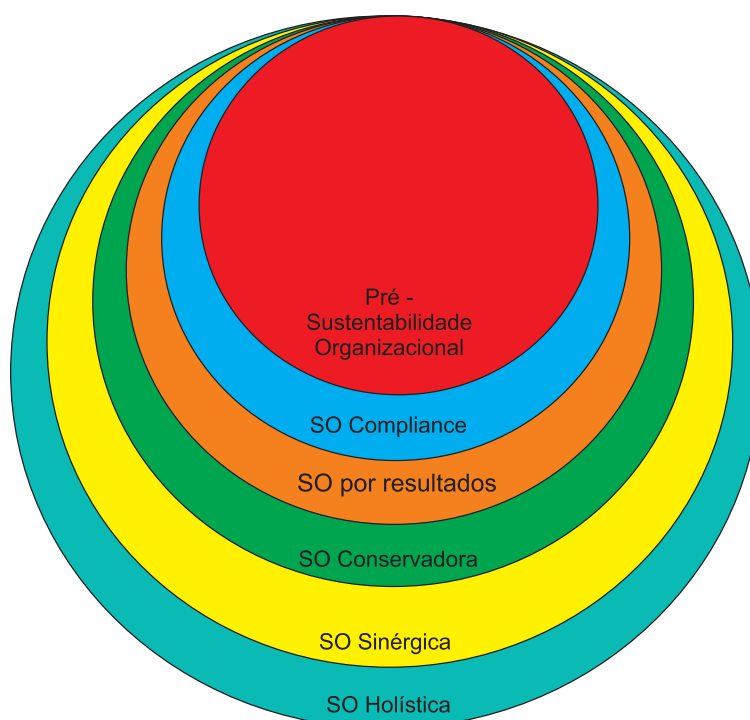
Neste trilha de diferenças institucionais, objetivos e intenções diversas Marcel van Marrewijk (2010), economista holandês, explica que uma organização sustentável incorpora conceitos e objetivos sustentáveis em suas políticas e práticas de modo consistente. Para tanto apresenta um modelo de nivelamento da sustentabilidade, a “matriz da sustentabilidade”, com seis níveis de desenvolvimento da SO, sendo o cumprimento de leis e normas o patamar mínimo que se espera de uma organização sustentável, chegando a um patamar de entendimento completo do desenvolvimento sustentável.

Marrewijk (2010) afirma que cada organização está em um patamar de sustentabilidade, de acordo com seus objetivos, estratégias e intenções, ou como definido pelo autor, conforme o nível de ambição para se alcançar à sustentabilidade. O economista afirma que quanto mais ambiciosa a sustentabilidade organizacional, mais complexa será sua estrutura, e explica que não significa que sejam melhores, mas sim implica em práticas de desenvolvimento sustentável compatível a cada patamar.

Para compreender cada nível Van Marrewijk (2010) apresenta características das organizações, suas motivações e critérios de decisão. Cada nível inclui e transcende os anteriores. Segundo Van Marrewijk e Werre (2003), os níveis ilustrados na Figura 5, podem ser mensurados partindo de três critérios: dos valores pessoais dos integrantes da organização; valores fundamentais da organização ideal (percebida pelos membros) e os valores fundamentais da organização. (Gonçalves *et al.*, 2017; De Moura *et al.*, 2022).

As organizações desenvolvem diferentes manifestações de sustentabilidade, podendo ser distribuídas em seis níveis de ambição, de forma crescente ao entendimento e aceitação da sustentabilidade, sendo classificado por Van Marrewijk (2010), com base no trabalho de Van Marrewijk e Werre (2003), em Pré-Sustentabilidade Organizacional (Vermelho), Sustentabilidade Organizacional com base no Compliance (Azul), Sustentabilidade Organizacional por resultados (Laranja), Sustentabilidade Organizacional Conservadora (Verde), Sustentabilidade Organizacional Sinérgica (Amarelo) e Sustentabilidade Organizacional Holística (Turqueza).

Figura 05: Níveis de ambição de sustentabilidade



Fonte: Adaptado de Van Marrewijk (2010).

Van Marrewijk (2010) entende que no primeiro nível quase não existe ambição para alcançar a sustentabilidade organizacional, sendo apenas cumpridas exigências externas, como exemplo as leis. O estágio baseado no compliance as organizações entendem a sustentabilidade como uma obrigação, um dever legal. Neste nível o senso de dever moral também está presente, podendo considerar caridades para gerar um bem estar na sociedade. A sustentabilidade é estimulada por imposições e pode ser admitida como um comportamento correto. (Van Marrewijk, 2010).

O terceiro nível baseado por resultados evidencia aspectos sociais, éticos e ecológicos, desde que resultem em lucro. Neste momento a sustentabilidade é tratada como um negócio, pelo qual se mantém uma imagem, uma melhoria da reputação. A sustentabilidade organizacional é relacionada diretamente com o desenvolvimento financeiro. (Van Marrewijk e Werre, 2003; Gonçalves, 2017; De Moura *et al.*, 2022). Este patamar para ser adaptado a esta pesquisa foi denominado nível de sustentabilidade baseado por resultados, considerando que o CBMPR não possui fins lucrativos e se trata de uma instituição pública. Neste caso, necessita de um retorno benéfico de suas ações sustentáveis, um retorno positivo para à Corporação.

Van Marrewijl (2010) descreve que o nível conservador visa equilibrar as preocupações econômicas, sociais e ecológicas, apresentando uma responsabilidade social, sem necessitar de obrigações legais e lucros para agir de forma sustentável.

O nível sinérgico entende o desenvolvimento sustentável como peça chave para o progresso, criando valor nos âmbitos econômico, social e ecológico. Neste momento as organizações compreendem que a sustentabilidade organizacional é vantajosa para todos. (Van Marrewijk e Werre, 2003; Gonçalves *et al.*, 2017; De Moura *et al.*, 2022)

Por fim, Van Marrewijl (2010) afirma que o nível holístico é atingido quando a sustentabilidade integral em todos os aspectos da organização e compreensão de todos os envolvidos. Neste estágio a sustentabilidade é tratada como uma responsabilidade universal para com todos os outros seres, na qual cada indivíduo e cada organização possuem responsabilidades com as gerações futuras.

Resta Claro que apesar de muita teoria envolvendo o tema, o mais importante são as ações desenvolvidas em busca deste equilíbrio, a teoria do agir organizacional. O caminho está marcado e traçado para que as organizações sigam em direção à sustentabilidade equilibrando fatores como economia, meio ambiente e sociedade.

Hopwood *et al.* (2005) concluem que embora aberto a muitas interpretações, o desenvolvimento sustentável deve se basear na apreciação dos vínculos estreitos entre o meio ambiente e a sociedade, de modo que a igualdade social e ambiental é fundamental.

Munck (2014) disserta que os seres humanos dependem do meio-ambiente para sobreviver, assim como a economia depende da sociedade; uma relação que às vezes parece não denotar sua importância para as autoridades, mas que estão intrinsecamente ligadas com o desenvolvimento sustentável. Resta claro, a necessidade de um equilíbrio nos processos de desenvolvimento, devendo o crescimento ser planejado, organizado e mensurado, para evitar impactos negativos para as gerações futuras.

Para que os princípios da sustentabilidade organizacional integrem a prática da corporação, é necessário o estabelecimento de políticas internas que promovam a sinergia entre a responsabilidade social (moral e ética) e desenvolvimento sustentável através de meios de produção mais limpos que minimizem possíveis degradações ambientais, não comprometendo o atendimento às gerações futuras (Munck, 2014).

O autor afirma que esta preocupação com o hoje e a qualidade de vida no futuro, desafia às organizações sociais e políticas, a buscarem a conscientização da população e das organizações, propondo ações relevantes, voltadas ao desenvolvimento sustentável, propiciando um ambiente saudável e próspero.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo relata os aspectos que norteiam e delimitam o estudo, sendo especificado o problema que foi enfrentado pela pesquisa. Com base nas teorias apresentadas, a saber, Abordagem da Estratégia como Prática Social e Teorias relacionadas ao tema sustentabilidade, são discutidos os procedimentos metodológicos utilizados nesse estudo. Sendo constituídas as hipóteses de pesquisa, a descrição do método de trabalho e os instrumentos metodológicos empregados em seu desenvolvimento.

3.1 DELINEAMENTO E DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

Os estudos organizacionais são complexos e trazem consigo uma vasta quantidade de teorias e análises. Collis e Hussey (2005) discorrem que a produção de conhecimento é multifacetada e os pesquisadores podem explicar um fenômeno de diversas formas, e que se o estudo for consistente, com qualidade e garantindo o rigor, terá uma contribuição legítima.

Neste viés Whetten (2003) indaga o que seria uma contribuição legítima, que agrega valor à ciência, e elenca uma série de conceitos para o desenvolvimento de uma teoria, sendo questionamentos que o pesquisador deve atender na produção do conhecimento – “o quê-como-por que-quando-onde-quem”. Para ele nem um estudo parte do zero, e todos os pesquisadores desenvolvem seus pensamentos com base em teorias existentes, devendo apresentar um resultado com informações novas, que altere a prática organizacional, convincentes, confiáveis, bem elaborado, contemporâneo, de fácil leitura provocando interesse nas pessoas.

Cabe destacar que referências, dados, listas de variáveis, construtos, diagramas, hipóteses não são teorias, mas sim ferramentas para embasar e dar credibilidade a uma teoria, ou seja, uma pesquisa não pode ser a replicação de textos referenciados, não pode ser o demonstrativo de números em gráficos. Sutton (1995) diz que uma teoria é um conjunto de argumentos convincentes e logicamente interconectados, são dados, conhecimentos e fenômenos processados, analisados e comparados, que possibilitam a produção de uma teoria.

A metodologia segundo Grix (2002) se constitui dos procedimentos de coleta e análise de dados empregados pelo pesquisador. O trabalho em questão utilizará uma abordagem qualitativa visando entender o fenômeno da sustentabilidade em um caso

concreto, para compreender processos e significados, analisando a estratégia como prática social.

Martins (2004) entende que esta abordagem permite uma aproximação do pesquisador com o contexto social estudado, tendo como característica a flexibilidade, se adequando com o ambiente que está sendo estudado. Godoy (2006) indica que na pesquisa qualitativa os dados são coletados por documentos, fotografias, desenhos, vídeos, entrevistas e anotações de campo.

Para Triviños (2010) sua classificação em relação à realização dos objetivos, ou seja, quanto aos fins, foi de caráter descritivo e exploratório, por identificar informações que conduzem a descrição do assunto estudado. Collis e Hussey (2005) reforçam que o estudo de natureza descritiva se destina a obtenção de informações, descrevendo o evidenciado, analisando e explicando o porquê do fenômeno estar ocorrendo. No caso em tela, se busca identificar os atores envolvidos, detalhar as práticas e práxis sustentáveis presentes no CBMPR, bem como estabelecer o nível da sustentabilidade organizacional.

O caráter descritivo decorre da apresentação profunda de um fenômeno social, e caráter exploratório por atingir uma realidade específica, no caso a sustentabilidade no CBMPR, além de permitir contato em campo com os atores em questão (Godoy e Balsini, 2006).

Partindo deste cenário, o método empregado foi o estudo de caso, estruturado em perspectivas empíricas e correlacionando às teorias voltadas ao tema. Stake (2008) caracteriza o estudo de caso como sendo uma investigação de um fenômeno, em profundidade, interpretando situações específicas pela coleta e análise de dados.

O estudo de caso deve ser relevante, completo, abranger diferentes perspectivas, sendo elaborado de forma envolvente com evidências suficientes. O estudo de caso pode ser considerado uma estratégia, se subsidiando por diversas fontes de evidências, como entrevistas, questionários e documentos, o que possibilita uma compreensão profunda do caso estudado.

Stake (2008) classifica os estudos de caso em três tipos: intrínseco, instrumental e coletivo. O intrínseco é um estudo de caso único, particular. O instrumental tem como objetivo principal gerar discussões sobre um assunto, e a partir de um caso produzir conhecimento de algo. Por fim o estudo de caso é classificado como coletivo quando a pesquisa se estende a vários casos, representando um grupo. Neste sentido, são analisados diversos objetos individualmente, sendo selecionadas e comparadas as características significativas, resultando em uma análise mais profunda do fenômeno em estudo.

Para a presente pesquisa, utilizou-se o método de estudo de caso, em um nível coletivo (Stake, 2008), para entender as estratégias sustentáveis e o nível de sustentabilidade no CBMPR, sendo um método único de estudo organizacional, que revela padrões e alterações de padrões dentro do fenômeno de modo individualizado e generalizado.

A pesquisa utilizará uma abordagem qualitativa, tendo como instrumentos de pesquisa entrevistas semiestruturadas, diário de campo, observação não participante e pesquisa documental. O processamento e obtenção de resultados se deram pela análise de conteúdo e triangulação de dados.

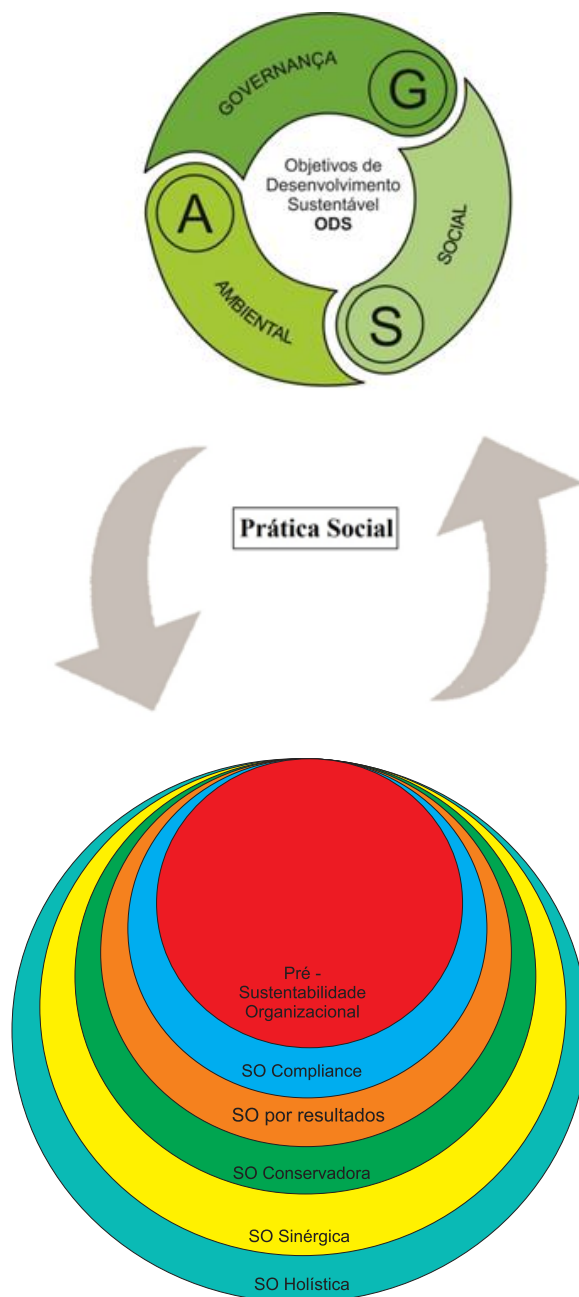
3.2 CATEGORIAS DE ANÁLISE E MODELO TEÓRICO

O Modelo Teórico de pesquisa destaca as relações existentes entre os construtos analisados. (Hair *et al.*, 2015) Ou seja, uma correspondência entre os pontos centrais das teorias apresentadas no referencial teórico deste trabalho, sendo a Abordagem da Estratégia como Prática Social apresentada por Whittington (1996), o fenômeno da sustentabilidade organizacional com as três dimensões que estruturam e solidificam a sustentabilidade conforme Elkington (2011) e os níveis sustentáveis descritos por Van Marrewijk (2010).

Nesta esteira a Figura 06 apresenta uma ordem crescente de informações e variáveis que permitem classificar o estágio sustentável que uma organização se encontra. Inicialmente se faz necessário a adesão da organização pelos Objetivos de Desenvolvimento sustentável proposto pela ONU. Ato contínuo definir o quanto equilibrado está à sustentabilidade organizacional, identificando se as estratégias estão voltadas para os três pilares da sustentabilidade organizacional, (Ambiental, Social e Governança). Por fim em uma análise da organização é possível verificar o nível de sustentabilidade organizacional partindo de um patamar em que ela praticamente não existe até uma sustentabilidade holística, em que toda estrutura e pessoas envolvidas são conscientes e voluntárias para um desenvolvimento sustentável e preventivo as gerações futuras.

Considerando todo o conteúdo apresentado podemos inferir que o nível de sustentabilidade de uma organização é proporcional ao equilíbrio dos pilares da sustentabilidade, combinado aos resultados favoráveis das estratégias sustentáveis, baixa resistência dos atores envolvidos e apoio dos *champions*.

Figura 06: Modelo Teórico ODS e nível de sustentabilidade organizacional



Fonte: Elaborado pelo autor.

Cooper e Schindler (2011) ensinam que as categorias analíticas devem responder à questão de pesquisa, sintetizando e esclarecendo as informações relatadas pelos entrevistados. Para tanto divide em dois tipos de categorias: constitutiva e operacional. A definição constitutiva trata do levantamento bibliográfico presente no referencial teórico, conceituando e embasando a categoria analítica enquanto a definição operacional se refere aos procedimentos de verificação empíricos, a ligação entre conceitos e a prática.

Desta forma, foram descritos os construtos, categorias e subcategorias de análise, que possibilitarão verificar quais dimensões de sustentabilidade são praticadas no Corpo de Bombeiros, entender como é a prática social e a estratégia na instituição, e também mensurar o nível de conscientização, conforme demonstrado nos quadros a seguir:

Quadro 07: Categoria de Análise Sustentabilidade

Categoria	Subcategorias	Definição Conceitual	Definição Operacional
Sustentabilidade	ODS	A Agenda 2030 é um acordo histórico sobre o desenvolvimento sustentável mundial. Trata-se de um plano de ação para o período compreendido de 2015 a 2030, composto por 17 objetivos e 169 metas, com um apelo global à ação para acabar com a pobreza, garantir paz e prosperidade as pessoas e proteger o meio ambiente e o clima (Halle e Wolfe, 2016) (Pacto Global, 2022a)	1. Você conhece os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável propostos pela ONU? 2. A sua unidade possui práticas para adesão e contribuição aos ODS?
	Pilar Social	Aborda os impactos sociais gerados pelas inovações dentro e fora da organização. São tratados assuntos relativos às necessidades básicas, como alimentação, saúde, educação, cidadania, desigualdade social (Elkington, 2011; Sachs, 2007).	3. Existe alguma prática, ação, estratégia ou programas voltados à sustentabilidade social, que tratam das condições de trabalho, das demandas pessoais dos bombeiros-militares ou da sociedade em que a unidade está inserida? Explique?
	Pilar Ambiental	Trata do capital natural de uma organização ou sociedade. São expressas tarefas para manter o ecossistema capaz de fornecer seus recursos para sobrevivência humana, devendo ser preservado, ampliado sua capacidade de fornecimento de recursos e se atentando para a absorção de resíduos gerados, minimizando os impactos gerados ao meio ambiente (Elkington, 2011)	4. No aspecto ambiental quais seriam as contribuições para o desenvolvimento sustentável do planeta?
	Pilar Governança	Relacionado às esferas administrativas e de gestão da organização, considerando a independência e diversidade do conselho, política de remuneração, transparência e ética. Busca garantir as melhores práticas para que nenhuma das partes seja prejudicada (Ramic, 2019)	5. Como é tratada a perspectiva de governança relacionada à sustentabilidade? Existe transparência, ética e combate à corrupção?

Fonte: Adaptado de Cappellari et al. (2021).

Quadro 08: Categoria de Análise Estratégia como Prática Social

Categoria	Subcategorias	Definição Conceitual	Definição Operacional
Estratégia como Prática Social	Práticas	Práticas são procedimentos comportamentais, cognitivos, discursivos, motivacionais, rotinas, processos, ferramentas pelo qual o trabalho estratégico é executado (Jarzabkowski e Spee, 2009)	<p>6. Em sua opinião o CBMPR e sua unidade consideram a sustentabilidade como parte da estratégia?</p> <p>7. O CBMPR e sua unidade elaboraram e disseminaram regras para orientar os bombeiros em relação à sustentabilidade?</p> <p>8. Existem políticas e procedimentos específicos para trabalhar com a sustentabilidade no CBMPR e na sua unidade?</p> <p>9. Você já participou de algum evento, treinamento realizado pelo CBMPR ou por sua unidade divulgando práticas relacionadas ao desenvolvimento sustentável?</p>
	Práxis	<p>A palavra grega ‘práxis’ remete à atividade real, o que realmente é praticada (Whittington, 2006)</p> <p>A estratégia é criada, desenvolvida e executada por pessoas, logo o comportamento humano é essencial para entender uma organização, e por esse prisma a estratégia é percebida como prática social (Whittington, 2006)</p>	<p>10. Como surgiu a ideia de implantar ações de sustentabilidade na unidade?</p> <p>11. A inserção da sustentabilidade se deu por alguma pressão interna ou externa? Explique.</p> <p>12. A unidade busca se assemelhar com as demais que possuem este tipo de comportamento?</p> <p>13. Como são executadas essas práticas sustentáveis?</p> <p>14. O que essas práticas têm contribuído com a sociedade e o meio ambiente?</p>
	Atores	O comportamento das pessoas está inserido em uma rede de relações sociais, e fatores como formação educacional e profissional, família, estado, religião, origem étnica, valores podem influenciar na tomada de decisões. Para o autor os atores sociais não são indivíduos imparciais, calculistas, mas pessoas enraizadas em sistemas sociais (Whittington, 2002)	<p>15. Quem são os principais atores envolvidos na implantação desta temática?</p> <p>16. Como é a aceitabilidade das práticas sustentáveis pelos bombeiros-militares? Existem resistências?</p> <p>17. Como você vê o futuro da sustentabilidade no CBMPR?</p> <p>18. Você considera que existe engajamento dos Gestores da sua unidade pela busca do desenvolvimento sustentável, contribuindo assim com os ODS?</p>

Fonte: Adaptado de Alves (2012) e Cappellari *et al.* (2021).

Quadro 09: Categoria de Análise Níveis de sustentabilidade

Categoria	Subcategorias	Definição Conceitual	Definição Operacional
Níveis de sustentabilidade	Pré-sustentabilidade	Momento em que não existe uma sustentabilidade propriamente dita, sendo respostas a motivações externas como legislações atinentes ao tema (MARREWIJK, 2010)	19. No seu entendimento a sustentabilidade só existe no CBMPR para cumprir alguma exigência externa?
	Sustentabilidade organizacional baseada no Compliance	As organizações entendem a sustentabilidade como uma obrigação, um dever legal. Neste estágio o senso de dever moral existe, podendo existir ações decorrentes de caridade (MARREWIJK, 2010)	20. Para você a sustentabilidade no CBMPR é entendida como dever legal, sendo verificadas algumas ações isoladas decorrentes de um dever moral?
	Sustentabilidade organizacional por resultados	As estratégias e ações são baseadas em lucro, sendo a sustentabilidade tratada como um negócio, resultando em uma boa imagem institucional (MARREWIJK, 2010)	21. Em sua opinião a sustentabilidade é tratada como um negócio, possibilitando uma melhoria na imagem e reputação do CBMPR?
	Sustentabilidade organizacional Conservadora	Procura equilibrar as preocupações econômicas, sociais e ambientais, demonstrando uma responsabilidade social, sem agir somente no cumprimento de obrigações e visando lucros (MARREWIJK, 2010)	22. Você acredita que as iniciativas sustentáveis do CBMPR vão além da conformidade legal e do objetivo da lucratividade tratando igualmente os aspectos sociais, ambientais e econômicos?
	Sustentabilidade organizacional Sinérgica	Adota o desenvolvimento sustentável como peça chave para o progresso, criando valor econômico, social e ecológico. Objetivo é ganhar em conjunto (MARREWIJK, 2010)	23. Você entende que existe uma iniciativa em todas as áreas do CBMPR, para incorporar questões sustentáveis nas práticas, por considerar um ponto crucial para progredir no longo prazo?
	Sustentabilidade organizacional Holística	A Sustentabilidade é tratada como uma responsabilidade universal, estando totalmente integrada e incorporada na organização, demonstrando que cada indivíduo possui responsabilidades com as gerações futuras (MARREWIJK, 2010)	24. Você acredita que a responsabilidade social, ambiental e econômica é uma preocupação constante do CBMPR, visando à qualidade para gerações futuras e continuação da vida?

Fonte: Adaptado de Cappellari *et al.* (2021).

As categorias presentes nos Quadros 07, 08 e 09 são: Sustentabilidade, Estratégia como Prática Social e Níveis de sustentabilidade. As subcategorias consideradas foram: ODS, Pilar social, Pilar Ambiental, Pilar Governança; Práticas, Práxis e Atores; e Pré-sustentabilidade, Sustentabilidade Organizacional baseada no compliance, Sustentabilidade Organizacional por resultados, Sustentabilidade Organizacional

conservadora, Sustentabilidade Organizacional sinérgica e Sustentabilidade Organizacional holística.

Os conceitos, definições, propósitos e objetivos relacionados às categorias e subcategorias foram apresentados no referencial teórico, sendo que a coleta de dados permite responder os objetivos traçados.

3.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS E ANÁLISE DE PESQUISA

Para realização da parte empírica da pesquisa a coleta de dados foi realizada por meio de múltiplas fontes de evidências. Ao se pinçar os ensinamentos de Stake (2008) esse método permite triangular dados e atingir uma visão ampla da situação. As fontes primárias de dados foram entrevistas semiestruturadas, diário de campo e observações diretas não participantes. As fontes secundárias foram sites corporativos, documentos institucionais e registros em arquivos.

A técnica de entrevista semiestruturada consiste em perguntas abertas, com roteiro pré-definido, não rígido, sendo desenvolvido a partir das teorias estudadas (Flick, 2004). No caso em tela, nas entrevistas foi aplicado um roteiro semiestruturado (Apêndice C). Destaca-se que para cada uma das entrevistas foi produzido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice D), conforme Resolução CNS 466/2012, que tem o intuito de declarar por parte do entrevistado, a ciência e concordância da utilização dos dados coletados na pesquisa. As entrevistas foram realizadas de forma presencial, sendo gravadas e guardadas conforme estabelecido pelo Comitê de Ética.

O objetivo desta pesquisa foi verificar a sustentabilidade nas principais unidades do CBMPR, localizadas nas principais cidades do estado, desta forma, foi entrevistado um bombeiro-militar que desempenha atividades em cada local investigado.

Churchill (1998) discorre que a escolha por seleção e julgamento é identificar elementos da população que possam fornecer contribuições úteis para pesquisa. Complementa Minayo (1998) que na pesquisa qualitativa não se deve preocupar com quantidade de entrevistas, mas aprofundar a compreensão do fenômeno, e para isso selecionar sujeitos que detêm atributos que o pesquisador pretende conhecer.

Desta forma, foi solicitada autorização ao Comando Geral do CBMPR para entrevistar bombeiros-militares que atuam na esfera de planejamento ou tem conhecimento/interesse sobre o tema sustentabilidade no Corpo de Bombeiros, nas sedes

das 19 unidades operacionais, 3 Comandos Regionais e no Comando do Corpo de Bombeiros, totalizando 23 locais de estudo.

A entrevista foi dividida em duas partes, sendo a primeira destinada a coletar informações dos entrevistados (Apêndice A) e a segunda destinada à pesquisa propriamente dita (Apêndice C), visando compreender as práticas sustentáveis e estabelecer o nível de sustentabilidade do CBMMPR, conforme categorias analíticas indicadas anteriormente.

As observações diretas não participantes são relevantes para pesquisa, sendo utilizados os sentidos do pesquisador para obtenção de determinados aspectos da realidade em que se examinam os fenômenos (Marconi e Lakatos, 1999). Desta forma, nos dias das entrevistas, foi realizada uma visita nas dependências dos Postos de Bombeiros, verificando aspectos relevantes em cada local, conforme critérios previstos no Quadro 10 (Apêndice E). Para elaboração buscou-se critérios objetivos para identificação de práticas e práxis sustentáveis, visando à imparcialidade do pesquisador e demonstrar a realidade de cada organização bombeiro militar (OBM).

Ainda foi necessária uma isenção durante a coleta de dados, para não comprometer a pesquisa com os pré-conceitos e experiências vividas na organização pelo pesquisador, nestes 16 anos como bombeiro militar.

Importante ressaltar, que as visitas e entrevistas foram realizadas no período de férias ou folga do pesquisador, visando uma neutralidade junto aos respondedores, buscando eliminar a hierarquia de funções na instituição, e propiciar o enriquecimento de informações.

Foi desenvolvido um diário de campo, preenchido em todas as visitas e entrevistas, com observações não participantes, que contribuíram com o objetivo da pesquisa (Godoy, 2006). Em todas as visitas, seja durante o reconhecimento dos Postos de Bombeiros, antes do início da gravação da entrevista, ou mesmo após a aplicação do questionário semiestruturado, os respondentes explanavam sobre o tema sustentabilidade, sobre o CBMMPR, sobre as práticas e práxis sustentáveis e os atores envolvidos, fornecendo informações fundamentais para compreensão do assunto.

Os dados secundários foram fornecidos pelos respondedores, como documentos institucionais, registros em arquivos e dados estatísticos oriundos dos sistemas digitais de gestão da Corporação. Ainda foi possível captar muitas informações do site institucional, possibilitando um enriquecimento e aprofundamento do conhecimento relativo ao caso estudado.

Quadro 10: Ações sustentáveis realizadas no CBMPR

OBSERVAÇÕES NÃO PARTICIPANTE	OBM
Coleta seletiva de lixo	
Separação de lixo orgânico e lixo reciclável	
Participação na restauração e proteção de ecossistemas relacionados com a água	
Captação de água pluvial	
Reutilização de água para lavagem da edificação e viaturas	
Reutilização de água para reabastecimento dos caminhões de incêndio	
Controle de coleta, armazenamento e destino de óleos e combustíveis derivados de petróleo oriundos de viaturas e equipamentos	
Controle de coleta, armazenamento e destino de óleos de cozinha	
Controle de coleta, armazenamento e destino dejetos de animais e produtos veterinários, quando for o caso.	
Controle de coleta, armazenamento e destino de baterias automotivas, pneus e equipamentos de comunicações	
Controle de coleta, armazenamento e destino de pilhas e lâmpadas	
Controle de coleta, armazenamento e destino resíduos laboratoriais e hospitalares	
Local destinado adequado para limpeza de viaturas utilizadas no atendimento pré-hospitalar	
Local destinado e adequado para limpeza e manutenção de viaturas em geral	
Utilização de fontes de energia renováveis, limpa (painéis fotovoltaicos ou outras)	
Incentivo ao conceito de Economia Circular	
Incentivo para diminuição da geração de produtos recicláveis e descartáveis	
Incentivo para reaproveitamento de papel, utilização de papel reciclado e outros itens recicláveis	
Incentivo de consumo de produtos biodegradáveis	
Utilização de objetos sustentáveis na edificação visando economia de água potável (torneiras e descargas com baixo consumo de água e automáticos)	
Aquecimento solar da água de piscinas, tanques de mergulho, quando for o caso	
Utilização de objetos sustentáveis na edificação visando economia energética. (Aparelhos eletrônicos e eletrodomésticos com selo Procel, com melhor eficiência energética, e lâmpadas LED).	
Utilização de objetos sustentáveis na edificação visando menor geração de resíduos e consumo (Localização, áreas verdes, telhas e tintas térmicas, cores das paredes, ventilação e luminosidade por janelas)	
Incentivo de caronas veiculares solidárias	
Incentivo de reuniões remotas utilizando recursos tecnológicos	
Seleção de fornecedores alinhados com a sustentabilidade	
Existência de espaço destinado a atividades físicas	
Existência de espaço destinado a reabilitação física e mental	
Existência de espaço religioso	
Incentivo à educação, aperfeiçoamento técnico e evolução cultural dos bombeiros	
Incentivo à educação, cidadania, aperfeiçoamento técnico e profissional, evolução cultural da sociedade	
Incentivo à igualdade de gêneros	
Incentivo à participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança	
Campanhas sociais de arrecadação de comidas, roupas, cobertas, brinquedos e similares envolvendo a comunidade	
Programas voltados à qualidade de vida, hábitos religiosos, saúde física e mental dos bombeiros	
Programas voltados à qualidade de vida, hábitos religiosos, saúde física e mental dos bombeiros aos familiares dos bombeiros	
Programas voltados à qualidade de vida, hábitos religiosos, saúde física e mental da população em geral	
Transparência e acesso público as informações relacionadas a gestão	
Fortalecimento do Estado de Direito e acesso à justiça a todos	
Parcerias eficazes nos âmbitos públicos, público-privados, privados e da sociedade civil	

Fonte: Elaborado pelo autor.

3.3.1 Perfil dos entrevistados

Conforme exposto no Quadro 11, o perfil dos entrevistados foi organizado de acordo com as seguintes informações: OBM, sexo, idade, formação acadêmica, tempo de serviço, tempo de serviço no local e função. Para garantir a preservação da identidade destes, os 23 entrevistados foram denominados por: Entrevistado 01 a Entrevistado 23.

Quadro 11: Perfil dos entrevistados

(continua)

Identificação nas Citações	OBM	Sexo	Idade	Formação Acadêmica	Tempo de serviço (Anos)	Tempo de serviço no local (Anos)	Função
Entrevistado 01	CCB	Masculino	39	Direito	18	1	Controlador Geral Interno
Entrevistado 02	1° CRBM	Masculino	34	Administração	16	2	Chefe Seção de Logística e Finanças
Entrevistado 03	2° CRBM	Masculino	47	Turismo	29	5	Auxiliar Subseção de Logística e Finanças
Entrevistado 04	3° CRBM	Masculino	47	História	28	3	Auxiliar Subseção de Logística e Finanças
Entrevistado 05	1° GB	Masculino	42	Geografia	24	11	Subcomandante e GB
Entrevistado 06	2° GB	Masculino	38	Direito	13	8	Comandante SB
Entrevistado 07	3° GB	Masculino	34	Engenharia Civil	16	13	Comandante SGB
Entrevistado 08	4° GB	Masculino	33	História	8	5	Chefe Subseção de Logística e Finanças
Entrevistado 09	5° GB	Masculino	36	Engenharia Mecânica	6	6	Chefe Subseção de Logística e Finanças
Entrevistado 10	6° GB	Masculino	42	Engenharia Elétrica	17	17	Auxiliar Subseção de Logística e Finanças
Entrevistado 11	7° GB	Masculino	53	Gestão Pública	33	13	Auxiliar Subseção de Pessoal
Entrevistado 12	8° GB	Masculino	41	Educação Física	18	12	Comandante SGB
Entrevistado 13	9° GB	Masculino	38	Relação Pública	13	13	Auxiliar Subseção de Pessoal

Quadro 11: Perfil dos entrevistados

(conclusão)

Identificação nas Citações	OBM	Sexo	Idade	Formação Acadêmica	Tempo de serviço (Anos)	Tempo de serviço no local (Anos)	Função
Entrevistado 14	10° GB	Masculino	37	Curso de Formação de Oficiais	16	11	Chefe Subseção de Logística e Finanças
Entrevistado 15	11° GB	Feminino	34	Publicitária	10	5	Chefe Subseção de Pessoal
Entrevistado 16	12° GB	Masculino	29	Direito	8	2	Chefe Subseção de Logística e Finanças
Entrevistado 17	13° GB	Masculino	48	Ciências Contábeis	26	12	Chefe Subseção de Pessoal
Entrevistado 18	1° SGBI	Masculino	37	Administração	14	11	Chefe Subseção de Pessoal
Entrevistado 19	6° SGBI	Masculino	37	Curso de Formação de Oficiais	18	15	Chefe Subseção de Pessoal
Entrevistado 20	7° SGBI	Masculino	44	Curso de Formação de Oficiais	26	2	Comandante SGBI
Entrevistado 21	8° SGBI	Masculino	41	Química	18	2	Comandante SGBI
Entrevistado 22	9° SGBI	Masculino	34	Curso de Formação de Oficiais	13	2	Chefe Subseção de Logística e Finanças
Entrevistado 23	10° SGBI	Masculino	32	Administração	11	4	Chefe Subseção de Logística e Finanças

Fonte: Dados primários e secundários da pesquisa.

Os respondentes desse estudo atuam em áreas funcionais distintas, entre elas gerencial e estratégica, controladoria, financeira e pessoal. Dos 23 entrevistados, 91,30% são do sexo masculino e 8,70% feminino, resultado coerente ao perfil de bombeiros militares no Paraná, que é composto por 93,20% de homens, fator que pode estar atrelado às características de sua atividade finalística e pela inclusão de mulheres ter ocorrido somente no ano de 2005. Destaca-se que a idade média dos respondentes é de 39 anos, e com tempo médio de trabalho na instituição de 17 anos.

A formação acadêmica dos profissionais é bastante diversificada transitando nas áreas humanas, sociais aplicadas e exatas. Isto reflete o incentivo do CBMPR ao aperfeiçoamento técnico-profissional e acadêmico.

3.3.2 Coleta de dados, entrevistas e análise de conteúdo

O processo de coleta de dados foi iniciado com um contato aos Comandantes de cada OBM, explicando o teor da pesquisa autorizada pelo Comando Geral do CBMPR (Apêndice F), solicitando autorização para realizar uma visita no Posto de Bombeiro, e a indicação de um bombeiro militar para entrevista, que detivesse conhecimento sobre a temática sustentabilidade. Com os nomes indicados pelos Comandantes, os possíveis respondentes foram convidados a participar da entrevista, sendo que três bombeiros rejeitaram, informando não terem conhecimento suficiente no tema, sendo necessário solicitar novos indicados e assim obter o número de respondentes programado.

Ato contínuo foi realizado os agendamentos das visitas e entrevistas, diretamente com os respondentes voluntários, distribuídas nos meses de junho a setembro.

Quadro 12: Dados das entrevistas

OBM	Município	Data	Hora	Duração entrevista (minutos)
CCB	Curitiba	18/06/2023	9h	42
1° CRBM	Curitiba	18/06/2023	13h	35
2° CRBM	Londrina	03/07/2023	8h	21
3° CRBM	Cascavel	20/07/2023	9h	29
1° GB	Curitiba	19/06/2023	16h30min	26
2° GB	Ponta Grossa	23/07/2023	10h	22
3° GB	Londrina	03/07/2023	10h30min	24
4° GB	Cascavel	20/07/2023	10h30min	39
5° GB	Maringá	04/07/2023	10h30min	24
6° GB	São José dos Pinhais	19/06/2023	13h30min	27
7° GB	Curitiba	19/06/2023	9h	29
8° GB	Paranaguá	06/09/2023	10h	25
9° GB	Foz do Iguaçu	20/07/2023	15h	47
10° GB	Francisco Beltrão	10/07/2023	10h30min	28
11° GB	Apucarana	04/07/2023	14h	33
12° GB	Guarapuava	31/08/2023	10h30min	23
13° GB	Pato Branco	10/07/2023	8h	38
1° SGBI	Ivaiporã	05/07/2023	9h	26
6° SGBI	Umuarama	25/08/2023	9h	31
7° SGBI	Santo Antonio da Platina	03/07/2023	15h	26
8° SGBI	Cianorte	25/08/2023	16h	29
9° SGBI	Paranavaí	04/07/2023	8h	34
10° SGBI	Irati	24/07/2023	10h30min	24

Fonte: Dados primários e secundários da pesquisa.

O Quadro 12 apresenta dados relativos às entrevistas realizadas para coleta de dados deste trabalho, sendo que em cada local elencado acima, foi realizado uma visita nas dependências físicas do quartel, não estando contabilizado o tempo investido neste quesito. As entrevistas duraram uma média de 32 minutos e as visitas e conversas não gravadas em torno de 40 minutos.

A visita nas dependências dos Postos de Bombeiros possibilitou indagar os entrevistados sobre dúvidas decorrentes da observação não participante, bem como estreitar a relação entre pesquisador/respondente. O objetivo foi entender a dinâmica de trabalho e o local, antes de aplicar o questionário semiestruturado voltado ao desenvolvimento sustentável, visando enriquecer as informações coletadas. Ainda durante a entrevista foram utilizados vocabulários e gírias do grupo de bombeiros, buscando maior aproximação e compreensão do respondente, possibilitando um fluxo de conversa, e não simplesmente uma sequência de perguntas e respostas.

A organização e ordem das entrevistas se deram com base na localização geográfica das unidades, buscando aglutinar as unidades mais próximas, dinamizando o tempo e custos de viagem. No entanto foi priorizado o início das visitas e entrevistas no município de Curitiba, nos dias 18 de junho de 2023 e 19 de junho de 2023, por estar localizado o Comando Geral do CBMPR, responsável pela estratégia institucional.

O período de coleta ocorreu nos meses de junho, julho, agosto e setembro pela amplitude e distância dos locais, necessitando um agendamento e planejamento prévio, conforme disponibilidade dos respondedores, fruição de férias e folgas do pesquisador.

Em relação aos documentos coletados dizem respeito a organização interna do CBMPR, legislações aplicadas, dados estatísticos de atendimentos à ocorrências e desastres, dados estatísticos do efetivo, Postos de Bombeiros, população atendida, números de municípios com presença da organização, sobre as regiões atendidas, entre outros, que serviram de base para caracterização de cada OBM.

Após a coleta de dados das fontes primárias e secundárias estas foram processadas, utilizando da análise de conteúdo e triangulação de dados para compreender o fenômeno e atingir o objetivo da pesquisa.

A análise de conteúdo deve ser considerada uma abordagem metodológica, que organiza e interpreta os documentos além da leitura comum. Para Bardin (2016) são técnicas para interpretar as comunicações verbais ou não verbais, dividindo em três momentos. A primeira denominada pré-análise deve ser considerada uma fase de organização, articulando e sistematizando ideias. Na segunda fase ocorre a codificação,

categorização e enumeração dos documentos e evidências. E finalmente na terceira fase ocorre o tratamento dos resultados validando e identificando as informações relevantes, para então iniciar as interpretações e inferências.

Bardin (2016) afirma que existem três momentos na análise de conteúdo, sendo o primeiro momento de organização, sistematização das ideias denominado pré-análise. Neste contexto as entrevistas foram transcritas, catalogadas e categorizadas conforme a temática do conteúdo (Flick, 2004). Da mesma maneira, os documentos, dados e legislações foram separados para uma organização e leitura inicial.

Na sequência, foi realizada a codificação do material, enumerando em função de regras previamente formuladas (Bardin, 2016). Neste estudo, a análise de conteúdo foi realizada com base nas categorias de análise apresentadas no tópico 3.2 - Modelo Teórico e Categorias de Análise. Por fim, o autor afirma que deste tratamento dos documentos, é possível propor inferências e interpretações, de eventuais descobertas ou dos objetivos previstos.

Em complemento foi utilizado a técnica de triangulação de dados, pela qual verifica-se repetição de observações e interpretações, esclarecendo significados pelas múltiplas percepções. Isto torna a pesquisa muito mais profunda e ampla (Stake, 2011).

Com o tratamento dos dados oriundos das entrevistas semiestruturadas, legislações, relatórios estatísticos do CBMPR, dados do site institucional, diário de campo, observações não participante, literatura abordada, entre outros, se buscou pela técnica da triangulação padrões e elementos confiáveis para os resultados e considerações finais.

3.4 SÍNTESE DA METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos percorridos nesta pesquisa foram compilados no Quadro 13 para uma melhor compreensão do estudo, sendo resumidos os métodos de pesquisa aplicados nesta dissertação, as características, o período de tempo, a estratégia empregada, os locais de pesquisa, as pessoas entrevistadas, os instrumentos de pesquisa e técnicas de análise de dados.

Quadro 13: Síntese da metodologia de pesquisa

Parâmetros metodológicos	Classificação Metodológica
Características da pesquisa	Concepção Funcionalista, abordagem qualitativa e classificada como descritiva e exploratória.
Dimensão do tempo	Único. Período de levantamento dos dados: Junho a Setembro de 2023.
Estratégia da pesquisa	Estudo de caso múltiplo.
Local da pesquisa	Quartéis sede do Comando Geral, Comando Regional e unidades operacionais do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná.
Pessoas entrevistadas	23 bombeiros militares integrantes do quadro organizacional do Comando Geral do Corpo de Bombeiros, Comandos Regionais de Bombeiro Militar e das 19 unidades operacionais.
Instrumento de pesquisa	Entrevistas semiestruturadas, observações não participante, diário de campo, site institucional, documentos e materiais escritos.
Técnica de análise de dados	Análise de Conteúdo e triangulação de dados.

Fonte: Elaborado pelo autor.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

Este capítulo tem como objetivo discutir e compreender os resultados da pesquisa, sendo inicialmente apresentado o Corpo de Bombeiros Militar do Paraná, organização foco do estudo, explorando o primeiro objetivo específico desta dissertação, que é caracterizar as unidades do CBMPR.

Esse item foi respondido considerando dados coletados durante as visitas nos quartéis, sendo disponibilizadas informações pertinentes da organização, atrelado a observação não participante e suporte nas entrevistas para melhor compreensão dos dados. Para o segundo objetivo específico, identificar em quais temas abordados pelos 17 ODS o CBMPR está contribuindo e, o terceiro, compreender as práticas e práxis sustentáveis do CBMPR, focando nos atores sociais, nos seus relacionamentos e nos contextos que estão inseridos foram coletadas informações por meio da observação não participante, entrevistas semiestruturadas e diário de campo. O último objetivo específico definir o nível de sustentabilidade organizacional no CBMPR foi respondido pela triangulação de informações resultantes das coletas, podendo inferir o patamar de sustentabilidade em que se encontra a instituição, pela Matriz de Sustentabilidade proposta por Van Marrewijk.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO CBMPR

Esta pesquisa foi realizada no Corpo de Bombeiros Militar do Paraná. A Corporação foi selecionada pela relevância dos serviços prestados a sociedade. Considerando a atuação da instituição voltada à minimização de danos, salvaguarda de pessoas e ecossistemas, é possível estabelecer uma ligação ao tema sustentabilidade, e identificar as contribuições para o desenvolvimento sustentável e proteção das gerações futuras.

Em um breve relato histórico a prestação de serviços de combate ao fogo no estado do Paraná surgiu em 1897, com a Sociedade Teuto-Brasileira de bombeiros voluntários. Mais tarde foi criado o Corpo de Bombeiros do Paraná, pela Lei Estadual nº 1.133, de 23 de março de 1912, e o início das atividades ocorreu em 8 de outubro de 1912, após a leitura da primeira ordem do dia, pelo Major Fabriciano do Rego Barros, primeiro Comandante da Corporação (PARANÁ, 2017a).

Esta instituição centenária, baseada em princípios militares, esteve vinculada e subordinada à Polícia Militar do Paraná até o ano de 2022, quando pela Emenda Constitucional nº 53, de 14 de dezembro de 2022, ocorreu à desvinculação e emancipação, garantindo autonomia financeira e administrativa.

O Decreto Estadual nº 12.904, de 30 de dezembro de 2022, regulamentou o processo de transição da desvinculação do CBMPR, da PMPR, com prazo de até 12 meses, sendo previsto a adoção das leis, regulamentos e demais normas administrativas vigentes na PMPR, até a publicação de legislações específicas do CBMPR. Desta maneira, muitos documentos e dados utilizados nessa dissertação são aplicáveis ao CBMPR e PMPR (Paraná, 2022b).

Seus integrantes são denominados militares estaduais, e a corporação é força auxiliar e reserva do Exército Brasileiro. Tendo por base o artigo 9º, parágrafo 2º, inciso VI da Lei 13.675/2018. Ainda é integrante operacional do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) cujas atividades estão alinhadas com a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS).

O CBMPR buscando a melhoria contínua e eficiência na prestação de serviços utiliza o Plano Estratégico 2017-2025 para delinear as diretrizes estratégicas da Corporação.

O seu tripé estratégico (visão, missão e valores) foi estabelecido tendo como referência as atividades principais, estabelecidas na Constituição Estadual do Paraná:

Artigo 48A: “[...] Ao Corpo de Bombeiros Militar, força estadual, instituição permanente e regular, organizada com base na hierarquia e disciplina militares, compete à coordenação e a execução de atividades de defesa civil, o exercício do poder de polícia administrativa referente à prevenção a incêndios e desastres, o combate a incêndio e a desastres, a prevenção de acidentes na orla marítima e fluvial, buscas, salvamentos, socorros públicos e o atendimento pré-hospitalar, além de outras atribuições definidas em lei.” (Paraná, 1989).

Bulgacov *et al.* (2007) discorrem que os resultados estratégicos favoráveis são consequências dos valores e princípios éticos, sendo que boas práticas sociais e ambientais geram destaques na sociedade, e vão muito além do lucro. Complementa que o enfrentamento e combate a desigualdades sociais e escassez de recursos fundamentais se tornará necessário em um futuro próximo.

Cotejando o Plano Estratégico 2017-2025 do CBMPR verifica-se a orientação para sustentabilidade, conforme demonstrado no Quadro 14:

Quadro 14: Missão, Visão, valores CBMPR

MISSÃO	VISÃO	VALORES
<ul style="list-style-type: none"> - Proteger a vida - Proteger o meio-ambiente - Proteger o patrimônio, - Promover o desenvolvimento social responsável 	<p>Ser uma instituição militar estadual de excelência na prestação de serviços de bombeiros à sociedade, com foco no desenvolvimento sustentável.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Preservação da vida - Ética profissional - Espírito militar

Fonte: Adaptado de Paraná (2017a).

Sendo o CBMPR parte integrante da PMPR até o ano de 2022, ao pinçar o Plano estratégico 2022-2035 da PMPR, foi verificado a mesma inclinação para sustentabilidade organizacional.

Quadro 15: Missão, Visão, valores PMPR

MISSÃO	VISÃO	VALORES
<ul style="list-style-type: none"> - Promover Segurança Pública - Preservar a Ordem Pública - Defender a Sociedade - Respeitar os Direitos Humanos 	<p>Ser uma instituição militar estadual de excelência na prestação de segurança pública e proteção da sociedade, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Paraná.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Proteção da sociedade - Ética profissional - Espírito militar

Fonte: Adaptado de Paraná (2022c).

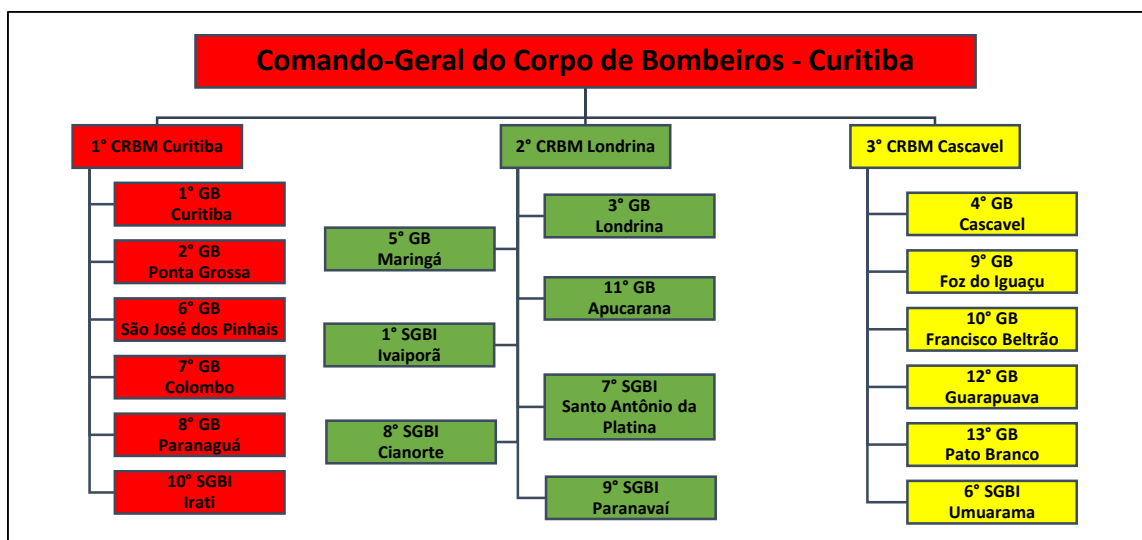
Insta salientar, que percorrendo os planos supracitados não foram identificados indicadores estratégicos ou metas estratégicas específicas ao desenvolvimento sustentável das organizações. Não foram identificadas publicações periódicas visando oficializar e sintetizar e avaliar suas ações sustentáveis.

O CBMPR está estrategicamente dividido em Comandos Regionais e Unidades operacionais, distribuídos no território paranaense, presentes em 68 municípios de modo a possibilitar atendimento direto a mais de 70% dos cidadãos paranaenses.

A fim de alcançar o objetivo desta pesquisa foram coletados dados por fontes primárias e secundárias no Comando-Geral do Corpo de Bombeiros, situado em Curitiba, capital paranaense, nos Comandos Regionais de Bombeiro Militar localizados em Curitiba – 1º CRBM, Londrina – 2º CRBM e Cascavel – 3º CRBM, nas sedes de Grupamento de Bombeiros (GB) nas cidades paranaenses de: Curitiba – 1º GB, Ponta Grossa - 2º GB, Londrina - 3º GB, Cascavel – 4º GB, Maringá – 5º GB, São José dos Pinhais – 6º GB, Colombo – 7º GB, Paranaguá – 8º GB, Foz do Iguaçu – 9º GB, Francisco Beltrão – 10º GB, Apucarana – 11º GB, Guarapuava – 12º GB e Pato Branco - 13º GB, e nas cidades sede de Subgrupamento de Bombeiros Independentes (SGBI):

Ivaiporã – 1° SGBI, Umuarama – 6° SGBI, Santo Antônio da Platina – 7° SGBI, Cianorte – 8° SGBI, Paranavaí – 9° SGBI e Irati – 10° SGBI.

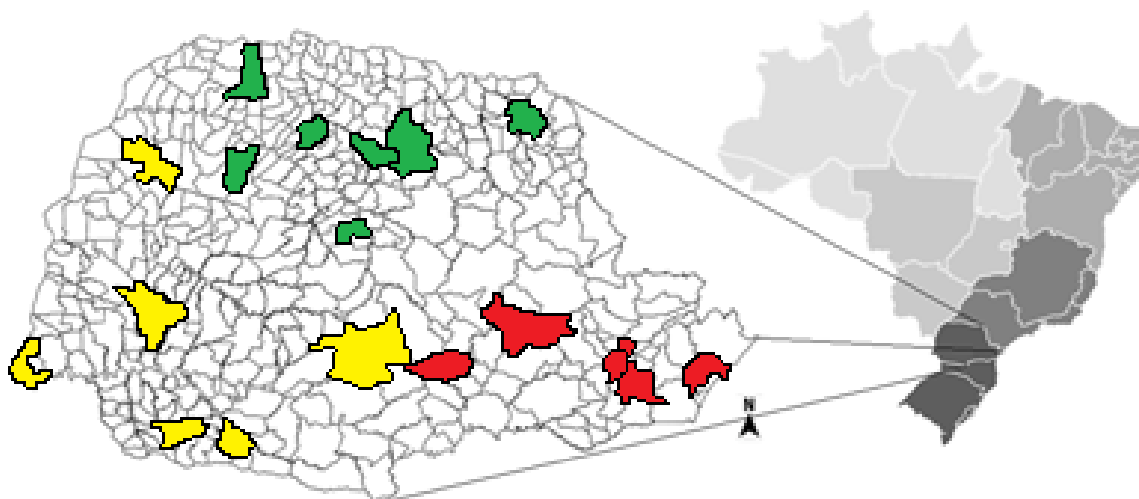
Figura 07: Articulação do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná



Fonte: Dados primários e secundários da pesquisa.

A Figura 08 apresenta o mapa do Brasil destacando o mapa do estado do Paraná e ainda a localização das 19 cidades que foram analisadas.

Figura 08: Mapa do Brasil com localização do estado do Paraná e 19 municípios



Fonte: Dados primários e secundários da pesquisa.

É possível observar que o estudo em tela abrangeu todas as regiões do Estado, atingindo diversas culturas, características e realidades locais, o que permitiu analisar

padrões de sustentabilidade na instituição, bem como as práticas, práxis, atores envolvidos e o nível de sustentabilidades conforme o local investigado. A complexidade cultural que compõe a sociedade paranaense resulta em demandas variadas, com raízes e soluções distintas.

4.2 DIAGNÓSTICO DE ATUAÇÃO DO CBMPR

Para uma contextualização da atuação do CBMPR no território paranaense, foram compilados dados dos Comandos Regionais e unidades operacionais, sendo delineado por meio da disposição das seguintes informações: município sede, municípios atendidos, população, área, estabelecimentos, frota, ocorrências 2022, postos bombeiro militar, postos brigada comunitária, efetivo previsto e efetivo existente, demonstrados nos Quadros 16, 17, 18 e 19:

Quadro 16: Dados e perfis do CBMPR e dos Comandos Regionais

OBM	CBMPR	1° CRBM	2° CRBM	3° CRBM
Município Sede	Curitiba	Curitiba	Londrina	Cascavel
Municípios atendidos	399	75	188	136
População	11.597.484	5.288.161	3.614.454	2.694.869
Área (km²)	199.308,08	63.802,71	65.220,12	70.285,25
Estabelecimentos	1.505.352	732.485	452.796	320.071
Frota	8.339.982	3.706.587	2.599.293	2.034.102
Ocorrências 2022	104.615	47.727	29.996	26.892
Postos Bombeiro Militar	100	43	26	31
Postos Brigada Comunitária	43	10	17	16
Efetivo previsto	4.521	1.951	1.360	1.210
Efetivo existente	2.845	1.246	834	765

Fonte: Dados primários e secundários da pesquisa.

Percebe-se no Quadro 16 que o 1° CRBM possui uma densidade demográfica maior que os outros Comandos Regionais, impactando no número de ocorrências atendidas, e a necessidade de um número maior de Postos e bombeiros militares.

Outra informação pertinente é a defasagem de pessoal na organização que atinge 37%, prejudicando diretamente a execução das atividades fim, bem como as atividades meio que englobam o tema sustentabilidade.

Extraí-se ainda que o CBMPR possui 100 Postos Bombeiro Militar e 43 Brigadas Comunitárias, não estando presente em todos os municípios do Estado do Paraná.

Quadro 17: Dados e perfis das unidades do 1º CRBM

OBM	1º GB	2º GB	6ºGB	7º GB	8º GB	10º SGBI
Município Sede	Curitiba	Ponta Grossa	São José dos Pinhais	Curitiba	Paranaguá	Irati
Municípios	1	18	14	14	7	21
População	1.963.726	816.120	1.036.933	730.351	302.544	438.487
Área (km²)	435,04	24.217,09	7.066,94	9.079,75	6.058,03	16.945,86
Estabelecimentos	363.978	87.572	125.749	83.587	35.882	35.717
Frota	1.665.540	511.356	659.917	446.921	149.842	273.011
Ocorrências 2022	17.579	11.133	8.736	4.825	3.857	1.597
Postos Bombeiro Militar	9	7	9	5	9	4
Postos Brigada Comunitária	0	5	0	1	0	4
Efetivo previsto	592	278	370	274	199	156
Efetivo existente	310	206	260	162	189	106

Fonte: Dados primários e secundários da pesquisa.

No âmbito do 1º CRBM é possível verificar a divisão do município de Curitiba em duas unidades operacionais, 1º GB e 7º GB, contando com 18 Postos de Bombeiro Militar. Isso se deve ao grande contingente populacional, grande frota e número elevado de estabelecimentos a serem protegidos.

Na capital do Estado e regiões metropolitanas não existem Posto de Brigada Comunitária, demonstrando que essa forma de parceria com as prefeituras municipais ocorreu no interior do estado.

Neste recorte destaca-se o 2º GB com a maior área de atuação do estado, perfazendo 24.217,09 km² e 18 municípios em sua área de atuação.

O 8º GB possui significativa atenção do CBMPR por contemplar o litoral paranaense, diversas áreas de preservação ambiental, e por sazonalmente aumentar drasticamente a população e frota de veículos, gerando um resultado negativo na preservação ambiental, elevação no número de ocorrências e uma mudança na rotina social. Em contrapartida existe um aporte econômico com as temporadas de verão.

A defasagem do efetivo nas unidades operacionais do 1º CRBM possui uma margem de variação alta, sendo o 8º GB com 5% a menor defasagem e o 1º GB com 52% a mais alta.

Quadro 18: Dados e perfis das unidades do 2° CRBM

OBM	3° GB	5° GB	11° GB	1° SGBI	7° SGBI	8° SGBI	9° SGBI
Município Sede	Londrina	Maringá	Apucarana	Ivaiporã	Santo Antonio da Platina	Cianorte	Paranavaí
Municípios	43	58	19	11	21	12	24
População	1.327.604	1.147.125	303.280	101.902	287.406	181.165	265.972
Área (km²)	14.511,80	19.195,77	5.696,92	4.763,81	7.581,84	4.394,80	9.075,48
Estabelecimentos	164.412	166.682	34.308	9.677	30.492	18.628	28.597
Frota	940.092	857.265	213.500	76.971	188.734	131.309	191.422
Ocorrências 2022	11.180	10.523	2.625	805	1.790	1.094	1.979
Postos Bombeiro Militar	9	9	3	1	2	1	1
Postos Brigada Comunitária	3	4	2	1	3	0	4
Efetivo previsto	443	419	128	56	104	65	81
Efetivo existente	304	233	85	44	73	38	57

Fonte: Dados primários e secundários da pesquisa.

O 2° Comando Regional de Bombeiro Militar abrange 47% dos municípios do estado, sendo que apenas o 5° GB é responsável por 58 municípios, seguido pelo 3° GB responsável por 43 municípios.

A defasagem média do efetivo atinge 38,67% seguindo a proporção do estado, com destaque ao 5° GB atingindo 44,39% e apresentando números significativos de estabelecimentos, frota, população e ocorrências atendidas no ano de 2022.

A maior concentração populacional está na área do 3° GB e 5° GB, totalizando 2.474.729 pessoas, refletindo no número total de ocorrências atendidas por estas unidades no ano de 2022 de 21.703.

Quadro 19: Dados e perfis das unidades do 3° CRBM

OBM	4° GB	9° GB	10° GB	12° GB	13° GB	6° SGBI
Município Sede	Cascavel	Foz do Iguaçu	Francisco Beltrão	Guarapuava	Pato Branco	Umuarama
Municípios	41	11	27	21	15	21
População	930.472	438.369	361.092	417.532	269.781	277.623
Área (km²)	18.858,21	5.140,76	7.768,12	19.007,57	9.278,09	10.232,50
Estabelecimentos	120.101	58.620	41.003	38.791	31.688	29.868
Frota	742.860	342.231	278.741	267.148	190.858	212.264
Ocorrências 2022	11.292	6.787	2.960	2.726	2.266	861
Postos Bombeiro Militar	8	8	4	4	4	3
Postos Brigada Comunitária	6	0	6	2	2	0
Efetivo previsto	343	212	145	164	123	109
Efetivo existente	219	159	108	100	103	76

Fonte: Dados primários e secundários da pesquisa.

O Quadro 19 permite inferir e destacar o 4º GB como sendo a unidade operacional do 3º CRBM com números mais expressivos em relação à população, frota estabelecimentos e número de ocorrências atendidas.

Outro destaque é a área de atuação do 12º GB de 19.007,57 km², e sua defasagem de efetivo de 39,63%, muito superior a outras unidades da mesma região com 25%.

O 9º GB responsável por 11 municípios está localizado em uma região de fronteira internacional, sendo que a cidade de Foz do Iguaçu possui diversos atrativos turísticos, aumentando significativamente a população flutuante, a frota de veículos e consequentemente o número de ocorrências.

4.3 PRÁTICAS E PRÁXIS SUSTENTÁVEIS NO CBMPR

As principais descrições em relação ao ambiente de estudo são tecidas neste tópico, sendo analisados os dados emergentes do campo à luz dos pilares teóricos sustentadores do estudo.

Considerando a amplitude do tema sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, a análise dos dados coletados seguirá em uma perspectiva interna do CBMPR, passando a um olhar externo, com as contribuições à sociedade.

4.3.1 Um Parêntese para apresentar a Defesa Civil

Durante a coleta de dados foi constatado a proximidade entre o CBMPR e a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (CEDEC), existindo uma parceria na execução de diversos projetos e campanhas visando o planejamento, coordenação, controle e orientação, em âmbito estadual, de todas as medidas preventivas, mitigatórias, de preparação, de resposta e recuperação relacionadas à proteção e defesa civil.

A Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), dispondo sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC), e as competências da União, Estados, Municípios e Distrito Federal.

A legislação prevê a integração às políticas de ordenamento territorial, desenvolvimento urbano, saúde, meio ambiente, mudanças climáticas, gestão de recursos

hídricos, geologia, infraestrutura, educação, ciência e tecnologia e às demais políticas setoriais, tendo em vista a promoção do desenvolvimento sustentável.

No Estado do Paraná, ao longo dos anos, a CEDEC passou por diversas transformações e aprimoramento em sua estrutura organizacional. Em uma perspectiva histórica recente, verifica-se que até o ano de 2019, as atividades atinentes às políticas de defesa civil eram atribuídas à Divisão da Defesa Civil (DDC), unidade integrante da estrutura organizacional da Casa Militar (CM), aprovado pelo Decreto Estadual nº 7.511, de 11 de junho de 2007. Em 3 de maio de 2019, por força da Lei Estadual nº 19.848, de 3 de maio de 2019, ocorreu a desvinculação da Casa Militar, denominando-se Coordenadoria Estadual da Defesa Civil (CEDEC), subordinada diretamente à Governadoria do Estado. A Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, reposicionou a CEDEC, com status de Secretária, junto à Governadoria.

No momento atual, o CBMPR disponibiliza 24 bombeiros militares, a fim de garantir a execução das atividades de Defesa Civil, por não existir um Quadro de cargos próprio na CEDEC, sendo que o Coordenador Estadual de Defesa Civil e o Coordenador Executivo da Defesa Civil são Coronéis do Quadro Bombeiro Militar, evidenciando e justificando as diversas práticas e práxis sustentáveis executadas pelo CBMPR em parceria com a CEDEC.

A CEDEC ramifica sua estrutura em 19 Coordenadorias Regionais de Proteção e Defesa Civil (CORPDEC) que prestam apoio a nível regional, de maneira a possibilitar maior proximidade entre a Coordenadoria Estadual e as Coordenadorias Municipais.

As CORPDECs são responsáveis por um número de municípios, sendo uma atribuição acumulada pelas 19 unidades operacionais do CBMPR, com os respectivos Comandantes exercendo a função de Coordenadores Regionais, e tendo a incumbência de articular e gerenciar junto aos municípios assuntos relativos à defesa civil.

Quadro 20: Estrutura CEDEC

CORPDEC	OBM vinculada	Município	Número de municípios
1ª CORPDEC	1º GB	Curitiba	1
2ª CORPDEC	2º GB	Ponta Grossa	18
3ª CORPDEC	3º GB	Londrina	40
4ª CORPDEC	4º GB	Cascavel	41
5ª CORPDEC	5º GB	Maringá	58
6ª CORPDEC	6º GB	São José dos Pinhais	14
7ª CORPDEC	7º GB	Curitiba	14
8ª CORPDEC	8º GB	Paranaguá	7
9ª CORPDEC	9º GB	Foz do Iguaçu	11
10ª CORPDEC	10º GB	Francisco Beltrão	27
11ª CORPDEC	11º GB	Apucarana	22
12ª CORPDEC	12º GB	Guarapuava	21
13ª CORPDEC	13º GB	Pato Branco	15
14ª CORPDEC	1º SGBI	Ivaiporã	11
15ª CORPDEC	6º SGBI	Umuarama	21
16ª CORPDEC	7º SGBI	Santo Antonio da Platina	21
17ª CORPDEC	8º SGBI	Cianorte	12
18ª CORPDEC	9º SGBI	Paranavaí	24
19ª CORPDEC	10º SGBI	Irati	21

Fonte: Dados primários e secundários da pesquisa.

4.3.2 Observações e evidências de campo

Considerando a coleta de dados realizada pela observação não participante e diário de campo, nas datas de realização das entrevistas, seguindo a definição de Whittington (2006) em que práticas são as rotinas compartilhadas de comportamento em um sentido mais amplo e as práxis o que realmente é praticado, a atividade real, foram compiladas práticas e práxis identificadas nos Postos de Bombeiros.

As observações permitiram identificar ações que visam à preservação do meio ambiente, e contribuem com a preservação de recursos naturais às gerações futuras (Elkington, 2011).

Foram ainda observadas ações voltadas ao conceito de governança e na esfera social, que demonstram a boa administração e o engajamento com o desenvolvimento sustentável da sociedade.

Quadro 21: Práticas e Práxis sustentáveis executadas no CCB e CRBMs

(continua)

Observações não participante	CCB	1° CRBM	2° CRBM	3° CRBM
Coleta seletiva de lixo	-	-	-	-
Separação de lixo orgânico e lixo reciclável	X	X	X	X
Participação na restauração e proteção de ecossistemas relacionados com a água	X	X	-	X
Captação de água pluvial	-	-	-	-
Reutilização de água para lavagem da edificação e viaturas	-	-	-	-
Reutilização de água para reabastecimento dos caminhões de incêndio	-	-	-	-
Controle de coleta, armazenamento e destino de óleos e combustíveis derivados de petróleo oriundos de viaturas e equipamentos	X	X	X	X
Controle de coleta, armazenamento e destino de óleos de cozinha	X	X	-	X
Controle de coleta, armazenamento e destino dejetos de animais e produtos veterinários, quando for o caso.	-	-	-	-
Controle de coleta, armazenamento e destino de baterias automotivas, pneus e equipamentos de comunicações	X	X	X	X
Controle de coleta, armazenamento e destino de pilhas e lâmpadas	X	X	-	X
Controle de coleta, armazenamento e destino resíduos laboratoriais e hospitalares	X	X	X	X
Local destinado e adequado para limpeza de viaturas utilizadas no atendimento pré-hospitalar	-	-	-	-
Local destinado e adequado para limpeza e manutenção de viaturas em geral	-	-	-	-
Utilização de fontes de energia renováveis, limpa (painéis fotovoltaicos ou outras)	-	-	-	-
Incentivo ao conceito de Economia Circular	-	-	-	-
Incentivo para diminuição da geração de produtos recicláveis e descartáveis	-	-	-	X
Incentivo para reaproveitamento de papel, utilização de papel reciclado e outros itens recicláveis	-	-	-	-
Incentivo de consumo de produtos biodegradáveis	-	-	-	-
Utilização de objetos sustentáveis na edificação visando economia de água potável (torneiras e descargas com baixo consumo de água e automáticos)	-	-	-	-
Aquecimento solar da água de piscinas, tanques de mergulho, quando for o caso	-	-	-	-
Utilização de objetos sustentáveis na edificação visando economia energética. (Aparelhos eletrônicos e eletrodomésticos com selo Procel, com melhor eficiência energética, e lâmpadas LED).	X	X	X	X
Utilização de objetos sustentáveis na edificação visando menor geração de resíduos e consumo (Localização, áreas verdes, telhas e tintas térmicas, cores das paredes, ventilação e luminosidade por janelas)	-	-	-	-
Incentivo de caronas veiculares solidárias	X	X	X	X
Incentivo de reuniões remotas utilizando recursos tecnológicos	X	X	X	X

Quadro 21: Práticas e Práxis sustentáveis executadas no CCB e CRBMs

(conclusão)

Observações não participante	CCB	1° CRBM	2° CRBM	3° CRBM
Seleção de fornecedores alinhados com a sustentabilidade	-	-	-	-
Existência de espaço destinado a atividades físicas	X	X	X	X
Existência de espaço destinado a reabilitação física e mental	X	-	-	-
Existência de espaço religioso	X	-	-	-
Incentivo à educação, aperfeiçoamento técnico e evolução cultural dos bombeiros	X	X	X	X
Incentivo à educação, cidadania, aperfeiçoamento técnico e profissional, evolução cultural da sociedade	X	X	X	X
Incentivo à igualdade de gêneros	X	X	X	X
Incentivo à participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança	X	X	X	X
Campanhas sociais de arrecadação de comidas, roupas, cobertas, brinquedos e similares envolvendo a comunidade	X	X	X	X
Programas voltados à qualidade de vida, hábitos religiosos, saúde física e mental dos bombeiros	X	X	X	X
Programas voltados à qualidade de vida, hábitos religiosos, saúde física e mental dos bombeiros aos familiares dos bombeiros	X	X	X	X
Programas voltados à qualidade de vida, hábitos religiosos, saúde física e mental da população em geral	-	-	-	-
Transparência e acesso público as informações relacionadas a gestão	X	X	X	X
Fortalecimento do Estado de Direito e acesso à justiça a todos	X	X	X	X
Parcerias eficazes nos âmbitos públicos, público-privados, privados e da sociedade civil	X	X	X	X

Fonte: Dados primários e secundários da pesquisa.

Quadro 22: Práticas e Práxis sustentáveis executadas nas unidades do 1° CRBM

(continua)

Observações não participante	1° GB	2° GB	6° GB	7° GB	8° GB	10° SGBI
Coleta seletiva de lixo	-	-	-	-	-	-
Separação de lixo orgânico e lixo reciclável	X	X	X	X	X	X
Participação na restauração e proteção de ecossistemas relacionados com a água	X	-	X	X	X	-
Captação de água pluvial	X	-	X	X	X	X
Reutilização de água para lavagem da edificação e viaturas	X	-	X	X	X	X
Reutilização de água para reabastecimento dos caminhões de incêndio	-	-	-	-	-	-
Controle de coleta, armazenamento e destino de óleos e combustíveis derivados de petróleo oriundos de viaturas e equipamentos	X	X	X	X	X	X
Controle de coleta, armazenamento e destino de óleos de cozinha	X	X	X	X	X	X

Quadro 22: Práticas e Práxis sustentáveis executadas nas unidades do 1° CRBM

(continua)

Observações não participante	1° GB	2° GB	6° GB	7° GB	8° GB	10° SGBI
Controle de coleta, armazenamento e destino dejetos de animais e produtos veterinários, quando for o caso.	-	-	-	-	-	-
Controle de coleta, armazenamento e destino de baterias automotivas, pneus e equipamentos de comunicações	X	X	X	X	X	X
Controle de coleta, armazenamento e destino de pilhas e lâmpadas	X	-	X	-	X	X
Controle de coleta, armazenamento e destino resíduos laboratoriais e hospitalares	X	X	X	X	X	X
Local destinado e adequado para limpeza de viaturas utilizadas no atendimento pré-hospitalar	X	-	X	X	-	-
Local destinado e adequado para limpeza e manutenção de viaturas em geral	X	-	-	-	-	-
Utilização de fontes de energia renováveis, limpa (painéis fotovoltaicos ou outras)	-	-	-	-	-	-
Incentivo ao conceito de Economia Circular	-	-	-	-	-	-
Incentivo para diminuição da geração de produtos recicláveis e descartáveis	X	-	X	X	X	-
Incentivo para reaproveitamento de papel, utilização de papel reciclado e outros itens recicláveis	X	-	X	-	-	-
Incentivo de consumo de produtos biodegradáveis	-	-	-	-	-	-
Utilização de objetos sustentáveis na edificação visando economia de água potável (torneiras e descargas com baixo consumo de água e automáticos)	-	-	-	-	X	-
Aquecimento solar da água de piscinas, tanques de mergulho, quando for o caso	-	-	-	-	-	-
Utilização de objetos sustentáveis na edificação visando economia energética. (Aparelhos eletrônicos e eletrodomésticos com selo Procel, com melhor eficiência energética, e lâmpadas LED).	X	X	X	X	X	X
Utilização de objetos sustentáveis na edificação visando menor geração de resíduos e consumo (Localização, áreas verdes, telhas e tintas térmicas, cores das paredes, ventilação e luminosidade por janelas)	-	-	-	-	-	-
Incentivo de caronas veiculares solidárias	X	X	X	X	X	X
Incentivo de reuniões remotas utilizando recursos tecnológicos	X	X	X	X	X	X

Quadro 22: Práticas e Práxis sustentáveis executadas nas unidades do 1° CRBM

(conclusão)

Observações não participante	1° GB	2° GB	6° GB	7° GB	8° GB	10° SGBI
Seleção de fornecedores alinhados com a sustentabilidade	-	-	-	-	-	-
Existência de espaço destinado a atividades físicas	X	X	X	-	X	X
Existência de espaço destinado a reabilitação física e mental	-	-	-	-	-	-
Existência de espaço religioso	X	X	-	-	X	X
Incentivo à educação, aperfeiçoamento técnico e evolução cultural dos bombeiros	X	X	X	X	X	X
Incentivo à educação, cidadania, aperfeiçoamento técnico e profissional, evolução cultural da sociedade	X	X	X	X	X	X
Incentivo à igualdade de gêneros	X	X	X	X	X	X
Incentivo à participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança	X	X	X	X	X	X
Campanhas sociais de arrecadação de comidas, roupas, cobertas, brinquedos e similares envolvendo a comunidade	X	X	X	X	X	X
Programas voltados à qualidade de vida, hábitos religiosos, saúde física e mental dos bombeiros	X	X	X	X	X	X
Programas voltados à qualidade de vida, hábitos religiosos, saúde física e mental dos bombeiros aos familiares dos bombeiros	-	-	-	-	-	-
Programas voltados à qualidade de vida, hábitos religiosos, saúde física e mental da população em geral	-	-	-	-	-	-
Transparência e acesso público as informações relacionadas a gestão	X	X	X	X	X	X
Fortalecimento do Estado de Direito e acesso à justiça a todos	X	X	X	X	X	X
Parcerias eficazes nos âmbitos públicos, público-privados, privados e da sociedade civil	X	X	X	X	X	X

Fonte: Dados primários e secundários da pesquisa.

Quadro 23: Práticas e Práxis sustentáveis executadas nas unidades do 2° CRBM

(continua)

Observações não participante	3° GB	5° GB	11° GB	1° SGBI	7° SGBI	8° SGBI	9° SGBI
Coleta seletiva de lixo	-	-	-	-	-	-	-
Separação de lixo orgânico e lixo reciclável	X	X	X	X	X	X	X
Participação na restauração e proteção de ecossistemas relacionados com a água	-	-	-	-	-	-	-
Captação de água pluvial	-	-	-	-	-	X	-
Reutilização de água para lavagem da edificação e viaturas	-	-	-	-	-	-	-
Reutilização de água para reabastecimento dos caminhões	-	-	-	-	-	-	-

Quadro 23: Práticas e Práxis sustentáveis executadas nas unidades do 2º CRBM

(continua)

Observações não participante	3º GB	5º GB	11º GB	1º SGBI	7º SGBI	8º SGBI	9º SGBI
Controle de coleta, armazenamento e destino de óleos e combustíveis derivados de petróleo oriundos de viaturas e equipamentos	-	-	-	-	-	X	X
Controle de coleta, armazenamento e destino de óleos de cozinha	X	X	-	-	-	X	X
Controle de coleta, armazenamento e destino dejetos de animais e produtos veterinários, quando for o caso.	-	-	-	-	-	-	-
Controle de coleta, armazenamento e destino de baterias automotivas, pneus e equipamentos de comunicações	X	X	X	X	X	X	X
Controle de coleta, armazenamento e destino de pilhas e lâmpadas	-	X	-	-	-	X	-
Controle de coleta, armazenamento e destino de resíduos laboratoriais e hospitalares	X	X	X	X	X	X	X
Local destinado e adequado para limpeza de viaturas utilizadas no atendimento pré-hospitalar	-	-	-	-	X	-	X
Local destinado e adequado para limpeza e manutenção de viaturas em geral	-	-	-	-	X	-	X
Utilização de fontes de energia renováveis, limpa (painéis fotovoltaicos ou outras)	-	-	-	-	-	-	-
Incentivo ao conceito de Economia Circular	-	-	-	-	-	-	-
Incentivo para diminuição da geração de produtos recicláveis e descartáveis	X	-	-	-	-	X	-
Incentivo para reaproveitamento de papel, utilização de papel reciclado e outros itens recicláveis	X	-	-	-	-	X	X
Incentivo de consumo de produtos biodegradáveis	-	-	-	-	-	-	-
Utilização de objetos sustentáveis na edificação visando economia de água potável (torneiras e descargas com baixo consumo de água e automáticos)	X	-	-	-	-	X	-
Aquecimento solar da água de piscinas, tanques de mergulho, quando for o caso	-	X	-	-	-	-	-
Utilização de objetos sustentáveis na edificação visando economia energética. (Aparelhos eletrônicos e eletrodomésticos com selo Procel, com melhor eficiência energética, e lâmpadas LED).	X	X	X	X	X	X	X
Utilização de objetos sustentáveis na edificação visando menor geração de resíduos e consumo (Localização, áreas verdes, telhas e tintas térmicas, cores das paredes, ventilação e luminosidade por janelas)	-	-	-	X	-	X	-
Incentivo de caronas veiculares solidárias	X	X	X	X	X	X	X
Incentivo de reuniões remotas utilizando recursos tecnológicos	X	X	X	X	X	X	X

Quadro 23: Práticas e Práxis sustentáveis executadas nas unidades do 2º CRBM

(conclusão)

Observações não participante	3º GB	5º GB	11º GB	1º SGBI	7º SGBI	8º SGBI	9º SGBI
Seleção de fornecedores alinhados com a sustentabilidade	-	-	-	-	-	-	-
Existência de espaço destinado a atividades físicas e reabilitação	X	X	X	X	-	X	X
Existência de espaço destinado a reabilitação mental com serviços de psicologia	-	-	-	-	-	-	-
Existência de espaço religioso	-	-	-	-	-	-	-
Incentivo à educação, aperfeiçoamento técnico e evolução cultural dos bombeiros	X	X	X	X	X	X	X
Incentivo à educação, cidadania, aperfeiçoamento técnico e profissional, evolução cultural da sociedade	X	X	X	X	X	X	X
Incentivo à igualdade de gêneros	X	X	X	X	X	X	X
Incentivo à participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança	X	X	X	X	X	X	X
Campanhas sociais de arrecadação de comidas, roupas, cobertas, brinquedos e similares envolvendo a comunidade	X	X	X	X	X	X	X
Programas voltados à qualidade de vida, hábitos religiosos, saúde física e mental dos bombeiros	X	-	-	-	X	X	X
Programas voltados à qualidade de vida, hábitos religiosos, saúde física e mental dos bombeiros aos familiares dos bombeiros	X	X	-	-	X	-	-
Programas voltados à qualidade de vida, hábitos religiosos, saúde física e mental da população em geral	-	-	X	X	X	X	-
Transparência e acesso público as informações relacionadas a gestão	X	X	X	X	X	X	X
Fortalecimento do Estado de Direito e acesso à justiça a todos	X	X	X	X	X	X	X
Parcerias eficazes nos âmbitos públicos, público-privados, privados e da sociedade civil	X	X	X	X	X	X	X

Fonte: Dados primários e secundários da pesquisa.

Quadro 24: Práticas e Práxis sustentáveis executadas nas unidades do 3º CRBM

(continua)

Observações não participante	4º GB	9º GB	10º GB	12º GB	13º GB	6º SGBI
Coleta seletiva de lixo	-	-	-	-	-	-
Separação de lixo orgânico e lixo reciclável	X	-	X	X	X	X
Participação na restauração e proteção de ecossistemas relacionados com a água	-	X	-	-	-	-
Captação de água pluvial	X	X	X	X	X	-
Reutilização de água para lavagem da edificação e viaturas	X	X	X	X	X	-
Reutilização de água para reabastecimento dos caminhões de incêndio	-	X	-	-	-	-

Quadro 24: Práticas e Práxis sustentáveis executadas nas unidades do 3º CRBM

(continua)

Observações não participante	4º GB	9º GB	10º GB	12º GB	13º GB	6º SGBI
Controle de coleta, armazenamento e destino de óleos e combustíveis derivados de petróleo oriundos de viaturas e equipamentos	X	-	X	X	X	X
Controle de coleta, armazenamento e destino de óleos de cozinha	X	-	X	X	X	X
Controle de coleta, armazenamento e destino dejetos de animais e produtos veterinários, quando for o caso.	-	-	-	-	-	-
Controle de coleta, armazenamento e destino de baterias automotivas, pneus e equipamentos de comunicações	X	X	X	X	X	X
Controle de coleta, armazenamento e destino de pilhas e lâmpadas	X	-	-	-	X	-
Controle de coleta, armazenamento e destino de resíduos laboratoriais e hospitalares	X	X	X	X	X	X
Local destinado e adequado para limpeza de viaturas utilizadas no atendimento pré-hospitalar	X	X	-	-	-	X
Local destinado e adequado para limpeza e manutenção de viaturas em geral	X	X	X	-	-	-
Utilização de fontes de energia renováveis, limpa (painéis fotovoltaicos ou outras)	X	X	-	-	-	-
Incentivo ao conceito de Economia Circular	-	-	-	-	-	-
Incentivo para diminuição da geração de produtos recicláveis e descartáveis	-	-	-	-	-	-
Incentivo para reaproveitamento de papel, utilização de papel reciclado e outros itens recicláveis	-	X	-	-	X	-
Incentivo de consumo de produtos biodegradáveis	-	-	-	-	-	-
Utilização de objetos sustentáveis na edificação visando economia de água potável (torneiras e descargas com baixo consumo de água e automáticos)	X	X	-	-	-	-
Aquecimento solar da água de piscinas, tanques de mergulho, quando for o caso	X	-	-	-	-	-
Utilização de objetos sustentáveis na edificação visando economia energética. (Aparelhos eletrônicos e eletrodomésticos com selo Procel, com melhor eficiência energética, e lâmpadas LED).	X	X	X	X	X	X

Quadro 24: Práticas e Práxis sustentáveis executadas nas unidades do 3º CRBM

(conclusão)

Observações não participante	4º GB	9º GB	10º GB	12º GB	13º GB	6º SGBI
Utilização de objetos sustentáveis na edificação visando menor geração de resíduos e consumo (Localização, áreas verdes, telhas e tintas térmicas, cores das paredes, ventilação e luminosidade por janelas)	-	X	-	-	-	-
Incentivo de caronas veiculares solidárias	X	X	X	X	X	X
Incentivo de reuniões remotas utilizando recursos tecnológicos	X	X	X	X	X	X
Seleção de fornecedores alinhados com a sustentabilidade	-	-	-	-	-	-
Existência de espaço destinado a atividades físicas	X	X	X	X	X	X
Existência de espaço destinado a reabilitação mental	X	X	-	-	-	X
Existência de espaço religioso	X	X	-	-	-	-
Incentivo à educação, aperfeiçoamento técnico e evolução cultural dos bombeiros	X	X	X	X	X	X
Incentivo à educação, cidadania, aperfeiçoamento técnico e profissional, evolução cultural da sociedade	X	X	X	X	X	X
Incentivo à igualdade de gêneros	X	X	X	X	X	X
Incentivo à participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança	X	X	X	X	X	X
Campanhas sociais de arrecadação de comidas, roupas, cobertas, brinquedos e similares envolvendo a comunidade	X	X	X	X	X	X
Programas voltados à qualidade de vida, hábitos religiosos, saúde física e mental dos bombeiros	X	X	X	X	X	X
Programas voltados à qualidade de vida, hábitos religiosos, saúde física e mental dos bombeiros aos familiares dos bombeiros	X	X	-	-	-	-
Programas voltados à qualidade de vida, hábitos religiosos, saúde física e mental da população em geral	X	X	-	-	-	-
Transparência e acesso público as informações relacionadas a gestão	X	X	X	X	X	X
Fortalecimento do Estado de Direito e acesso à justiça a todos	X	X	X	X	X	X
Parcerias eficazes nos âmbitos públicos, público-privados, privados e da sociedade civil	X	X	X	X	X	X

Fonte: Dados primários e secundários da pesquisa.

No Quadro 21 foram apresentadas as informações coletadas por observações não participante e documentos fornecidos nos quartéis do Comando-Geral do CBMPR e

Comandos Regionais. Os Quadros 22, 23 e 24 compilam os dados das unidades operacionais do 1º CRBM, 2º CRBM e 3º CRBM respectivamente.

Analisando os dados expostos, nota-se que em todos os locais visitados não existe uma coleta seletiva de lixo, sendo apenas realizada uma separação dos resíduos orgânicos e recicláveis, dos sólidos e líquidos. Desta maneira observou-se a inexistência de uma separação criteriosa, possibilitando um reaproveitamento maior dos itens, como exemplo papel, papelão, vidros, plásticos, metais, madeiras, entre outros.

Na coleta de óleo de cozinha, contaminante de água e solo, que gera diversos impactos ambientais e sociais, existe a adesão de 78% das unidades observadas, sendo destinadas a empresas especializadas na coleta e que atuam nos municípios.

Em relação aos mecanismos de coleta de água pluvial para reutilização na limpeza das edificações, viaturas ou reabastecimento dos caminhões de incêndio, 43% das unidades operacionais possuem algum tipo de sistema, variando as formas de captação, quantidade de volume estocado, e formas de reutilização, estando concentradas no 1º CRBM e 3º CRBM. Nas demais unidades observadas não existem medidas alternativas para minimizar o consumo de água potável, sendo utilizada exclusivamente a água potável fornecida pela Companhia de Saneamento do Paraná.

Quanto ao tratamento e destinação dos resíduos gerados pela limpeza de viaturas e materiais utilizados nas ocorrências de atendimento pré-hospitalar e ocorrências em geral, não existem locais adequados nos quartéis do Comando-Geral e Comandos Regionais, podendo ser justificado por não executarem diretamente estas missões finalísticas do CBMPR, sendo atribuição das unidades operacionais situadas na mesma cidade. Já 42% das unidades operacionais possuem locais próprios para limpeza, coleta, tratamento e destinação dos resíduos e outras como o 8º SGBI em um processo de adequação.

Foi possível perceber um bom controle de coleta, armazenamento e destinação de itens específicos, que necessitam atenção por gerar inúmeros malefícios à natureza e saúde humana, como pilhas, baterias, lâmpadas fluorescentes, óleos de cozinha e combustíveis, produtos laboratoriais e hospitalares. A grande maioria das unidades analisadas adotam procedimentos locais para correta destinação, normalmente gerenciado com as prefeituras municipais.

O quartel do Comando-Geral e os quartéis dos Comandos Regionais não utilizam fontes de energias limpas, sendo abastecidos exclusivamente por energia elétrica, mesmo a piscina existente no 2º CRBM. Neste quesito existe uma baixa adesão das unidades operacionais, destacando-se apenas o 4º GB e o 9º GB com tecnologias voltadas a

economia de energia, um percentual de 8,69%. A nova sede do 9º GB conta com 800 placas solares, em uma parceria com a Itaipu, e gerará energia em quantidade superior ao utilizado no quartel.

De maneira positiva, na totalidade dos quartéis observados, os eletrodomésticos e objetos eletrônicos em sua grande maioria são novos, com tecnologias voltadas a economia e melhor eficiência energética.

Não foram verificadas ações de incentivo ao conceito de economia circular e seleção de fornecedores por critérios sustentáveis, existindo ações visando a diminuição da geração de produtos descartáveis e reaproveitamento de papel. O Comando-Geral editou orientações para execução de reuniões remotas e caronas solidárias, visando à sustentabilidade e economia para administração pública.

As observações relativas à sustentabilidade social foram positivas, sendo constatados espaços destinados a atividades físicas, e um incentivo ao aperfeiçoamento técnico e cultural dos bombeiros. O Comando-Geral possui uma estrutura que fornece diversos serviços aos bombeiros, seja na prática esportiva, na reabilitação física e mental, no aspecto religioso e na questão educacional. De maneira geral, todos os quartéis possuem uma estrutura para atendimento destes quesitos.

Todas as unidades apresentaram consistência satisfatória em relação a campanhas sociais e solidárias desenvolvidas para comunidade, sendo vislumbrando parcerias com órgãos públicos, privados e sociedade organizada. O CBMPR atua diretamente nas campanhas desenvolvidas pelo Estado do Paraná, sendo polo receptor das arrecadações e executor dos processos logísticos de separação e destinação as classes vulneráveis.

Em relação a desigualdades em todas as suas formas, não foram observadas nos quartéis, aparentando existir condições iguais de gêneros, e uma participação plena das mulheres nas funções operacionais, administrativas e de gestão.

No quesito de governança percebeu-se uma transparência nas informações, existindo diversos mecanismos para controle, fiscalização e apuração de desvios de conduta, existindo uma estrutura e mecanismos institucionalizados no CBMPR.

As entrevistas foram utilizadas como suporte para melhor compreensão dos dados, passando a exposição das práxis e práticas sustentáveis adotadas pelo CBMPR, e sua confluência com os ODS e metas previstas na agenda 2030 da ONU, e ainda com o conceito ESG que se refere a práticas sociais, ambientais e de governança de uma instituição (Pacto Global, 2022a).

Insta salientar, que práticas e práxis sustentáveis podem contribuir com mais de um ODS ao mesmo tempo, e apenas para fins didáticos foram incluídos no principal tema quando observado na perspectiva do CBMPR.

4.3.3 Práticas e práxis ODS 1 – Erradicação da pobreza

A erradicação da pobreza é um dos maiores desafios da humanidade, sendo que milhares de pessoas lutam pelas necessidades humanas mais básicas como falta de comida, água potável e saneamento. Em 2015, cerca de 736 milhões de pessoas ainda viviam com menos de US\$ 1,90 por dia, sendo que as mulheres são mais propensas à pobreza por ter menos trabalho remunerado e educação. As mudanças climáticas e conflitos recentes potencializam o problema e dificultam o objetivo de tirar essas pessoas da pobreza (PNUD, 2022).

A notável mudança climática tem gerado no mundo diversos desastres, e no Paraná no ano de 2022, conforme relatórios de ocorrências da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, 250 municípios foram atingidos por eventos de diversas características, como inundações, alagamentos, colapso de edificações, vendaval, chuva de granizo, acidente com produtos perigosos, enxurradas, epidemia, estiagem, deslizamentos, ciclone, destelhamentos. Como resultado destes 578 eventos, 629.145 pessoas foram afetadas, e 153 pessoas foram a óbito (Paraná, 2023).

Inegavelmente os números são expressivos e potencializaram a pobreza nas mais diversas formas, sendo que o CBMPR atuou ativamente na mitigação, resposta e reconstrução a esses eventos, sendo esta sua missão constitucional (Paraná, 1989).

Entre as metas propostas pela Agenda 2030 para atingir o ODS 1, podem ser destacadas a 1.4 e 1.5 que traçam a resiliência e redução da vulnerabilidade das pessoas a eventos naturais extremos, bem como acesso a uma infraestrutura básica de vida:

Meta 1.4 - Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade, tenham acesso a serviços sociais, infraestrutura básica, novas tecnologias e meios para produção, tecnologias de informação e comunicação, serviços financeiros e segurança no acesso equitativo à terra e aos recursos naturais (Silva, 2018).

Meta 1.5 - Até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais (Silva, 2018).

Conforme Relatório Luz 2023 as duas metas estão em retrocesso pela estagnação do acesso a serviços de saneamento básico desde 2016, e pela falta de investimentos, relatando que somente 2.132 municípios de 5.570 possuem coordenadoria municipal de defesa civil (GTSC A2030, 2023).

Neste panorama o CBMPR tem uma relevante participação, seja minimizando os impactos de desastres com medidas preventivas, no atendimento de ocorrências ou no auxílio para reconstrução dos danos após o evento crítico. Esta situação é retratada pelos entrevistados 08 e 16:

Está em nossa rotina executar ações de defesa civil, atendimento de vendavais, destelhamentos, atendimento nestas calamidades, e todo atendimento de fato da população. Após esses eventos, normalmente existem campanhas solidárias em que o Corpo de Bombeiros, se torna um ponto de coleta e separação dos itens (Entrevistado 08).

Em nossa região por estar localizada no 3º planalto tem a incidência de fortes ventos, chuvas de granizo e todo ano acontecem situações de destelhamentos e diversas áreas atingidas. Então, fazemos o atendimento emergencial das famílias, e posteriormente entregamos lonas, telhas, sendo polos receptores de doações, como comida, roupas e cobertas (Entrevistado 16).

A participação e organização de campanhas solidárias são comuns no CBMPR, e ocorrem na maioria das vezes em parcerias com outras instituições, sejam estas públicas ou privadas, nem sempre sendo uma iniciativa do CBMPR, como relatado por diversos entrevistados:

Acompanha algumas agendas de Estado, por exemplo, estamos na campanha do agasalho, todos os quartéis estão recebendo as roupas para doações, mas projetos da unidade em particular não há (Entrevistado 05).

Aderimos às campanhas que vem do comando do bombeiro, aqui da unidade mesmo não tem (Entrevistado 06).

Não existe periodicidade de campanhas, mas tentamos incluir o Corpo de Bombeiros em campanhas de outras instituições. A falta de efetivo é crônica e fica difícil criar grandes projetos (Entrevistado 07).

Percebe-se ainda uma grande mobilização da organização em vários eixos sociais, para arrecadação e atendimento de famílias paranaenses que estão em situação de maior vulnerabilidade, como demonstrado pelo Entrevistado 18:

Me recordo de diversas campanhas de arrecadação que participamos em conjunto com outros órgãos, como a cesta solidária, chocolates de páscoa, natal solidário, arrecadação de cobertores e roupas por ser uma região de muito frio,

teve campanha de brinquedos para o dia das crianças, ou quando tivemos situações críticas que mobilizaram a sociedade em ajudar (Entrevistado 18).

As CORPDECs distribuídas no estado tem a incumbência de organizar os municípios, auxiliar na identificação de áreas de riscos, com uma vulnerabilidade social, criando um planejamento para minimizar e reduzir os impactos de desastres (Paraná, 2023).

Pelas unidades operacionais do CBMPR acumularem a função de CORPDEC estão muito próximas dos municípios e da população, interagindo diretamente, sendo que são múltiplos os atores envolvidos, justamente pela atuação ocorrer em níveis e momentos diferentes. Como exemplo, no atendimento de um evento extremo muito bombeiros são empregados, durante campanhas de arrecadação alguns trabalham recebendo os itens da população, outros classificam, outros transportam e entregam a população atingida, e ainda no auxílio aos municípios para identificação de áreas vulneráveis e de risco realizado por bombeiros específicos classificados nesta função, sendo que no geral existe uma contribuição significativa com o ODS 1.

Conforme Silva *et al.* (2021) o ODS 1 está entre os objetivos que apresentam menos ações voltadas ao atingimento de suas metas, sendo necessária maior atenção das organizações, pois é muito baixo o número de práticas voltadas à erradicação da pobreza. Afirmam ainda que as empresas priorizam adotar medidas relacionadas às suas atividades-fim, como investimentos em energias renováveis, tecnologias, reflorestamento em áreas degradadas e coleta seletiva de resíduos.

4.3.4 Práticas e práxis ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável

A fome extrema e a desnutrição são barreiras ao desenvolvimento em muitos países. Estima-se que 821 milhões de pessoas sofrem de subnutrição crônica, decorrentes da degradação ambiental, seca e perda de biodiversidade. Ainda mais de 90 milhões de crianças menores de cinco anos estão perigosamente abaixo do peso. O ODS 2 vislumbra diminuir a desnutrição e a insegurança alimentar, através da agricultura sustentável, com apoio aos agricultores, pela igualdade no acesso à terra, com a disseminação de tecnologia e controle dos mercados (PNUD, 2022).

Entre as metas do ODS 2, consta a erradicação da fome, com acesso a alimentos durante todo o ano:

Meta 2.1 - Até 2030, erradicar a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças e idosos, a alimentos seguros, culturalmente adequados, saudáveis e suficientes durante todo o ano (Silva, 2018).

A meta 2.1 vem retrocedendo desde 2019, sendo que a fome impacta mais as famílias nas quais a pessoa provedora de sustento está desempregada ou depende de trabalho informal e as mulheres negras (GTSC A2030).

Mehmeri (2022) afirma que o desenvolvimento mundial está ligado a alimentação adequada das crianças, pois na primeira infância se contrói a saúde psíquica e as habilidades cognitivas do ser humano. Revela a importância de assegurar a qualidade da nutrição da população, com especial atenção às crianças, garantindo a qualidade de vida e longevidade da população.

O CBMPR contribui com esta meta ao executar sua atividade fim, como demonstrado nas ações elencadas na ODS 1. Ainda de maneira mais específica foi possível verificar iniciativas visando minimizar a fome e desnutrição conforme relatado pelo Entrevistado 20:

Estamos promovendo uma corrida de rua em comemoração ao aniversário do Corpo de Bombeiros no dia 8 de outubro, e estamos negociando com o SESC para se tornar uma corrida do circuito SESC, será uma das etapas nos próximos anos. O objetivo é arrecadar alimentos e destinar a instituições carentes (Entrevistado 20).

No mesmo sentido foram indicados eventos pelos entrevistados 11 e 16, visando à arrecadação de alimentos para destinação a grupos carentes:

Tivemos um passeio ciclístico promovido pela unidade, com o objetivo principal de arrecadação de alimentos para entidades e população carente, sendo uma iniciativa do nosso comandante (Entrevistado 11).

Esta sendo organizado um passeio ciclístico beneficente, o 1º Pedala Guarapuava, em comemoração aos 111 anos do Corpo de Bombeiros, no qual serão arrecadados alimentos e brinquedos. É uma parceria com uma empresa local, a Koncept (Entrevistado 16).

A Corrida do Fogo que faz parte do calendário em comemoração ao aniversário do Corpo de Bombeiros, cumpre um importante papel social, contribuindo com a ODS 2, conforme retratado pelo Entrevistado 02:

Aqui em Curitiba é realizado a Corrida do fogo, que é uma oportunidade para a comunidade conhecer nosso quartel e ver de perto as viaturas e equipamentos

que são utilizados no dia a dia, e ainda existe um objetivo social, pois todo o valor arrecadado foi doado à Cruzada Cosme e Damião, da Polícia Militar, para auxiliar os militares estaduais e população em geral que necessitam de ajuda (Entrevistado 02).

Os entrevistados 21 e 23 retrataram ações locais envolvendo o Poder Executivo municipal e comunidade religiosa:

A Secretaria de defesa social realiza anualmente dois dias de arrecadação de alimentos no município e dentro do cadastro e necessidades é distribuído a famílias pré-selecionadas em Cianorte. Nós, a PM e o exército apoiamos na arrecadação e entrega (Entrevistado 21).

Aqui em Irati existe uma grande comunidade religiosa, com diversas igrejas espalhadas pelo interior, então nossa unidade participa muito de campanhas de arrecadação de alimentos, roupas de inverno, promovidas por elas (Entrevistado 23).

Outra ação que o CBMPR participou ativamente relatado pelo Entrevistado 1 foi o Programa Cesta Solidária Paraná, criado em 2020 pela Superintendência Geral de Ação Solidária do Paraná, quando as crises sanitária e econômica, atingiram diversas famílias por conta do novo coronavírus, sendo que todos os quartéis do Corpo de Bombeiros foram locais receptores dos alimentos não perecíveis, realizando o controle para posterior destinação pela Defesa Civil.

Durante a pandemia do COVID o Bombeiro participou diretamente na arrecadação de alimentos, sendo que todo o efetivo foi mobilizado para recebimento, separação, carregamento dos alimentos. Foi uma ação muito grande do Estado que arrecadou toneladas de alimentos que foram distribuídos para famílias necessitadas (Entrevistado 01).

No mesmo sentido, no mês de setembro de 2023 ocorreu a participação direta do CBMPR no auxílio à população atingida pelo Ciclone extratropical no Rio Grande do Sul, e nas arrecadações de alimentos, água e itens de higiene.

O Corpo de Bombeiros do Paraná, que já tem participação ativa nas operações de campo por conta do ciclone extratropical que devastou dezenas de cidades do Rio Grande do Sul, ganhou uma nova missão no apoio àquele estado. A corporação vai centralizar a coleta de doativos para serem distribuídos aos milhares de moradores que ficaram desabrigados e desalojados em decorrência da tragédia. (Paraná, 2023a)

Por fontes secundárias e na análise documental foi verificada a participação do CBMPR na Operação Safra 2023, em conjunto com demais órgãos do Governo do estado

e da União, auxiliando com ações buscando um escoamento seguro de grãos de todo o estado ao porto de Paranaguá. Com presença nos postos fixos distribuídos no território estadual participou da distribuição de materiais educativos, prestou um atendimento mais célere aos acidentes automobilísticos nas rodovias e realizou combate a incêndios ambientais e florestais.

4.3.5 Práticas e práxis ODS 3 – Saúde e Bem-estar

O ODS relacionado à saúde é essencial para o desenvolvimento sustentável, e enfrentam diversos problemas como o aumento das desigualdades econômicas e sociais, a rápida urbanização, as ameaças ao clima e ao meio ambiente, doenças infecciosas e os desafios emergentes, como as doenças não transmissíveis. Porém o progresso tem sido desigual, existindo uma diferença de 31 anos de expectativa de vida entre os países com a menor e a maior taxa (PNUD, 2022).

Existem diversas contribuições do CBMPR para os ODS 3, sendo tratado inicialmente da meta relacionada a saúde pública:

Meta 3.3 - Até 2030 acabar, como problema de saúde pública, com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária, hepatites virais, doenças negligenciadas, doenças transmitidas pela água, arboviroses transmitidas pelo *aedes aegypti* e outras doenças transmissíveis (Silva, 2018).

Em um passado recente foi declarado pela Organização Mundial de Saúde, Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) – o mais alto nível de alerta da Organização, em decorrência do surto global do novo coronavírus, que resultou a denominação de pandemia do COVID-19 (OPAS, 2023).

Ainda nos anos de 2022 e 2023 no estado do Paraná foi declarada epidemia de dengue, com um histórico recorrente, sendo os anos de 2019 e 2020, os piores da sua história, com 227.724 casos confirmados da doença e 177 mortes, desde que começou a ser monitorada, em 1991 (Paraná, 2022a).

Nestes períodos críticos o CBMPR sempre atuou em conjunto com outros órgãos e instituições, visando minimizar os impactos à população e mitigar os riscos. O Entrevistado 13 expõe a participação do Corpo de Bombeiros em campanhas de Foz do Iguaçu, evidenciando a credibilidade da organização:

Nós auxiliamos a prefeitura com a prevenção da dengue, um estado de calamidade pública aqui na cidade. Mais que informação, a gente utiliza o nome do corpo de bombeiros, para ampliar e disseminar conhecimentos relativos à eliminação do mosquito. Neste ano foi produzido um panfleto com a seguinte frase: Água em movimento salva, água parada mata, fazendo referência que nossa água apaga fogo, mas a água parada mata, logo associamos nossa imagem e levamos a informação à comunidade (Entrevistado 13).

Em outro momento relata sobre a integração com a Itaipu na promoção de uma Gincana objetivando o combate à dengue:

Recordo que alguns anos atrás teve uma Gincana contra a dengue promovida pela Itaipu aqui no município, e o Corpo de Bombeiros foi da comissão organizadora, em que as associações de moradores competiram e quem atingisse mais pontos decorrentes de limpeza, vistorias contra dengue, receberia premiação em dinheiro (Entrevistado 13).

Já o Entrevistado 03 destaca a participação do CBMPR em uma operação contra a dengue que envolveu diversas instituições:

Aqui no norte por ser muito quente a reprodução do mosquito é mais rápida, e alguns anos atrás participei da Operação Multirão, que foi a integração do Corpo de Bombeiros, Exército, Secretária de Saúde, Prefeituras e Defesa Civil, e o objetivo era encontrar e eliminar criadouros do mosquito (Entrevistado 03).

Em relação à pandemia do Coronavírus os entrevistados 02 e 16 mencionaram a participação ativa do CBMPR:

Quando teve o toque de recolher como medida restritiva do COVID, o Corpo de Bombeiros fez comboio orientativo em todo o estado, utilizando as viaturas para repassar orientações sobre a importância do isolamento (Entrevistado 02).

Na época mais intensa do COVID faltava álcool para as pessoas, e nós trabalhamos envasando álcool e adesivando as garrafas, foi realizado no ginásio de esportes do quartel, e caminhões da defesa civil vinham retirar os pallets prontos (Entrevistado 16).

Com relação às metas 3.4 e 3.5 foram obtidas muitas respostas dos entrevistados, demonstrando a contribuição do CBMPR com o ODS 3. As metas abrangem vários problemas sociais, como uso de drogas e álcool, suicídio, saúde mental, bem-estar e saúde.

Meta 3.4 - Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, promover a saúde mental e o

bem-estar, a saúde do trabalhador e da trabalhadora, e prevenir o suicídio, alterando significativamente a tendência de aumento (Silva, 2018).

O GTSC A2030 alertou sobre o crescimento acima de 40% da taxa de mortalidade por suicídio nos últimos 5 anos, chegando a 6,6 óbitos/100 mil habitantes conforme a faixa etária. O grupo de trabalho classificou a meta 3.4 em ameaçada, sendo que no ano de 2023 18,3% de diagnósticos médicos para depressão ocorreu na região Sul do país (GTSC A2030, 2023).

Meta 3.5 - Reforçar a prevenção e o tratamento dos problemas decorrentes do uso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool (Silva, 2018).

Pela inexistência de políticas regulatórias para o álcool chegou em 2023 a 32% o uso abusivo (quatro doses ou mais para mulheres e cinco doses ou mais para homens em uma mesma ocasião) (GTSC A2030, 2023).

Vários respondentes argumentaram sobre a disponibilidade de recursos e horários para atividades físicas e manutenção da saúde no CBMPR. O Entrevistado 01 relata que a Corporação possui um setor específico para promoção de serviços aos bombeiros, tendo a atribuição de direcionar as unidades em todo o estado.

Eu vejo com bons olhos a instituição, internamente tem diversas políticas para atividades físicas dos bombeiros, trazendo um retorno individual e coletivo, pensando em recursos humanos. O CEFID proporciona uma série de serviços aos bombeiros, e no corpo de bombeiros de maneira geral, existem academias, piscinas, espaços destinados a atividades físicas (Entrevistado 01).

Durante a visita no quartel do Comando-Geral do Corpo de Bombeiros foi possível conhecer a estrutura, constatando uma academia, sala de fisioterapia, dentista e psicóloga, disponíveis mediante agendamentos. Nas orientações divulgadas no site institucional e no quartel do Comando-Geral, pelo Centro de Educação Física e Desportos (CEFID), podem ser observadas diversas atividades desenvolvidas e disponibilizadas aos bombeiros:

Tendo em vista que o CEFID ativou a SEÇÃO DE HABILITAÇÃO À ATIVIDADE FÍSICA, que prevê o serviço de fisioterapia, osteopatia entre outros serviços que serão divulgados futuramente, **NORMATIZO E ORIENTO** que:

1. Para ATENDIMENTO na SEÇÃO DE HABILITAÇÃO À ATIVIDADE FÍSICA, o militar estadual deverá realizar seu agendamento ÚNICA E EXCLUSIVAMENTE de forma on-line, através do link abaixo:
<https://calendar.app.google/Eaa8jQrRmJyi22L9>

2. Todo militar a ser atendido pela SEÇÃO DE HABILITAÇÃO À ATIVIDADE FÍSICA deverá OBRIGATORIAMENTE vir trajado de UNIFORME DE EDUCAÇÃO FÍSICA (tenis/chinelo, calção e camiseta, sunga ou sunquini caso necessário ou equivalente para períodos de folga ou bombeiros militares da reserva).

3. Para troca de roupas, usar os banheiros do CEFID localizados no primeiro andar do bloco.

4. Todas as posturas e uso dentro do espaço devem obedecer as regras de boa convivência e respeito com as pessoas, nos espaço e com os serviços e bens prestados neste CEFID.

5. Segue abaixo listas de serviços que são oferecidos por este CEFID / SHAF:

- Fisioterapia
- Liberação Miofascial
- Kinesio Tapping
- Ventosaterapia
- Cinésioterapia
- Osteopatia
- Terapia Manual
- Eletrotermofototerapia
- Dry needling
- Reabilitação Fisioterápica

6. A SHAF realizará atendimentos no período compreendido entre 07h00min até as 19h00min de segunda a sexta-feira, a partir desta data. INCLUSIVE COM ATENDIMENTOS NO PERÍODO DA TARDE.

A Portaria do Comando-Geral do CBMPR n° 313/2023 estabelece os horários de Treinamento Físico Militar (TFM), como medida de manutenção e melhoria da saúde física, psíquica e social dos militares estaduais. Ainda a Portaria do Comando-Geral do CBMPR n° 312/2023 estabelece o encargo de Oficial de Treinamento Físico Militar às Unidades Operacionais, prevendo em seu artigo 2º as competências e atribuições, entre elas:

I – Assessorar o Comando da OBM no planejamento, organização e na supervisão do TFM da OBM, garantindo a correta execução da atividade física planejada, realizando o seu treinamento físico individual em horário alternativo, se necessário;

II – Estabelecer, se for o caso, programa anual de TFM voltado às particularidades de sua OBM;

III – Elaborar, em conjunto com o CEFID do CBMPR, os programas de desenvolvimento de padrões para os bombeiros militares com índice insuficiente, nos casos em que não seja possível a execução de um programa anual de TFM específico;

IV – Avaliar se a carga de trabalho físico está adequada à aptidão física dos bombeiros militares;

V – Aplicar e avaliar por meio do TFM a aptidão física dos militares da OBM;

VI – Elaborar o relatório dos militares com Ficha de Inspeção Anual de Aptidão Física vencidas para a inspeção anual de aptidão física dos militares da OBM;

VII – Compor as bancas examinadoras de aplicação do TAF;

VIII – Planejar e dirigir as competições desportivas no âmbito da OBM, quando for o caso;

IX – Planejar, organizar e supervisionar o treinamento das equipes desportivas da OBM;

X – Ministras instruções sobre treinamento físico e qualidade de vida ao efetivo de sua OBM, abordando assuntos como, benefícios das atividades físicas para a saúde, programa de TFM da unidade e seus objetivos, orientações sobre nutrição e dieta, malefícios do fumo e uso de drogas, cuidados com o TFM no frio e no calor, prevenção de lesão, entre outros de interesse institucional, por iniciativa própria ou quando demandado pelo CEFID do CBMPR;

XI – organizar e dirigir atividades desportivas de caráter recreativo com a participação dos públicos externo e interno;

XII – orientar os demais instrutores e monitores quanto aos princípios e formas de condução do TFM;

XIII – atentar para que seja respeitada a individualidade biológica dos militares de toda a OBM durante a prática do TFM, mesmo que em detrimento da padronização dos movimentos;

XIV – assessorar o Comando da OBM na preparação física específica da OBM, visando ao cumprimento de uma missão e/ou operação particular (Corpo de Bombeiros Militar do Paraná, 2023b)

Destaca-se a preocupação, relevância e importância da saúde e bem-estar dos bombeiros militares, como elencado no item X, que aborda as atividades físicas, qualidade de vida, nutrição, dieta, malefícios do fumo e uso de droga, prevenção de lesões.

Complementar a isso, a Lei Estadual nº 5.944, de 21 de maio de 1969, e a Lei Estadual nº 5.940, de 8 de maio de 1969, que tratam respectivamente da promoção de Oficiais e Praças do CBMPR, condicionam as promoções a aptidão física e inspeção de saúde dos bombeiros, gerando assim um fator motivacional nos bombeiros, na busca pelo condicionamento físico e saúde em todas as suas formas.

Já a Portaria do Comando-Geral n° 330, de 14 de março de 2014, estabelece que para ingresso e participação em cursos internos caberá exames seletivos de caráter eliminatório, conforme artigos 37 e 39.

Art. 37. O candidato inscrito em concurso ou convocado para cursos dentro ou fora da Corporação, mediante previsão em Edital, será submetido a exames seletivos, os quais poderão ser eliminatórios, em conformidade com as necessidades peculiares de cada curso, podendo ainda, ser compostos por um ou mais dos seguintes: Exame Intelectual (EI), Avaliação Psicológica (AP), Exames de Saúde (ES) e Exame de Capacidade Física (ECAFI).

Art. 39. O Exame de Capacidade Física (ECAFI), terá a composição de um ou mais dos seguintes testes: Teste de Aptidão Física (TAF), o Teste de Aptidão Física Especial (TAFE) e o Teste de Habilidade Específica (THE), os quais se destinam a avaliar condições peculiares exigidas para os cursos, em que serão verificadas as habilidades físicas, técnicas e motoras, necessárias para a frequência no curso (Polícia Militar do Paraná, 2014a).

Ratificando essa inclinação e preocupação com a saúde física e mental dos bombeiros, diversos relatos dos entrevistados permitem verificar a ramificação da atividade física na organização.

Na questão de saúde e qualidade de vida, existe a parte de educação física, existe uma academia completa e horários disponíveis e disponibilizados aos militares para treinamento físico, sendo motivado com campeonatos, disputas, teste de aptidões físicos periódicos, vinculando à promoção e cursos para avançar na carreira (Entrevistado 08).

Temos uma boa academia e disponibilizamos horários ao efetivo. Tem a sauna pro efetivo que gosta (Entrevistado 19).

A nova sede do 9° GB conta com uma infraestrutura para o atendimento de saúde e bem estar dos bombeiros, estando equipado com a academia e uma área de fisioterapia (Entrevistado 13).

Foi criado uma quadra de areia no quartel, havendo um campeonato de vôlei, futvôlei, tem buscado unir mais o pessoal, trazer este tipo de companheirismo, confraternização, através da atividade esportiva. Até para fomentar isso foi realizado um torneio, sendo chamado toda família e aposentados para confraternizar. Este tipo de ação por mais simples que seja, tem aproximado o efetivo, e fomentado a prática esportiva, qual for (Entrevistado 07).

Ao analisar o quesito bem estar foi possível verificar a existência em alguns quartéis, de espaços destinados aos bombeiros professarem a fé, como também a realização de cultos ecumênicos, visando a integração e evolução espiritual dos bombeiros.

Nosso Comandante realiza culto ecumênico de maneira voluntária aos militares que querem participar, estando livre para que outros segmentos religiosos realizem o culto uma vez por semana no quartel (Entrevistado 08).

A Portaria do Comando-Geral nº 1224, de 13 de dezembro de 2019, regula o serviço de assistência religiosa e as atividades de Capelania na organização, estabelecendo critérios para o desenvolvimento de atividades de educação moral, cívica e de assistência social, em ambiente de respeito e tolerância pela crença alheia.

Já em relação à saúde mental, a Secretaria da Segurança Pública do Paraná desenvolve o Programa PRUMOS, que oferece suporte aos policiais militares e civis, bombeiros militares, policiais penais e peritos, os quais estão expostos a situações de violência, estresse e pressão e, por isso, precisam de acompanhamento adequado para o pleno desenvolvimento de suas atividades (Paraná, 2023).

A maior parte dos respondedores mencionou o Programa PRUMUS, e a necessidade deste apoio aos bombeiros, por se envolverem emocionalmente com as ocorrências e sofrerem um impacto direto em alguns casos, como exemplificado pelo Entrevistado 09, o óbito de uma criança em um incêndio.

Tem o projeto de atendimento psicológico, com a senhora Helen, psicóloga que trabalha no bombeiro, e realiza atendimentos ao efetivo. Porém tem resistência de alguns não procurarem, por pensarem que vão falar com uma colega de trabalho (Entrevistado 04).

Uma das evoluções é o apoio psicológico no quartel do Comando-Geral, facilitando bastante, aos que se sentem a vontade em procurar esse serviço. Mas mesmo assim a gente sabe que é limitado, tentamos dobrar esse serviço, colocando uma psicóloga no quartel do bairro Portão (Entrevistado 05).

A gente utiliza o PRUMUS, uma ferramenta que foi criada, inclusive está acontecendo hoje, vai acontecer amanhã, em ocorrências de grande vulto, tivemos um incêndio recente com uma vítima fatal, uma criança aqui em Maringá, e todos os bombeiros foram encaminhados para atendimento psicológico, buscando uma saúde mental dos bombeiros (Entrevistado 09).

O projeto Prumus do Governo do Estado, tendo em todos os quartéis do estado, é levado muito a sério aqui, por problemas mentais ter sido muito assíduo nestes últimos tempos, vem se somando a questão salarial, vai ficando mais complicado, trazendo problema de fora para dentro, e de dentro vai levando para família. É um projeto muito forte, e que esta sendo executado com resultados bastante positivos, com assistente social e psicóloga atendendo todos os dias, atendendo militares e familiares, com algum problema. Quando lida com a vida de alguém precisa ser acompanhado. Em ocorrências traumáticas necessitam de atendimento especial, para não gerar problemas no bombeiro e família (Entrevistado 13).

Hoje nós temos a psicóloga no quartel, tem uma sala reservada pro atendimento do efetivo e familiares. Estamos em discussão com a universidade daqui, para fornecer psicólogos para palestras, atendimentos, trazendo os

acadêmicos e manter o efetivo bem atendido após ocorrências (Entrevistado 19).

Tentamos monitorar os bombeiros de ordem pessoal e no atendimento de ocorrências graves e psicológico (Entrevistado 21).

O Plano Estadual de Políticas Públicas sobre drogas aborda em seu escopo o uso e abuso de álcool e drogas, destacando a importância do acompanhamento deste fenômeno, por ter fatores biológicos, psicológicos e sociais envolvidos.

O uso e abuso de álcool e outras drogas têm característica multifacetada, sendo um fenômeno resultante de fatores biológicos, psicológicos e sociais. Devido à sua transversalidade e complexidade, precisa ser enfrentado com uma resposta multissetorial e multidisciplinar do Poder Executivo (Paraná, 2023).

O programa Prumus está inserido neste Plano, oferecendo atendimento, e ainda, apoio técnico em ações de capacitação e prevenção na área, incluindo o tema álcool, drogas e dependência química.

A Portaria do Comando-Geral nº 159, de 7 de março de 2016, instituiu o Programa de Saúde Preventiva, estabelecendo mecanismos para diagnose, controle, acompanhamento e tratamento da saúde do militar estadual. Os artigos 2º e 3º definem os dados a serem coletados e procedimentos realizados com os militares estaduais, para posterior processamento, acompanhamento e registros nas fichas individuais:

Art. 2.º O Programa de Saúde Preventiva coletará os seguintes dados dos militares estaduais:

I - informações, mediante entrevista médica, relativas ao estado de saúde atual, existência de doenças, histórico familiar de doenças, consumo de álcool, tabagismo, uso de drogas, uso de medicamentos, suplementação e a regularidade da prática de atividade física;

II - exames físicos relativos à aferição de peso, altura, circunferência abdominal, pressão arterial, frequência cardíaca e respiratória e outros decorrentes;

III - valores relativos aos resultados de exames laboratoriais, teste ergométrico e outros, conforme indicação médica.

Art. 3.º Serão ainda desenvolvidos os seguintes procedimentos pela área de educação física:

I - avaliação do índice de massa corporal (IMC);

II - avaliação de risco à saúde de acordo com depósito de gordura abdominal, mediante protocolo de relação cintura quadril (RCQ);

III - aplicação do questionário de identificação de aptidão para atividade física (PAR-Q); IV - aplicação do Teste de Aptidão Física (TAF), coleta e tabulação de dados, segundo normas vigentes na Corporação (Paraná, 2016).

Quanto ao assunto suicídio foi abordado pelos entrevistados 08 e 16:

Tivemos uma palestra de prevenção ao suicídio no quartel, um coronel do estado do Ceará ministrou palestra no município de Cascavel, motivada por outras instituições e foi conseguido a palestra para tropa, visando a saúde mental, prevenção e cuidado com o companheiro, percepção de sinais, como uma maneira mais adequada de acolhimento do militar com depressão, seja uma pessoa que está pensando em suicídio (Entrevistado 08).

No ano passado participamos de campanha de prevenção do suicídio, que foi realizada pela rádio T, buscando trazer informação aos nossos bombeiros e para população em geral (Entrevistado 16).

Noutro giro, extraindo fragmentos dos depoimentos apresentados algumas ações merecem ser alçadas, por valorizarem o profissional e refletir diretamente no bem estar e saúde mental, como evento destacando os bombeiros promovidos, confraternização mensal de aniversariantes, eventos diversos integrando os familiares, bombeiros da ativa e aposentados, destaque de trabalhos realizados em revista digital, criação de uma associação, palestras multidisciplinares:

A revista 9GBCORP existe para fazer fluir a informação, difundido ideias e conhecimentos. Ela é digital, e difundida para toda tropa, neste interim são repassadas ideias sustentáveis, buscando uma conscientização e melhorias na unidade. Ainda foram realizados calendários, com fotos valorizando o bombeiro, e divulgando o trabalho prestado (Entrevistado 13).

Tem um projeto muito bom relacionado a financeiro, ele tenta trazer uma educação financeira, para dentro da instituição. Trata sobre o consumo do nosso dinheiro, visando uma melhoria dos bombeiros, por meio de palestras, realizadas pelos próprios militares ou pessoas de fora da instituição (Entrevistado 04).

Hoje buscamos a assepsia do EPI (equipamento de proteção individual) cada vez mais profunda, para que o EPI saia de uma ocorrência e possa ser utilizado na próxima limpo, não chegamos nesse contexto em toda a instituição, mas estamos criando esta cultura de valorização do bombeiro (Entrevistado 05).

Todo ano buscamos trazer um profissional fazer uma palestra, melhorando a condição de trabalho e profissionalismo dos bombeiros, Isso é feito conforme oportunidades e apoio de outros órgãos (Entrevistado 17).

Hoje é realizado a inserção de veteranos nas atividades de final de ano, festa Julina, envolvendo também os familiares. Aqui fazemos a entrega de divisas, com cerimonial de entrega, chamamos os familiares para consagrar e valorizar a promoção. E tem também os aniversariantes do mês, sendo realizado uma confraternização todo dia primeiro, para fortalecer os laços e melhora a autoestima da tropa (Entrevistado 21).

Começaram a fomentar a criação de uma associação dos bombeiros, para aumentar a socialização e práticas esportivas, integrando familiares, pessoal da reserva e sociedade (Entrevistado 22).

Nada escrito, se busca fazer algumas coisas, fizemos a interação com uma professora para ensinar LIBRAS, depois trouxemos alunos de uma escola e conversamos sobre o Corpo de Bombeiros e a dificuldade deles em se comunicar, melhorando o atendimento de eventuais ocorrências, bem como propiciando experiências e conhecimento para essas crianças (Entrevistado 23).

No município de Cascavel é desenvolvido um Programa denominado Melhor Idade, em que é utilizada as dependências físicas do quartel de bombeiros, em específico a Academia, para proporcionar atividades de musculação e exercícios aeróbicos a pessoas da terceira idade.

É um projeto antigo que veio junto da academia, sendo montada com esse viés social, de realizar atendimento a população concomitantemente ao atendimento dos militares. O bombeiro responsável trabalha voluntariamente, tendo formação de educação física e faz atendimento dos idosos. São quatro turmas, três vezes por semana, alguns horários, com pessoas da terceira idade, cerca de 50 pessoas. A seleção é feita mediante a liberação de vagas e por ter uma grande procura deste serviço, existe uma fila de espera, e vai sendo chamado para preenchimento dessas vagas (Entrevistado 08).

A meta 3.6 tem como alvo minimizar os resultados de acidentes automobilísticos, sendo que o CBMPR interage com órgãos de trânsito, e diuturnamente presta atendimentos a acidentes de trânsito, conforme relatos dos entrevistados 08 e 16.

Meta 3.6 - Até 2030, reduzir pela metade as mortes e lesões por acidentes no trânsito (Silva, 2018).

Faz uma interação social grande quanto a acidentes de trânsito, vinculado ao conselho municipal de trânsito com palestras, simulados de acidentes de trânsito, entrevistas nas mídias sociais, não beber, velocidade, com cuidado, atenção sinais de trânsito (Entrevistado 08).

Preocupação também junto ao órgão de trânsito quanto à instalação de sinalização, mudança de sentido de vias, controle de tráfego, conforme dados estatísticos de acidentes, pontuando locais com mais acidentes e mais graves (Entrevistado 08).

Fazemos muitos simulados de trânsito, demonstrando os riscos e alertando a população aos perigos de acidentes. Em parceria com universidades, com o exército simulamos ambientes com vítimas e demonstramos a atuação do Corpo de Bombeiros. Isso lembra as pessoas dos cuidados que tem que tomar na direção (Entrevistado 16).

O Relatório Luz aponta que os acidentes com vítimas cresceram 0,2%, com 52.948 vidas perdidas e um custo de 12,92 bilhões de reais com acidentes em rodovias (GTSC A2030, 2023).

Na meta 3.9 foi estabelecida a redução do número de mortes e doenças decorrentes de contaminação por produtos perigosos, sendo que o CBMPR é gerador de diversos produtos com risco biológico, infeccioso, por prestar atendimentos pré-hospitalares a população.

Meta 3.9 - Até 2030, reduzir substancialmente o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos, contaminação e poluição do ar e água e do solo (Silva, 2018).

O Grupo de Trabalho que elaborou o Relatório Luz 2023 apontou que a meta 3.9 teve um retrocesso nos últimos 4 anos, decorrente da inexistência de penalidades para os estados, municípios e empresas poluidoras que contribui com este cenário e a morte de 51 mil pessoas (GTSC A2030, 2023).

Existe uma preocupação latente da instituição, como se nota nos comentários dos entrevistados:

Existe o convênio SIATE em que vincula o CBMPR com as secretárias municipais, buscando o manejo e destinação correta de produtos infecciosos. O grande número de ocorrências atendidas, gera um número significativo de produtos contaminados, sendo que o convênio possibilita a destinação correta destes itens (Entrevistado 01).

A coleta dos resíduos de APH é realizado em recipientes específicos, infecciosos, e tem técnicas de enfermagem do SIATE que recolhem corretamente esse lixo, sendo retirado por uma empresa específica de recolhimento de lixo hospitalar no quartel. A lavagem do material que é utilizado, também é feito aqui no quartel por esses técnicos de enfermagem, embora não tenha uma área de expurgo adequado nos padrões da vigilância sanitária. Já estamos com a obra assinada pela prefeitura, iniciando ainda neste ano a construção de um local adequado para lavagem e acondicionamento destes materiais. O esgoto terá uma parte de tratamento e decantação antes de cair na rede de esgoto do município (Entrevistado 08).

Nós temos rampa específica para todas as viaturas de Foz do Iguaçu que fazem atendimentos possam ser lavadas, com espaço apropriado, com decantadores e destinação correta dos resíduos. Os materiais infeccioso e resultantes do atendimento, como luvas, máscaras, são coletado em espaço específico, para correta destinação (Entrevistado 13).

O descarte de materiais é um serviço terceirizado da prefeitura, tem a rede hospitalar municipal. O caminhão que retira nas instalações da prefeitura, passam no quartel e recolhem os materiais infecciosos. A lavagem de viaturas e assepsias de materiais tem um local próprio para esse tipo de serviço e limpeza (Entrevistado 14).

Acabou de ser reformado o local para lavagem de viaturas de APH, dentro dos padrões preconizados na área de saúde. O descarte é levado para o SAMU, sendo separado e destinado corretamente por eles. O local de assepsia tem decanter, vários tanques para filtrar, até a água chegar na rede de esgoto (Entrevistado 19).

Neste sentido, Ramada *et al.* (2023) alertam sobre a responsabilidade das empresas com a saúde dos seus funcionários, e com os impactos as comunidades vizinhas, seja no descarte correto de resíduos, poluição e segurança.

No tocante a produtos perigosos o CBMPR realiza vistorias e fiscalizações preventivas em áreas indústrias e veículos de transporte, contribuindo e minimizando com acidentes que tragam prejuízos para sociedade.

A Lei Estadual nº 19.449, de 6 de abril de 2018, regula o exercício do Poder de Polícia Administrativa pelo Corpo de Bombeiros Militar e institui normas gerais para a execução de medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres, delegando a competência de fiscalização de área de risco, contemplando produtos perigosos:

Art. 3º Para efeito desta Lei são adotadas as seguintes definições:

II - área de risco: ambiente externo à edificação que contém armazenamento de materiais combustíveis ou inflamáveis, produtos perigosos, instalações elétricas, radioativas ou de gás, ou ainda concentração de pessoas;

Art. 4º Compete ao Corpo de Bombeiros Militar normatizar, analisar, vistoriar, licenciar e fiscalizar as medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres em edificações, estabelecimentos e áreas de risco.

Parágrafo único. O exercício do poder de polícia administrativa pelo Corpo de Bombeiros Militar se dá mediante:

I - ações fiscalizatórias;

II - requisição e análise de projetos e de documentos;

III - emissão de documentos;

IV - aplicação de sanções administrativas;

V - aplicação de medidas acautelatórias (Paraná, 2018b).

De forma mais específica o CBMPR utiliza a Norma de Procedimento Técnico 032 – Produtos Perigosos em edificações e áreas de risco, que tem como objetivo estabelecer os parâmetros para prevenir, controlar e minimizar emergências ambientais, que provoquem riscos à vida, ao meio ambiente e ao patrimônio em edificações e áreas de risco.

Ainda o Decreto Estadual nº 7117, de 13 de fevereiro de 2013, instituiu a Comissão Estadual de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida às Emergências Ambientais que envolvam Produtos Químicos Perigosos, sendo o CBMPR parte integrante da Secretária-Executiva, incumbida da coordenação do programa e criação dos grupos de trabalho.

Outra atividade desenvolvida pelo Corpo de Bombeiros em atecção aos produtos perigosos, atuando como CORPDEC, são as fiscalizações rodoviárias, que seguem um calendário anual proposto pela CEDEC, e que tem como objetivo a conferência dos documentos do veículo, do motorista e da carga, sendo verificado, também, as condições de transporte e o preparo do condutor quanto ao possível atendimento inicial de um acidente com o produto perigoso transportado.

Vários são os eixos de contribuição do CBMPR ao ODS 3, transitando por diversas metas propostas na Agenda 2030, e contribuindo para um desenvolvimento sustentável.

4.3.6 Práticas e práxis ODS 4 – Educação de Qualidade

A educação é um dos veículos mais poderosos e comprovados para o desenvolvimento sustentável. O ODS 4 pretende alcançar educação inclusiva e de qualidade, proporcionando acesso igualitário a treinamento vocacional acessível, eliminar disparidades de gênero e riqueza e alcançar o acesso universal a um ensino superior. A taxa total de matrículas nas regiões em desenvolvimento atingiu 91% em 2015, e o número mundial de crianças fora da escola caiu quase pela metade. Porém existem dificuldades em locais com altos níveis de pobreza, conflitos armados e outras emergências. As crianças das famílias mais pobres têm até quatro vezes mais chances de não frequentar a escola do que as das famílias mais ricas. As disparidades entre áreas rurais e urbanas também permanecem altas (PNUD, 2022).

Diversas metas foram propostas na Agenda 2030, sendo pinçadas algumas e analisadas na realidade do CBMPR:

Meta 4.4 - Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham as competências necessárias, sobretudo técnicas e profissionais, para o emprego, trabalho decente e empreendedorismo (Silva, 2018).

Meta 4.7 - Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global, e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável (Silva, 2018).

Meta 4.a - Ofertar infraestrutura física escolar adequada às necessidades da criança, acessível às pessoas com deficiências e sensível ao gênero, que garanta

a existência de ambientes de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes para todos (Silva, 2018).

O Relatório Luz 2023 aponta que seis das 10 metas do ODS 4 estão em retrocesso informando que o fim do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares até o fim de 2023, contribuem com isso, e sinalizando que alguns estados irão manter programas similares. Ainda afirma que a infraestrutura da educação avançou somente 2,5 pontos percentuais após o Plano Nacional à Educação (GTSC A 2030, 2023).

Nestas metas o CBMPR contribui perante seu público interno, assim como perante a sociedade, sendo demonstrado por alguns relatos dos entrevistados, a importância com a educação e formação do cidadão:

A vários anos são recebidas escolas, políticas do comando, atender pedidos de instituições educacionais, seja para visitas, se dirigir aos locais, palestras, esses atendimentos são institucionalizados (Entrevistado 01).

A gente tem muita visita, de escolas, é muito receptivo nesse sentido, a gente vai buscar, a gente da um jeito de fazer isso daí, pro pessoal realmente participar disso. Escolas carente, escolas com crianças que tem uma necessidade especial, para viver a realidade do Corpo de Bombeiros, ter essas experiências diferentes do militarismo. E também tem escolas particulares, a gente procurar atender a sociedade. Se a gente vê que é uma escola mais carente, prepara um lanchinho, para terem uma alimentação, não virem somente para atividade (Entrevistado 07).

Atendendo a maior parte das solicitações de visitas e palestras, acabando recebendo a população, tira fotos, mostra como funciona equipamentos, mas nenhum projeto social, como bombeiro mirim ou algo do tipo (Entrevistado 09).

Projeto junto com escoteiros, com treinamento específicos, participando de atividades deles, visitas em colégios, azilos, igrejas, participa também de campanhas do governo que é para ajudar a sociedade. Nestas palestras são repassados conhecimentos buscando diminuir os riscos nas casas, o que fazer em caso de acidentes, assim como valores sociais, princípios, tudo depende do público (Entrevistado 10).

Existem as visitas de escolas no quartel, agenda e consegue cumprir visitas a escolas, igrejas, sociedade civil organizada, escoteiros, fazendo palestras em órgãos públicos, aos professores. Já teve um projeto de bombeiro mirim, mas por baixo efetivo e mudança de comando no momento não consegue atender (Entrevistado 14).

Destas parcerias foi relatada pelo Entrevistado 13 a organização de um concurso de desenhos, que demonstrou a atividade desenvolvida pelo CBMPR.

Foi realizado um Concurso de desenhos para a agenda 2023, lançados tipos de serviço, e cada série teve que desenvolver desenhos conforme o serviço, explicamos o que era cada coisa, diferença do SAMU/SIATE, quando chamar

cada um deles, essas crianças podem se deparar com o acionamento do serviço, e alguns minutos contam muito para vida (Entrevistado 13).

Outra importante atuação do CBMPR é a coordenação e execução de palestras aos componentes do grupo denominado PAM (Plano de Auxílio Mútuo), composto por empresas públicas e privadas, órgãos públicos municipais, estaduais e federais, com o objetivo de atuar de forma cooperada no atendimento a emergências.

A gente realiza treinamentos e palestras regulares no PAM, sendo que aqui em Ponta Grossa, temos 25 participantes ativos no momento, com reuniões mensais. Os treinamentos são definidos pelas demandas trazidas pelas empresas, sendo os palestrantes geralmente bombeiros militares com especialização ou experiência no tema, no entanto nada impede que sejam convidados pessoas civis (Entrevistado 06).

O programa Brigadas Escolares, executado pelo CBMPR, foi instituído pela Lei Estadual nº 18.424, de 8 de janeiro de 2015, alterada pela Lei Estadual nº 20.863, de 7 de dezembro de 2021, e regulamentado pelo Decreto Estadual nº 4.587, de 13 de julho de 2016, sendo uma parceria entre a CEDEC, a Secretaria de Estado da Educação e a Secretaria de Estado da Segurança Pública, por meio do CBMPR, com vistas à promoção de ações para assegurar a integridade física e o bem-estar da comunidade escolar junto às redes estaduais e municipais públicas de ensino, e às instituições de ensino na modalidade de educação especial parceiras.

Conforme relatório da Coordenação Estadual do Programa Brigadas Escolares, no período 2012-2021 foram capacitados 68.361 brigadistas, realizados 61.020 simulados de abandono, e emitidos 8.449 Certificados de conformidade conforme previsto no Decreto Estadual nº 4.587/2016.

A participação do CBMPR foi também demonstrada pelos entrevistados 10 e 13:

Para sociedade antes da pandemia era bem mais efetivo, sendo suspenso o contato. Temos a formação de brigadas escolares com o projeto estadual (Entrevistado 10).

Foram formadas mais de 40 escolas do município em brigadas escolares, a b8 vai a campo para formar professores, de combate a incêndio, aph, evacuação, como funciona o extintor, para que serve, como utiliza. É feita formação e reciclagem dos professores anualmente (Entrevistado 13).

Em São José dos Pinhais foi desenvolvido o Projeto Chamas da vida, que localmente buscou levar diversos conhecimentos, educação e valores nas escolas

municipais, contribuindo com a formação daqueles alunos, sendo argumentado pelo Entrevistado 10 o déficit de efetivo e a dificuldade em executar projetos inovadores.

Indo em colégios municipais de São José dos Pinhais, mostrando serviços dos bombeiros, palestras de prevenção, primeiros socorros, minimização de acidentes e levando princípios, valores para aquelas crianças. Foi uma iniciativa do 6º GB, sendo feito um calendário para atender os colégios municipais. A dificuldade sempre foi efetivo para atuar fora da missão constitucional, às demandas obrigatórias do Estado são muitas, sendo difícil empregar o efetivo em paralelo para auxiliar a comunidade (Entrevistado 10).

Várias unidades do CBMPR desenvolveram o programa Bombeiro Mirim, que seleciona crianças que estão matriculadas na rede estadual ou municipal de ensino, e inseridas em uma faixa de vulnerabilidade social, conforme critérios definidos localmente. Conforme demonstrado pelos entrevistados 15, 18 e 20 o objetivo dos programas é integrar essas crianças, oportunizando conhecimentos, valores, princípios, um desenvolvimento adequado, contribuindo assim com o ODS 4.

Recebemos escolas, escoteiros, são visitas, orientações, de forma mais lúdica para criança. A gente tinha o programa do bombeiro mirim, até a pandemia, que era na verdade um programa que o bombeiro cedia o espaço, estruturas, e alguns militares eram voluntários, ensinando as crianças com condição sócio econômica mais vulnerável. Existia uma parceria com uma ONG, a Associação Caráter e Vida, que era responsável pelo projeto, mas pela pandemia acabou e não foi retomado. O programa durou mais de 12 anos, com professores civis de luta, computação, música, e o corpo de bombeiros, com natação, educação física, combate a incêndio, APH e disciplina, valores sociais. Eram militares da reserva voluntários, e dependendo do dia o pessoal da ativa auxiliava nas atividades (Entrevistado 15).

Estamos voltando com o bombeiro mirim, para atender a rede pública do município, foi cancelado por falta de efetivo. Ocorreu de 2015 a 2017, e agora vai voltar com um modelo diferente, melhorando algumas coisas. Era uma parceria com o município que fazia um concurso e acompanhava durante o ano, a prefeitura fornecia local e lanches Os bombeiros ministravam as instruções de bombeiro, cívico, no contra turno das aulas, todos os dias. Era um grupo por ano, sendo selecionado pela vulnerabilidade, e os critérios eram indicados pela prefeitura (Entrevistado 18).

Estamos fazendo um projeto de bombeiro mirim, projeto piloto em Santo Antonio da Platina, e depois expandir para os municípios de Jacarezinho, Siqueira Campos e Ibaíti. A ideia é formar uma turma no primeiro semestre e outra para o segundo semestre.

Será uma parceria exclusiva com a prefeitura, para não ter dependência de empresa privada, tem a questão de impessoalidade, vistoria, análise de projeto, enfim às vezes o pessoal entende como toma lá da cá. Seria então com a Secretaria de Educação e a Prefeitura.

Será crianças de 4º e 5º ano da rede pública municipal. A ideia é crianças com mais problema disciplinar, e vulnerabilidade, visando maior disciplina, hierarquia e conhecimentos. Damos reforço no café da tarde, sendo uma tarde por semana no contraturno. Será 15 crianças na terça e 15 crianças na quinta feira, totalizando 30 crianças por semestre. Terá formatura paramilitar,

civismo, patriotismo, conhecimentos básicos de APH, combate a incêndio, salvamentos e minimização de riscos na casa (Entrevistado 20).

Um projeto similar desenvolvido no litoral do Paraná foi relatado pelo Entrevistado 12:

Durante os meses de janeiro e fevereiro, em parceria com uma ONG, Parceiros do Mar, é realizado um curso de capacitação chamado Surf salva. O objetivo é ensinar os surfistas noções básicas de salvamento aquático, primeiros socorros e transmitir alguns valores sociais. O curso é de 24 horas-aula para cada turma, dividido entre práticas e teorias. (Entrevistado 12).

Em uma análise focada na educação dos bombeiros, foi identificado que a Portaria do Comando-Geral nº 330, de 14 de março de 2014, organiza o Sistema de Ensino na PMPR, proporcionando aos bombeiros militares várias ações formativas, em momentos distintos da carreira, visando um melhoramento pessoal e profissional, exibidas e descritas em seu artigo 12:

Art. 12. O Sistema de Ensino na PMPR compreende as seguintes ações formativas:

I – Curso de Atualização Profissional (CAP): destinado a atualizar o militar estadual em área ou assunto já desenvolvido em outro curso, porém com técnicas e tecnologias modernas; I

I – Curso de Capacitação (CC): destinado à qualificar o militar estadual em área ou assunto específico, normalmente para desenvolver novo trabalho ou assumir nova função;

III – Curso de Formação (CF): destinado a fornecer conhecimentos técnicos gerais, indispensáveis para o exercício do cargo, função ou qualificação do militar estadual até o posto ou graduação, fixados como limites de ascensão na carreira;

IV – Curso de Habilitação para o Quadro Especial de Oficiais (CHQEOPM): destinado a capacitar as praças, Subtenente, 1º Sargento, 2º Sargento, 3º Sargento, Cabo e Soldado, a ingressar no Quadro Especial de Oficiais, nos termos da lei em vigor;

V – Estágio de Adaptação de Oficiais do Quadro de Saúde (EAOQS): destinado à adaptação dos novos Oficiais do Quadro de Saúde, visando o conhecimento e a sua integração à carreira militar estadual e ao oficialato;

VI – Curso de Especialização (CE): destinado ao aprofundamento específico de técnica ou conhecimento técnico-profissional em área peculiar da atividade policial-militar/bombeiro-militar;

VII – Curso de Aperfeiçoamento (CA): visa atualizar e ampliar o nível de conhecimentos técnico-profissionais necessários ao exercício e desempenho de diferentes funções institucionais, inclusive daquelas próprias de oficiais superiores e de graduações específicas da Corporação;

VIII – Curso Superior de Polícia (CSP): destinado à realização de altos estudos da atividade de Administração e Segurança Pública, em nível Estratégico de Doutorado em Segurança Pública, visando capacitar Oficiais Superiores ao desempenho e exercício das atividades inerentes ao planejamento, comando, coordenação, controle e direção superior da Corporação (Polícia Militar do Paraná, 2014).

Atualmente com a inserção cada vez maior da tecnologia nas organizações, existe uma plataforma de ensino à distância (EAD), em que são repassados conhecimentos técnicos e gerais aos bombeiros, conforme um Plano Anual de Instrução (PAI). Ainda foi verificada a realização de palestras ao efetivo buscando uma evolução constante, conforme relatado pelos entrevistados 02, 08 e 19:

O Corpo de Bombeiros capacita a tropa com instruções teóricas e práticas, sendo que temos o EAD em que são repassados conteúdos, conforme o cronograma do PAI (Plano anual de instrução). Temos ainda os cursos internos em que o bombeiro deixa de exercer suas funções diárias ficando adido ao curso. São realizados concurso conforme previsto na Portaria de Ensino. (Entrevistado 02).

Existe um movimento financeiro na unidade, percebo que esporadicamente existe reuniões, palestras e instruções de como melhorar o controle e gestão financeira dos bombeiros, investimentos e finanças (Entrevistado 08).

A gente tinha bem forte antes da pandemia uma chamada geral da tropa, e o major azevedo determinava e tinha que trazer um palestrante multidisciplinar, financeiro, ergonomia, planejamento, segurança no trabalho, etc (Entrevistado 19).

A Lei Complementar Estadual nº 217, de 22 de outubro de 2019, instituiu a Licença Capacitação no âmbito do Poder Executivo Estadual, sendo concedido um período de até 3 meses, num lapso temporal de 5 anos de efetivo serviço, aos bombeiros militares realizarem cursos de seu interesse e da administração.

Para Camillo e Castro Filho (2019) a aprendizagem contínua proporciona benefícios em diversos eixos, sendo que individualmente possibilita maior participação das pessoas nas tomadas de decisão na sociedade, mais empregos e melhores oportunidades de trabalho. No eixo social gera igualdade e permite que as pessoas explorem cada vez mais suas habilidades e potenciais.

Da análise do Plano de Integridade do CBMPR, em cumprimento a Lei Estadual nº 19.857, de 29 de maio de 2019, que instituiu o Programa de Integridade e Compliance da Administração Pública do Estado do Paraná, foi possível extrair alguns riscos críticos definido pelo Núcleo de Integridade e Compliance Setorial (NICS) (Paraná, 2023g).

O risco 3 identificado foi o acúmulo de trabalho e estresse em funcionários gerado pela falta de efetivo, classificado como crítico pelo gestor do núcleo, e constando as seguintes observações:

Foi relatado em quase todas as entrevistas que os militares do CB exercem mais de uma função além da daquela prevista no quadro, devido a falta de efetivo. 2 - Houve relatos também de situações como caminhões saindo para atender ocorrências com o número menor de militares do que o previsto em norma de segurança. 3 - Além disso as ambulâncias também não têm efetivo suficiente para dar o atendimento necessário. 4 - Militares estão com acúmulo de trabalho, gerando sobrecarga, além também atuarem com desvio de função pela falta de efetivo (Paraná, 2023g).

O risco 12 relacionado ao atendimento de saúde dos bombeiros foi classificado como moderado, constando as seguintes observações:

Militares do interior não possuem serviço do SAS disponível para marcação de consultas na região, necessitam deslocar até Curitiba e quase não conseguem vagas devido a grande demanda (Paraná, 2023g).

4.3.7 Práticas e práxis ODS 5 – Igualdade de Gênero

O PNUD colocou a igualdade de gênero no centro de seu trabalho, pois empoderar mulheres e meninas é crucial para o crescimento e desenvolvimento sustentável. Ocorreu um progresso notável nos últimos 20 anos, com mais meninas na escola agora em comparação com 15 anos atrás, e a maioria das regiões alcançou a paridade de gênero na educação primária. Mas existem grandes desigualdades em algumas regiões, com as mulheres não tendo os mesmos direitos trabalhistas que os homens, atrelado a violência e a exploração sexual (PNUD, 2022).

A Agenda 2030 propõe as metas 5.1 e 5.5 visando à eliminação de discriminação de gênero e a participação efetiva das mulheres. A meta 5.1 completou 4 anos de retrocesso, e a meta 5.5 um nível insuficiente aos indicadores propostos. Para o Grupo de Trabalho que elaborou o Relatório Luz 2023 existe leniência governamental com a violência de gênero e promoção direta de violações aos direitos de mulheres e meninas (GTSC A 2030, 2023).

Meta 5.1 - Eliminar todas as formas de discriminação de gênero, nas suas intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as meninas e mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas (Silva, 2018).

Meta 5.5 - Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na esfera pública, em suas dimensões política e econômica, considerando as intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas (Silva, 2018).

Nas visitas realizadas aos Postos de Bombeiros foi possível observar uma grande quantidade de mulheres bombeiras militares, totalmente integradas na atividade fim da instituição. Foi verificada uma distribuição entre os Postos e graduações, de soldados até Comandante de Unidade operacional, 1º SGBI. Em termos de direitos trabalhistas, salários e cargos, existe uma igualdade entre homens e mulheres, todos possuindo os mesmos direitos e deveres, e concorrendo a promoção conforme critérios estabelecidos na Lei Estadual nº 5.944, de 21 de maio de 1969.

Corroborava Silva (2022) afirmando que as mulheres desempenham cargos no CBMPR nas mesmas condições que Oficiais e Praças do sexo masculino, concorrendo com as promoções em condições de igualdade, recebendo as mesmas instruções militares ministradas para os homens e que atualmente as mulheres ocupam quase todos os postos e graduações da carreira militar.

O entrevistado 09 reforça esta preocupação do CBMPR ao relatar sobre a necessidade de adequação na estrutura física do quartel buscando uma igualdade de gêneros:

Eu acredito que hoje seja um critério de sustentabilidade, onde estamos enfrentando uma demanda de alojamentos, já pensando principalmente, em período curto, a diferenciação de gêneros, masculino e feminino, bem como a opção sexual, hetero, bissexual, transgênero, pois não tem nada escrito sobre isso, e a inclusão de novos bombeiros inevitavelmente acontecerá. Já está sendo visto banheiros e alojamentos neutros. Nossas estruturas foram criadas apenas para homens, e em 2005 inclui mulheres na instituições e hoje temos novos desafios. Se faz necessário políticas de igualdade de gêneros. Seja banheiros, alojamentos, equipamentos de proteção adequados ao tamanho (Entrevistado 09).

A inclusão da mulher no CBMPR é recente, sendo permitido o ingresso de mulheres nas fileiras da Corporação para o quadro de Oficiais e Praças, conforme Lei Estadual nº 14.804, de 20 de julho de 2005.

Torres (2020) relata que após a inclusão as mulheres tiveram dificuldades de adaptação, por ser um ambiente predominantemente masculino, exemplificando

problemas de espaço físico, equipamento de proteção individual ou tabelas de testes físicos de aptidão.

Entre as conquistas foi citado pelo Entrevistado 02 melhores condições e medidas para facilitar o aleitamento materno.

Eu observava uma dificuldade das mulheres após o nascimento dos filhos, e neste ano saiu um documento trazendo regras para auxiliar no aleitamento (Entrevistado 02).

A Portaria do Comando-Geral nº 112, de 27 de março de 2023, apresenta uma série de conceitos relativos ao aleitamento materno, bem como medidas administrativas necessárias ao estímulo e facilitação do processo, as bombeiras-militares durante os horários de serviço.

Outra legislação de valorização e auxílio às mulheres é a Portaria do Comando-Geral nº 759, de 17 de julho de 2014, que regulamenta os procedimentos envolvendo as militares estaduais gestantes. O período de gestação envolve cuidados especiais, devendo ser aplicadas em atividades administrativas internas, com uso de trajes civis, e ainda, quando necessário, serem transferidas para facilitar o acompanhamento familiar e médico da gestante (Polícia Militar do Paraná, 2014b).

Já Silva (2022) apresenta um cenário positivo na contribuição do ODS 5, quantificando as mulheres na organização em 2 de julho de 2022, sendo 48 oficiais e 161 praças, demonstrando que a inclusão das mulheres agregou forças ao CBMPR e que elas vêm se destacando na organização.

Este crescimento da participação feminina na instituição pode ser verificado na última formatura de bombeiros militares do Paraná, que ocorreu no dia 25 de maio de 2023, na qual quarenta e três mulheres passaram a integrar as fileiras da Corporação, o que faz desta a maior contratação de bombeiras da história do CBMPR, equivalendo a 11% do total de 419 novos bombeiros (Paraná, 2023b).

Outro importante direito preservado no CBMPR é a redução da carga de trabalho, aos militares estaduais que tenham como dependente pessoa com deficiência, cumprindo dessa forma o previsto na Lei Estadual nº 18.149, de 7 de janeiro de 2015. A Portaria regula os procedimentos e documentos necessários para ser requerido esse direito.

Por fim, a Portaria do Comando-Geral nº 551, de 24 de maio de 2021, instituiu a Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral e Sexual, cujo objetivo é identificar e coibir condutas que configurem assédio moral ou sexual no ambiente de serviço. Foram

criados canais para elaboração de denúncias, pelas vítimas ou qualquer pessoa que testemunhe ou tome conhecimento de atos que possam caracterizar esses tipos de assédio.

Porém Mariano e Molari (2022) relatam a triste realidade presente no Brasil, que enfrenta obstáculos políticos de movimentos religiosos, sociais e políticos declaradamente antifeministas, e necessita de uma agenda de gênero mais ampla e transformativa.

4.3.8 Práticas e práxis ODS 6 – Água Potável e Saneamento

Para conseguir água potável universal segura e acessível é necessária uma infraestrutura adequada, higiene e proteger ecossistemas, e ainda, alcançar mais de 800 milhões de pessoas que carecem de serviços básicos e propiciar o acesso eficiente dos serviços a mais de dois bilhões. A escassez de água afeta mais de 40% das pessoas, podendo aumentar com a elevação da temperatura, alastramento da seca, desertificação e diminuição do abastecimento (PNUD, 2022).

Os documentos consultados e os relatos dos entrevistados demonstram que o CBMPR se preocupa com o uso racional da água, encontrando alternativas para economizar água potável, pois sua atividade principal e exclusiva de combater incêndios, necessita desse bem tão precioso a humanidade.

As metas previstas para o ODS 6 na Agenda 2030 englobam a eficiência do uso da água, melhorar a qualidade, redução de poluição e proteção de ecossistemas.

Meta 6.3 - Até 2030, melhorar a qualidade da água nos corpos hídricos, reduzindo a poluição, eliminando despejos e minimizando o lançamento de materiais e substâncias perigosas, reduzindo pela metade a proporção do lançamento de efluentes não tratados e aumentando substancialmente o reciclo e reuso seguro localmente (Silva, 2018).

Meta 6.4 - Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores, assegurando retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez (Silva, 2018).

Meta 6.6 - Até 2020, proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas úmidas, rios, aquíferos e lagos, reduzindo os impactos da ação humana (Silva, 2018).

Consta no Relatório Luz 2023 que a meta 6.4 continua em retrocesso, e que o problema hídrico é grave, pois a demanda aumentou aproximadamente 80% nas últimas duas décadas e a previsão é que, até 2030, a retirada de água aumente mais 23%.

Picolotto e Luiz Filho (2023) em um estudo sobre a captação de água pluvial para reutilização no combate aos incêndios afirmam que o CBMPR utiliza uma média de 42,5 milhões de litros de água por ano nas atividades operacionais e destacam a possibilidade de economizar água potável com a captação de água da chuva.

Nesta perspectiva e conforme relatado pelos entrevistados, atualmente o CBMPR realiza a captação de água pluvial nos telhados de vários Postos de Bombeiros, reutilizando a água para lavagem dos quartéis e viaturas, não sendo empregada em larga escala nos combates a incêndios. Estas práticas atendem a NBR 15527, que possibilita a utilização de água pluvial para fins não potáveis, como rega de jardim, descarga de bacias sanitárias, limpeza de ruas e calçadas, lavagem de veículos, espelhos d'água, irrigação e usos industriais.

Existe um sistema de captação de água da chuva, para lavagem de viaturas, sendo reaproveitado para essas coisas. Era utilizado também para reabastecimento dos caminhões de incêndios, mas acho que não mais. A coleta da chuva é feita pelo telhado, sendo coletado na cisterna no piso inferior (Entrevistado 04).

Existe captação de água em Colombo e no bairro Pilarzinho, sendo coletado pelo telhado e calhas, armazenado em caixas de água, sendo utilizado para lavagem do aquartelamento, viaturas, e até abastecendo os caminhões (Entrevistado 11).

A lavagem de viaturas é feita pela captação por calhas, e uma cisterna de 10.000 litros. Para lavagem de viaturas usa água da chuva. Já a rede hidrosanitária do quartel e o reabastecimento de água dos caminhões é feito pelo hidrante da Sanepar (Entrevistado 14).

Existe captação de água pelo telhado da rampa, para limpeza do parque de viaturas e limpeza do aquartelamento (Entrevistado 17).

A questão de captação de água foi solicitado para incluir na construção do quartel, porém não foi previsto na licitação e não foi construído. O setor de engenharia do Estado retirou e não foi executado a captação de água, e não sabemos por que foi tirado, imagino que pelo custo (Entrevistado 18).

Para limpeza das calçadas se utiliza água da chuva que fica armazenada em uma cisterna de 5.000 litros (Entrevistado 23).

Conforme abordado pelos entrevistados 18 e 21 existe uma mentalidade para captação e reaproveitamento de água da chuva, no entanto uma dificuldade é o custo de implantação. Cabe destacar que os novos Postos de Bombeiros e reformas, mencionados pelos entrevistados 13, 16 e 21 estão englobando a reutilização de água da chuva, possibilitando uma economia de água potável, contribuindo com o ODS 6.

Sendo o quartel 2.0 existe o projeto de captação de água, com cisterna para captação de 45.000 litros de água, sendo reutilizados em banheiros, lavagens, oficinas e reabastecimento de caminhões, economizando água potável (Entrevistado 13).

Com a nova sede será coletado água da chuva, pois foi previsto duas cisternas subterrâneas com capacidade de 15.000 litros. Será possível reaproveitar essa água para lavar viaturas e o quartel, não gastando água potável para isso (Entrevistado 16).

O sistema de captação de água da chuva não está ativo, no projeto de construção foi previsto, mas falta a execução. Tem o espaço para cisternas, e falta fazer a separação dessa água e bombeamento para utilização. O lavador de viaturas esta sendo construído e vai ser utilizado essa água para lavagem de viaturas, áreas externas e rampa de viaturas do quartel (Entrevistado 21).

Gonçalves *et al.* (2023) tratam sobre a necessidade de um planejamento estratégico para as empresas de saneamento, buscando uma gestão eficiente e sustentável, sendo que à implementação de métodos alternativos, modernos e tecnológicos são imprescindíveis para redução das perdas na distribuição, para alcançar uma sustentabilidade econômica-financeira e consequentemente o alcance do ODS 6. Isto demonstra que as iniciativas devem ocorrer tanto das empresas de saneamento, das organizações e da sociedade.

O entrevistado 8 demonstrou a preocupação de reaproveitar água da chuva na lavagem de viaturas, mas também destacou o correto descarte dessa água na rede de esgoto, sendo primeiro extraído resíduos e impurezas em decantadores, para depois ser descartada.

É uma ideia o reabastecimento de caminhões de incêndio em prática, mas ainda não conseguimos trabalhar dessa forma, sendo o reabastecimento em sua totalidade em hidrantes públicos. A rampa de lavagem de viaturas reaproveita água da chuva e tem caixas de decantação padronizadas, para que haja de fato o recolhimento dos resíduos da lavagens de viaturas, óleo, produtos que são utilizados na lavagem. Essa água somente após passar por 4 caixas de decantação no processo, vai pra o esgoto fluvial (Entrevistado 08).

Em outra linha, foi mencionado pelo entrevistado 5, treinamentos, discussões e inovações tecnológicas visando o uso racional da água, sendo assim, uma alternativa para contribuir com as metas do ODS 6.

Uma das coisas que a gente tenta passar para o efetivo, e até em treinamento recente, é o consumo de água em combate à incêndio, é para priorizar o uso racional de água em combate à incêndio. Entretanto se a gente for pensar as nossas viaturas, todas trabalham com água potável. A mesma água que entra na residência é a utilizada em combate à incêndio. Até um dos motivos para gente acabar não utilizando muita água. Também treinamentos sempre com a parte

do incêndio ambiental, na época de junho e julho tem bastante, como as formas corretas de combate, para que ele seja efetivo, e traga menos uso de água e menos poluente para natureza (Entrevistado 05).

Percebe-se a questão de proteção e restauração de ecossistemas nos comentários do Entrevistado 13, que novamente demonstra o engajamento da corporação no apoio a outras instituições que praticam ações para contribuir com o desenvolvimento sustentável.

O 9º GB participa todo ano do mutirão de limpeza do Rio Iguaçu, no Parque Nacional, retirando lixos, garrafas plásticas, sacolas e moedas jogadas nas Cataratas. Isso ocorre no dia internacional da água e tem o apoio de várias instituições (Entrevistado 13).

4.3.9 Práticas e práxis ODS 7 – Energia Limpa e Acessível

O aumento populacional gera a demanda de energia sendo que 789 milhões de pessoas não possuem eletricidade. A sociedade estabeleceu uma economia dependente de combustíveis fósseis, o que impacta diretamente no clima. Por isso, é imperioso o investimento em energia solar, eólica, térmica, energia limpas e renováveis, possibilitando melhorar a produtividade energética (PNUD, 2022).

A meta 7.a visa o investimento em energia limpa, melhorando a infraestrutura e tecnologias.

Meta 7.a - Até 2030, reforçar a cooperação internacional para facilitar o acesso a pesquisa e tecnologias de energia limpa, incluindo energias renováveis, eficiência energética e tecnologias de combustíveis fósseis avançadas e mais limpas, e promover o investimento em infraestrutura de energia e em tecnologias de energia limpa (Silva, 2018).

No balanço energético nacional de 2022, o uso da fonte solar térmica foi maior (2,5%) do que o uso do gás natural (1,6%) na matriz energética residencial pela primeira vez, demonstrando o crescimento das energias renováveis (GTSC A2030, 2023).

Pelos comentários dos entrevistados e dados coletados nas visitas, é possível afirmar que o CBMPR é incipiente no assunto, sendo iniciado a implementação de novas tecnologias energéticas, porém esbarrando no custo elevado e formas de aquisição deste tipo de infraestrutura.

A gente possui o sistema de aquecimento da água para banho e utilização nas torneiras através da energia solar. Está em processo de implantação do aquecimento da piscina e bomba de calor (Entrevistado 08).

Nós temos um sistema de aquecimento solar para nossa piscina, economizando energia elétrica. Basicamente a água circula por tubos dispostos no telhado do quartel, e retorna para piscina aquecida (Entrevistado 09).

Fizemos um estudo e orçamento para instalação de painéis solares, mas não prosperou pelo custo elevado e não ter fontes de recursos específicas (Entrevistado 10).

A iluminação do parque de viaturas em Colombo é feito por fotocélula, visando à economia de energia, porém acredito que não foi pensado a sustentabilidade, mas sim a questão financeira (Entrevistado 11).

Esta parte de energia não foi pensado para o novo quartel, acredito que pelo custo. A obra já vai custar 8 milhões e se fosse incluir acredito que ficaria muito mais caro, e por isso não foi previsto (Entrevistado 16).

Mesmo sendo uma obra nova, infelizmente não foi previsto a questão de energia limpa, sendo tudo fornecido por energia elétrica, inclusive o aquecimento da piscina (Entrevistado 18).

No momento tudo é por energia elétrica, mas tem projeto para aquecer a piscina com painéis fotovoltaicos e produzir energia para o quartel (Entrevistado 22).

O quartel do Corpo de Bombeiros de Foz do Iguaçu é destaque na contribuição das metas do ODS 7, e pela parceria com a Itaipu se torna referência na utilização de energia limpa, inclusive gerando energia além do seu consumo, possibilitando a distribuição na rede, conforme relatado pelo Entrevistado 13.

Nesse novo quartel será tomada muitas atitudes sustentáveis, como separação de lixo, nessa questão ambiental ainda, instalação de placas voltáicas em parceria com a Itaipu, tornando um quartel 2.0. O projeto da itaipu foi orçado em mais de um milhão de reais, cerca de 800 placas, que pretendem abastecer todo o quartel, e ainda sobrar energia, neste aspecto utilizando a natureza e preservando o meio ambiente. O quartel terá 5.900m² captando muita energia e água, e podendo reutilizar, e seria um desperdício se não fizesse. Junto com a construção vêm novas perspectivas e metas e muito delas envolvidas com os objetivos da ONU (Entrevistado 13).

O Brasil têm 46,1% de sua matriz composta por fontes renováveis, com ênfase ao vento e energia solar, que tem apresentando grande crescimento. Isso se deve a grande diversidade e abundância de recursos naturais. Desta maneira são necessárias políticas públicas mais estruturadas que reduzam custos para a implementação de energia limpa, permitindo assim que o potencial energético renovável seja mais bem aproveitado, contribuindo para uma matriz energética sustentável (Gehrke *et al.*, 2021).

Esta perspectiva positiva do país deve ser aplicada no CBMPR, implantando cada vez mais fontes renováveis de energia, aproveitando as estruturas físicas dos quartéis e tecnologias disponíveis, contribuindo com o ODS 7.

4.3.10 Práticas e práxis ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico

A Organização Internacional do Trabalho estimou que mais de 204 milhões de pessoas estavam desempregadas em 2015. A crise econômica de 2008 e a recessão global impactaram profundamente os países em desenvolvimento, gerando um crescimento lento, aumento das desigualdades e empregos insuficientes. O empreendedorismo deve ser incentivado o que gerará empregos, bem como fortalecer a erradicação do trabalho forçado, escravo e o tráfico de pessoas (PNUD, 2022).

As metas propostas para atingir o ODS 8 são voltadas ao trabalhador e as empresas, sendo que foi pouco mencionado pelos entrevistados situações diretamente relacionadas, sendo as metas 8.2, 8.3 e 8.8 as mais próximas da realidade do CBMPR.

Meta 8.2 - Atingir níveis mais elevados de produtividade, por meio da diversificação e com agregação de valor, modernização tecnológica, inovação, gestão, e qualificação do trabalhador, com foco em setores intensivos em mão de obra (Silva, 2018).

Meta 8.3 - Promover o desenvolvimento com a geração de trabalho digno; a formalização; o crescimento das micro, pequenas e médias empresas; o empreendedorismo e a inovação (Silva, 2018).

Meta 8.8 - Reduzir o grau de descumprimento da legislação trabalhista, no que diz respeito ao registro, às condições de trabalho, às normas de saúde e segurança no trabalho, com ênfase nos trabalhadores em situação de vulnerabilidade (Silva, 2018).

As metas 8.2 e 8.3 estão em um progresso insuficiente conforme o Relatório Luz 2023, nem mesmo sendo produzidos dados oficiais sobre a meta no Brasil. Já a meta 8.8 apresenta um retrocesso, com a maior taxa de mortalidade no trabalho na última década, com 613 mil acidentes e 2.513 mil óbitos (GTSC A2030, 2023).

Menon e Stéfani (2023) tratam sobre os propósitos do ODS 8, indicando que o crescimento econômico sustentável deve-se voltar para a inclusão, gerando produtividade e pleno emprego. Alertam que após a pandemia de COVID-19, em 2020, houve um agravamento do desemprego, com um patamar acima de 14 milhões de pessoas no Brasil, demonstrando a importância do ODS 8 na perspectiva de redução desses números.

Durante as visitas nos Postos de Bombeiros foi observado grande profissionalismo dos militares estaduais na execução dos afazeres diários, sendo observadas instruções práticas em vários momentos, nas viaturas, com os equipamentos utilizados no atendimento de ocorrências ou em setores administrativos. Esta preparação e qualificação do bombeiro militar foi tratada no ODS 3, sendo ainda proporcionado diversos serviços visando uma qualidade de vida, saúde mental, aperfeiçoamento técnico e profissional.

Consultando os documentos, relatos e dados coletados, é pertinente remeter a Lei Estadual nº 19.449, de 6 de abril de 2018, que regula o exercício do poder de polícia administrativa pelo Corpo de Bombeiros Militar, por vincular o alvará de funcionamento das empresas ao documento de liberação da instituição, demonstrando a responsabilidade da Corporação no desenvolvimento econômico do Paraná.

Art. 2º A validade do alvará de licença ou autorização expedido pelo poder público municipal, ou documento equivalente, fica condicionada ao prazo de validade do licenciamento expedido pelo Corpo de Bombeiros Militar (Paraná, 2018b).

Esta legislação permitiu uma modernização e desburocratização dos processos do Corpo de Bombeiros, gerando economia, facilidades e celeridade ao empreendedor, conforme descrito no site do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná.

Como característica principal, irá reduzir a burocracia dos processos de abertura e regularização de empreendimentos de baixo risco e aumentar a segurança das edificações, estabelecimentos, áreas e eventos de maior risco. Ao mesmo tempo em que a lei modernizou as normas, com a redução de exigências em projetos de baixo risco, criou facilidades de adequação daqueles que se encontram irregulares e amplia a capacidade de fiscalização justamente nos locais e eventos onde o risco é maior.

A nova lei trouxe maior agilidade na abertura e regularização de empresas, garantindo que o empreendedor venha a desenvolver suas atividades, gerando empregos e riqueza. Outra novidade é que o serviço também será oferecido pela internet, na página do Governo Digital.

Se a empresa já tiver Certificado de Vistoria em Estabelecimento poderá solicitar o licenciamento na plataforma online do programa que gerencia as atividades de vistorias técnicas (PREVFOGO). Este proprietário poderá receber fiscalização do Corpo de Bombeiros a qualquer momento, oportunidade em que as condições de segurança do empreendimento serão confirmadas pelos agentes fiscalizadores (Paraná, 2018).

Por este texto legal o CBMPR tem papel fundamental na geração de trabalho digno e crescimento das empresas, permitindo o desempenho das atividades de forma segura aos trabalhadores e a sociedade em geral. Com ações fiscalizatórias visa identificar edificações, estabelecimentos e áreas de risco que não cumprem as medidas de

prevenção e combate a incêndio e a desastres, estando em sintonia com o governo do estado e com o Decreto Estadual nº 3.434, de 14 de setembro de 2023, que regulamenta a Lei de Liberdade Econômica.

O Entrevistado 05 destaca a postura e avanços do CBMPR em questões de legislação e proteção de dados:

Algumas questões legais que estão sendo atualizadas quando se fala em Lei geral de proteção de dados e acesso à informação, questão de documentação que é expedida pelo Corpo de Bombeiros, isto está bem adequado. De maneira geral, o Corpo de Bombeiros do Paraná está bem a frente de outros estados no quesito de legislação, propiciando segurança e prestando um serviço ágil (Entrevistado 05).

Em contraponto, no Plano de Integridade do CBMPR, foi possível identificar problemas na infraestrutura e tecnologia do CBMPR, sendo indicados apontamentos relativos a demora na execução por falta de condições adequadas de trabalho, classificado como risco moderado pelo gestor do núcleo, e constando as seguintes observações:

Relatos de internet de baixa qualidade nos quartéis, impedindo a execução das demandas. Casos em que os próprios militares pagam plano de internet para que o serviço seja realizado de maneira mais ágil e eficiente. 2 - Ausência de rede para acesso online em algumas áreas, tendo em vista a necessidade do uso de celular para resolução de demandas de serviço (Paraná, 2023g).

4.3.11 Práticas e práxis ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura

A infraestrutura, inovação, progresso tecnológico, promoção de indústrias sustentáveis, investimento em pesquisa científica são motores cruciais do crescimento e desenvolvimento econômico. Mais da metade da população mundial vive em cidades, aumentando a importância do transporte de massa, das energias renováveis, das novas indústrias, das tecnologias de informação e comunicação. Mais de 4 bilhões de pessoas ainda não têm acesso à Internet e 90% são do mundo em desenvolvimento (PNUD, 2022).

As metas do ODS 9 conciliam tecnologia e inovação para atingir a sustentabilidade, e nessa esteira, buscou-se verificar no CBMPR quais ações estão contribuindo com este objetivo.

Meta 9.3 - Aumentar e desburocratizar o acesso das micro e pequenas empresas a todos os serviços financeiros, garantindo crédito em condições adequadas à realidade dessas empresas, inclusive por meio de soluções

tecnológicas inovadoras, para propiciar sua integração em cadeias de valor e mercados (Silva, 2018).

Meta 9.4 - Até 2030, modernizar a infraestrutura e reabilitar as atividades econômicas para torná-las sustentáveis, com foco no uso de recursos renováveis e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente adequados (Silva, 2018).

Meta 9.c - Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e empenhar-se para oferecer acesso universal e a preços acessíveis à internet, até 2020, buscando garantir a qualidade, a privacidade, a proteção de dados e a segurança cibernética (Silva, 2018).

A abertura de novas empresas, especialmente as de menor porte apresentou uma dinâmica de queda em quase todas as regiões do país apontou o Relatório Luz 2023. Ainda no Brasil existe uma crescente e contínua emissão de gás carbônico das energias fósseis, sendo que além do desmatamento, se torna menos eficiente em termos econômicos em suas emissões de carbono (GTSC A2030, 2023).

O Entrevistado 05 cita diversos projetos que estão sendo desenvolvidos pelo Comando do Corpo de Bombeiros para atingir um desenvolvimento sustentável, no entanto faz ressalvas, que por ser uma organização antiga, possui muitas práticas e tecnologias não sustentáveis.

Muitos dos projetos do comando buscam a sustentabilidade, o próprio desenvolvimento do sistema PREVFOGO, outro projeto que está em andamento é a parte de análise digital, ou seja, redução de papel e a rapidez, a fluidez do serviço, vai melhorar muito. Projetos da parte de logística e finanças, de viaturas mais modernas, que utilizam menos água e tem tecnologias melhores. Então da parte de inteligência, acesso a informação, envolvendo relações públicas, sim os projetos atuais do comando do Corpo de Bombeiros, quando eu acompanhei, eles buscam a sustentabilidade. Mas o que está hoje, desenvolvido, em andamento, nem tudo vai atender, muitos dos serviços de hoje, ainda está muito aquém na minha opinião (Entrevistado 05).

Um ponto em comum no discurso de vários entrevistados foi o sistema E-protocolo instituído no Estado do Paraná pelo Decreto Estadual nº 7.304, de 13 de abril de 2021, que trata sobre a tramitação de documentos no Poder Executivo, gerando segurança, agilidade, arquivo e unificação dos órgãos da administração pública. Este sistema de tramitação de documentos revolucionou a gestão administrativa no Estado, estando alinhado com o desenvolvimento sustentável, sendo ambientalmente correto e desburocratizando processos.

Bom a questão de papel em si, por exemplo, o grande volume de documentos, todos eles são digitais hoje, praticamente não são utilizados papéis, somente

aquilo que é necessário, procedimento administrativo que é no papel. Porém utilização de documentos como era a cinco, dez anos atrás, aquele volume de folhas, isso não existe mais (Entrevistado 02).

Depois do sistema e-protocolo a gente diminuiu muito a produção de papel, é tudo muito de forma eletrônica, então é o que a gente faz, é que geralmente por exemplo, o que sobra de papel, a gente faz bloco de rascunho, para que a gente tenha um reaproveitamento deste papel descartável, dificilmente amassou joga no lixo, salvo documentos confidenciais que tem destinação própria (Entrevistado 07).

O e-protocolo trouxe uma diminuição enorme em relação a papel, sendo que antigamente utilizava muito papel (Entrevistado 10).

Algumas coisas melhorou muito com a implantação do e-protocolo, redução da utilização de papel, mas é incipiente, e várias coisas precisam de papel como procedimento administrativo que é feito físico e depois digitalizado, mesmo caso de prestações de contas (Entrevistado 11)

Um grande passo que foi dado foi o e-protocolo, e praticamente não temos mais papel em cima da mesa (Entrevistado 20).

Existe em andamento um estudo para implementação de diversas tecnologias no setor de atividades técnicas do CBMPR, voltados para análise de projetos de incêndios, vistorias e fiscalizações de estabelecimentos e áreas de risco.

O Comando do Corpo de Bombeiros está realizando um estudo, sendo visitado outros estados, para implantar a análise digital de projetos. Se isso acontecer será muito melhor para os engenheiros e empresas, facilitando e agilizando os serviços, sem contar a economia de recursos com impressão de papel (Entrevistado 02).

Eu tenho conhecimento também, que tem um projeto da vistoria, visando uma digitalização da análise de projetos, e utilização de tablets pelos vistoriadores, visando a eficiência, a economia e sustentabilidade (Entrevistado 10).

A implantação de análise de projeto digital é um grande avanço, atrelado ao lançamento de vistorias em tablet, eu acho que estamos caminhando para um bom lado (Entrevistado 20).

Tem projeto de utilização de tablets para vistoria e fiscalizações (Entrevistado 21).

O entrevistado 13 revela diversas tecnologias que foram implementadas no Posto de Bombeiros de Foz do Iguaçu, destacando estar inserido no bairro Vila Itaipu A, e sendo possível o Corpo de Bombeiros usufruir de uma infraestrutura existente.

O quartel 2.0 vem com tudo para incluir a nova sede do 9º GB, no que já existe no bairro Vila Itaipu A, que desenvolve o projeto bairro inteligente, com redes wi-fi, trânsito a fluir, a medida que a determinadas instituições próximas, escolas, hotéis, propor a itaipu a inserção e apoio, de desenvolver o quartel inteligente, dentro do projeto que já existe. Além da água potável e do apoio que a gente tem que a gente está buscando das placas solares. Haverá também a

integração dos sistemas de câmeras com a guarda municipal, poderá por exemplo verificar ocorrências nos pontos principais da cidade, mandando o socorro correto, evitando gasto de combustível, emissão de carbono, ao mesmo tempo dentro do aspecto assim tecnológico, o COBOM ter acesso ao sistema da Itaipu, onde os semáforos serão liberados de forma sistemática, para haver mais fluidez no atendimento, aumento da eficiência no atendimento à população (Entrevistado 13).

A Portaria do Comando Geral do CBMPR nº 311, de 2 de agosto de 2023, dispõe sobre regras e procedimentos gerais para a realização de reuniões remotas no âmbito do CBMPR, implementando a tecnologia na busca do desenvolvimento sustentável, sendo este pensamento corroborado nos argumentos dos entrevistados 04 e 11.

A instituição está evoluindo no pós-pandemia para reuniões remotas, utilizando a tecnologia para isso. Desta forma, evita deslocamentos, custos, desgaste do efetivo com viagens, indiretamente minimiza impactos na sustentabilidade (Entrevistado 11).

Hoje reuniões e cursos vêm sendo online, deixando de gerar custos desnecessários de deslocamentos para a instituição. Sair daqui para Curitiba fazer um curso, é gasto né, diária, um monte de coisas em cima disso, e as reuniões online é até melhor, por não gerar o desgaste do bombeiro. Se com um e-mail muitos problemas podem ser resolvidos, com um videoconferência isso é maximizado, sendo fantástico essa ferramenta (Entrevistado 04).

Em contraponto, o Entrevistado 08 entende que estas medidas se devem à economia financeira e não para atingir a sustentabilidade:

Eu vejo que é feito caronas solidárias, reuniões remotas visando a economicidade da administração pública, mas não se pensa em sustentabilidade (Entrevistado 08).

Ao se tratar de infraestrutura dos Postos de Bombeiros, algumas tecnologias e melhorias estão sendo implantadas, conforme dados compilados nos Quadros 21, 22, 23 e 24. Foi relatado pelos entrevistados 11 e 23 algumas ações pensadas e executadas para maior sustentabilidade.

No Posto Cabral foi pensando em claridade natural em sua construção, buscando uma qualidade de iluminação, diminuindo o consumo de energia e ajudando na sustentabilidade (Entrevistado 11).

Nós temos uma permeabilidade muito boa no quartel, foi plantado muitas árvores, para tornar a temperatura do ambiente mais amena, foi tentando ser mais sustentável (Entrevistado 23).

O Entrevistado 04 entende que o CBMPR poderá melhorar em curto prazo o processo logístico de entrega de materiais, utilizando de tecnologia e revisando seus processos. Para o entrevistado o nível atual é incondizente com as possibilidades existentes no mercado, cabendo readequação e estratégias pensando na economia e sustentabilidade.

O transporte pode melhorar muito, a gente utiliza nossas viaturas para realizar pequenos fretes, de Cascavel para Curitiba, para outras cidades, sendo que isso pode acontecer por outras formas. Como exemplo, a entrega de fardamentos, para mandar para várias cidades pode ser por correio, as empresas tem toda uma logística, custa barato, é só fazer remanejo de dinheiro, no sentido que tenhamos verba para este tipo de coisa. Sai mais barato que transportar, pagar diária aos bombeiros, tempo, e poderia aplicar o bombeiro em outras atividades. Para mim isso é sustentabilidade também (Entrevistado 04).

Vale destacar a necessidade de participação de entes estatais para resolver problemas globais, porém o maior volume de projetos cadastrados na plataforma *Sustainable Development Goals Partnerships Platform* são atores não governamentais, com destaque ao setor privado. As grandes empresas transnacionais aparecem com uma tímida participação em projetos vinculados ao ODS 9. É fundamental as parcerias para a implementação deste ODS, com a integração de empresas, governo, universidades e sociedade (Frazão *et al.*, 2023).

4.3.12 Práticas e práxis ODS 10 – Redução das Desigualdades

A desigualdade de renda aumentou em quase todos os lugares nas últimas décadas e requer soluções globais, como a capacitação dos que recebem renda mais baixa e a inclusão econômica de todos, independentemente de sexo, raça ou etnia. O grupo dos 10% mais ricos tem até 40% da renda global, enquanto os 10% mais pobres ganham apenas entre 2% e 7% (PNUD, 2022).

Meta 10.2 - Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, de forma a reduzir as desigualdades, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, nacionalidade, religião, condição econômica ou outra (Silva, 2018).

Meta 10.3 - Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultado, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e promover legislação, políticas e ações adequadas a este respeito (Silva, 2018).

Meta 10.4 - Reduzir desigualdades através da adoção de políticas fiscal, tributária, salarial e de proteção social (Silva, 2018).

A Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos registrou 378.952 de denúncias em 2022, sendo que 62,8% das vítimas foram mulheres, 44,5% e 9,59% pessoas idosas (GTSC A2030, 2023).

As recentes atualizações nas legislações atinentes ao Poder de Polícia do CBMPR, alinhado com as normas de prevenção contra incêndios e desastres já mencionadas no ODS 8 (Trabalho decente e crescimento econômico), as práticas e práxis demonstradas até aqui nos ODS 1 (Erradicação da pobreza), ODS 2 (Fome zero), ODS 3 (Saúde e bem estar), ODS 4 (Educação de qualidade) e ODS 5 (Igualdade de gênero), evidenciam a busca da Corporação em promover a inclusão social, econômica e política de todos.

Khamis e Alves (2018) relatam que o Brasil é um dos países mais desiguais, com diferenças muito grande nos níveis de riquezas, escolaridade, cor, gênero, e que o combate às desigualdades gera o acesso a direitos básicos que todo ser humano precisa, concluindo que o Estado não possui políticas públicas suficientes e eficazes para tratar e minimizar o problema, sendo dificilmente alcançados os objetivos e metas propostas até o ano de 2030.

4.3.13 Práticas e práxis ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis

O desenfreado crescimento das cidades, aumento populacional e migração crescente, tornaram as favelas uma característica da vida urbana. Desta forma é essencial tornar as cidades sustentáveis, criando oportunidades, habitações seguras e sociedades resilientes. A projeção é que em 2050 6,5 bilhões de pessoas, viverão em contextos urbanos, demonstrando a importância de um gerenciamento destes ambientes (PNUD, 2022).

Para melhorar e organizar este crescimento foram previstas as seguintes metas na Agenda 2030:

Meta 11.3 - Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, aprimorar as capacidades para o planejamento, para o controle social e para a gestão participativa, integrada e sustentável dos assentamentos humanos, em todas as unidades da federação (Silva, 2018).

Meta 11.5 - Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por desastres naturais de origem hidro meteorológica e climatológica, bem como diminuir substancialmente o número

de pessoas residentes em áreas de risco e as perdas econômicas diretas causadas por esses desastres em relação ao produto interno bruto, com especial atenção na proteção de pessoas de baixa renda e em situação de vulnerabilidade (Silva, 2018).

Meta 11.6 - Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, melhorando os índices de qualidade do ar e a gestão de resíduos sólidos; e garantir que todas as cidades com acima de 500 mil habitantes tenham implementado sistemas de monitoramento de qualidade do ar e planos de gerenciamento de resíduos sólidos (Silva, 2018).

Meta 11.7 - Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, em particular para as mulheres, crianças e adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência, e demais grupos em situação de vulnerabilidade (Silva, 2018).

O panorama do ODS 11 é a expressão das frágeis políticas habitacionais, estando em retrocesso em todas as metas avaliadas. Pela meta 11.5 existe um atraso de ações com a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, apesar da previsão orçamentária para prevenção e respostas a desastres naturais em 2023 ser de R\$ 2,7 bilhões (GTSC A 2030, 2023).

Gasparelo *et al.* (2022) destacam que para o desenvolvimento das cidades ser efetivo é preciso atender a realidade local, estabelecendo em seu Plano Diretor as diretrizes do desenvolvimento urbano. As estratégias se relacionam com vários fatores e deverá equilibrar o desenvolvimento econômico, social e ambiental, sendo este o desafio para os representantes da maioria dos países do mundo.

Neste sentido, a Lei Federal nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, aduz em seu artigo 3ºA, §2º, II, que os municípios deverão elaborar um Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil, sendo que no Paraná, a CEDEC desenvolveu uma ferramenta online para auxiliar os municípios no cadastro, controle e monitoramento de áreas de atenção e vulnerabilidade.

Os objetivos do Plano de Contingência conforme expostos no site da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil são:

- Verificação de existência de ocupações em áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos.
- Possibilitar mobilização e resposta mais rápida e eficaz de órgãos de emergência em caso de desastre.
- Monitoramento das áreas mapeadas no plano de contingência a fim de facilitar a evacuação das áreas caso necessário.
- Realizar regularmente exercícios simulados, com instituições e comunidades envolvidas em desastres.
- Definir competência e responsabilidade de cada instituição frente ao desastre.

- Mobilização em menor tempo dos órgãos de emergência.
- Identificar áreas de riscos prioritárias para realização de estudos de impacto e medidas para redução do risco de desastre, possibilitando planejamento de redução dos riscos.
- Elaboração de projetos que possam ser subsidiados através do SICONV, ou outras fontes de recursos, por exemplo, aqueles subsidiados pelo Ministério da Integração Nacional.
- Planejar e implantar métodos de monitoramento de alerta e alarme nas áreas prioritárias.
- Adotar medidas de redução de riscos e desastre em áreas prioritárias como obras de contenção de encosta, remoção de edificações, reassentamento etc (Paraná, 2023d).

As unidades do CBMPR atuando como Coordenadorias Regionais tem a incumbência de auxiliar, revisar e orientar a elaboração dos Planos de Contingência, conforme relatado pelos entrevistados 02 e 19:

A B8 responsável pela defesa civil no bombeiro atua diretamente com a comunidade vulnerável, aquelas famílias que estão em áreas de risco. Anualmente são elaborados e atualizados os Planos de Contingência dos municípios, sendo verificadas áreas de atenção, e quando existem riscos iminentes se faz necessário a intervenção (Entrevistado 02).

Olha só, existe uma parceria muito forte da defesa civil com os municípios, seja na elaboração de Planos de Contingência, que identifica áreas suscetíveis a desastres, seja na formação de pessoas, em realizar simulados, ou no atendimento dessa classe menos favorecida (Entrevistado 19).

Ainda o CBMPR utiliza para o exercício do Poder de Polícia, 42 normas de procedimentos técnicos e 5 normas de procedimentos administrativos, voltadas para a prevenção contra incêndios, pânico e desastres, conforme extraído do site institucional.

Esta atuação da Corporação com objetivo de tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis é descrita pelo entrevistado 08, argumentando sobre a importância de existirem as fiscalizações:

Nossa atuação na prevenção de incêndios e desastres é bastante significativa, sendo vistoriados e fiscalizados inúmeros estabelecimentos todos os dias. Nós atuamos também em conjunto com outros órgãos, fazendo ações integradas para fiscalizar e tornar os locais mais seguros. Esse trabalho tem um papel importante, tornando segura as edificações para a população frequentar. Muitos reclamam, e só dão o devido valor quando ocorre algum caso com repercussão. A fiscalização é importante para que todos se regularizem, pois se não houver cobrança ninguém faz nada (Entrevistado 08).

4.3.14 Práticas e práxis ODS 12 – Consumo e produção responsáveis

É fundamental a gestão eficiente dos recursos naturais compartilhados, bem como o descarte de resíduos tóxicos e poluentes. Desta maneira indústrias, empresas e consumidores devem reciclar e reduzir o desperdício global de alimentos, nos níveis de varejo e consumidor, para criar cadeias de produção e suprimentos mais eficientes (PNUD, 2022).

As metas do ODS 12 pretendem um uso eficiente dos recursos, minimizando a poluição do ar, da terra e da água, com políticas públicas:

Meta 12.2 - Até 2030, alcançar gestão sustentável e uso eficiente dos recursos naturais (Silva, 2018).

Meta 12.4 - Até 2020, alcançar o manejo ambientalmente adequado dos produtos químicos e de todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionalmente acordados, e reduzir significativamente a liberação destes para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente (Silva, 2018).

Meta 12.5 - Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da Economia Circular e suas ações de prevenção, redução, reciclagem e reutilização de resíduos (Silva, 2018).

Meta 12.7 - Promover práticas de contratações e gestão públicas com base em critérios de sustentabilidade, de acordo com as políticas e prioridades nacionais (Silva, 2018).

A produção e consumo responsáveis sofrem as consequências das múltiplas crises presentes no mundo, nas esferas política, econômica, social, ambiental e climática. Pela inexistência de padrões as metas do ODS 12 estão retrocedendo. As compras públicas sustentáveis ainda são voluntárias, promovidas no âmbito do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (GTSC A2030, 2023).

Caletti *et al.* (2022) destacam o consumo responsável que deve ocorrer no comércio justo, com práticas e princípios comerciais coerentes, sendo uma alternativa para o comércio convencional. Neste modelo almeja-se a sustentabilidade de forma multidimensional e há preocupação com toda a cadeia logística. Estes princípios deveriam ser aplicados em todos os setores, buscando a sustentabilidade em todo o processo, sendo que o consumo consciente deve levar em conta seus impactos, buscando maximizar resultados positivos e minimizar os negativos.

NO CBMPR existem muitas iniciativas voltadas às metas do ODS 12, sendo que a grande maioria dos entrevistados indicou práxis voltadas a sustentabilidade, com uma produção e consumo responsável. Em relação à coleta seletiva de lixo e controle de resíduos como óleo de cozinha, discursaram que existe adesão a programas de coleta existentes nos municípios.

A Questão de coleta de lixo, como óleo de frituras, é dado uma destinação correta, e não é realizado em maior escala por falta de adesão nossa mesmo. Existe recipientes para coleta de óleo de frituras, dá para trazer de casa também, para dar um destino certo. A gente faz a coleta de pilhas antigas, lâmpadas de tubo, colocando em frascos de vidros, para depois colocar na coleta seletiva do município. Eles passam uma vez por semana fazendo a coleta. Pilhas são muito utilizadas em equipamentos eletrônicos e oxímetros das auto ambulâncias (Entrevistado 05).

No município de Curitiba existe a décadas programas de separação de lixo orgânico e reciclável, e se tornou algo cultural dos bombeiros, não sendo do Corpo de Bombeiros, mas algo local do município. A coleta de óleo usado é feita também, sendo coletado e dado o destino correto (Entrevistado 11).

A gente separa os produtos em recipientes específicos e deixa para coleta pelo município em dias específicos na semana. Todo material que envolva baterias, pilhas, lâmpadas são recolhidos separadamente e levados para destinação específicas desses resíduos, regularmente conforme cronograma do município (Entrevistado 08).

Conhecendo o dia-a-dia é feita a separação, acredito que uma vez por semana, o caminhão da coleta de recicláveis passa, sendo feita a separação, no âmbito de todo quartel, porém não é algo muito aprofundado, sendo separado apenas o reciclável do orgânico (Entrevistado 06).

A gente faz separação prévia do lixo entre reciclável e não, não existe controle oficial por parte da unidade, ou algo formal, mas é cultural e não institucional. O pessoal separa por cultura municipal, sendo encaminhado para destinação normal da cidade (Entrevistado 09).

Não temos reciclagem de lixos, mas estamos pensando em desenvolver. Temos 5 quartéis em Foz do Iguaçu e está sendo construindo o novo, sendo pensado muitas coisas sustentáveis, o que não é possível fazer algumas coisas. O prédio central é tombado e restringe muito reformas e implementações de tecnologias (Entrevistado 13).

É feito uma coleta de reciclável, mas não existe uma fiscalização com relação as diversas classes de lixo. Então a gente faz diariamente a coleta do lixo orgânico e reciclável, papel, plástico e vidros. Isso é certo por que tem as lixeiras específicas, e a prefeitura recolhe o material. Já o lixo hospitalar tem uma empresa própria, sendo mais rigorosa a separação e destinação por ser possível a contaminação no manuseio. A lavagem é feita no quartel com produtos próprios para limpeza de biossegurança (Entrevistado 17).

Temos um controle do setor logístico, que sempre repassa ao nosso efetivo que qualquer material com destinação específica deve ser centralizado no setor, para ser encaminhado em momento oportuno (Entrevistado 21).

No tocante a aquisição de objetos sustentáveis, mais eficientes e menos prejudiciais ao meio ambiente, vários entrevistados demonstraram que a cultura institucional não busca em primeiro plano a sustentabilidade, mas sim uma economia financeira. Ficou claro, que na opinião dos participantes a sustentabilidade é uma exigência e diferencial no mercado, logo a aquisição de novos equipamentos, a substituição de objetos na estrutura da edificação, resultarão em melhoria na sustentabilidade organizacional, mas não é a prioridade.

Hoje o próprio mercado produz equipamentos que tem benfeitorias sustentáveis, desta forma é comprado de forma indireta, porque o mercado oferta, mas não é feito algo pensado nisso (Entrevistado 07).

Tivemos a substituição de vários vasos sanitários recentemente, sendo optado por caixas de descarga com baixo consumo de água, foi uma possibilidade na hora da compra, e não foi pensado especificadamente em sustentabilidade. Não percebo uma preocupação do setor de compras em amarrar empresas que cumpram ou estejam voltadas a sustentabilidade, mas o produto com melhor custo benefício (Entrevistado 08).

Quando existem trocas de itens por exemplo, torneiras são substituídos por algo mais sustentável. Foi trocado toda a iluminação do quartel por fitas de LED, com o objetivo de um consumo menor de energia, e de forma indireta algo mais sustentável, mas não foi o principal objetivo (Entrevistado 09).

Não existe um planejamento para melhorar a sustentabilidade, mas observo que já ocorreu a mudança de consciência, por exemplo, uma lâmpada que queima já procura colocar uma lâmpada de LED, uma descarga. Um quartel com instalação física precária, quando a gente vai reformar, consertar algo, você já busca algo que seja mais eficiente, uma torneira. Mas não existe um planejamento em relação a isso. Uma janela que proporcione iluminação natural, dentro que a gente possa tenta incluir (Entrevistado 17).

O Grupo de Trabalho que elaborou o Relatório Luz 2023 trataram sobre a Nova Lei de Licitações, aprovada em 2021 e que estabelece normas gerais de licitação e contratação para os órgãos públicos, tendo como um dos princípios o desenvolvimento nacional sustentável. A lei teve adiada sua entrada em vigor no dia 30 de dezembro de 2023, após a edição da Medida Provisória 1.167/2023. Neste sentido discorreu o Entrevistado 16:

Acaba sendo foco da licitação materiais mais úteis na atividade fim, sendo a sustentabilidade a segunda opção, não sendo a primeira coisa a ser analisada. Hoje depois da atualização da lei de licitação tem a obrigatoriedade de colocar a sustentabilidade no termo de referência, mas não é uma coisa que vai travar de conseguir os equipamentos da melhor forma possível, isso veio ajudar na evolução (Entrevistado 16).

Seguindo a linha da conscientização dos bombeiros militares, muitas foram ações citadas pelos entrevistados visando o consumo e produção responsável, sendo incentivada a substituição de itens descartáveis por objetos individuais permanentes, a economia de água potável e o consumo de energia elétrica.

Foi realizado campanhas para todos terem copos e canecas, não sendo disponibilizado copos descartáveis, podendo ser reutilizados e laváveis. Utilizamos o mínimo possível de descartáveis, em alguns setores de atendimento ao público. Na academia é incentivado a utilização de garrafas individuais. Tudo é adaptação, no começo foi mais difícil, porém vai tendo conscientização deste problema, e houve uma redução de gastos muito grande com isso (Entrevistado 07).

Foram criadas xícaras, garrafas térmicas, com logo e brasão da unidade, para utilizar, tomar água, café, e melhorar a conscientização do pessoal para economicidade e cuidado ambiental, para minimizar o consumo de plásticos (Entrevistado 13).

Tem o incentivo de usar menos o copo descartável, deixando copos e xícaras de vidro, bem como uma campanha de incentivo para utilização de garrafinhas próprias (Entrevistado 10).

Mais questão pessoal de conscientização, do exemplo que arrasta, eu vejo ações como sair de uma sala e apagar a luz, desligar computador no fim do turno do serviço, desligar o ar condicionado, separar um lixo reciclável. O pouco que é feito, é porque alguém, orienta, cobra as ações, e precisa institucionalizar, mostrar a responsabilidade ambiental (Entrevistado 11).

Na minha casa as pilhas eu recolho e deixo em um recipiente, estragou o mouse recolho e guardo, lixo eu separo. Na minha casa eu faço. A lâmpada estragou busco de LED, a torneira estragou busco uma de baixa pressão. Consequentemente eu trago pro quartel, então estes conhecimentos externos vão sendo inseridos na cultura organizacional (Entrevistado 17).

Estamos trabalhando para eliminar copos descartáveis e garrafas PET, estão sendo adquiridas por licitação garrafas térmicas individuais (Entrevistado 21).

Alguns entrevistados consideram que atualmente a manutenção de viaturas no CBMMPR é o ideal para sustentabilidade, sendo terceirizado todos os serviços e não gerando resíduos sólidos e líquidos que prejudicam o meio ambiente.

O Corpo de Bombeiros, assim como outras instituições do Estado utilizam o sistema PRIME para manutenções dos veículos. Isso é bom por não gerar lixos nos quartéis. Alguns anos atrás era comum existirem oficinas nos quartéis, e as peças, óleos, pneus, aqueles materiais substituídos se acumulavam, necessitando uma logística para a destinação correta (Entrevistado 02).

É tudo feito com oficinas especializadas, a gente não faz nenhum tipo de serviço desse nível no quartel. Então não gera este tipo de resíduo, não precisando coletar, armazenar para fazer a destinação. Fica tudo por conta da terceirizada (Entrevistado 07).

4.3.15 Práticas e práxis ODS 13 – Ação contra a mudança global do clima

O aquecimento global está causando mudanças significativas no clima, e as emissões de gases de efeito estufa são mais de 50% maiores do que em 1990. Como consequência diversos desastres ocorrem anualmente e diversas perdas econômicas que estão na casa das centenas de bilhões de dólares. No período compreendido entre 1998 e 2017 1,3 milhão de pessoas morreram e 4,4 bilhões ficaram feridas (PNUD, 2022).

O CBMPR está investindo em novas tecnologias para execução de suas atividades, seja viaturas, equipamentos ou nos aquartelamentos. As novas tecnologias mais sustentáveis contribuem para minimizar o aquecimento global e as mudanças climáticas.

Existem algumas questões em pauta, de evolução de equipamentos, de viaturas, e distribuição de quartéis, distribuição mais efetiva na cidade, é pra que consiga entrar em quesitos de projetos ambiental e por exemplo, como disse, hoje temos 9 quartéis, já tivemos 11, e a ideia é ter uma expansão maior, para diminuir o tempo resposta, ou seja, viatura andando menos, menos manutenção, até chegando no incêndio mais rápido, vai dar um desdobramento ambiental menor para questão de poluentes na cidade, é menos sequelas das vítimas que são atendidas de uma forma mais rápida, isso já entra em questão social também (Entrevistado 05).

Entre as metas do ODS 13 busca-se a resiliência e adaptação frente aos desastres decorrentes da mudança climática:

Meta 13.1 - Ampliar a resiliência e a capacidade adaptativa a riscos e impactos resultantes da mudança do clima e a desastres naturais (Silva, 2018).

Meta 13.3 - Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mudança do clima, seus riscos, mitigação, adaptação, impactos, e alerta precoce (Silva, 2018).

Constam no Relatório Luz 2023 que as metas estão em retrocesso pelas secas, chuvas excessivas e surtos de doenças bacterianas, que se tornaram mais frequentes, severas e duradouras em decorrência das mudanças climáticas. Nos últimos 10 anos 386.086.484 ocorrências relativas a desastres foram registradas – pessoas desalojadas, desabrigadas ou mortas (GTSC A2030, 2023).

Neste sentido, no dia 14 de agosto de 2023 aconteceu o Fórum Paranaense de Mudanças Climáticas Globais, com o propósito de discutir soluções para a mitigação das consequências das mudanças do clima, sendo assinado pelo Comandante-Geral do

CBMPR com demais autoridades, um protocolo de intenções, para a realização de ações destinadas a minimizar os impactos gerados pelas mudanças climáticas (Paraná, 2023e).

A mudança climática tem como consequência um aumento significativo da frequência e magnitude dos eventos extremos, com alterações no ciclo hidrológico, aumento de tempestades, secas, inundações. Estes eventos extremos combinado com espaços e populações em condições vulneráveis geram os desastres (Freitas, 2014), por isso a prevenção e mitigação são fundamentais para o desenvolvimento sustentável.

O CBMPR atua diretamente no atendimento de ocorrências de desastres naturais, eventos extremos que tem sido majorados pelas mudanças climáticas globais. Nos últimos 5 anos (2018-2022) foram atendidas 58.185 ocorrências ligadas aos efeitos da mudança climática, uma média anual de 11.637, classificadas e distribuídas em incêndios florestais e ambientais, desabamentos, alagamentos, deslizamentos e destelhamentos (Paraná, 2023).

O Decreto Estadual nº 7.337, de 11 de julho de 2017, instituiu o Regime de Força Tarefa para resposta a Desastres no Paraná, sendo o CBMPR órgão integrante da organização, estruturação e capacitação. É previsto a atuação dentro do território paranaense podendo, em casos excepcionais, atuar nas diversas esferas de governo, de acordo com ajustes e normas que regem a cooperação em ações de defesa civil (Paraná, 2017b).

A participação do CBMPR em eventos extremos em todo Brasil e internacionalmente tem sido constantes, podendo ser relatados aqui alguns desastres como o rompimento das barragens de Mariana em 2015 e Brumadinho em 2019 no estado de Minas Gerais, a debelação do fogo na Operação Verde Brasil na Serra do Cachimbo no Pará em 2019, a Operação Pantanal em Corumbá no Mato Grosso do Sul em 2020, os deslizamentos e enchentes em Petrópolis no Rio de Janeiro no ano de 2022, e os Incêndios Florestais no Chile e Canadá em 2023.

Ainda pode ser mencionada a função acumulada de Coordenadoria Regional de Defesa Civil executada pelas unidades operacionais do CBMPR, que auxiliam os municípios na prevenção e mitigação de desastres, com Planos de Contigência e organização de respostas e reconstruções, conforme já mencionado nos ODS 1 (Erradicar a pobreza) e ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis).

Melo e Barbosa (2023) destacam a urgência do combate às mudanças climáticas e que os combustíveis fósseis são fontes emissoras significativas de carbono para a atmosfera, direcionando as organizações para uma atuação alinhada às metas do ODS 13.

Os autores reforçam que as empresas devem estar focadas no desenvolvimento de ferramentas e projetos para reduzir a emissão de carbono e buscar outras fontes de energia, fazendo a transição energética.

4.3.16 Práticas e práxis ODS 14 – Vida na Água

Os oceanos tem papel fundamental na habitabilidade do planeta Terra, seja influenciando na temperatura, por suas correntes, química e vida marinha. Os oceanos absorvem cerca de 30% do dióxido de carbono produzido pelos humanos, e ainda três bilhões de pessoas dependem da biodiversidade marinha e costeira para subsistência. A poluição marinha é muito grande, com uma média de 13.000 pedaços de lixo plástico sendo encontrados em cada quilômetro quadrado de oceano (PNUD, 2022).

As metas inseridas na Agenda 2030 para o ODS 14 têm como intenção diminuir a poluição marinha e proteger os ecossistemas, porém existe uma inefetividade do Plano Nacional de Combate ao Lixo no Mar, sendo que apenas 0,03% dos resíduos plásticos jogados nos mares anualmente foram recolhidos, de um total estimado de 3,44 milhões de toneladas (GTSC A2030, 2023).

Meta 14.1 - Até 2025, prevenir e reduzir significativamente a poluição marinha de todos os tipos, especialmente a advinda de atividades terrestres, incluindo detritos marinhos e a poluição por nutrientes (Silva, 2018).

Meta 14.2 - Até 2020, gerir de forma sustentável e proteger os ecossistemas marinhos e costeiros para evitar impactos adversos significativos, inclusive por meio do reforço da sua capacidade de resiliência, e tomar medidas para a sua restauração, a fim de assegurar oceanos saudáveis e produtivos (Silva, 2018).

Silva e Barro (2023) discorrem sobre a Economia Azul, que requer esforços conjuntos do setor privado, sociedade, comunidades e governo, em uma abordagem integrada e colaborativa, para proteger os oceanos e garantir que continuem a desempenhar seu papel vital na sustentabilidade do planeta.

O CBMPR é uma das instituições que participa da Operação Verão Paraná, reforçando o contingente de bombeiros militares para atuarem na função de Guarda Vidas, sendo remanejados de todas as unidades operacionais. O Entrevistado 12 relata as dificuldades e ações realizadas em prol da preservação do meio ambiente.

A operação verão muda a rotina do quartel, pois com a chegada de vários bombeiros, é necessário um nivelamento e recomendações, estando na pauta o

pedido com a preservação ambiental, e para que sejamos orientadores da população neste aspecto (Entrevistado 12).

Quanto a ações diretas de preservação do ecossistema marinho, relatou medidas adotadas para diminuir a poluição oriunda das atividades terrestres.

já trabalhei em várias operações verão e existem algumas diferenças, por exemplo, alguns anos atrás era entregue duas garrafinhas de água para cada guarda vida, sendo jogadas em um saco grande para reutilizar o pet. Hoje em dia não recebe garrafa pet, mas garrafa térmica, justamente pensando na sustentabilidade e proteção do meio ambiente (Entrevistado 12).

Sempre participamos dos mutirões de Limpeza da Costa do litoral, sendo em conjunto com outras instituições e sociedade organizada. A atividade tem o objetivo de retirar poitas e redes esquecidas, que colocam em risco os banhistas e os animais marinhos, e também é retirado lixo não orgânico da faixa de areia e restinga (Entrevistado 12).

O Entrevistado 12 demonstra que existe uma mobilização para conscientização ambiental, revelando os esforços na formação dos bombeiros e na conscientização da sociedade.

O mar é o quintal de nossas casas, e precisamos cuidar dele. Aqui no litoral existe uma conscientização muito grande com a proteção ambiental, seja da vida marinha, ou da serra do mar. Os novos bombeiros formados aqui, durante o curso, tem valores e princípios de preservação, para que possam exercer da melhor forma possível suas atividades depois de formados (Entrevistado 12).

Principalmente nos períodos de verão existem muitas campanhas publicitárias de proteção ambiental, preservação dos oceanos, e em muitas delas é utilizado a imagem do Corpo de Bombeiros para auxiliar na conscientização da população (Entrevistado 12).

4.3.17 Práticas e práxis ODS 15 – Vida Terrestre

A vida vegetal fornece 80% da dieta humana e as florestas cobrem 30% da superfície da Terra, fornecem habitats vitais para milhões de espécies e importantes fontes de ar e água, além de serem cruciais para combater as mudanças climáticas. Porém a realidade é alarmante sendo 13 milhões de hectares de florestas perdidos anualmente, com milhares de espécies de animais e plantas sendo comercializados ilegalmente (PNUD, 2022).

As metas previstas no ODS 15 buscam a proteção e conservação dos ecossistemas terrestres e aquáticos, sendo que o Brasil está na contramão da conservação das florestas e montanhas, conforme o Grupo de Trabalho do Relatório Luz 2023. No último período,

teve poucas multas aplicadas e um valor significativo estava para caducar em 2022 (GTSC A2030, 2023).

Meta 15.1.2BR - Até 2030, assegurar a conservação dos ecossistemas aquáticos continentais e de sua biodiversidade, e fortalecer a pesca sustentável nestes ambientes, eliminando a sobrepesca e a pesca ilegal, não reportada e não regulamentada (INN) e eliminando subsídios que contribuem para a pesca INN (Silva, 2018).

Meta 15.4 - Até 2030, assegurar a conservação dos ecossistemas de montanha, incluindo a sua biodiversidade, para melhorar a sua capacidade de proporcionar benefícios, que são essenciais para o desenvolvimento sustentável (Silva, 2018).

Meta 15.8 - Até 2020, implementar medidas para evitar a introdução e reduzir significativamente o impacto de espécies exóticas invasoras em ecossistemas terrestres e aquáticos, e controlar ou erradicar as espécies prioritárias (Silva, 2018).

Mendonca e Britto (2022) afirma que o Brasil possui um robusto conteúdo normativo para proteger o meio ambiente, porém com um baixo cumprimento das normas, ocorrendo muitos desmatamentos, degradação dos ecossistemas, extinção de espécies, não sendo cumprida nenhuma das metas estabelecidas para o ODS 15.

O CBMPR realiza a operação Quati João - Prevenção e Combate a Incêndio Florestal. O Plano de Operação nº 001/23 define como objetivo a prevenção, preparação e resposta aos incêndios florestais no Estado do Paraná, que costumam ocorrer nos meses mais secos, de junho a setembro.

A operação é justificada por neste período ocorrerem fatores que potencializam a incidência de incêndios ambientais, tais como: a diminuição significativa dos índices pluviométricos, a histórica estiagem observada no Estado do Paraná, a baixa umidade relativa do ar, sendo necessário a realização de um planejamento específico e adequado para atendimento da potencial demanda. Em consulta ao Sistema Geral de ocorrências do CBMPR, o SYSBM, foi verificado uma média anual de 7 mil incêndios florestais no Paraná (Paraná, 2023f), destacando a importância e atuação do Corpo de Bombeiros, seja na preservação dos ecossistemas e na diminuição da emissão de gases que geram o aquecimento global.

Os principais impactos gerados pelos incêndios florestais no meio físico são o aquecimento do solo, a erosão, a redução de nutrientes do solo, a acidez do solo, a alteração do microclima local, a liberação de carbono à atmosfera e a redução da qualidade da água. No meio biótico ocorre a mortandade de animais, o estrago da

madeira, a emissão de brotos, impactos às culturas agrícolas, interferência na sucessão vegetal e a redução da atividade de microorganismos, no socioeconômico geram transtornos à população do entorno, impactos paisagísticos e destruição de áreas de recreação (Guimarães *et al.*, 2014).

O Decreto Estadual nº 10.859, de 24 de agosto de 2018 criou o Programa de Prevenção de Incêndios na Natureza - PREVINA, buscando organizar e promover medidas para a prevenção e para o combate aos incêndios florestais nas Unidades de Conservação Estaduais, sendo o CBMPR um dos atores envolvidos, com diversas atribuições, que estão entabuladas no artigo 10 do Anexo do referido Decreto:

Art. 10. Cabe à SESP:

§ 1º Por meio do Corpo de Bombeiros:

I - articular-se com o IAP e a Casa Militar para desenvolvimento de ações visando a consecução dos objetivos previstos no presente regulamento;

II - participar da realização de estudos das necessidades de cada Unidade de Conservação em relação aos incêndios florestais;

III - participar da confecção de planos preventivos e de contingência para incêndios florestais nas Unidades de Conservação;

IV - participar da atualização anual dos planos preventivos e de contingência;

V - apoiar, com base nos planejamentos preventivos e de contingência, a implementação de medidas preventivas e de resposta a incêndios florestais;

VI - definir, em conjunto com o IAP e a Casa Militar, os equipamentos necessários para as ações de prevenção e combate a incêndios florestais, de acordo com a realidade de cada Unidade de Conservação;

VII - apoiar o IAP na definição dos locais de armazenagem de equipamentos em cada Unidade de Conservação;

VIII - orientar o IAP quanto à preparação dos locais de armazenagem de equipamentos nas Unidades de Conservação Estaduais;

IX - realizar inspeções nos equipamentos de combate a incêndio de cada Unidade de Conservação Estadual, periodicamente, conforme a temporalidade necessária definida entre os responsáveis da Unidade de Conservação e o responsável da Unidade Militar da área, repassando as orientações necessárias aos gestores dessas Unidades de Conservação, visando a realização de manutenções pelo IAP, encaminhando cópia dos documentos de inspeção e orientação à Coordenação Estadual do Programa;

X - participar do planejamento de materiais informativos e educativos, assim como o desenvolvimento de campanhas visando a prevenção de incêndios florestais nas Unidades de Conservação Estaduais;

XI - participar da capacitação de pessoal para a execução das ações de prevenção e combate a incêndios florestais;

XII - apoiar o desenvolvimento de sistema informatizado específico, visando a gestão dos planejamentos e das ações de prevenção e combate a incêndios florestais;

XIII - prover auxílio técnico para a execução de ações preventivas e responsivas a incêndios florestais nas Unidades de Conservação;

XIV - realizar, em parceria com o IAP e a Casa Militar, simulados de resposta a incêndios florestais, com base nos Planos de Contingência elaborados para as UC;

XV - realizar atividade de reconhecimento das áreas das Unidades de Conservação e seu entorno;

XVI - instruir as salas de operações do Corpo de Bombeiros com competência territorial sobre as Unidades de Conservação Estaduais acerca dos procedimentos de comunicação e atendimento a incêndios florestais nas Unidades de Conservação, no âmbito do programa, considerando o plano de contingência de cada Unidade de Conservação (Paraná, 2018).

O programa vincula instituições governamentais com a sociedade civil, em prol da preservação dos patrimônios ambientais do Estado.

Outra importante participação do CBMPR é na elaboração do Plano de Ação Interinstitucional - Pacto pela Mata Atlântica, sendo integrante do grupo de trabalho coordenado pela Secretária de Estado do Desenvolvimento Sustentável. O objetivo é potencializar a sinergia entre as instituições, com ações voltadas para redução do desmatamento ilegal no Estado do Paraná e a promoção da restauração florestal.

Vários respondedores trataram sobre a proteção da vida terrestre, da fauna e flora, contribuindo com o ODS 15.

Quando tomo conhecimento se eu puder interferir de forma positiva, eu busco ajudar, digamos que tenha um incêndio em uma área de preservação, tentaremos preservar ao máximo (Entrevistado 06).

Percebo que a proteção a fauna e flora, bem como a destinação dos animais melhorou muito. Uma prática que era executada de abater animais peçonhentos, na captura dentro das residências, é algo que não acontece mais, esses animais quase em sua totalidade são capturados e soltos em locais de mata, a fauna natural deles (Entrevistado 08).

A preservação das áreas de conservação na parte dos incêndios ambientais, de se manter um controle para que essas áreas não peguem fogo, trabalho de divulgação, uma parte midiática e prática na execução junto aos municípios para preservação desses ambientes são fatores importantes que são bastante executados, e existe muitas demandas reprimidas pra gente trabalhar pelo Corpo de Bombeiros (Entrevistado 08).

A gente trabalha muito com temporal, vendaval e a cidade tem muitas árvores, desta maneira existe o corte e poda de árvores, porém a prefeitura realiza a destinação. A prefeitura municipal e o IAT fazem a fiscalização, controle e avaliação para depois a instituição realizar o corte da flora. Havendo a disponibilidade e havendo necessidade de apoio da prefeitura existe a ajuda (Entrevistado 09).

Um projeto foi a aquisição de caminhões de combate a incêndio florestal, sendo 4 x 4, que entram em terrenos mais difíceis, para cuidar da mata ciliar, essa área vasta, que protege o lago de Itaipu, onde é armazenada a água para geração de energia. Esses caminhões auxiliarão os bombeiros e a Itaipu preservar a natureza. Então este trabalho conjunto, apoiando o Corpo de Bombeiros e aumentando a segurança da região (Entrevistado 13).

O refugio biológico é uma espécie de zoológico, onde a Itaipu foi capturando animais ilhados, no processo de preenchimento do lago, para se adequarem e voltarem. O Corpo de Bombeiros encaminha para tratamento e retorno do animal ao habitat em caso de capturas em ocorrências (Entrevistado 13).

Quase todos os anos participamos de um mutirão para limpeza das cataratas. O Instituto Chico Mendes promove, e auxiliamos na limpeza de moedas nas Cataratas, pois os turistas jogam para dar sorte e geram prejuízo ao meio ambiente, pela oxidação (Entrevistado 13).

4.3.18 Práticas e práxis ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições eficazes

O mundo está cada vez mais dividido, com diversas formas de violência. Alguns locais desfrutam de paz, segurança e prosperidade, enquanto outros sobrevivem a conflitos. A violência armada, a violência sexual, os crimes, as torturas, as explorações refletem destrutivamente em um país. Sendo assim, todas as formas de violência devem ser combatidas, acabando com inseguranças e conflitos. Para isso a promoção do estado de direito e dos direitos humanos são fundamentais (PNUD, 2022).

As metas propostas na Agenda 2030 para alcançar o ODS 16 tratam sobre transparência, cumprimento das leis e fortalecimento do Estado de Direito. O Brasil teve dez anos perdidos no combate à corrupção, com uma redução das investigações, operações e inquéritos sobre corrupção. Ainda o ambiente digital é hostil, com um mau uso da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e da Lei de Acesso à Informação (que estabelece o consentimento expresso para divulgação de dados pessoais) reduzindo a transparência das instituições públicas do país (GTSC A2030, 2023).

Meta 16.3- Fortalecer o Estado de Direito e garantir acesso à justiça a todos, especialmente aos que se encontram em situação de vulnerabilidade (Silva, 2018).

Meta 16.5 - Reduzir substancialmente a sonegação fiscal, a corrupção e o suborno em todas as suas formas (Silva, 2018).

Meta 16.6 - Ampliar a transparência, a accountability e a efetividade das instituições, em todos os níveis (Silva, 2018).

Meta 16.7 - Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis (Silva, 2018).

Meta 16.10 - Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais (Silva, 2018).

Meta 16.b - Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias e afirmativas (Silva, 2018).

Puosso e Souza (2020) afirmam que instituições eficazes são essenciais para que se possa alcançar o efetivo desenvolvimento sustentável, pois garante o bom funcionamento do Estado. Afirmam que o Estado eficaz efetivamente cumpre seus misteres, e cria condições e serviços à população para propiciar acesso à justiça e alcançar a paz.

A Lei Estadual n° 19.857, de 29 de maio de 2019, regulamentada pelo Decreto Estadual n° 2.902, de 1° de outubro de 2019, instituiu o Programa de Integridade e Compliance da Administração Pública do Estado do Paraná, com vários objetivos para prevenir, detectar e remediar práticas de corrupção, fraudes, irregularidades e desvios éticos e de conduta.

O CBMPR pelo seu Núcleo de Integridade e Compliance Setorial (NICS) elaborou o Plano de integridade, com base nas respostas dos formulários do Controle Interno, dos formulários depositados nas Urnas do Compliance e, por fim, pelas informações trazidas pelos bombeiros militares, durante entrevistas realizadas no período de agosto a novembro de 2022.

O referido Plano tem como principais objetivos a identificação de riscos, propor medidas mitigatórias, preservação de valores institucionais, combate à corrupção e a transparência.

- Apresentar os principais riscos da organização, a partir de uma lista geral de riscos identificados;
- Recomendar medidas e preceitos de tratamento dos riscos críticos, identificados a partir do resultado da mensuração da sua gravidade na matriz, que relaciona sua probabilidade e impacto;
- Auxiliar a Secretaria na identificação, monitoramento e correção de eventos que possam impedir ou impactar o atingimento de seus objetivos, preservando seus valores institucionais a partir da análise de riscos;
- Fortalecer as instâncias de integridade e instituir mecanismos de gerenciamento de riscos, com vistas ao desenvolvimento de uma gestão capaz de lidar com incertezas e responder a eventos que representem risco ao atingimento dos objetivos organizacionais;
- Buscar o aumento da transparência pública, o combate à corrupção, e a gestão eficiente e adequada de recursos públicos;
- Implementar mecanismos contínuos de monitoramento das atividades desenvolvidas pelos órgãos e entidades do Poder Executivo, possibilitando a rápida detecção de riscos e de eventuais atos ilícitos (Paraná, 2023g).

Neste sentido, vários entrevistados relataram a atenção e cuidado que o CBMPR emprega neste tema, sendo uma instituição preocupada em cumprir a legislação vigente, ser transparente em seus atos e atuante no combate a condutas erradas.

Existem boas práticas de transparência, ouvidoria da instituição, estando ligado com a Controladoria Geral do Estado. As denúncias são recebidas, processadas e levadas ao comando para apuração. As prestações de contas, salários entre outros está no portal da transparência do Estado (Entrevistado 01).

Todo tipo de denúncia que é trazida para nós, é devidamente documentada pelo setor responsável de justiça e disciplina. Corrupção é bem raro acontecer, eu realmente nem lembro a última vez que aconteceu. Nós somos muito receptivos a críticas, denúncias, sugestões, e as demandas são processadas (Entrevistado 07).

Toda parte de compra pública segue o processo normatizado pelas instituições, município e estado, cumprindo o rito processual, visando a eliminação de corrupção, favorecimento pessoal junto das compras públicas (Entrevistado 08).

Segue-se as normas tentando dar uma atenção maior no setor de vistoria, projetos, liberação de documentos, sendo feita instruções, reuniões internas para nivelamento de conhecimentos e minimização de problemas relacionados a corrupção (Entrevistado 10).

A população pode trazer informações pela corregedoria, e qualquer cidadão pode trazer reclamações, sugestões e será procedida uma investigação do caso por procedimentos administrativos (Entrevistado 11).

A revista 9GBCORP foi criada para fazer fluir a informação, difundido ideias, conhecimentos. É digital, e difundida para toda tropa, neste interim são repassadas ideias sustentáveis, buscando uma conscientização e melhorias na unidade. A revista busca tornar transparente todas as ações de gestão realizadas pelo comando (Entrevistado 13).

O emprego do dinheiro público em si melhorou, antigamente não tinha tanta preocupação, impunidade e hoje tem mais transparência, mais ética, acaba utilizando o dinheiro público corretamente. Aqui na unidade vejo que tem um pensamento do comando, quanto do pessoal que acaba trabalhando com esta parte gerencial, de finanças, no sentido de não expor a corporação a algo errado, e tratar o dinheiro público de forma correta, seguindo os ritos que estão estabelecidos (Entrevistado 16).

O combate a corrupção é trabalhado no dia-a-dia com conversas, pequenas palestras. Mas padecemos de palestras instrutivas ao efetivo. Normalmente quando ocorrem situações críticas é reagido e a instituição busca uma formação, palestras maiores. Mas entendo que deveria ser rotineiro o conhecimento ser trazido de fora por pessoas capacitados, e não uma resposta a casos concretos (Entrevistado 11).

Antes de citar algumas legislações aplicadas ao CBMPR é importante ressaltar que são normas da PMPR, sendo aplicadas ao CBMPR conforme previsto na Emenda Constitucional n° 53, de 14 de dezembro de 2022, que desvinculou e emancipou a Corporação.

A Lei Estadual nº 16.575, de 28 de setembro de 2010 dispõe sobre a organização básica da PMPR, a norma estabelece as atribuições da Corregedoria-Geral, cuja finalidade é assegurar a correta aplicação das Leis, a padronização dos procedimentos de Polícia Judiciária Militar e de procedimentos administrativos, realizando correições, fiscalizações e preservando a organização (Paraná, 2010c).

A Lei Estadual nº 16.544, de 14 de julho de 2010 dispõe sobre o processo disciplinar, compreendendo a apuração disciplinar de licenciamento, e os Conselhos de Disciplina e Justificação, sendo definidos todos os direitos, deveres, ritos, prazos e recursos relacionados (Paraná, 2010b).

O Decreto Estadual nº 7.339, de 8 de junho de 2010, aprovou o Regulamento Interno e dos Serviços Gerais da Polícia Militar do Paraná e trata sobre os setores responsáveis, a competência de instauração e solução de diversos procedimentos administrativos de natureza disciplinar ou de interesse da justiça, como sindicância, inquérito policial militar, inquérito técnico (Paraná, 2010a).

A Portaria do Comando Geral nº 794, de 27 de setembro de 2016, estabelece os procedimentos para correições, sob-responsabilidade da Corregedoria, com o objetivo de aprimoramento dos serviços operacionais e administrativos da Corporação. Em seu artigo 4º classifica as correições:

Art. 4.º As correições se classificam em:

I - ordinárias: são aquelas previamente agendadas;

II - extraordinárias: são aquelas realizadas inopinadamente, sem qualquer comunicação prévia;

III - totais: abrangem todas as atividades policiais e de bombeiros militares dos diversos órgãos da PMPR, aplicadas sobre todos os setores da OPM/OBM inspecionada;

IV - parciais: abrangem, especificamente, uma ou mais atividades correspondentes à determinada OPM/OBM, podendo ser aplicadas sobre quaisquer setores da unidade inspecionada (Polícia Militar do Paraná, 2016).

Conforme citado por alguns entrevistados o CBMPR está inserido na rede de Ouvidorias do Poder Executivo Estadual, sendo utilizado o Sistema Integrado para Gestão de Ouvidorias – SIGO estabelecido como canal de comunicação e atendimento das demandas da população no estado do Paraná. Em cada unidade operacional existe um ouvidor responsável pelo recebimento, apuração e resposta das denúncias, reclamações, sugestões, dúvidas e elogios.

4.3.19 Práticas e práxis ODS 17 – Parcerias e meios de implementação

As crises humanitárias provocadas por conflitos ou desastres naturais desordenam diversas sociedades, exigindo ajuda e recursos financeiros para recuperação e reestruturação dos locais afetados. Desta maneira fortes parcerias e cooperação globais possibilitam atingir metas e obter excelentes resultados. A coordenação de políticas para ajudar os países em desenvolvimento a administrar sua dívida, bem como a promoção de investimentos para os menos desenvolvidos, é vital para o crescimento e desenvolvimento sustentável (PNUD, 2022).

As metas para alcançar o ODS 17 propostas na Agenda 2030 visam o incentivo de parcerias para atingir o desenvolvimento sustentável, sendo que ocorreu um aumento de 150% na quantidade de iniciativas de parcerias público-privadas (GTSC A2030, 2023).

Meta 17.14 - Aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável (Silva, 2018).

Meta 17.17 - Incentivar e promover parcerias eficazes nos âmbitos públicos, público-privados, privados e da sociedade civil, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias (Silva, 2018).

Kunsch (2022) discorre que o desenvolvimento sustentável depende da união de forças, com cidadãos responsáveis e comprometidos, políticas públicas e privadas, consciência das organizações, da sociedade civil e do Estado. Para o autor essa comunicação, essas parcerias devem ser regidas por uma governança integrada, promovendo a sustentabilidade e mitigando os impactos negativos dos problemas sociais.

Ao longo deste trabalho foram descritas diversas parcerias do CBMPR com instituições públicas, privadas e sociedade civil organizada, buscando o desenvolvimento sustentável da sociedade. Abaixo alguns relatos dos entrevistados que demonstram diretamente essa contribuição ao ODS 17:

Muitas vezes instituições precisam de apoio, parcerias para questões de agasalho, ovos de páscoa, natal solidário, sendo uma política institucionalizada a participação e apoio neste tipo de campanha (Entrevistado 09).

Cidade cumpriu 27 anos do SIATE, trouxemos os socorristas da primeira escola, e fizemos a festa junina, para integrar família, bombeiros e comunidade. Neste evento foi homenageado o Projeto ursinhos do SIATE, que foi criado em 1996, na primeira turma formada em Curitiba, por ter sido verificado a dificuldade de atender crianças, pois a criança chora muito e os pais ficam muito nervosos. E foi surgido a ideia de dar um brinquedo para acalmar a criança. Surgiu a ideia de criar um ursinho para entregar as crianças

atendidas, e uma parceria com o Rotary surgiu, conseguido recursos, sendo adquiridos os ursos e confeccionado um colete azul representando o fardamento do socorrista. Esse urso vai além de acalmar a criança, e é utilizado para criança indicar no urso onde está a dor, e ela aperta o braço, a cabeça do ursinho. Isso facilita a comunicação do socorrista com a criança e marca a criança de forma positiva, sendo prestigiada. O Rotary consegue recurso pela feira de flores e destina um recurso para esse projeto. Uma mulher adulta, depois de 26 anos, deu uma entrevista nas comemorações de 26 anos, que ainda tinha o ursinho que recebeu em sua infância e como marcou sua vida (Entrevistado 13).

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990, a prestação de serviços à comunidade é uma medida aplicável ao adolescente que pratica um ato infracional, sendo relatada pelo Entrevistado 16 a interação do CBMPR:

Em nossos quartéis são recebidos adolescentes que cumprem medidas sócio educativas, indicadas pela Justiça, e desta forma, muito além de prestarem serviços aqui, são orientados e transmitidos princípios a estes jovens, sendo repassado orientados a não praticarem condutas erradas. São aparcerias firmadas com a Justiça que permite uma ressocialização destes adolescentes (Entrevistado 13).

O Entrevistado 13 descreveu a parceria com a Justiça Federal, que encaminha pessoas que cometeram crimes, decorrentes do transporte de produtos irregulares do Paraguai, para cumprimento das penas restritivas de direitos, previsto no artigo 43 do Código Penal, Decreto-Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940:

Trabalha em conjunto com a justiça federal, com a reabilitação e pagamento de horas com crimes de menor potencial ofensivo, contravenção, por ser questões da cidade, com baixa de emprego, passam a passar muamba, cigarros, material eletrônico, são presos e precisam prestar serviço comunitário, neste momento buscam a reabilitação no corpo de bombeiros (Entrevistado 13).

Outras parcerias puderam ser identificadas durante as entrevistas:

A itaipu como ela é instalada em foz do Iguaçu, e ela trouxe a cidade esse grande contingente populacional, sem plano de alocação desses trabalhadores, então a cidade cresceu desordenadamente, e ela entende que existe uma dívida grande com a cidade, principalmente social. Trabalha com royalties e questões sociais com a prefeitura e cidades limdeiras, então cada projeto estará baseado em uma questão que é levada para Itaipu, fornecendo apoio financeiro e logístico, e nisso o Corpo de Bombeiros pode entrar também (Entrevistado 13).

Estudos juntamente com uma universidade de Francisco Beltrão com acadêmicos de arquitetura, engenharia e arquitetos da prefeitura estudando melhorias sustentáveis e materiais mais eficientes. Mas o foco é para o novo quartel (Entrevistado 14).

O Parque Nacional de ilha grande é gerido pelo Instituto Chico Mendes, o ICMBIO atua lá, sendo uma área federal. Quando existem ocorrências auxiliamos e atuamos em conjunto. Em alguns momentos teve palestras e treinamento para tropa sobre fauna e flora, visando uma preservação, bem como ministramos cursos de combate à incêndio florestal, sendo uma parceria interessante (Entrevistado 19).

O comandante tem a intenção de abrir o quartel a comunidade. Por exemplo a piscina em uma parceria com o município, criando um programa social para integrar com a população, dentro de alguns critérios de seleção (Entrevistado 22).

Estas são as contribuições do CBMPR aos ODS propostos pela ONU, possuindo diversas práticas e práxis voltadas à sustentabilidade, que possibilitam uma melhoria em seu círculo de atuação, e possibilitam o fortalecimento da estratégia sustentável que a Corporação intitulou em seu planejamento estratégico.

O tema desenvolvimento sustentável é carregado de conceitos, sendo debatido em todo mundo, restando uma reflexão de cada indivíduo, cada organização sobre suas condutas, ações e estratégias, e como estão contribuindo com as gerações futuras.

O VII Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável Brasil apresentou um resumo, classificação e balanço das metas dos ODS, sendo que 60,35% retrocederam e apenas 1,77% tiveram resultados satisfatórios.

Quadro 25: Balanço do Relatório Luz 2023 sobre os ODS

Classificação	Quantidade de Metas	Porcentagem
Retrocesso	102	60,35%
Ameaçada	14	8,28%
Estagnada	16	9,46%
Insuficiente	29	17,1%
Satisfatório	3	1,77%
Sem dados	4	2,36%

Fonte: Adaptado de GTSC A2030 (2023).

Este cenário é alarmante considerando que metade do prazo estipulado já transcorreu, e o Brasil apresenta 77,45% das metas com resultados insuficientes ou que retrocederam.

4.4 O CBMPR E A SUSTENTABILIDADE COMO ESTRATÉGIA

A estratégia acontece na organização com o passar do tempo, sendo criada e executada por pessoas, podendo ser entendida como uma prática social (Whittington,

2006). No caso do CBMPR foi definido em seu planejamento estratégico ser uma instituição militar com foco no desenvolvimento sustentável.

Os entrevistados 14 e 19 indicam a preocupação com o tema e a previsão no planejamento estratégico da instituição, porém salientam que não existe uma aplicação direta, com metas definidas, se tornando mais uma ideologia, com pouca aplicação.

Eu acredito que existe planejamento estratégico da corporação abrange isso também, talvez não nessas palavras, mas a gente consegue enxergar do comando preocupações nesse sentido, e isso se a gente for procurar em planejamento estratégico, consegue observar (Entrevistado 14).

Foi feito o plano estratégico, foi trabalho, era previsto temas sustentáveis, mas ficou mais no ideal, do que a aplicação. Na nossa unidade não tem quase nada, se fosse algo mais impositivo, estaríamos cumprindo como militares que somos. Vi algo quando trabalhei mais próximo da defesa civil, sendo tratado o assunto, mas nada promovido pelo corpo de bombeiros. Eu fiquei bastante tempo junto da coordenadoria de defesa civil (Entrevistado 19).

Percebe-se que não existe uma estratégia formalizada de Comando, com uma ampla divulgação e aperfeiçoamento dos bombeiros militares no tema, como observado em alguns relatos dos entrevistados, ao ser investigado se a sustentabilidade é vista como parte da estratégia no CBMPR.

Não existem objeções do comando no desenvolvimento de ações, projetos sustentáveis, mas não existe um incentivo direto para essa atividade, normalmente é feito aquilo que é solicitado. A sustentabilidade não é uma prioridade do comando do corpo de bombeiros, mas entende como sendo importante, porém não está buscando ações efetivas no sentido de entender ou demonstrar a importância da sustentabilidade, não existe algo positivando o que é feito, nem um nivelamento do tema para o efetivo (Entrevistado 01).

Falta muito o desenvolvimento do tema dentro da corporação, não é divulgado, não é de conhecimento, como eu disse, parece que não faz parte de nossa realidade (Entrevistado 02).

Talvez falta de incentivo mesmo, de formação, não chega tanta informação assim sobre sustentabilidade. O que existe são movimentos locais que ajudam no desenvolvimento sustentável (Entrevistado 03).

Em geral não trata muito desse assunto, quase nem se fala em sustentabilidade aqui. Existe uma falta de comunicação entre as unidades, sendo muito difícil a disseminação de informação para todos. Eu penso que a gente não está preparado para isso apesar de ser um tema antigo e muito debatido, precisa mais divulgação, talvez implementar na formação já (Entrevistado 04).

Falta orientação e formação nesse sentido, de conhecer o que seria a sustentabilidade, ambiental, social, para a gente poder desenvolver isso. Uma limitação dessa consciência, dessa sustentabilidade. Ela ainda não está arraigada junto ao nosso efetivo. Algo muito novo para maioria das pessoas. É falta de conhecimento nessa área, falta de divulgação dessa necessidade. A

partir do momento que seja verificado que isso também é importante, vai começar a ser colocado na cultura (Entrevistado 05).

Eu acredito que na sociedade como um todo não, a população em geral ainda não tem noção da importância dessa questão de sustentabilidade, e aí acaba refletindo aqui dentro na instituição. De forma geral, a gente tem que evoluir muito ainda, ter mais informação, talvez, por parte do Estado fazer mais campanhas, para essa questão da sustentabilidade, então acaba refletindo que aqui dentro não se dá a devida importância (Entrevistado 06).

Infelizmente a gente não tem um olhar crítico em relação a isso, esse é o problema né, a gente precisa voltar um pouco mais nosso olho para isso, para ter um, pensar um pouco mais na questão sustentável, a gente às vezes faz, mas não diretamente, nesse objetivo, faz de forma indireta (Entrevistado 07).

Eu entendo que não tem a sustentabilidade como estratégia, caminha pouco nesse trecho da sustentabilidade, começando que poderia ter feito um projeto mais sustentável, ter previsto muitas coisas na construção aqui do quartel, mas por opção do estado, da política institucionalizada, optou por não acrescentar muita coisa, sendo uma edificação pouco sustentável ambientalmente falando (Entrevistado 18).

A sustentabilidade não é o foco, o objetivo da instituição, vejo como algo cultural, que opta pelo mais fácil, mais rápido, deixando de lado a preservação, a sustentabilidade, a preocupação pelo meio ambiente (Entrevistado 23).

Apesar das práticas e práxis que somam ao desenvolvimento sustentável da sociedade, e no cumprimento dos ODS propostos na Agenda 2030, demonstradas anteriormente neste trabalho, é perceptível que a execução pelos atores envolvidos não é consciente desta contribuição, sendo que não percebem o nexo de causalidade entre as ações sustentáveis praticadas e as metas propostas pela ONU, o que pode ser consequência da falta de conhecimento da temática sustentabilidade, inferindo-se uma fragilidade da estratégia sustentável da Corporação.

Mas pela perspectiva da Teoria da Estratégia como prática social, esta deve ser entendida como algo muito além de um processo de planejar, executar e controlar, sendo que os resultados apresentados nesta pesquisa corroboram com os ensinamentos de Carter *et al.* (2008), afirmando que a estratégia não é apenas um atributo da empresa, mas sim algo que as pessoas fazem.

Assim, o CBMPR ao executar práticas e práxis sustentáveis, constrói uma estratégia institucional, mas por caminhos informais, como argumentado por Mozzato *et al.* (2022) que os relacionamentos formais e informais geram aprendizagem, e controlam a estratégia da organização.

Ainda as atividades diárias desenvolvidas pelos atores produzem regras e reforçam aquelas estabelecidas, tendo um significado importante para a organização (Ciborra, 2002).

A formação da estratégia é uma variável, com diferentes graus de amadurecimento, que altera a persistência cultural que pode ser esperada. Dessa forma, não é simplesmente uma condição de a estratégia estar presente ou ausente, mas uma questão de graus de evolução. Nessa perspectiva deve ser compreendido como é feita a estratégia, pelas ações e interações dos envolvidos (Rocha *et al.*, 2022).

Para Jarzabkowski e Spee (2009) a estratégia como prática social ocorre na intersecção, na ligação dos três pilares que são as práticas, as práxis e os atores envolvidos no processo. Esta tríade da estratégia possibilita descrever a organização, sendo entendidos seus contextos.

Anteriormente foram apresentadas as práticas e práxis relacionadas aos ODS propostos na Agenda 2030 pela ONU, sendo fundamental a percepção e depoimentos dos bombeiros militares, dos atores envolvidos, para entendimento dos fenômenos sociais.

Para tanto, foi analisado o entendimento dos bombeiros quanto à existência de políticas, regras, procedimentos específicos para trabalhar a sustentabilidade no CBMPR, sendo relatado pelos entrevistados que muitas práticas têm origem na cultura local, dos usos e costumes e iniciativas individuais.

Eu entendo que o pouco que é feito vem de usos e costumes, todas as ações são individuais, o que tem de vez em quando é um papel colado na parede orientando sobre uma ação específica, mas nada muito formal (Entrevistado 10).

Existem várias situações culturais, por eu, você outro colega entende a sustentabilidade como importante, e isso a gente carrega pro quartel. Institucionalmente, algo fruto de um planejamento estratégico eu não vejo isso (Entrevistado 17).

Eu acho que acontece de forma pessoal, é muito personalíssimo a administração nossa. Não acho um erro isso, mas deveria ter algo mais institucionalizado voltado a sustentabilidade. Ouvei no curso de química sobre a ODS, mas não existe nada formal no corpo de bombeiros, e a grande maioria nunca ouviu este termo. Existem ações isoladas por campanhas externas que são trazidas para dentro (Entrevistado 20).

Falta bastante de sustentabilidade. Conhece atitudes isoladas, sendo atitude de uma pessoa, que implanta algo visando melhorias, visando a sustentabilidade, mantendo aquilo por um tempo maior, mas não vejo projetos, estratégia da instituição. Percebe que se a pessoa responsável sair, as ações acabam se perdendo e deixando de ser feito (Entrevistado 21).

Pela análise destes fragmentos fica evidente a dificuldade dos bombeiros reconhecerem como as suas atividades diárias contribuem com a sustentabilidade e a

estratégia do CBMPR. Essa limitação permite inferir que a Corporação necessita realizar ações internas para promover a sustentabilidade em conceito.

Na apresentação, análise e discussão das práticas sustentáveis desenvolvidas pelo CBMPR foram inúmeras as legislações, parcerias e documentos coletados que contribuem com as metas sustentáveis e formatam a estratégia institucional, não sendo citados pelos entrevistados quando questionado a existência de políticas, regras e procedimentos específicos para trabalhar a sustentabilidade, tampouco relacionados ao tema sustentabilidade.

Na sequência, os atores foram indagados sobre eventos e treinamentos realizados pelo CBMPR para divulgar o desenvolvimento sustentável, sendo unânimes as respostas afirmando que nunca participaram.

Não. Nunca participei de nenhum evento promovido pelo bombeiro, mesmo sendo algo atual (Entrevistado 2).

Nunca houve nenhum evento, porque não é prioridade, acaba não sendo prioridade, a gente quando coloca prioridade em algumas situações a gente faz. Por simplesmente não ser uma prioridade (Entrevistado 07).

Já tinha me deparado com o assunto na faculdade, mas no bombeiro nunca foi tratado diretamente sobre sustentabilidade (Entrevistado 12).

Pela parceria que temos com a Itaipu muitos bombeiros já participaram de eventos, reunião que envolve a sustentabilidade, mas nada organizado pelo Corpo de Bombeiros (Entrevistado 13).

Falta esse processo de ensino, esse processo de cobrança, esse processo de repetição, de demonstrar o resultado, a recompensa que o bombeiros e a sociedade tem de adotar ou não adotar esses comportamentos, e daí sim teria uma mudança. Esporadicamente é falado sobre o tema, mas precisa de mais planejamento e atuação institucional no tema sustentabilidade (Entrevistado 19).

Acabei de formar na academia e nunca foi abordado na formação o tema sustentabilidade. No âmbito profissional nunca teve capacitações relacionadas ao tema desenvolvimento sustentável (Entrevistado 22).

Este aminguamento, ausência de difusão necessita ser trabalhada pelo CBMPR, discutindo a sustentabilidade conceitualmente com os bombeiros militares, com o intuito de familiarizá-los com o assunto, conscientizá-los sobre a importância, e incentivá-los a operacionalizar tais ensinamentos, favorecendo a perpetuação das boas práticas.

Ao ser investigado a inserção das práticas e práxis sustentáveis no CBMPR, e se tiveram origem de pressões internas e externas, ocorreu uma divisão de opiniões entre os

respondedores. Os entrevistados 01, 10 e 21 vislumbram a existência de pressões nas ações sustentáveis que são desenvolvidas.

Neste sentido, caminha-se pelo engajamento, pela importância da sustentabilidade, mas a velocidade para isso não é tão grande, ao contrário de questões que se você tem, de fato uma cobrança de outros órgãos, uma nomeação, uma exigência externa, se caminha mais rapidamente e próximo da sociedade (Entrevistado 01).

A sustentabilidade é feita quando existe uma ordem, é gerado uma demanda, uma obrigação pelo comando ou pelo Estado (Entrevistado 10).

Quando acaba aderindo de forma institucional e por demanda externa, esta parte de descarte de eletrônicos, em Curitiba tinha projeto disso. Então quando tem algo de fora impositiva, a gente acaba realmente aderindo, mas aquelas atitudes pontuais, você vê que não tem continuidade, tendo um trabalho jogado fora (Entrevistado 21).

Em contraponto os entrevistados 05 e 15 argumentaram como sendo uma evolução da sociedade, um desenvolvimento natural que reflete no CBMMPR, ratificando os argumentos de Whittington (2004) que afirma que as práticas de estratégia são extraorganizacionais em suas origens, surgindo das práxis, daquilo que realmente é executado pelos atores envolvidos.

A sustentabilidade é um desenvolvimento social, desenvolvimento da sociedade como um todo, em algum momento isso não foi importante, e hoje torna-se importante, porque, crescimento populacional, desenvolvimentos das grandes cidades, cada vez a gente acaba impactando mais no meio ambiente, na sociedade como um todo. Cada vez mais o ser humano está tomando mais espaço. Eu não vejo como uma imposição, mas sim como uma evolução da sociedade (Entrevistado 05).

A sustentabilidade é muito de um falar para o outro, nem tanto questão da pressão externa, necessita de uma cultura aqui dentro. Como vou cobrar meu superior, primeiro precisando nos conscientizar da importância. São necessárias mudanças culturais, eu vim de Curitiba e lá existe uma cultura diferente, você conversava com outras pessoas que não são bombeiras, e indagavam sobre condutas sustentáveis, e isso acabava sendo levado pro quartel (Entrevistado 15).

Tolber e Zucker (2007) descrevem sobre a continuidade de uma estrutura, neste caso a sustentabilidade no CBMMPR, sendo necessário o reconhecimento de resultados positivos, uma baixa resistência dos atores envolvidos e uma perpetuação pelos membros da organização ao longo do tempo.

Quando indagado sobre a aceitabilidade dos bombeiros militares a ações sustentáveis na organização, quanto à resistência de inserção de mudanças relacionadas

ao desenvolvimento sustentável, alguns entrevistados ressaltaram o desconforto gerado por mudanças, inerente ao tema que esta sendo inserido.

Deve ser cultural, por exemplo, se me tirar do meu conforto, muitas vezes eu não quero, e isso tipo tem que envolver de alguma maneira, e no geral a gente só quer vir aqui, fazer o teu serviço e sair, não quer se enganjar (Entrevistado 04).

Toda mudança, a tendência é que as pessoas tenham um certa receio, um certo medo assim, não sei a mudança, são avessos a mudança, desta forma acredito que não será fácil, mas é fundamental investimentos nessa área, voltados a sustentabilidade (Entrevistado 06).

As praticas que são implementadas sempre gera uma resistência, mas percebo que o pessoal é bastante preocupada, de gerar economicidade e sustentabilidade (Entrevistado 08).

Toda mudança traz resistência, não que a gente não consiga, mas algumas pessoas não conseguem visualizar se aquilo ali, realmente vai ser bom, vai ser benéfico, sempre quando se mexe em alguma coisa, e vai mudar o cotidiano, vai ter que mudar a rotina, são percepções individuais dessas pessoas que elas trazem de casa, e quando chega no quartel e tenta aplicar algo diferente, existe a resistência (Entrevistado 14).

Eu acho que independente da matéria a ser tratada de inovação, qualquer coisa que afete a rotina, obrigação a mais, atenção devida a mais, será gerado um desconforto, porque é inerente ao ser humano. Mas qualquer tipo de mudança gera desconforto (Entrevistado 16).

Sim, o efetivo tem um pouco de resistência a mudanças, independente se for grande ou pequena a mudança, por uma questão cultural, não tem o pensamento de mudança. (Entrevistado 18).

Nossa cultura é muita fechada, não sendo a tropa aberta a novos padrões, novas opções, ficando muito regrado no mesmo, no militarismo, é difícil trazer essas ideias. Existe um compromisso profissional, mas fazer o pessoal aderir de forma motivada e voluntária é mais difícil (Entrevistado 23).

A análise dos depoimentos converge com a explicação de Tolbert e Zucker (2007) para resistência, na qual afirmam que ocorre quando atores são afetados adversamente por novas estruturas organizacionais e se mobilizam contra elas.

Em sentido contrário os entrevistados 12 e 22 relataram uma aceitabilidade dos bombeiros, destacando o caráter profissional e voluntarioso nas questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável.

Nossos bombeiros tem um lado muito profissional e nas questões sustentáveis são voluntariosos, aderindo bem às ações propostas. Ainda por conta do militarismo existe um acatamento bom às novas regras (Entrevistado 12).

Nossa gestão é participativa, coletando ideias, opiniões para tentar economia e sustentabilidade, e naquilo que participei observei uma adesão muito boa (Entrevistado 22).

De forma complementar, Johnson *et al.* (2003) dissertam sobre a necessidade de alcançar um maior grau de reflexividade entre os atores, sobre o que eles estão executando, porque estão executando e as consequências dessas atividades, pois quanto menor for a resistência, maior é o consenso da importância desta estrutura.

Nesta linha os respondedores indicaram a necessidade de um convencimento, de uma justificativa dos benefícios que a inserção de mudanças na estrutura voltadas à sustentabilidade proporcionará. Ainda ficou evidente o consenso entre os entrevistados da necessidade de maior engajamento do CBMPR ao desenvolvimento sustentável.

Uma questão cultural, existe engajamento do pessoal, desde que seja explicado os motivos e mostrado adequadamente os resultados favoráveis, fazendo com que acredite no projeto. Existe um comprometimento profissional, mas o motivacional precisa ser comprovado (Entrevistado 13).

A gente fala muito da pedagogia e andragogia, que é ensinar o adulto, muito mais difícil de ensinar uma criança, mas é uma necessidade institucional. De maneira geral nosso efetivo adere às ações propostas pelo Comando, porém são questionadores, por isso precisamos argumentar os pontos favoráveis (Entrevistado 15).

Percebo que o efetivo é receptivo desde que a ação seja exposta qual o objetivo, nada impositivo, trabalhado para mostrar qual a ideia e objetivo, sendo desta forma receptivos, por entender que é algo bom. Se não ocorrer o convencimento será difícil manter essa ideia (Entrevistado 21).

Os entrevistados 12 e 19 acreditam que este processo de mudanças visando o desenvolvimento sustentável deve ser paulatino e bem orientado, formando um convencimento dos bombeiros militares.

É uma necessidade a sustentabilidade no CBMPR, e vai ser uma adaptação, devendo começar com um pequeno passo, não acontece de uma hora para outra (Entrevistado 12).

A sustentabilidade é um comportamento, linkado com o hábito, e se fosse feito da maneira correta, seria bem aderido. Normalmente é tudo muito brusco, e eu acho que precisaria de um convencimento, justificando e aos poucos sendo implantado. Não existe muita resistência dos bombeiros aqui a novos pensamentos e tecnologias (Entrevistado 19).

O Entrevistado 22 ressalta que o Corpo de Bombeiros deve ser analisado em conjunto com a sociedade, e que muitas ações são voltadas para curto prazo, sem verificar os impactos nas gerações futuras.

Reflete um pouco a sociedade, tirar o Corpo de Bombeiros da sociedade para ser analisado não faz sentido, porque a sociedade não se preocupa tanto assim com esse tema, porque não acontece problemas a curto prazo, todos sabem que um dia vai acabar recursos, atrapalhar a vida do ser humano, mas isso é tão longínquo que parece irreal. A gente é tão insipiente em tantas áreas, para resolve problemas em curto prazo e por isso não pensa em longo prazo em sustentabilidade para as gerações futuras (Entrevistado 22).

A partir dos relatos e da observação, infere-se que embora existam bombeiros resistentes às mudanças e práticas de sustentabilidade, estas ocorrem por falta de convencimento dos bombeiros, ficando evidente a necessidade de uma intervenção e maior esclarecimento do conceito de desenvolvimento sustentável pelo CBMPR.

Outro questionamento buscou conhecer as expectativas dos entrevistados quanto à continuidade e futuro das práticas sustentáveis no CBMPR, evidenciando-se que existem oportunidades para evolução no tema e que a continuidade das práticas sustentáveis para os respondedores dependerá de ações governamentais, parcerias realizadas pela instituição e de uma postura mais impositiva do Comando-Geral.

Analisando que é um olhar institucional. Existem pessoas mais desenvolvidas no tema, buscando deixar um legado para outras gerações, mas o condensamento dessas pessoas na instituição, não transforma o todo. A instituição depende de *inputs* externos para produzir sustentabilidade. Por isso acredito que tudo dependerá de ações governamentais, de exigências legais para ser contínua essa sustentabilidade, precisando de cobranças impositivas para que ocorra, aquilo que é cobrado é feito (Entrevistado 01).

Não tem esse pensamento de sustentabilidade desenvolvido, para que todos trabalhem voltados a isso. Quando somos demandados, ou existe uma ordem para executar, uma campanha, nós cumprimos. Para ter uma continuidade dependerá do Comando prospectar isso (Entrevistado 04).

Eu entendo que nós como instituição, somos muito atrasados em relação a sociedade, estando sempre um passo atrás, se pensar em relação a sustentabilidade, é uma visão além da cultura institucional, claro uma visão que melhora para todos, mas eu acho que institucionalmente não consegue enxergar, seria ótimo se todas as nossas atividades fossem pautadas em prol da sustentabilidade. Eu entendo que existe um caminho, uma oportunidade muito boa para o corpo de bombeiros seguir, e assim como a sustentabilidade vem crescendo no meio civil, aqui também estará cada vez mais presente (Entrevistado 09).

O bombeiro está voltado muito para as missões fins, e pouco para assuntos como sustentabilidade. Acredito que deveria ser algo de cima, tornando uma demanda obrigatória na instituição, e não ações isoladas, como um serviço de formiguinha, tentando fazer um trabalho (Entrevistado 11).

A gente pode traçar um paralelo, antes e após o FUNREBOM. Quando acabou alguns recursos que mantinha a Corporação com fundos municipais, surgiu a necessidade de buscar fontes alternativas de recursos. E dentro disso, tem que se basear em alguns projetos que outras instituições acreditam, entrando questões da ONU, por exemplo a Itaipu é muito forte nesse sentido de sustentabilidade, bem como outras organizações e autarquias. Essa parcerias

estão alavacando a sustentabilidade no Corpo de Bombeiros e acredito que a continuidade dependerá dessas interações (Entrevistado 13).

Acredito que falta um braço para tratar disso, uma seção específica para cuidar da sustentabilidade. Hoje em um setor de logística, para cobrar desde um órgão de direção e descendo, havendo fiscalização para ver se esta sendo cumprido. Quando acaba aderindo de forma institucional e por demanda externa, existe uma adesão, como exemplo esta parte de descarte de eletrônicos, em Curitiba tinha projeto disso quando morei lá. Então quando tem algo de fora, impositivo, a gente acaba realmente aderindo, mas aquelas atitudes pontuais, você vê que não tem continuidade, tendo um trabalho jogado fora (Entrevistado 21).

Como exposto no relato do Entrevistado 21, chama a atenção o CBMPR ser uma instituição centenária e não possuir um setor especializado no planejamento, organização, execução e institucionalização de práticas sustentáveis. Outro fator é não existir uma divulgação ampla e efetiva do tema desenvolvimento sustentável.

Este trabalho de conscientização entre os bombeiros se torna fundamental para que eles compreendam qual é o seu papel com a estratégia institucional, com a sustentabilidade e para que possam compartilhar esse conhecimento fora da organização, beneficiando a comunidade.

Um assunto convergente nos depoimentos dos entrevistados foi à dificuldade em executar ações sustentáveis pelos quartéis serem muito antigos, sendo relatado que existem projetos para construção de novos quartéis.

Os prédios são bem antigos e nunca teve uma grande reforma para se pensar em uma atualização sustentável, sendo substituído quando estraga algo por produtos mais sustentáveis (Entrevistado 07).

O projeto do novo quartel é de 2012 e não tinha uma visão tão profunda de sustentabilidade, atualmente sendo muito mais visíveis medidas sustentáveis ambientais. Tem um corredor central de 50 metros iluminado com luz solar, grande quantidade de janelas para utilizar a iluminação natural. Foi previsto coleta de água, instalação de placas solares, mas entendo que pelo conceito atual poderia ter mais coisas (Entrevistado 13).

Estamos na iminência da construção do quartel novo e está planejado para energia solar e captação de água, sendo incluído no novo quartel. A gente utiliza o que tem disponível no mercado, e o quartel é antigo, sendo substituído com materiais mais sustentáveis conforme necessidade de substituição ou reparo (Entrevistado 14).

Temos uma obra licitada e deverá ser construída, já foi previsto muitas medidas e soluções sustentáveis, mas no atual aquartelamento as estruturas são antigas (Entrevistado 17).

Em relação aos depoimentos e observações não participantes, destacou-se a existência de alguns quartéis recém-inaugurados, obras em andamento e outras em fase

de projeto. No entanto, os entrevistados pontuam a falta de adoção de medidas sustentáveis nas edificações, mesmo com um custo de construção elevado.

Esse quartel é novo, faz dois anos, mas não foi nada pensado em sustentabilidade. É ocupação do terreno (Entrevistado 15).

Não participei do planejamento do quartel que está sendo construído aqui em Guarapuava, mas tem um valor milionário e acho que poderia ter sido previsto mais alternativas sustentáveis. O quartel antigo tinha quase 50 anos e apresentava inúmeros problemas, sendo previsto questões de acessibilidade, segurança, e até sustentabilidade, mas pelo valor poderiam ter sido previstas tecnologias como painéis solares (Entrevistado 16).

O projeto deste quartel pensou pouco em sustentabilidade, e sim no atendimento operacional e administrativo, na qualidade e funcionalidade aos bombeiros. Apesar do investimento de 8 milhões de reais, existem poucas medidas sustentáveis, e algumas não foram pra frente pelo custo ser elevado (Entrevistado 18).

O projeto do quartel novo é de 2016, e não saiu pela pandemia e terá algo mais sustentável (Entrevistado 20).

Nosso quartel tem 10 anos e foi pensado em pinturas mais claras, e grande quantidade de vidros para deixar bem ventilado e usar luz natural (Entrevistado 21).

Terminaram uma reforma no ano passado, mas não foi pensado em sustentabilidade, aqui são vários puxadinhos, não atende legislações. Então resolveu parar de reformar e pensar em um quartel novo. Pensando em amplitude de crescimento e deixar a estrutura física mais moderna, neste caso será analisado pelo prisma da sustentabilidade (Entrevistado 22).

Os entrevistados foram questionados também sobre o engajamento dos gestores e dos bombeiros na busca pelo desenvolvimento sustentável do CBMPR, sendo constatada uma preocupação dos respondedores, por vislumbrarem a falta de engajamento com o tema.

Se questionar qualquer gestão, comando, chefia, eles vão entender da importância da sustentabilidade, mas ainda será visto como mais uma demanda, mais uma ação a ser colocada entre várias coisas importantes. Vai ser visto como mais um encargo, é difícil que se tenha essa voluntariedade, para ter mais um trabalho (Entrevistado 01).

Eu acho sinceramente que não existe engajamento por nunca ter sido aberto a visão do nosso comandante, de demonstrar a importância do tema, e como poderíamos pensar nisso. Estamos cegos diante da sustentabilidade (Entrevistado 11).

Não existe um engajamento integral. Eu creio que tem dois aspectos, primeiro acho que o aspecto militar, a doutrina militar vê tudo que não é militar como inferior ou inimigo, e que faz com que haja uma dificuldade de integração com o meio civil, então a gente vive em um mundo isolado, só que esse mundo isolado, faz perder muitas vezes a perspectiva do que esta acontecendo ao nosso

redor, na comunidade. Teve uma vez que veio os bombeiros voluntários do Paraguai e apresentaram muitas alternativas tecnológicas que não temos (Entrevistado 13).

Não somos tão enganjados com a sustentabilidade, e vejo porque a gente trabalha com problemas mais imediatos, pelo fato da sustentabilidade tratar de um futuro, preservação do nosso futuro, não dá tanta atenção. Damos atenção aos problemas mais imediatos, deixando os problemas futuros para depois, não entrando em nosso planejamento este tipo de preocupação (Entrevistado 16).

O engajamento é falta de determinações, falta um estudo, estabelecer metas, obedecendo a particularidade de cada unidade e cidade, e fazer via determinações, algo formal, com fiscalização, supervisão, relatórios (Entrevistado 20).

Esta precariedade de engajamento foi justificada por vários entrevistados, sendo os principais motivos apontados o déficit de efetivo, custos elevados de implantação, acúmulo de funções, ausência de orientações da Corporação e os conceitos e princípios militares.

Conforme apontado por vários entrevistados, a falta de efetivo e o acúmulo de funções são obstáculos por não permitirem um planejamento adequado e a inserção de inovações no cotidiano, sendo que o atendimento as missões operacionais finalísticas da instituição são prioridades, e o desenvolvimento sustentável é colocado em um segundo plano.

Eu acho que hoje existe um gargalo que limita bastante o efetivo do corpo de bombeiros. A demanda que nos é emergencial, de manter uma instalação pública funcional e o atendimento a população em todas as áreas que o bombeiro atua. Ele já gera uma demanda muito grande, e o baixo efetivo não permite muitas inovações. A sustentabilidade exige um empenho, pensar mais no processo licitatório tem um dispêndio maior para as compras, buscando, se for implantar a sustentabilidade. Bem como a execução dela no quartel, que hoje devido a falta de efetivo a gente entra em um entrave que impossibilita ou pelo menos não é tido como uma prioridade na execução das atividades diárias (Entrevistado 08).

Principalmente na mentalidade, às vezes não sei se isso reflete também, em uma questão de efetivo, eu acredito que o efetivo era muito diferente da tropa de hoje, houve um enxugamento de quadro, pensar somente no oficialato, o quadro foi enxuto ao máximo, foram criadas unidade sob a lógica de vaga zero, criaram-se unidades para depois se pudessem ativar vagas e a gente perdeu muito funções e planejamentos. Então esse enxugamento faz com que a gente não trabalhe com planejamento, mas sim com demandas, resolvendo problemas. Uma incapacidade de criação por falta de efetivo é o principal motivo para ver além e inserir a sustentabilidade (Entrevistado 09).

É questão de administração, o dia a dia a gente acaba acumulando muito serviço, e tem que dar vazão a esse serviço, que faz com que o corpo de bombeiros não pare. Tanto a parte operacional que é essencial, quanto o administrativo que faz tudo funcionar. Então a falta de efetivo dificulta ações, planejamento inovador na instituição, e acaba sendo feito apenas o obrigatório,

que alguém cobra resultados. Carece de material humano para disponibilizar nessas agendas (Entrevistado 14).

Temos limitação de efetivo e gestores, e se escorando nisso, acabamos engolidos pela rotina, e não inovamos (Entrevistado 17).

Falta na verdade orientação institucional. Difícil começar mudança de mentalidade se não tiver bom tempo de preparação e incentivo. Simplesmente querer fazer algo, mas não ter base sólida antes, é mais difícil (Entrevistado 18).

Para os entrevistados 10, 12 e 17 o maior entrave para o engajamento é a questão financeira, seja pelo custo elevado para aquisição, por existirem problemas mais imediatos a serem resolvidos e não existir recurso para manutenção dos sistemas, projetos implantandos, tornando-se ineficientes.

O pessoal meio que se limita ao básico do dia-a-dia, uma reciclagem e acha que é somente isso, não vê como um conjunto, que pode ser muito mais ações, e vejo que uma limitação seria a questão financeira, por não ter como gastar com isso. E também a falta de efetivo, mão de obra para executar os projetos (Entrevistado 10).

O financeiro esbarra porque o custo de implementação é alto, e muitas vezes o recurso a ser empregado deve ser aplicado em algo mais urgente, emergencial, que afeta diretamente o desenvolvimento do serviço. Sendo deixado em segundo plano a sustentabilidade (Entrevistado 12).

Existe um custo para sustentabilidade, me lembro em Cascavel quando foi ampliado o quartel, foi inserido uma cisterna subterrânea, e existia também o aquecimento, mas são coisas que demandam manutenção, e a verba não é tão fácil para ser feito. Então se não for institucional e tiver recursos se torna algo não tão eficiente. Acredito que fizer parte de um planejamento e vier a nível de governo de comando, principalmente a coleta de água, por ser fácil (Entrevistado 17).

O entrevistado 13 expõe que a condição de militar da organização, se torna um percauso para a integração com a sociedade, e concomitantemente com o desenvolvimento sustentável praticado pelas organizações.

A ideia de sustentabilidade por vir de fora parece que não faz sentido. Acho que falta uma atualização institucional, do militarismo, para tentar compor as ideias na comunidade, precisa integrar mais o Corpo de Bombeiros, aceitando ideias positivas que vem de fora (Entrevistado 13).

Esses resultados denotam que a estratégia sustentável existe no CBMPR, construída de diversas práticas e práxis, porém sendo precária a difusão do tema entre os atores envolvidos.

Evidenciou-se também que ele conta com diversas políticas, procedimentos alinhados ao tema, e que consta em seu planejamento estratégico o desenvolvimento sustentável, contemplando valores da sustentabilidade, porém carecendo de metas e indicadores de avaliação.

É possível afirmar que existe resistência à inserção de mudanças, porém com um rito adequado, e o convencimento dos bombeiros militares, existe uma adesão e engajamento. Ainda foi notório que estão cientes da importância do tema e que promovem práticas e práxis ambientais, sociais, e de governança, contribuindo com as metas dos ODS da Agenda 2030 da ONU.

Essa conscientização reflete os resultados positivos que o tema já proporcionou para o próprio CBMPR, mas principalmente a sociedade, que cada vez mais exige um desenvolvimento sustentável e a promoção de um futuro melhor.

Foram demonstrados caminhos e oportunidades para um aperfeiçoamento e continuidade da estratégia sustentável, proporcionando legitimidade e reconhecimento do CBMPR perante a sociedade e maior engajamento dos atores envolvidos.

Concluída a análise dos depoimentos à luz da Teoria da Estratégia como prática social, será analisado o nível de sustentabilidade organizacional.

4.5 O CBMPR E OS NÍVEIS DE SUSTENTABILIDADE

O modelo de nivelamento da sustentabilidade proposto por Van Marrewijk (2010) possui seis níveis de desenvolvimento da sustentabilidade organizacional, e para o autor uma organização sustentável necessita incorporar conceitos e objetivos sustentáveis em suas políticas e práticas de maneira consistente.

Resumidamente os níveis propostos por Van Marrewijk e Werre (2003) são a Pré-Sustentabilidade Organizacional em que apenas são cumpridas exigências legais. A Sustentabilidade Organizacional com base no Compliance em que se cumprem leis, exigências externas e existe um senso de dever moral. O terceiro nível é a Sustentabilidade Organizacional por resultados, em que se evidenciam aspectos sociais, éticos e ecológicos, desde que resultem em lucro, sendo um negócio. A Sustentabilidade Organizacional Conservadora visa um equilíbrio nos conceitos sociais, ecológicos e econômicos, sem a necessidade de exigências legais. O quinto nível é a Sustentabilidade Organizacional Sinérgica em que tem o desenvolvimento sustentável como peça chave da

estratégia. E a Sustentabilidade Organizacional Holística aborda a integralidade da sustentabilidade em todos os aspectos e de compreensão de todos os atores envolvidos.

Insta salientar que cada nível de desenvolvimento transcende e inclui o anterior, baseado em sistemas de valores coerentes às estruturas organizacionais. Assim, as organizações adotam as posturas previstas nos níveis de sustentabilidade organizacional que melhor se encaixam aos seus objetivos, estratégias e níveis de racionalidade (Van Marrewijk, 2010).

Neste sentido, os níveis desta matriz de sustentabilidade não podem ser interpretados como melhores ou piores, pois cada organização está inserida em um contexto, possui estratégias distintas, e necessita adotar determinadas posturas. Van Marrewijk e Werre (2003) alertam que ser classificado em um nível mais elevado não significa, e determina maior eficiência da organização, mas o enquadramento conforme as estratégias e direcionamentos adotados.

Diante das evidências apresentadas ao longo deste trabalho, as práticas e práxis sustentáveis executadas pelo CBMPR, os depoimentos dos atores envolvidos nos processos, a análise da estrutura pelo prisma da Estratégia como prática social, bem como as informações referentes aos níveis de sustentabilidade organizacional, infere-se que a Corporação atingiu o terceiro nível de sustentabilidade organizacional, denominado Sustentabilidade Organizacional por resultados.

Neste estudo demonstrou-se o cumprimento das legislações, das exigências externas, pela organização, entendendo a sustentabilidade como um dever legal. Está presente o dever moral, com inúmeras ações sustentáveis e voluntárias que geram benefícios às gerações atuais e futuras, contribuindo com muitas metas dos ODS propostos na Agenda 2030 da ONU. Além disso, existe uma integração dos aspectos sociais, ambientais e éticos nas tomadas de decisões. Porém ficou marcante que muitas ações são decorrentes de um retorno benéfico, contribuindo com economia financeira, com melhor reputação e visibilidade da Corporação.

O CBMPR sendo uma instituição do Estado não visa o lucro, sendo suas atividades voltadas para segurança e tranquilidade pública. Porém foi possível verificar a busca pela imagem institucional, sendo executadas ações buscando repercussão positiva e reconhecimento da organização pela sociedade, como relatado pelo Entrevistado 16.

Na terceira, como dever legal porque obviamente será cobrado, por ser órgão público, e dever moral pela imagem da corporação quando tem algo externo,

não se negando a participar, pela repercussão negativa que pode causar (Entrevistado 16).

O nível Sustentabilidade Organizacional por resultados ocorre se as ações são rentáveis ou devido a uma melhor reputação em vários mercados, no caso do CBMPR trazendo uma imagem institucional positiva (Van Marrewijk, 2010).

O autor exemplifica que neste nível a organização promove práticas sustentáveis quando existe um risco de lucro percebido em não instalação de uma política, na possibilidade de escândalos, quando ações ambientais melhoram a lucratividade como a redução de resíduos, redução do uso de energia. Ainda ações para melhorar a motivação dos funcionários, a fim de aumentar a produtividade e diminuir a rotatividade de funcionários, buscando um custo-benefício do relacionamento.

O Entrevistado 08 demonstra em seu relato essa promoção de ações sustentáveis buscando um benefício para organização, sendo vinculada a execução de um projeto social a construção de uma academia.

É um projeto antigo que veio junto da academia, sendo montada com esse viés social, de realizar atendimento a população concomitantemente ao atendimento dos militares. O bombeiro responsável trabalha voluntariamente, tendo formação de educação física e faz atendimento dos idosos. São quatro turmas, três vezes por semana, alguns horários, com pessoas da terceira idade, cerca de 50 pessoas. A seleção é feita mediante a liberação de vagas e por ter uma grande procura deste serviço, existe uma fila de espera, e vai sendo chamado para preenchimento dessas vagas (Entrevistado 08).

Os depoimentos de outros entrevistados expõem que o objetivo principal de ações sustentáveis é a economia, de melhor custo-benefício, não sendo algo promovido para a sustentabilidade.

Hoje o próprio mercado produz equipamentos que tem benfeitorias sustentáveis, desta forma é comprado de forma indireta, porque o mercado oferta, mas não é feito algo pensado nisso (Entrevistado 07).

A iluminação do parque de viaturas em Colombo é feito por fotocélula, visando à economia de energia, porém acredito que não foi pensado a sustentabilidade, mas sim a questão financeira (Entrevistado 11).

Eu vejo que é feito caronas solidárias, reuniões remotas visando à economicidade da administração pública, mas não se pensa em sustentabilidade. Tivemos a substituição de vários vasos sanitários recentemente, sendo optado por caixas de descarga com baixo consumo de água, foi uma possibilidade na hora da compra, e não foi pensado especificadamente em sustentabilidade. Não percebo uma preocupação do setor de compras em amarrar empresas que cumpram ou estejam voltadas a sustentabilidade, mas o produto com melhor custo benefício (Entrevistado 08).

Quando existem trocas de itens, por exemplo, torneiras são substituídas por algo mais sustentável. Foi trocado toda a iluminação do quartel por fitas de LED, com o objetivo de um consumo menor de energia, e de forma indireta algo mais sustentável, mas não foi o principal objetivo (Entrevistado 09).

Não existe um planejamento para melhorar a sustentabilidade, mas observo que já ocorreu a mudança de consciência, por exemplo, uma lâmpada que queima já procura colocar uma lâmpada de LED, uma descarga. Um quartel com instalação física precária, quando a gente vai reformar, consertar algo, você já busca algo que seja mais eficiente, uma torneira. Mas não existe um planejamento em relação a isso. Uma janela que proporcione iluminação natural, dentro que a gente possa tentar incluir (Entrevistado 17).

Apesar de existirem evidências indicando características de outros níveis mais elevados, o CBMPR não pode ser classificado nestes patamares, por não preencher alguns requisitos, como exemplo a conscientização uniforme e ampla difusão do tema.

No nível de Sustentabilidade Organizacional Conservadora existe um equilíbrio em relação aos pilares ambiental, social e de governança. Van Marrewijk (2010) define que as iniciativas deste nível devem ir além da conformidade legal, do dever moral e da finalidade lucrativa, sendo as práticas sustentáveis realizadas por si.

Na Sustentabilidade Organizacional Sinérgica, o tema é reconhecido como crucial e inevitável para alcançar o progresso, sendo criados valores nas esferas econômicas, ambiental e social, mas principalmente a organização e envolvidos entendem a importância para todos (Van Marrewijk, 2010).

O último nível, a Sustentabilidade Organizacional Holística, é caracterizado pela sustentabilidade integral e uma conscientização de todos os envolvidos. A organização deve tratar como uma responsabilidade universal com as gerações futuras.

Desta maneira, pelos dados fornecidos pelos entrevistados, as informações e documentos coletados o CBMPR se acomoda no terceiro nível da matriz de sustentabilidade, Sustentabilidade organizacional por resultados, e contribui com o desenvolvimento sustentável do planeta, assim como com diversas metas dos ODS entabulados na Agenda 2030 proposta pela Organização das Nações Unidas.

O quadro 26 apresenta a síntese dos resultados obtidos a partir da análise de conteúdo, situando às categorias Sustentabilidade, Estratégia Como Prática Social e Níveis de Sustentabilidade. Foi apresentada a unidade de contexto para cada subcategoria e um breve e compilado desfecho da análise, pautado nas entrevistas, diário de campo, observações não participante, documentos e dados coletados como fontes secundárias.

Quadro 26: Síntese dos resultados categoria de Análise Sustentabilidade

(Continua)

Categoria	Subcategorias	Unidade de Contexto	Análise de Conteúdo
Sustentabilidade	ODS	<p>1. Você conhece os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável propostos pela ONU?</p> <p>2. A sua unidade possui práticas para adesão e contribuição aos ODS?</p>	<p>Pelo discurso dos entrevistados os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável não são amplamente divulgados e conhecidos pelos bombeiros-militares, sendo que poucos relataram que tiveram contato com o tema sustentabilidade, desenvolvimento sustentável em ambientes externos ao Corpo de Bombeiros, como disciplinas na Graduação e Pós-Graduação, ou programas realizados por órgãos públicos e empresas privadas.</p>
	Pilar Social	<p>3. Existe alguma prática, ação, estratégia ou programas voltados à sustentabilidade social, que tratam das condições de trabalho, das demandas pessoais dos bombeiros-militares ou da sociedade em que a unidade está inserida? Explique?</p>	<p>O CBMPR possui diversas ações voltadas ao quesito social: Campanhas sociais de arrecadação de comida, roupas, cobertas, brinquedos, materiais de higiene pessoal, água, entre outros, existindo parcerias com outras organizações e atuando como polo receptor na maioria dos casos, executando processos logísticos de separação e destinação as classes vulneráveis; Programa Bombeiro Mirim; Programa Surf Salva; Programa Brigadas Escolares; Programa Melhor Idade; Programa PRUMUS para atendimento psicológico; Programa Saúde Preventiva; Promoção de eventos como corrida, passeio ciclístico com fundo social; Atuação direta no combate a epidemias como a Dengue; Estruturas para manutenção e melhoria da saúde física, psíquica e social dos bombeiros, como academia, piscina, atendimento psicológico, dentista, Hospital destinado aos militares estaduais e familiares, fisioterapia, espaço destinado a fé; Incentivo ao aperfeiçoamento técnico-profissional constante com um Sistema de Ensino com diversos tipos e níveis de cursos; Igualdade de gêneros e paridade salarial no plano de carreira; Participação em Campanhas sociais de prevenção no trânsito, prevenção a suicídios, entre outros; Coordenação dos Planos de Auxílio Mútuo – PAM; Palestras diversas à população, escolas, empresas visando a difusão do conhecimento, princípios, valores e segurança.</p>
	Pilar Ambiental	<p>4. No aspecto ambiental quais seriam as contribuições para o desenvolvimento sustentável do planeta?</p>	<p>O CBMPR possui diversas ações voltadas ao quesito ambiental: Separação do lixo orgânico e reciclável; Separação e destinação correta de óleo de cozinha e combustíveis; Projetos para captação de água pluvial visando à reutilização e auxiliando na economia de água potável para fins que não sejam o consumo humano; Tratamento e destinação dos resíduos gerados pela limpeza de viaturas e materiais infectantes utilizados nas ocorrências de atendimento pré-hospitalar;</p>

Quadro 26: Síntese dos resultados categoria de Análise Sustentabilidade

(Conclusão)

Categoria	Subcategorias	Unidade de Contexto	Análise de Conteúdo
Sustentabilidade	ODS	4. No aspecto ambiental quais seriam as contribuições para o desenvolvimento sustentável do planeta?	Controle, coleta, armazenamento e destinação de itens específicos que necessitam atenção por gerar inúmeros malefícios à natureza e saúde humana, como pilhas, baterias, lâmpadas fluorescentes; Utilização de energia renovável como painéis solares; Utilização de eletrodomésticos e eletrônicos com melhor eficiência energética; Incentivo a reuniões remotas e caronas solidárias; Atendimento de ocorrências decorrentes das mudanças climáticas em nível internacional; Prevenção de desastres; Planejamento e aquisição de equipamentos com maior tecnologia para economia de água; Implantação de sistemas para confecção e tramitação de documentos diminuindo o consumo de papel; Estudo para viabilização de análise de projetos e lançamentos do resultado de vistorias digitalmente, não necessitando de documentação física; Fiscalizações em edificações e áreas de risco; Participação de ações para proteção e preservação de ecossistemas terrestres e marinhos; Execução da Operação de Prevenção e Combate à Incêndio Florestal Quati João; Participação no Programa de Prevenção de Incêndios na Natureza – PREVINA; Participação do Plano de Ação Interinstitucional – Pacto pela Mata Atlântica.
	Pilar Governança	5. Como é tratada a perspectiva de governança relacionada à sustentabilidade? Existe transparência, ética e combate à corrupção?	Foi verificada uma estrutura bem formatada e institucionalizada, se destacando o Programa de Integridade e Compliance do CBMPR, identificando riscos, classificando e propondo ações para minimização e eliminação de possíveis desvios e situações críticas. Ainda a instituição possui uma robusta legislação aplicada ao público interno, visando à identificação, apuração, correção e punição de situações contrárias à ética e normas. No âmbito externo foi observada uma constante atualização das Leis, Decretos, Portarias, Normas de procedimentos, para proporcionar mais celeridade, eficiência, segurança e economia aos utilizadores de seus serviços. No item transparência é possível verificar diversas informações como licitações, salários no Portal da transparência do Estado do Paraná, e ainda o CBMPR integra o Sistema Integrado para Gestão de Ouvidorias do Estado do Paraná, recebendo denúncias, críticas, reclamações, dúvidas e elogios.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quadro 27: Síntese dos resultados categoria de Análise Estratégia como Prática Social

(Continua)

Categoria	Subcategorias	Unidade de Contexto	Análise de Conteúdo
Estratégia como Prática Social	Práticas	<p>6. Em sua opinião o CBMPR e sua unidade consideram a sustentabilidade como parte da estratégia?</p> <p>7. O CBMPR e sua unidade elaboraram e disseminaram regras para orientar os bombeiros em relação à sustentabilidade?</p> <p>8. Existem políticas e procedimentos específicos para trabalhar com a sustentabilidade no CBMPR e na sua unidade?</p> <p>9. Você já participou de algum evento, treinamento realizado pelo CBMPR ou por sua unidade divulgando práticas relacionadas ao desenvolvimento sustentável?</p>	<p>Conforme relatos dos entrevistados existem preocupações com o tema e a previsão no planejamento estratégico da instituição, porém salientam que não existe uma aplicação direta, com metas definidas. No entendimento dos bombeiros as práticas têm origem na cultura local, dos usos e costumes e iniciativas individuais. Os atores ao serem indagados sobre eventos e treinamentos realizados pelo CBMPR para divulgar o desenvolvimento sustentável, foram unânimes afirmando que nunca participaram. Ficou evidente a dificuldade dos bombeiros reconhecerem como as suas atividades diárias contribuem com a sustentabilidade e a estratégia do CBMPR. Essa limitação permitiu inferir que a Corporação necessita realizar ações internas para promover a sustentabilidade em conceito.</p>
	Práxis	<p>10. Como surgiu a ideia de implantar ações de sustentabilidade na unidade?</p> <p>11. A inserção da sustentabilidade se deu por alguma pressão interna ou externa? Explique.</p> <p>12. A unidade busca se assemelhar com as demais que possuem este tipo de comportamento?</p> <p>13. Como são executadas essas práticas sustentáveis?</p> <p>14. O que essas práticas têm contribuído com a sociedade e o meio ambiente?</p>	<p>Ao ser investigado a inserção das práticas e práxis sustentáveis no CBMPR, e se tiveram origem de pressões internas e externas, ocorreu uma divisão de opiniões entre os respondedores, sendo que alguns defenderam um processo normal da sociedade que afeta a organização, enquanto outros entendem que ocorre por demandas externas à instituição, ou por ordem e determinações do Comando. Foi verificado que o CBMPR atua em parcerias com diversas organizações, públicas e privadas. A execução das práticas e práxis é variada, e na dinâmica imposta de cada situação e organizações envolvidas. Por fim foi apurada contribuições com as metas dos 17 ODS, atuando diretamente no desenvolvimento sustentável da sociedade e na proteção às gerações futuras.</p>
	Atores	<p>15. Quem são os principais atores envolvidos na implantação desta temática?</p> <p>16. Como é a aceitabilidade das práticas sustentáveis pelos bombeiros-militares? Existem resistências?</p>	<p>Os atores envolvidos são múltiplos, sendo a participação em diferentes níveis, momentos e tipos de tarefas. As práticas são variadas nos eixos social, ambiental e de governança, e a participação dos bombeiros ocorre no planejamento e execução. Alguns entrevistados ressaltaram o desconforto gerado por mudanças, independente do tema. Foi indicando a necessidade de um convencimento, de uma justificativa dos benefícios que a inserção de mudanças sustentáveis na estrutura proporcionará.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quadro 27: Síntese dos resultados categoria de Análise Estratégia como Prática Social

(Conclusão)

Categoria	Subcategorias	Unidade de Contexto	Análise de Conteúdo
Sustentabilidade	ODS	17. Como você vê o futuro da sustentabilidade no CBMPR?	Quanto ao futuro da sustentabilidade no CBMPR os entrevistados entendem que existem oportunidades para evolução no tema e que a continuidade das práticas sustentáveis dependerá de ações governamentais, parcerias realizadas pela instituição e de uma postura mais impositiva do Comando-Geral. Quanto ao engajamento houve uma preocupação dos respondedores, por vislumbrarem a falta de cuidado com o tema, apontando como principais motivos o déficit de efetivo, custos elevados de implantação e manutenção, acúmulo de funções, ausência de orientações da Corporação e os conceitos e princípios militares.
		18. Você considera que existe engajamento dos Gestores da sua unidade pela busca do desenvolvimento sustentável, contribuindo com os ODS?	

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quadro 28: Síntese dos resultados categoria de Análise Níveis de sustentabilidade

Categoria	Subcategorias	Unidade de Contexto	Análise de Conteúdo
Níveis de sustentabilidade	Pré-sustentabilidade	19. No seu entendimento a sustentabilidade só existe no CBMPR para cumprir alguma exigência externa?	Existe o cumprimento das legislações, entendendo a sustentabilidade como um dever legal.
	Sustentabilidade organizacional baseada no Compliance	20. Para você a sustentabilidade no CBMPR é entendida como dever legal, sendo verificadas algumas ações isoladas decorrentes de um dever moral?	Presente o dever moral, com inúmeras ações sustentáveis e voluntárias que geram benefícios às gerações atuais e futuras.
	Sustentabilidade organizacional por resultados	21. Em sua opinião a sustentabilidade é tratada como um negócio, possibilitando uma melhoria na imagem e reputação do CBMPR?	Existem diversas ações realizadas visando um retorno benéfico, economia financeira, melhor reputação e visibilidade da Corporação.
	Sustentabilidade organizacional Conservadora	22. Você acredita que as iniciativas sustentáveis do CBMPR vão além da conformidade legal e do objetivo da lucratividade tratando igualmente os aspectos sociais, ambientais e econômicos?	Existe contribuição nos três pilares da sustentabilidade, porém não foi observado um equilíbrio, bem como se destacou a necessidade de um retorno para a organização.
	Sustentabilidade organizacional Sinérgica	23. Você entende que existe uma iniciativa em todas as áreas do CBMPR, para incorporar questões sustentáveis nas práticas, por considerar um ponto crucial para progredir no longo prazo?	Não existe uma conscientização uniforme sobre a sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, com ampla difusão do tema.
Sustentabilidade organizacional Holística	24. Você acredita que a responsabilidade social, ambiental e econômica é uma preocupação constante do CBMPR, visando à qualidade para gerações futuras e continuação da vida?	Não foi caracterizada a sustentabilidade integral e uma conscientização de todos os envolvidos sobre a responsabilidade universal perante as gerações futuras.	

Fonte: Elaborado pelo autor.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta seção aborda os principais pontos da investigação para demonstrar os resultados e responder o problema de pesquisa. Ainda são tecidas considerações indicando oportunidades de melhoria no CBMPR, alguns desafios relacionados ao desenvolvimento sustentável e sugestões para estudos futuros.

A interação desmedida do homem com o meio ambiente acarretou danos irreparáveis na fauna, flora e diversos ecossistemas, sendo que provocou mudanças climáticas e conseqüentemente um aumento significativo da frequência e magnitude dos eventos extremos.

Ainda com a industrialização do século XVIII ocorreram transformações no modo de vida e organização da sociedade, trazendo crescimento, dinamismo, tecnologias e oportunidades nos mais variados eixos estratégicos. No entanto, foi um dos principais responsáveis a diversos danos ambientais, como a emissão de gases poluentes na atmosfera e geração de rejeitos e lixo industriais. Na perspectiva social gerou desempregos, precarização do trabalho, aprofundamento das desigualdades, vulnerabilidades e dos problemas socioespaciais, como violência, mortalidade, crimes, fome, ausência de saneamento básico, educação insuficiente e carência na saúde.

Diante destes fenômenos, diversas organizações públicas, privadas e sociedade organizada estão trabalhando e produzindo políticas, estratégias, metas buscando o retrocesso destes resultados negativos, prevenindo riscos e mitigando as vulnerabilidades sociais, sendo evidenciados os acontecimentos históricos relevantes para o desenvolvimento sustentável no Quadro 04.

No contexto mundial se destaca a sustentabilidade organizacional, com maior rigidez e critérios nos quesitos ambientais, sociais e econômicos, enfatizando a responsabilidade de todos com as gerações futuras. Por esse caminho a ONU estabeleceu uma agenda sustentável até o ano de 2030, sendo 193 países signatários.

Esta dissertação teve o anseio de investigar a sustentabilidade no CBMPR, e com o auxílio do corpo teórico referente à Estratégia como Prática Social e Sustentabilidade Organizacional, foi possível compreender as práticas e práxis sustentáveis, identificar os atores envolvidos e inferir o nível de sustentabilidade que se encontra a Corporação, apontando em quais metas dos ODS propostos pela ONU a organização está contribuindo.

Os objetivos foram respondidos com auxílio da observação não participante, entrevistas semiestruturadas, diário de pesquisa e documentos coletados com os entrevistados.

Nestes 111 anos de existência, o CBMPR se destacou pelos serviços prestados à sociedade, com a preservação de bens, do meio ambiente e de vidas. As unidades operacionais estão estrategicamente distribuídas em 68 municípios do Estado do Paraná, possibilitando um atendimento direto a mais de 70% da população, o que totalizou 104.615 ocorrências no ano de 2022.

Considerando que as unidades operacionais do CBMPR acumulam e executam as atribuições de Coordenadoria Regional de Defesa Civil no Estado do Paraná, esta atuação é ampliada aos 399 municípios, sendo coordenada a prevenção, preparação, resposta e recuperação de eventos extremos e situações que atingem as classes mais vulneráveis.

O Plano Estratégico 2017-2025 demonstra a preocupação com a temática, sendo definida como missão institucional a proteção da vida, meio-ambiente, patrimônio e a promoção de um desenvolvimento social responsável. Ainda vislumbra se tornar excelente na prestação de serviços de bombeiro à sociedade com foco no desenvolvimento sustentável. Porém durante a análise de conteúdo e triangulação das evidências coletadas nota-se a inexistência de metas e indicadores avaliativos específicos ao desenvolvimento sustentável.

Percebe-se que o CBMPR possui um portfólio de práticas e práxis voltadas à sustentabilidade, que visam à preservação do meio ambiente, da sociedade e uma governança transparente e eficiente, sendo identificadas contribuições a todos os ODS, e correlacionadas essas ações com as metas previstas na Agenda 2030.

Dentre as ações desenvolvidas e apoiadas no quesito ambiental se destacam: Separação do lixo orgânico e reciclável; Separação e destinação correta de óleo de cozinha e combustíveis; Projetos para captação de água pluvial visando à reutilização e auxiliando na economia de água potável para fins que não sejam o consumo humano; Tratamento e destinação dos resíduos gerados pela limpeza de viaturas e materiais infectantes utilizados nas ocorrências de atendimento pré-hospitalar; Controle, coleta, armazenamento e destinação de itens específicos que necessitam atenção por gerar inúmeros malefícios à natureza e saúde humana, como pilhas, baterias, lâmpadas fluorescentes; Incipiente na utilização de energia renovável como painéis solares; Utilização de eletrodomésticos e eletrônicos com melhor eficiência energética; Incentivo a reuniões remotas e caronas solidárias; Atendimento de ocorrências decorrentes das

mudanças climáticas em nível internacional; Prevenção de desastres; Planejamento e aquisição de equipamentos com maior tecnologia para economia de água; Implantação de sistemas para confecção e tramitação de documentos diminuindo o consumo de papel; Estudo para viabilização de análise de projetos e lançamentos do resultado de vistorias digitalmente, não necessitando de documentação física; Fiscalizações em edificações e áreas de risco; Participação de ações para proteção e preservação de ecossistemas terrestres e marinhos; Execução da Operação de Prevenção e Combate à Incêndio Florestal Quati João; Participação no Programa de Prevenção de Incêndios na Natureza – PREVINA; Participação do Plano de Ação Interinstitucional – Pacto pela Mata Atlântica.

No quesito social, as ações que causam impactos favoráveis nos sistemas sociais são: Campanhas sociais de arrecadação de comida, roupas, cobertas, brinquedos, materiais de higiene pessoal, água, entre outros, existindo parcerias com outras organizações e atuando como polo receptor na maioria dos casos, executando processos logísticos de separação e destinação as classes vulneráveis; Programa Bombeiro Mirim; Programa Surf Salva; Programa Brigadas Escolares; Programa Melhor Idade; Programa PRUMUS para atendimento psicológico; Programa Saúde Preventiva; Promoção de eventos como corrida, passeio ciclístico com fundo social; Atuação direta no combate a epidemias como a Dengue; Estruturas para manutenção e melhoria da saúde física, psíquica e social dos bombeiros, como academia, piscina, atendimento psicológico, dentista, Hospital destinado aos militares estaduais e familiares, fisioterapia, espaço destinado a fé; Incentivo ao aperfeiçoamento técnico-profissional constante com um Sistema de Ensino com diversos tipos e níveis de cursos; Igualdade de gêneros e paridade salarial no plano de carreira; Participação em Campanhas sociais de prevenção no trânsito, prevenção a suicídios, entre outros; Coordenação dos Planos de Auxílio Mútuo – PAM; Palestras diversas à população, escolas, empresas visando a difusão do conhecimento, princípios, valores e segurança;

E no quesito de Governança foi verificada uma estrutura bem formatada e institucionalizada, se destacando o Programa de Integridade e Compliance do CBMPR, identificando riscos, classificando e propondo ações para minimização e eliminação de possíveis desvios e situações críticas. Ainda a instituição possui uma robusta legislação aplicada ao público interno, visando à identificação, apuração, correção e punição de situações contrárias à ética e normas. No âmbito externo foi observada uma constante atualização das Leis, Decretos, Portarias, Normas de procedimentos, para proporcionar mais celeridade, eficiência, segurança e economia aos utilizadores de seus serviços. No

item transparência é possível verificar diversas informações como licitações, salários no Portal da transparência do Estado do Paraná, e ainda o CBMPR integra o Sistema Integrado para Gestão de Ouvidorias do Estado do Paraná, recebendo denúncias, críticas, reclamações, dúvidas e elogios.

Também compôs os objetivos deste trabalho a compreensão e análise destas práticas e práxis sustentáveis à luz da Teoria da Estratégia como prática social. Os achados demonstram a formatação de uma estratégia sustentável, porém fragilizada por uma carência na difusão e nivelamento do conhecimento entre seus integrantes. De maneira mais específica, os dados qualitativos evidenciam que os atores envolvidos realizam as atividades sem a total consciência conceitual e não correlacionam ao tema desenvolvimento sustentável. Ainda os 23 entrevistados afirmaram que nunca participaram de eventos e treinamentos realizados pelo CBMPR sobre o tema desenvolvimento sustentável.

É possível inferir que essa limitação se deve à amplitude da organização, que conta com 2.845 bombeiros militares, demonstrando que o assunto deve ser trabalhado de maneira contínua para ser internalizado e reconhecido pelos indivíduos, gerando este nexo de causalidade, ou seja, um vínculo fático que liga o efeito à causa, o que fortalecerá a estratégia do CBMPR.

Essa pode ser considerada uma das principais contribuições deste estudo, sendo uma oportunidade do CBMPR evoluir no tema sustentabilidade, e para isso necessita realizar ações internas para promover a sustentabilidade em conceito, familiarizando, conscientizando, incentivando e favorecendo a perpetuação de práticas e práxis sustentáveis.

Na percepção dos entrevistados o déficit de efetivo e o acúmulo de funções estão entre os principais motivos para sustentabilidade não estar mais presente na Corporação, com um engajamento maior dos bombeiros. A defasagem de pessoal atinge 37%, prejudicando diretamente a execução das atividades fim, e deixando as atividades meio que englobam a sustentabilidade em segundo plano.

Outros fatores apontados foram os custos elevados para implantação e manutenção de tecnologias sustentáveis, estruturas dos quartéis antigas, e necessidade de determinações impositivas com fiscalização pelo Comando do Corpo de Bombeiros.

A investigação e análise permitiram aferir o nível de sustentabilidade organizacional conforme a Matriz de sustentabilidade proposta por Van Marrewijk (2010). O CBMPR foi classificado no patamar de Sustentabilidade Organizacional por

resultados, pois são cumpridas as legislações, as exigências externas, entendendo a sustentabilidade como um dever legal. Foi verificado o dever moral, com inúmeras ações sustentáveis e voluntárias, que geram benefícios às gerações atuais e futuras, contribuindo com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Evidenciou-se que os aspectos sociais, ambientais e de governança estão presentes e integrados, e que muitas práticas e práxis são executadas desde que cumprido critérios que contribuam financeiramente, tragam benefícios, melhor reputação e visibilidade à Corporação.

Qualquer pesquisa científica possui alguns aspectos limitantes, sendo que os estudos de caso não possibilitam uma generalização, sendo situações descritas pela percepção dos entrevistados. Esta complexidade e subjetividade envolvidas na pesquisa tornam esse trabalho, um recorte único. Soma-se a isso que a escolha de um corpo teórico limita a compreensão de fenômenos, sendo os dados analisados somente na perspectiva das teorias adotadas.

Outro fator limitante foi à distância dos locais investigados, exigindo muito planejamento e tempo para agendamento das visitas e entrevistas, deslocamentos, reduzindo assim períodos que poderiam ser investidos na coleta de mais informações e documentos, bem como na análise de conteúdo e triangulação dos dados.

Ocorreu uma limitação quanto ao método de coleta, pela entrevista ter sido respondida por apenas um representante de cada unidade do CBMPR foco da pesquisa, fatos importantes podem ter sido esquecidos, omitidos e alterados, e ainda a percepção do respondente em relação ao tema não retratar a opinião dos demais integrantes do local investigado.

Neste sentido, em pesquisas futuras é fundamental a inclusão de coleta de dados quantitativos, com maior número de participantes, proporcionando amplitude ao contexto estudado, e permitindo uma triangulação mais eficiente dos dados, obtendo a percepção de mais atores envolvidos nos processos.

Evidente que os conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável não foram esgotados nesta discussão, sendo possível a análise por outros arcabouços teóricos, que demonstrarão resultados complementares para o entendimento da estratégia do CBMPR. Este estudo poderá ser replicado em outras organizações, permitindo ratificar os resultados ora apresentados.

Outra possibilidade é a investigação da percepção da sociedade e outras organizações sobre o desenvolvimento sustentável do CBMPR, que identificará outros

atores não mencionados nesta pesquisa, e detalhes das práticas e práxis executadas, enriquecendo a compreensão do fenômeno.

E considerando a característica mutável das organizações um estudo longitudinal permitirá analisar as variações dos resultados encontrados no decurso do tempo, e demonstrará a evolução ou retrocesso do CBMPR em relação à sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

- ALVES, R. R. **A institucionalização dos cursos de administração pública a distância das universidades públicas: os casos UFLA e UFU**. 2012. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração em Gestão Estratégica, Marketing e Inovação) – Universidade Estadual de Londrina, Lavras, 2012.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3ª reimp. da 1ª edição. Lisboa: Edições 70, 2016.
- BARNEY, J. B. What is strategy? In: Barney, J. B. Gaining and sustaining competitive advantage. **Massachusetts: Addison Wesley**, 1996. Cap. 1, p. 2-29.
- BAUMGARTNER, R. J.; EBNER, D. Corporate sustainability strategies: sustainability profiles and maturity levels. **Sustainable Development**, v. 18, n. 2, p. 76-89, 2010.
- BEBBINGTON, J.; GRAY, R.; THOMSON, I.; WALTERS, D. Accountant's attitudes and environmentally-sensitive accounting. **Accounting and Business Research**, v. 24, n. 94, p. 109-120, 1994.
- BECKER, D. F. **Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade**. 4 ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, [1967] 1996.
- BLOWFIELD, M. **Business and Sustainability**. Oxford: UK, 2013.
- BOSSEL, H. Indicators for Sustainable Development: Theory, Method, Applications: a report to the Balaton Group. **Winnipeg: IISD**, 1999.
- BRANDT, J. Z.; LAVARDA, R. A. B.; PEREIRA, M. A. S.; LOZANO, L. Estratégia-comoprática social para a construção da perspectiva de gênero nas políticas públicas em Florianópolis. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 51, n. 1, p.64-87, jan./fev. 2017.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Data de Acesso: 29/01/2022.
- BULGACOV, S.; SOUZA, Q. R.; PROHMANN, J. I.; COSER, C.; BARANIUK. J. **Conteúdo estratégico**. In: Bulgacov, S.; SOUZA, Q. R.; PROHMANN, J. I.; COSER, C.; BARANIUK. J. **Administração estratégica: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2007.
- BURRELL, G.; MORGAN, G. Sociological Paradigms and Organisational Analysis. Elements of the Sociology of Corporate Life. **Vermont: Ashgate**, 1979. 432 p
- CALETTI, L.; STELZER, J.; ETGES, E. Agenda 2030 da ONU e Consumo Responsável: Alcance segundo a regra de Comércio Justo Brasileiro. **Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 298–316, 2022.

CAMILLO, E. da S.; CASTRO FILHO, C. M. de. Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE) e ODS 4 da Agenda 2030: quais as convergências?. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [S. l.], v. 15, p. 340–358, 2019.

CAPELLARI, N., STEFANI, S. R., & Castro, M. A Institucionalização da sustentabilidade organizacional na Itaipu Binacional. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, 20(1), p. 117-139, 2021.

CARTER, C.; Clegg, S. R.; KORNBERGER, M. Strategy as practice? **Strategic organization**, v. 6, n. 1, p.83-89, 2008.

CARVALHO, A. C. V.; STEFANO, S. R.; Munck, F. Competências voltadas à sustentabilidade organizacional: um estudo de caso em uma indústria exportadora. **Gestão & Regionalidade**, v. 31, n. 91, 2014.

CARVALHO, C. A. P.; VIEIRA, M. M. F.; LOPES, F. D. Contribuições da Perspectiva Institucional para Análise das Organizações. In: **Anais do XXIII ENANPAD**. Foz do Iguaçu - PR, 1999.

CARVALHO, C. A.; VIEIRA, M. M. F. Organizações, cultura e desenvolvimento local: a agenda de pesquisa do Observatório da Realidade Organizacional. Recife: **EDUFEPE**, 2003. Cap. 1, p. 23-40.

CHAEBO, G.; GUIMARÃES, T. A. Zona de transição dos paradigmas funcionalista e interpretativista. **Desafio Online**, v. 2, n. 2, p. 662-673, 2014.

CHURCHILL, Gilbert. **Marketing research: methodological foundations**. 2a ed. The Dryden Press. 1998.

CIBORRA, C. The labyrinths of information. Challenging the wisdom of systems. **Oxford: Oxford University Press**, 2002.

CLARO, P. B. O.; CLARO, D. P. e AMANCIO, R. Entendendo o conceito de sustentabilidade nas organizações. **Revista de Administração da USP-RAUSP** (São Paulo) [online]. 2008, v.43, n.4, p. 289-300 out./nov./dez., 2008.

CLEGG, S.; CARTER, C.; KORNBERGER, M. A. Máquina estratégica: fundamentos epistemológicos e desenvolvimento em curso. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 44, n. 4, p. 21-31, 2004.

CLEGG, Stewart R.; HARDY, Cynthia; NORD, Walter R. (Organizadores originais); CALDAS, Miguel; FACHIN, Roberto; Fischer, Tânia (Organizadores da edição brasileira); **Handbook de Estudos Organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1998.

COLLIS, J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARANÁ. **Portaria do Comando-Geral nº 112, de 27 Mar. 2023**. Regular as medidas administrativas necessárias ao estímulo e

facilitação do aleitamento materno pelas militares estaduais lactantes durante os horários de serviço, atendendo às recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e Ministério da Saúde. Curitiba, 2023a.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARANÁ. **Portaria do Comando-Geral n° 312, de 30 Jun. 2023.** Estabelece o encargo de Oficial de Treinamento Físico Militar às Unidades Operacionais do CBMPR. Curitiba, 2023b.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARANÁ. **Portaria do Comando-Geral n° 313, de 07 Ago. 2023.** Disciplina os horários de Treinamento Físico Militar do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná. Curitiba, 2023c.

COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de Pesquisa em Administração.** tradução: Iuri Duquia Abreu. 10. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.

COSTA, S. P. B.; BEZERRA, M. H. M.; MELO, C. S. M.; ARAÚJO, J. G. & Costa, D.P. B. Pacto global no Brasil: uma confrontação entre os compromissos assumidos e os avanços divulgados. **HOLOS**, v. 3, p. 274-289, 2016.

De Moura, T. et al. O Nível de sustentabilidade de micro e pequenas empresas de cascavel-PR sob a perspectiva de seus gestores. **Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo**, v. 7, n. 3, p. 77–102, 2022.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. **Revista de Administração de Empresas (RAE)**, v.45, n.2, p.74-89, 2005.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, Walter W. The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields, **American Sociological Review**, v.48, p.147-60, April 1983.

ELKINGTON, J. **Canibais com garfo e faca.** São Paulo: Makron, 2011.

FLICK, U. **Entrevistas semiestruturadas.** p. 89-108. In: Flick, U. Uma introdução à pesquisa qualitativa. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FONSECA, V. S. A abordagem institucional nos estudos organizacionais: bases conceituais e desenvolvimento contemporâneo. Em VIEIRA, M.M.F; CARVALHO, C.A. (orgs). Organizações, instituições e poder no Brasil. Rio de Janeiro: **Editora FGV**, 2003.

FRAZÃO, L. F.; DE CASTRO, C. C.; CALEGARIO, C. L. L. Redes Multinível e Multidimensional em prol do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 9 (ODS 9) da Agenda 2030/ONU – Indústria, Inovação e Infraestrutura. **REUNIR Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 94-113, 2023.

FREITAS, C. M. DE et al. Desastres naturais e saúde: uma análise da situação do Brasil. **Ciencia & saude coletiva**, v. 19, n. 9, p. 3645–3656, 2014.

GALLELI, B. et al. Institutional pressures, Sustainable Development Goals and COVID-19: How are organisations engaging? **Sustainability**, v. 13, n. 21, p. 12330, 2021.

GALLELI, B.; HOURNEAUX JUNIOR, F. Human competences for sustainable strategic management: evidence from Brazil, **Benchmarking: An International Journal**, Vol. 28 No. 9, p. 2835-2864. <https://doi.org/10.1108/BIJ-07-2017-0209>, nov. 2021.

GARCIA, A., & MONTENEGRO, L. M. Faço sentido; logo, aprendo: as propriedades do sensemaking na aprendizagem experiencial. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, 6(3), 573-615. doi:10.21583/2447-4851.rbeo. v.6, n. 3, p. 242, 2019.

GASPARELO, E. P.; STEFANI, S. R.; SCHMIDT, L. P. A visão dos stakeholders para cidade sustentável no centro-sul paranaense. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, v. 11, n. 2, p. 493, 2022.

GASPARINI, D. **Direito administrativo**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. 1058 p. ISBN 978-85-02-06853-7.

GEHRKE, P.; GORETTI, A. A. T.; ÁVILA, L. V. Impacts of the energy matrix on Brazilian sustainable development. **Revista de Administração da UFSM**, v. 14, n. Ed. Esp., p. 1032-1049, 2021.

GODOI, C. K.; BALSINI, C. P. V. **A pesquisa qualitativa nos estudos organizacionais brasileiros: uma análise bibliométrica**. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; Silva, A. B. (Org.) Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 89-114. (Cap. 3).

GODOY, A. S. **Estudo de caso qualitativo**. In: Silva, A. B.; GODOI, C. K.; MELLO, R. (Org.). Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 20-29

GONÇALVES, M. F. et al. Sustentabilidade Organizacional e suas relações com a gestão estratégica de pessoas: Um estudo de caso em uma cooperativa agroindustrial. **Revista de Administração da UNIMEP**, v. 15, n. 3, p. 1-24, 2017.

GONÇALVES, T. J. C.; RITTA, C. O.; PAULO, E.; ALBERTON, L. Desafios, oportunidades e ações para promover a sustentabilidade econômico-financeira dos prestadores de serviços de saneamento. **Revista Gestão Organizacional**, v. 16, n. 3, p. 234-254, 2023.

GREENWOOD, R.; OLIVER, C.; SAHLIN, K.; SUDDABY, R. Introduction. In: _____. The Sage Handbook of Organizational Institutionalism. **Sage Publications**, p. 1-46, 2008.

GRIX, J. **Introducing students to the generic terminology of social research**. Political Studies Association. v. 22, n. 3, p. 175-186, 2002.

GTSC A2030, VII **Relatório Luz da Sociedade Civil ds Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável Brasil**. Disponível em:

<https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2023/09/rl_2023_v7-webcompleto.pdf>. Acesso em: 30 set. 2023.

GUARIDO FILHO, E. R. **A Construção da teoria institucional nos estudos organizacionais no brasil: o período 1993-2007**. Tese (Doutorado em Administração). Universidade Federal do Paraná, 2008.

GUIMARÃES, P.; SOUZA, S.; FIEDLER, N. C.; Silva, A. Análise dos impactos ambientais de um incêndio florestal. **Agrarian Academy**, [S. l.], v. 1, n. 01, 2014. Disponível em: <<https://conhecer.org.br/ojs/index.php/agrarian/article/view/5210>>. Acesso em: 26 set. 2023.

HAIR JR, J. F.; BABIN, B.; MONEY, A. H.; SAMOUEL, P. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Tradução Lene Belon Ribeiro Bookman. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HAIR JR., J.F. et al.. **Análise Multivariada de Dados**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HALL, P. A.; TAYLOR, R. C. R. As três versões do neo-institucionalismo. **Lua Nova**, n. 58, p. 193-223, 2003.

HALLE, M. & WOLFE, R. (2016). Follow-up and Review for the 2030 Agenda: Bringing coherence to the work of the HLPF. **International Institute for Sustainable Development**.

HOCAYEN-DA-Silva, A. J.; Silva, A. H. DA. Protagonismo das Cooperativas na Promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Reflexões Teóricas e Agenda de Pesquisa. **Desenvolvimento em Questão**, v. 19, n. 54, p. 83–103, 2021.

HOPWOOD, B.; MELLOR, M.; O'BRIEN, G. Sustainable development: mapping different approaches. **Sustainable Development**, v. 13, n. 1, p. 38-52, 2005.

HOURNEAUX, J. F. Editorial: O impacto da pesquisa na gestão por meio dos objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU, **Revista de Administração da RAUSP**, v. 56, n. 2, p. 150-155, 2021.

IPEC, **Índice de Confiança Social 2023 – ICS**. 2023. Disponível em: <https://www.ipecc-inteligencia.com.br/Repository/Files/2223/230196_ICS_INDICE_CONFIANCA_SOCIAL_2023.pdf>. Acesso em: 5 out. 2023.

JARZABKOWSKI, P.; SPEE, A. P. Strategy-as-practice: a review and future directions for the Field. **International Journal of Management Reviews**. v. 11, n. 1, p. 69-95, 2009.

JEPPERSON, R. Institutions, institutional effects, and institutionalism. IN: POWELL, W. W.; DIMAGGIO, P. (Org.). **The new institutionalism in organizational analysis**. Chicago: University of Chicago Press, 1991. p. 143-163.

JOHNSON, G.; MELIN, L.; Whittington, R. Micro strategy and strategizing: towards an activity-based view. **Journal of management studies**, v. 40, n.1, p.3-22, 2003.

KHAMIS, R. B. M.; ALVES, J. da S. A redução das desigualdades no Brasil e o objetivo desenvolvimento sustentável nº 10. **JURIS - Revista da Faculdade de Direito**, [S. l.], v. 28, n. 2, p. 135–154, 2018. DOI: 10.14295/juris.v28i2.8357.

KHAN, I. S.; AHMAD, M. O.; MAJAVA, J. Industry 4.0 and sustainable development: A systematic mapping of triple bottom line, Circular Economy and Sustainable Business Models perspectives. **Journal of cleaner production**, v. 297, n. 126655, p. 126655, 2021.

KUNSCH, M. M. K. Estratégias comunicativas nos processos de parcerias para implementação da Agenda 2030 da ONU. **Organicom**, [S. l.], v. 19, n. 39, p. 16-31, 2022.

LEE, J.-S. et al. Understanding how consumers view green hotels: how a hotel's green image can influence behavioural intentions. **Journal of sustainable tourism**, v. 18, n. 7, p. 901–914, 2010.

MACHADO-DA-Silva, C. L.; FONSECA, V. S. Estruturação da estrutura organizacional: o caso de uma empresa familiar. **Organizações & Sociedade**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 42-71, set, 1993.

MARCONI, M. A., LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, elaboração, análise e interpretação dos dados**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARIANO, S.; MOLARI, B. Igualdade de gênero dos ODM aos ODS: avaliações feministas. **Revista de Administração Pública**, v. 56, n. 6, p. 823-842, 2022.

MARTINS, H. H. T. de S. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289-300, maio/ago. 2004.

MEHMERI, V. R. A Subvalorização do Direito Humano Difuso à Segurança Alimentar no Brasil / Virna Reis Mehmeri - **São Paulo: [s.n.]**, 2022.

MENDONCA, Y. S. M.; BRITTO, M. O. A. Desenvolvimento Sustentável e a Proteção da Vida Terrestre: Uma análise da atuação do Brasil no cumprimento das metas para 2020. **Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental**, [S. l.], v. 11, n. 4, p. 479–495, 2022.

MELO, L. S. A.; BARBOSA, M. de F. N.. Análise dos ODS divulgados nos relatórios de sustentabilidade das empresas com alto potencial poluidor, integrantes do setor de Petróleo, Gás e Biocombustível da B3. **REUNIR Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 77-94, 2023.

MENON, R. A.; STÉFANI, S. R. Desenvolvimento sustentável e a permanência da juventude no meio rural em um município da região centro-sul do Paraná. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, v. 44, n. 2, p. e65400, 28 mar. 2023.

MEYER, J.W.; ROWAN, B. Institutional organizations: formal structure as myth and ceremony. **American Journal of Sociology**, v. 83, n. 2, p. 340-363, 1977.

MIBIELLI, P.; BARCELLOS, F. C. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs): uma avaliação crítica. **Sustentabilidade Em Debate**, v. 5, n.3, 222–244, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.18472/SustDeb.v5n3.2014.11176>>. Acesso em 22/11/2022.>. Acesso em: 22 set. 2023.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 30. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 5. ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1998.

MONTIBELLER-FILHO, G. **O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias**. Florianópolis: UFSC, 2001.

MORGAN, G. **Paradigmas, metáforas e resolução de quebra-cabeças na teoria das organizações**. In: CALDAS, M. P.; BERTERO, C. O. (Coord.) *Teorias das Organizações*. São Paulo: Atlas, 2007. (Parte 1 – Cap.1).

MOYER, J. D.; HEDDEN, S. Are we on the right path to achieve the sustainable development goals? **World development**, v. 127, n. 104749, p. 104749, 2020.

MOZZATO, A. R.; GRZYBOVSKI, D.; FRITZ FILHO, L. F. As relações interorganizacionais na perspectiva da estratégia como prática social. **Cadernos EBAPE BR**, v. 20, n. 2, p. 179–192, 2022.

MUNCK, L. **Gestão da sustentabilidade nas organizações: um novo agir frente à lógica das competências**. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

MUNCK, L.; BANSI, A. C.; GALLELI, B. D.; CELLA-DE-OLIVEIRA, F. A. Em busca da sustentabilidade organizacional: a proposição de um framework. **Revista Alcance** (Online), v. 20, n° 4, p. 31-46, 2013.

MUNCK, L.; SOUZA, R. B. Compreensão do desenvolvimento sustentável em contextos organizacionais a partir do estabelecimento de tipos ideais. **Organizações & Sociedade**, v. 20, n° 67, p. 651-674, 2013.

NAÇÕES UNIDAS. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em:<<https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 22.

NOBRE, M.; AMAZONAS, M. **Desenvolvimento Sustentável: a institucionalização de um conceito**. Brasília: IBAMA, 2002.

NORTH, D. C. **Institutions, Institutional Change, and Economic Performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

NOVAIS, S.; FERNANDES, A. S. A. A Institucionalização do Ensino a Distância no Brasil: o caso da Graduação em Administração na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. **Revista de Ciências da Administração**, v. 13, n. 29, p. 173-201, 2011.

NUNES, M. H. C. **Esforços de institucionalização do planejamento Público no município de São João Del Rei-MG**. 2013. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Administração) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2013.

OPAS, **Histórico da pandemia de COVID-19**. 2023. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>>. Acesso em: 28 de jul. 2023.

PACTO GLOBAL. **A iniciativa. Pacto Global**, 2022a. <<https://www.pactoglobal.org.br/a-iniciativa>>. Acesso em: 15 jun. 22.

PACTO GLOBAL. **Os Dez Princípios. Pacto Global**, 2022b. <<https://www.pactoglobal.org.br/10-principios>>. Acesso em: 15 jun. 22.

PARANÁ. Agência Estadual de Notícias. **Corpo de Bombeiros do Paraná recebe doações para moradores do Rio Grande do Sul**. 14 set. 2023a. Disponível em: <<https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Corpo-de-Bombeiros-do-Parana-recebe-doacoes-para-moradores-do-Rio-Grande-do-Sul>>. Acesso em: 15 set. 2023.

PARANÁ. Agência Estadual de Notícias. **Na maior contratação da história, 47 bombeiras se formam para atuar em todo o Paraná**. 25 mai. 2023b. Disponível em: <<https://www.amese.pr.gov.br/Noticia/Na-maior-contratacao-da-historia-47-bombeiras-se-formam-para-atuar-em-todo-o-Parana>>. Acesso em: 15 ago. 2023.

PARANÁ. Agência Estadual de Notícias. **Paraná declara epidemia de dengue**. 19 abr. 2022a. Disponível em: <<https://www.saude.pr.gov.br/Noticia/Parana-declara-epidemia-de-dengue>>. Acesso em: 11 set. 2023.

PARANÁ. **Constituição do Estado do Paraná**, de 05.10.1989. Curitiba, 1989. Disponível em: <<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/exibirAto.do?action=iniciarProcesso&codAto=9779&codItemAto=97592>>. Acesso em: 15 fev. 22.

PARANÁ. Coordenadoria Estadual de Defesa Civil. **SISDC - Sistema de Defesa Civil – Relatório de Ocorrências**. Curitiba, 2023c. Disponível em: <https://www.sisdc.pr.gov.br/sdc/publico/relatorios/ocorrencias_geral.jsp>. Acesso em: 2 ago. 2023.

PARANÁ. Coordenadoria Estadual de Defesa Civil. **Plano de Contingência Online**. 2023d. Disponível em: <https://www.defesacivil.pr.gov.br/sites/defesa-civil/arquivos_restritos/files/documento/2018-12/PLANODECONTINGENCIAONLINEINFORMATIVO.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2023.

PARANÁ. Corpo de Bombeiros Militar do Paraná. **Plano Estratégico 2017-2025**, 2ª edição, 2017a. Disponível em: <<https://www.bombeiros.pr.gov.br/Pagina/Planejamento-Estrategico>>. Acesso em: 2 fev. 22.

PARANÁ. Corpo de Bombeiros Militar do Paraná. **Comando Geral do CBMPR participa do Fórum Paranaense de Mudanças Climáticas Globais**. 14 ago. 2023. 2023e. Disponível em: <<https://www.bombeiros.pr.gov.br/Noticia/Comando-Geral-do-CBMPR-participa-do-Forum-Paranaense-de-Mudancas-Climaticas-Globais>>. Acesso em: 18 ago. 2023.

PARANÁ. Corpo de Bombeiros Militar do Paraná. **Programa de Desburocratização dos Processos. Lei reduz burocracia para licenciamento e amplia atuação do Corpo de Bombeiros**. 2018a. Disponível em: <<https://www.bombeiros.pr.gov.br/Pagina/Programa-de-Desburocratizacao-dos-Processos>>. Acesso em: 15 ago. 2023.

PARANÁ. Corpo de Bombeiros Militar do Paraná. **SYSBM - Imprensa**. 2023f. Disponível em: <http://www.bombeiroscascavel.com.br/sysbmnew/menu_imprensa/>. Acesso em: 27 ago. 2023.

PARANÁ. **Decreto Estadual nº 7.337 de 11 de jul. 2017**. Curitiba, PR. 2017b. Disponível em: <<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=56657&indice=1&totalRegistros=1&dt=23.10.2018.15.35.45.527>>. Acesso em 07 de abr. 2023.

PARANÁ. **Decreto Estadual nº 7.339 de 08 de jun. 2010**. Curitiba, PR. 2010a. Disponível em: <<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/exibirAto.do?action=iniciarProcesso&codAto=176425#:~:text=Decreto%207337%20-%2011%20de%20Julho%20de%202017,de%20Força-Tarefa%20para%20Resposta%20a%20Desastres%20no%20Paraná>>. Acesso em 07 de abr. 2023.

PARANÁ. **Decreto Estadual nº 4.634 de 12 de Mai. 2020**. Curitiba, PR. 2020. Disponível em: <<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=234399&indice=1&totalRegistros=1&dt=30.8.2023.23.13.45.997>>. Acesso em 17 de abr. 2023.

PARANÁ. **Decreto Estadual nº 12.904 de 30 de Dez. 2022**. Curitiba, PR. 2022b. Disponível em: <<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=278918&indice=1&totalRegistros=9&dt=30.8.2023.23.15.58.639>>. Acesso em 24 de Jun. 2023.

PARANÁ. **Lei Estadual nº 16.544 de 14 de jul. 2010**. Curitiba, PR. : Palácio do Governo. 2010b. Disponível em: <<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=56213&indice=1&totalRegistros=1>>. Acesso em 07 de abr. 2023.

PARANÁ. **Lei Estadual n° 16.575 de 28 de set. 2010.** Curitiba, PR. : Palácio do Governo. 2010c. Disponível em: <<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=56275&indice=1&totalRegistros=1>>. Acesso em 07 de abr. 2023.

PARANÁ. **Lei Estadual n° 19.449 de 5 de abr. 2018.** Curitiba, PR: Palácio do Governo. 2018b. Disponível em: <<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibir&codAto=195736&indice=8&totalRegistros=400&anoSpan=2019&anoSelecionado=2018&mesSelecionado=0&isPaginado=true>>. Acesso em 07 de jan. 2023.

PARANÁ. Polícia Militar do Paraná. **Plano Estratégico 2022-2035**, 2022c. Disponível em: <https://www.pmpr.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-03/2022_03_21_-_portaria_cg_273_-_aprova_o_planejamento_estrategico_da_pmpr_2022-2035.pdf>. Acesso em: 15 jun. 23.

PARANÁ. Secretária de Estado da Segurança Pública. **Plano de Integridade do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná**, 1º edição, 2023g.

PARANÁ. Secretária de Estado da Segurança Pública. **Plano Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas**, 1º edição, 2023h. Disponível em: <https://www.politicassobredrogas.pr.gov.br/sites/depsd/arquivos_restritos/files/documento/2023-06/plano_estadual_de_politicas_publicas_sobre_drogas_2023_-_2026.pdf>. Acesso em: 2 ago. 23.

PEREIRA, F. M. A evolução da teoria institucional nos estudos organizacionais: um campo de pesquisa a ser explorado. **Organizações em Contexto**. São Bernardo do Campo, 2012, Ano 8, n. 16, jul.-dez.

PETTIGREW, A. M. Strategy formulation as a political process. **International Studies of Management & Organization**, v. 7, n. 2, p. 78-87, 1977.

PETTIGREW, A.; THOMAS, R.; Whittington, R. **Strategic management**: the strengths and limitations of a field. In: PETTIGREW, A.; THOMAS, R.;

PICOLOTTO, G. A.; LUIZ FILHO, J. da S. Demanda Hídrica para o Combate a Incêndio em Municípios Paranaenses sede de Grupamentos de Bombeiros ou Subgrupamento de Bombeiros Independentes e o aproveitamento de águas pluviais: Uma alternativa sustentável e eficiente nos períodos de estiagem. **Revista Foco**, [S. l.], v. 16, n. 02, p. e905, 2023. DOI: 10.54751/revistafoco.v16n2-047. Disponível em: <<https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/905>>. Acesso em: 25 set. 23.

PIZZOLATO, J. E. (2004). Coping with conflict: Self-authorship, coping, and adaptation to college in first-year, high-risk students. **Journal of College Student Development**, 45(4), 425-442.

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. **Portaria do Comando-Geral n° 330, de 14 Mar. 2014.** Aprova a Portaria de Ensino da PMPR. Curitiba, 2014a.

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. **Portaria do Comando-Geral nº 759, de 17 Jul. 2014.** Regulamenta os procedimentos envolvendo as militares estaduais gestantes. Curitiba, 2014b.

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. **Portaria do Comando-Geral nº 159, de 07 Mar. 2016.** Institui o Programa de Saúde Preventiva na PMPR. Curitiba, 2016.

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. **Portaria do Comando-Geral nº 1224, de 13 Dez. 2019.** Regula o Serviço de Assistência Religiosa e as atividades de Capelania no âmbito da Polícia Militar do Paraná. Curitiba, 2019.

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. **Portaria do Comando-Geral nº 551, de 24 de Mai. 2021.** Institui a Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral e Sexual na PMPR. Curitiba, 2021.

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. **Portaria do Comando-Geral nº 849, de 23 Set. 2022.** Regula os procedimentos a serem adotados ao militar estadual que tenha como dependente pessoa com deficiência. Curitiba, 2022.

PUOSSO, D. G.; SOUZA, M. C. O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 16 e a Garantia dos Direitos Fundamentais. **Revista do Instituto Brasileiro de Segurança Pública (RIBSP)** - ISSN 2595-2153, [S. l.], v. 3, n. 7, p. 157–169, 2020.

RAEDER, S. T. O.; MENEZES, P. M. A relação entre interdisciplinaridade e a implementação da Agenda 2030. **Parcerias Estratégicas. Brasília - DF**, v. 24, n. 49, p. 9–28, 2019.

QUINELLO, R.; NASCIMENTO, P. T. S. O processo de inovação sob o enfoque institucionalista: um estudo etnográfico na gestão de facilidades de uma montadora do Estado de São Paulo. **RAI - Revista de Administração e Inovação**, v. 6, n. 1, p. 05-29, 2009.

RAMADA, Ó. T.; STEFANI, S. R.; CHIUSOLI, C. L.; PENTEADO, J. A. Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – Um estudo em uma reformadora de pneus a luz da Teoria dos Stakeholders. **Administração de Empresas em Revista**, v. 3, n. 33, p. 521–549, 2023.

RAMIC, H. Relationship Between ESG Performance and Financial Performance of companies: an Overview of the Issue. **University of Lausanne**, 2019.

REED, M.. In Praise of Duality and Dualism: Rethinking Agency and Structure in Organizational Analysis. In: ACKROYD, S.; FLEETWOOD, S. *Realist Perspectives on Management and Organisations*. London: **Routledge**, 2000.

ROCHA, R. V. C. DA; PERITO, B. Z.; LAVARDA, R. A. B. Ações Autônomas que Emergem do Strategizing na Preservação da Cultura e Tradição de um Coletivo de Pescadores Artesanais de Florianópolis – SC. **Organizações & Sociedade**, v. 29, n. 102, p. 481–513, 2022.

ROSSONI, L. **A dinâmica de relações no campo da pesquisa em organizações e estratégia no Brasil: uma análise institucional.** Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal do Paraná. 2006.

RUTHERFORD, I. Use of Models to link Indicators of Sustainable Development. In: Moldan, B.; Bilharz, S. (Eds.) **Sustainability Indicators: Report of the Project on indicators of Sustainable Development Development.** Chichester: **John Wiley & Sons Ltd.**, 1997.

SACHS, I. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SACHS, I. **Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento.** São Paulo: Cortez, 2007.

SACHS, Jeffrey et al. **Sustainable development report 2020.** Cambridge Books, 2021.

SCOTT, W. R. **Institutions and organizations: foundations for organizational science.** London: Sage, 2001.

SILVA, B. S.; QUEIROZ, J. N.; SILVA, R. C.; FRANCISCO, J. R. S. Ações Adotadas pelas Empresas da B3 Alinhadas com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Uma Análise dos Relatórios de Sustentabilidade. **Revista Mineira de Contabilidade**, v. 22, n. 2, p. 37-50, 2021.

SILVA, Enid Rocha Andrade. **Agenda 2030: ODS-Metas nacionais dos objetivos de desenvolvimento sustentável.** Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8855/1/Agenda_2030_ods_metas_nac_dos_obj_de_desenv_susten_propos_de_adequa.pdf. Acesso em: 19/09/2022.

SILVA, F. A. S. da. Contexto Histórico: A ascensão da mulher no Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, [S. l.]**, v. 8, n. 7, p. 540–553, 2022. DOI: 10.51891/rease.v8i7.6236. Disponível em: <<https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/6236>>. Acesso em: 25 jun. 2023.

SILVA, F. C. N. S.; BARRO, S. R. da S. Sinergias entre a Economia Azul e o ODS 14: caminhos para um futuro sustentável. **Revista de Gestão e Secretariado (Management and Administrative Professional Review)**, [S. l.], v. 14, n. 8, p. 13145–13157, 2023.

SOUZA, R. B. **O alinhamento entre sustentabilidade e competências em contexto organizacional.** 2010. 199 f. Dissertação (Mestrado em administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Estadual de Maringá, Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, 2010.

STAKE, R. E. **Métodos: coletando dados.** In _____. **Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam.** Porto Alegre: Penso, 2011, p. 101-117.

STAKE, R. E. **Qualitative case studies**. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), **Strategies of qualitative inquiry**. Thousand Oaks, CA, US: Sage Publications, Inc, 2008.

SUTTON, R. I.; Staw, B. M. **What theory is not**. *Administrative Science Quarterly*; ABI/INFORM Global, 1995.

THELEN, K. Institutional change in advanced political economies. **British Journal of Industrial Relations**, v. 47, n. 3, p. 471-498, 2009.

THORPE, C.; GUNTON, L. Assessing the United Nation's Sustainable Development Goals in academic libraries. **Journal of librarianship and information science**, v. 54, n. 2, p. 208–215, 2022.

TOLBERT, P. S.; ZUCKER, L. G. A Institucionalização da Teoria Institucional. In: Clegg, Stewart R.; HARDY, Cynthia; NORD, Walter R. (Orgs.); CALDAS, Miguel; FACHIN, Roberto; Fischer, Tânia (Orgs.); **Handbook de Estudos Organizacionais**. São Paulo: Atlas, 2007.

UNEP. **Marco Histórico**. Disponível em: <<https://www.unep.org/pt-br/news-and-stories/story/environmental-moments-un75-timeline>>. Acesso em: 9 jul. 22.

VAN MARREWIJK, M. Concepts and Definitions of CSR and Corporate Sustainability: Between Agency and Communion. **Journal of Business Ethics**, v. 44, n. 2-3, p. 95-105, 2003.

VAN MARREWIJK, M. The Cubrix, an Integral Framework for Managing Performance Improvement and Organisational Development. **Journal of Technology and Investment**, vol. 1, no. 1, p. 1-13, 2010.

VAN MARREWIJK, M.; WERRE, M. Multiple levels of corporate sustainability. **Journal of Business Ethics**, Dordrecht, v. 4, n. 2-3, p. 107-119, May, 2003

VENTURA, E. C. F. **Dinâmica de institucionalização de práticas sociais**: um estudo da responsabilidade social no campo das organizações bancárias. 2005. Tese (Doutorado em Administração) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, São Paulo, 2005.

WHETTEN, D. O que constitui uma contribuição teórica?. **Revista de Administração de Empresas**, v. 43, n. 3, p. 69-73, 2003.

WHITTINGTON, R. Completing the practice turn in strategy research. **Organization Studies**, v. 27, n.5, p. 613-634, 2006.

WHITTINGTON, R. Estratégia após o modernismo: recuperando a prática. **Revista de Administração de Empresas**, v.44, n.4, p. 44-53, 2004.

WHITTINGTON, R. Estratégia após o modernismo: recuperando a prática. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 44, n. 4, p. 44-53, Set. 2004.

WHITTINGTON, R. Handbook of Strategy and Management. **England: Sage**, 2002. Cap. 1, p. 3-30.

WHITTINGTON, R. O que é estratégia - e ela realmente importa? In: Whittington, R. O que é estratégia. **São Paulo: Thomson**, 2002. Cap. 1, p. 1-10.

WHITTINGTON, R. Strategy as practice. **Long Range Planning**, v.29, n.5, p.731-735, 1996.

WHITTINGTON, R. Teorias sobre estratégia. In: Whittington, R. O que é estratégia. **São Paulo: Thomson**, 2002. Cap. 2, p. 11-47.

WHITTINGTON, R. The work of strategizing and organizing: for a practice perspective. **Strategic organization**, v. 1, n. 1, p. 119- 127, 2002.

WHITTINGTON. R. Strategy as practice. **Long Range Planning**, v. 29, n. 5, p. 731-735, 1996.

YIN, R.K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. (5.ed. C.M. Herrera, Trad.) Porto Alegre, RS: Bookman Editora Ltda, 2015.

APÊNDICE A

APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

Prezado (a) entrevistado (a),

Sou mestrando do curso de Mestrado Profissional em Administração da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO, e esta pesquisa está sob a orientação do Professor Doutor Marcos de Castro.

Sua contribuição é de extrema importância para o desenvolvimento da pesquisa, que tem como objetivo identificar as práticas e ações sustentáveis existentes no Corpo de Bombeiros Militar do Paraná, e definir o nível de sustentabilidade que se encontra a organização.

Comprometo-me a encaminhar, após o término do estudo, cópia com as conclusões para cada participante da pesquisa que assim desejar. Ademais, reitero o compromisso de não identificar no trabalho o respondente desta entrevista, a fim de preservar seus dados específicos.

Agradeço a colaboração, pois sua participação é fundamental para o desenvolvimento deste estudo. Coloco-me à disposição para eventuais esclarecimentos.

Respeitosamente,

Joel da Silva Luiz Filho

jfilhobm@gmail.com

42 9 9919-9893

APÊNDICE B
DIÁRIO DE CAMPO

1. DADOS DA ENTREVISTA

Unidade Corpo de Bombeiros / Cidade: _____

Data: ____/____/____

Hora: _____

Duração da gravação: _____

Forma: () Presencial () Online

2. DADOS DO Entrevistado

Nome: _____

Cargo que desempenha: _____

Tempo de serviço: _____

Tempo que trabalha na unidade: _____

Formação Acadêmica: _____

3. PECULIARIDADES OCORRIDAS NA ENTREVISTA

APÊNDICE C

ROTEIRO DA ENTREVISTA

Categoria de Análise Sustentabilidade

Categoria	Subcategorias	Definição Conceitual	Definição Operacional
Sustentabilidade	ODS	A Agenda 2030 é um acordo histórico sobre o desenvolvimento sustentável mundial. Trata-se de um plano de ação para o período compreendido de 2015 a 2030, composto por 17 objetivos e 169 metas, com um apelo global à ação para acabar com a pobreza, garantir paz e prosperidade as pessoas e proteger o meio ambiente e o clima (Halle e Wolfe, 2016) (Pacto Global, 2022a)	1.Você conhece os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável propostos pela ONU? 2. A sua unidade possui práticas para adesão e contribuição aos ODS?
	Pilar Social	Aborda os impactos sociais gerados pelas inovações dentro e fora da organização. São tratados assuntos relativos às necessidades básicas, como alimentação, saúde, educação, cidadania, desigualdade social (Elkington, 2011; Sachs, 2007).	3. Existe alguma prática, ação, estratégia ou programas voltados à sustentabilidade social, que tratam das condições de trabalho, das demandas pessoais dos bombeiros-militares ou da sociedade em que a unidade está inserida? Explique?
	Pilar Ambiental	Trata do capital natural de uma organização ou sociedade. São expressas tarefas para manter o ecossistema capaz de fornecer seus recursos para sobrevivência humana, devendo ser preservado, ampliado sua capacidade de fornecimento de recursos e se atentando para a absorção de resíduos gerados, minimizando os impactos gerados ao meio ambiente (Elkington, 2011)	4. No aspecto ambiental quais seriam as contribuições para o desenvolvimento sustentável do planeta?
	Pilar Governança	Relacionado às esferas administrativas e de gestão da organização, considerando a independência e diversidade do conselho, política de remuneração, transparência e ética. Busca garantir as melhores práticas para que nenhuma das partes seja prejudicada (Ramic, 2019)	5. Como é tratada a perspectiva de governança relacionada à sustentabilidade? Existe transparência, ética e combate à corrupção?

Fonte: Adaptado de Cappellari et al. (2021)

Categoria de Análise Estratégia como Prática Social

Categoria	Subcategorias	Definição Conceitual	Definição Operacional
Estratégia como Prática Social	Práticas	Práticas são procedimentos comportamentais, cognitivos, discursivos, motivacionais, rotinas, processos, ferramentas pelo qual o trabalho estratégico é executado (Jarzabkowski e Spee, 2009)	<p>6. Em sua opinião o CBMPR e sua unidade consideram a sustentabilidade como parte da estratégia?</p> <p>7. O CBMPR e sua unidade elaboraram e disseminaram regras para orientar os bombeiros em relação à sustentabilidade?</p> <p>8. Existem políticas e procedimentos específicos para trabalhar com a sustentabilidade no CBMPR e na sua unidade?</p> <p>9. Você já participou de algum evento, treinamento realizado pelo CBMPR ou por sua unidade divulgando práticas relacionadas ao desenvolvimento sustentável?</p>
	Práxis	<p>A palavra grega ‘práxis’ remete à atividade real, o que realmente é praticada (Whittington, 2006)</p> <p>A estratégia é criada, desenvolvida e executada por pessoas, logo o comportamento humano é essencial para entender uma organização, e por esse prisma a estratégia é percebida como prática social (Whittington, 2006)</p>	<p>10. Como surgiu a ideia de implantar ações de sustentabilidade na unidade?</p> <p>11. A inserção da sustentabilidade se deu por alguma pressão interna ou externa? Explique.</p> <p>12. A unidade busca se assemelhar com as demais que possuem este tipo de comportamento?</p> <p>13. Como são executadas essas práticas sustentáveis?</p> <p>14. O que essas práticas têm contribuído com a sociedade e o meio ambiente?</p>
	Atores	O comportamento das pessoas está inserido em uma rede de relações sociais, e fatores como formação educacional e profissional, família, estado, religião, origem étnica, valores podem influenciar na tomada de decisões. Para o autor os atores sociais não são indivíduos imparciais, calculistas, mas pessoas enraizadas em sistemas sociais (Whittington, 2002)	<p>15. Quem são os principais atores envolvidos na implantação desta temática?</p> <p>16. Como é a aceitabilidade das práticas sustentáveis pelos bombeiros-militares? Existem resistências?</p> <p>17. Como você vê o futuro da sustentabilidade no CBMPR?</p> <p>18. Você considera que existe engajamento dos Gestores da sua unidade pela busca do desenvolvimento sustentável, contribuindo assim com os ODS?</p>

Fonte: Adaptado de Alves (2012) e Cappellari *et al.* (2021)

Categoria de Análise Níveis de sustentabilidade

Categoria	Subcategorias	Definição Conceitual	Definição Operacional
Níveis de sustentabilidade	Pré-sustentabilidade	Momento em que não existe uma sustentabilidade propriamente dita, sendo respostas a motivações externas como legislações atinentes ao tema. (MARREWIJK, 2010)	19. No seu entendimento a sustentabilidade só existe no CBMPR para cumprir alguma exigência externa?
	Sustentabilidade organizacional baseada no Compliance	As organizações entendem a sustentabilidade como uma obrigação, um dever legal. Neste estágio o senso de dever moral existe, podendo existir ações decorrentes de caridade. (MARREWIJK, 2010)	20. Para você a sustentabilidade no CBMPR é entendida como dever legal, sendo verificadas algumas ações isoladas decorrentes de um dever moral?
	Sustentabilidade organizacional por resultados	As estratégias e ações são baseadas em lucro, sendo a sustentabilidade tratada como um negócio, resultando em uma boa imagem institucional. (MARREWIJK, 2010)	21. Em sua opinião a sustentabilidade é tratada como um negócio, possibilitando uma melhoria na imagem e reputação do CBMPR?
	Sustentabilidade organizacional Conservadora	Procura equilibrar as preocupações econômicas, sociais e ambientais, demonstrando uma responsabilidade social, sem agir somente no cumprimento de obrigações e visando lucros (MARREWIJK, 2010)	22. Você acredita que as iniciativas sustentáveis do CBMPR vão além da conformidade legal e do objetivo da lucratividade tratando igualmente os aspectos sociais, ambientais e econômicos?
	Sustentabilidade organizacional Sinérgica	Adota o desenvolvimento sustentável como peça chave para o progresso, criando valor econômico, social e ecológico. Objetivo é ganhar em conjunto (MARREWIJK, 2010)	23. Você entende que existe uma iniciativa em todas as áreas do CBMPR, para incorporar questões sustentáveis nas práticas, por considerar um ponto crucial para progredir no longo prazo?
	Sustentabilidade organizacional Holística	A Sustentabilidade é tratada como uma responsabilidade universal, estando totalmente integrada e incorporada na organização, demonstrando que cada indivíduo possui responsabilidades com as gerações futuras. (MARREWIJK, 2010)	24. Você acredita que a responsabilidade social, ambiental e econômica é uma preocupação constante do CBMPR, visando à qualidade para gerações futuras e continuação da vida?

Fonte: Adaptado de Cappellari *et al.* (2021)

APÊNDICE D

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu _____, RG nº _____, estou sendo convidado (a) a participar de um estudo intitulado: **Os objetivos do desenvolvimento sustentável pela Abordagem da Estratégia como Prática Social – Um estudo no Corpo de Bombeiros Militar do Paraná**, cujo objetivo é compreender as práticas organizacionais voltadas para a sustentabilidade e definir o nível de sustentabilidade no Corpo de Bombeiros.

Sei que para o avanço da pesquisa a participação de voluntários é de fundamental importância. Caso aceite participar desta pesquisa, eu responderei a um questionário/entrevista elaborado pelos pesquisadores.

Estou ciente de que minha privacidade será respeitada, meu nome e qualquer outro dado confidencial serão mantidos em sigilo. A elaboração final dos dados será feita de maneira codificada, respeitando a ética da confidencialidade.

Estou ciente de que posso me recusar a participar do estudo ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, nem sofrer qualquer dano.

Os pesquisadores envolvidos com o referido projeto são: Prof. Dr. Marcos de Castro (orientador), Prof. Dr. Silvio Roberto Stéfani (Co-orientador) e Joel da Silva Luiz Filho (acadêmico), com quem poderei manter contato pelo telefone (42) 9 9919-9893.

Estão garantidas todas as informações que eu queira saber antes, durante e depois do estudo. Li, portanto, este Termo, fui orientado (a) quanto ao teor da pesquisa acima mencionada e compreendi a natureza e o objetivo do estudo para o qual fui convidado a participar.

Concordo, voluntariamente em participar desta pesquisa, sabendo que não receberei nem pagarei nenhum valor econômico por minha participação.

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador

APÊNDICE E

OBSERVAÇÕES NÃO PARTICIPANTE

Ações sustentáveis realizadas no CBMPR

Observações não participante	OBM
Coleta seletiva de lixo	
Separação de lixo orgânico e lixo reciclável	
Participação na restauração e proteção de ecossistemas relacionados com a água	
Captação de água pluvial	
Reutilização de água para lavagem da edificação e viaturas	
Reutilização de água para reabastecimento dos caminhões de incêndio	
Controle de coleta, armazenamento e destino de óleos e combustíveis derivados de petróleo oriundos de viaturas e equipamentos	
Controle de coleta, armazenamento e destino de óleos de cozinha	
Controle de coleta, armazenamento e destino dejetos de animais e produtos veterinários.	
Controle de coleta, armazenamento e destino de baterias automotivas, pneus e equipamentos de comunicações	
Controle de coleta, armazenamento e destino de pilhas e lâmpadas	
Controle de coleta, armazenamento e destino resíduos laboratoriais e hospitalares	
Local destinado e adequado para limpeza de viaturas utilizadas no atendimento pré-hospitalar	
Local destinado e adequado para limpeza e manutenção de viaturas em geral	
Utilização de fontes de energia renováveis, limpa (painéis fotovoltaicos ou outras)	
Incentivo ao conceito de Economia Circular	
Incentivo para diminuição da geração de produtos recicláveis e descartáveis	
Incentivo para reaproveitamento de papel, utilização de papel reciclado e outros itens recicláveis	
Incentivo de consumo de produtos biodegradáveis	
Utilização de objetos sustentáveis na edificação visando economia de água potável (torneiras e descargas com baixo consumo de água e automáticos)	
Aquecimento solar da água de piscinas, tanques de mergulho, quando for o caso	
Utilização de objetos sustentáveis na edificação visando economia energética. (Aparelhos eletrônicos e eletrodomésticos com selo Procel, com melhor eficiência energética, e lâmpadas.	
Utilização de objetos sustentáveis na edificação visando menor geração de resíduos e consumo (Localização, áreas verdes, telhas e tintas térmicas, cores das paredes, ventilação e luminosidade por janelas)	
Incentivo de caronas veiculares solidárias	
Incentivo de reuniões remotas utilizando recursos tecnológicos	
Seleção de fornecedores alinhados com a sustentabilidade	
Existência de espaço destinado a atividades físicas	
Existência de espaço destinado a reabilitação física e mental	
Existência de espaço religioso	
Incentivo à educação, aperfeiçoamento técnico e evolução cultural dos bombeiros	
Incentivo à educação, cidadania, aperfeiçoamento técnico e profissional, evolução da sociedade	
Incentivo à igualdade de gêneros	
Incentivo à participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades	
Campanhas sociais de arrecadação de comidas, roupas, cobertas, brinquedos e similares envolvendo a comunidade	
Programas voltados à qualidade de vida, hábitos religiosos, saúde física e mental dos bombeiros	
Programas voltados à qualidade de vida, hábitos religiosos, saúde física e mental dos bombeiros aos familiares dos bombeiros	
Programas voltados à qualidade de vida, hábitos religiosos, saúde física e mental da população em geral	
Transparência e acesso público as informações relacionadas a gestão	
Fortalecimento do Estado de Direito e acesso à justiça a todos	
Parcerias eficazes nos âmbitos públicos, público-privados, privados e da sociedade civil	

Fonte: Elaborado pelo autor

APÊNDICE F
AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA NO CBMPR



ESTADO DO PARANÁ
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
GABINETE DO COMANDO

Despacho
Referência: 20.470.420-1

Ciente.

2. Autorizo, com base na PORTARIA do Comando-Geral nº 874, de 20 de outubro de 2021, o Cap. QOBM Joel Da Silva Luiz Filho, RG 9.888.619-2, a realizar pesquisa nas unidades do Corpo de Bombeiros conforme projeto de pesquisa em anexo.

3. Encaminhe-se ao 12º GB, via 3º CRBM, para dar ciência ao requerente.

Curitiba, 29 de maio de 2023.

Assinado Eletronicamente
Coronel QOBM Manoel Vasco de Figueiredo Junior,
Comandante-Geral do CBMPR .

1 de 1

Assinatura Avançada realizada por: Cel. Qobm Manoel Vasco de Figueiredo Junior (XXX.278.339-XX) em 30/05/2023 14:41 Local: CCB/CHEM. Inserido ao protocolo 20.470.420-1 por: Sd. Opm 2-0 Carlos Eduardo Lopes Reis de Campos em: 29/05/2023 09:04. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:

APÊNDICE G

RESUMO EXECUTIVO



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO



OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA ÓTICA DA ABORDAGEM DA ESTRATÉGIA COMO PRÁTICA SOCIAL: Um Estudo de Caso no Corpo de Bombeiros Militar do Paraná

Mestrando: Joel da Silva Luiz Filho
Orientador: Prof. Dr. Marcos de Castro
Coorientador: Prof. Dr. Silvio Roberto Stéfani

1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Este resumo executivo apresenta as potencialidades de aplicação e utilização dos resultados da referida pesquisa na formatação da estratégia do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná em relação à sustentabilidade. Portanto, inicialmente são apresentados os objetivos do estudo, uma breve contextualização do arcabouço teórico utilizado e a síntese do método que guiou a sua realização.

Uma breve introdução ao quesito sustentabilidade remonta ao processo histórico de industrialização e a interação desmedida do homem com o meio ambiente, que provocaram danos irreparáveis nos ecossistemas, gerando mudanças climáticas e um aumento significativo da frequência e magnitude dos eventos extremos. Ainda como resultado social acarretou na precarização do trabalho, desigualdades, desempregos e problemas socioespaciais, como violência, mortalidade, crimes, fome, ausência de saneamento básico, precariedade da saúde e educação.

Desta maneira a discussão sobre o desenvolvimento sustentável está em voga nos círculos empresariais, governamentais, acadêmicos e políticos, tornando-se mais rigorosos os critérios e parâmetros de preservação e sustentabilidade estabelecidos pela sociedade, visando reverter estes resultados negativos, prevenindo riscos, mitigando as vulnerabilidades sociais para proporcionar um futuro adequado às próximas gerações.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO



No ano de 2015, a Organização das Nações Unidas deliberou uma nova agenda de desenvolvimento sustentável, denominada Agenda 2030, propondo aos países membros 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) desdobrados em 169 metas, mesclados e equilibrados nas dimensões econômica, social e ambiental, cabendo a cada signatário estabelecer estratégias para contribuir com o planeta e sociedade.

A estratégia é criada, desenvolvida e executada por pessoas, sendo percebida como prática social, um nexos entre as práticas (rotinas, procedimentos), *práxis* (atividade real) e praticantes (atores envolvidos), possibilitando compreender os fenômenos e contextos sociais de uma organização.

Nesta esteira, os estudos da estratégia organizacional dedicam-se a compreensão dos processos que levam à mudança organizacional em longo prazo, considerando suas origens, elementos constitutivos e implicações teóricas e práticas.

Sendo assim, o objetivo geral do estudo foi investigar as práticas e *práxis* sustentáveis realizadas pelo Corpo de Bombeiros Militar do Paraná, correlacionando com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, estabelecendo os atores envolvidos e aferindo o nível de sustentabilidade organizacional, com base nos pressupostos e conceitos da estratégia como prática social.

Para tanto, adotou-se uma abordagem qualitativa, sendo realizadas entrevistas semiestruturadas, consistindo em perguntas abertas, com roteiro pré-definido, não rígido, e desenvolvido a partir das teorias estudadas. As entrevistas foram realizadas com 23 bombeiros militares nas sedes das unidades operacionais, Comandos Regionais e no Comando-Geral, abrangendo todas as regiões do Estado, atingindo diversas culturas, características e realidades locais, o que permitiu analisar padrões de sustentabilidade na instituição.

Ainda durante as visitas nos quartéis foi preenchido um diário de campo com as observações diretas não participantes, obtendo aspectos relevantes de cada local, possibilitando compreender da realidade em que se examinam os fenômenos, pois a complexidade cultural que compõe a sociedade paranaense resulta em demandas variadas, com raízes e soluções distintas.



2 RELEVÂNCIA TEÓRICA E PRÁTICA

Em razão da exiguidade de estudos acadêmicos que se destinam a produzir conhecimentos necessários ao Corpo de Bombeiros, esta pesquisa ao investigar práticas e práxis de gestão nas dimensões da sustentabilidade, preenche uma lacuna teórica no tema desenvolvimento sustentável, em um contexto inédito, não explorado e contemporâneo.

Na perspectiva prática, a pesquisa aborda a Estratégia como Prática Social e Teorias relacionadas à sustentabilidade em um caso real, fornecendo *insights* sobre ações e estratégias que poderão ser replicadas na organização ou fora dela, e prospecta pesquisas futuras para o desenvolvimento da organização.

Os resultados deste estudo reforçaram a necessidade de aumentar o engajamento das organizações públicas e privadas com a sustentabilidade, demonstrando a necessidade de melhor conhecer seus processos administrativos e procedimentos operacionais, e adequar suas estratégias, políticas e práticas voltadas ao desenvolvimento sustentável.

Com essa conscientização será possível diminuir os impactos ambientais, aumentar a valorização do ser humano e adequar os aspectos econômicos e de governança, contribuindo assim para um ambiente mais saudável, não comprometendo às gerações futuras.

A identificação de um portfólio de práticas e práxis sustentáveis do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná, bem como em quais metas e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável entabulados na Agenda 2030 da ONU a organização está contribuindo, é fundamental para o delineamento da estratégia institucional.

Insta ressaltar o aumento no rigor das legislações, nas dimensões ambiental e social, bem como os reflexos econômicos decorrentes de eventos extremos cada vez mais recorrentes, como a forte estiagem que assolou o Estado do Paraná em 2021, vendavais, enchentes e alagamentos, epidemia da dengue e a pandemia mundial de COVID-19, impondo aos órgãos públicos e privados preocupações de ordem legal, estratégica e operacional. Nesse sentido o Governo do Paraná estabeleceu políticas públicas incentivando a constituição de um sistema sustentável, fomentando as secretarias e órgãos estatais a buscarem o desenvolvimento sustentável.



3 CONTRIBUIÇÕES PARA ORGANIZAÇÃO ESTUDADA

Este tópico aborda os principais resultados da pesquisa sendo ainda tecidos alguns comentários indicando oportunidades de melhoria no Corpo de Bombeiros Militar do Paraná, alguns desafios relacionados ao desenvolvimento sustentável e sugestões para estudos futuros.

Nestes 111 anos de existência, o CBMPR se destacou pelos serviços prestados à sociedade, com a preservação de bens, do meio ambiente e de vidas. As unidades operacionais estão estrategicamente distribuídas em 68 municípios do Estado do Paraná, possibilitando um atendimento direto a mais de 70% da população, o que totalizou 104.615 ocorrências no ano de 2022.

Considerando que as unidades operacionais do CBMPR acumulam e executam as atribuições de Coordenadoria Regional de Defesa Civil no Estado do Paraná, esta atuação é ampliada aos 399 municípios, sendo coordenada a prevenção, preparação, resposta e recuperação de eventos extremos e situações que atingem as classes mais vulneráveis.

O Plano Estratégico 2017-2025 demonstra a preocupação com a temática, sendo definida como missão institucional a proteção da vida, meio-ambiente, patrimônio e a promoção de um desenvolvimento social responsável. Ainda vislumbra se tornar excelente na prestação de serviços de bombeiro à sociedade com foco no desenvolvimento sustentável. Porém durante a análise de conteúdo e triangulação das evidências coletadas nota-se a inexistência de metas e indicadores avaliativos específicos ao desenvolvimento sustentável.

Percebe-se que o CBMPR possui um portfólio de práticas e práxis voltadas à sustentabilidade, que visam à preservação do meio ambiente, da sociedade e uma governança transparente e eficiente, sendo identificadas contribuições aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, e correlacionadas essas ações com as metas previstas na Agenda 2030. Esta pesquisa explorou e analisou estas práticas e práxis sustentáveis em um nível micro, a estratégica individual ou única experiência de cada local. Mas teve como foco o nível macro, explicando padrões da organização, categorizando ações reiteradas e voltadas ao desenvolvimento sustentável.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO



Dentre as ações desenvolvidas e apoiadas no quesito ambiental se destacam: Separação do lixo orgânico e reciclável; Separação e destinação correta de óleo de cozinha; Projetos para captação de água pluvial visando à reutilização e auxiliando na economia de água potável para fins que não sejam o consumo humano; Tratamento e destinação dos resíduos gerados pela limpeza de viaturas e materiais infectantes; Controle, coleta, armazenamento e destinação de itens específicos que necessitam atenção por gerar inúmeros malefícios à natureza e saúde humana, como pilhas, baterias, lâmpadas fluorescentes; Incipiente na utilização de energia renovável como painéis solares; Utilização de eletrodomésticos e eletrônicos com melhor eficiência energética; Incentivo a reuniões remotas e caronas solidárias; Atendimento de ocorrências decorrentes das mudanças climáticas em nível internacional; Prevenção de desastres; Aquisição de equipamentos com maior tecnologia para economia de água; Implantação de sistemas para confecção e tramitação de documentos diminuindo o consumo de papel; Estudo para viabilização de análise de projetos e lançamentos do resultado de vistorias digitalmente, não necessitando de documentação física; Fiscalizações em edificações e áreas de risco; Participação de ações para proteção e preservação de ecossistemas terrestres e marinhos; Execução da Operação de Prevenção e Combate à Incêndio Florestal Quati João; Participação no Programa de Prevenção de Incêndios na Natureza – PREVINA; Participação do Plano de Ação Interinstitucional – Pacto pela Mata Atlântica.

No quesito de Governança foi verificada uma estrutura bem formatada e institucionalizada, se destacando o Programa de Integridade e Compliance do CBMPR, identificando riscos, classificando e propondo ações para minimização e eliminação de possíveis desvios e situações críticas. A instituição possui uma robusta legislação aplicada ao público interno, visando à identificação, apuração, correção e punição de situações contrárias à ética e normas. No âmbito externo foi observada uma constante atualização das Leis, Decretos, Portarias, para proporcionar mais celeridade, eficiência, segurança e economia aos utilizadores de seus serviços. No item transparência é possível verificar diversas informações como licitações, salários no Portal da transparência do Estado do Paraná, e ainda integra o Sistema Integrado para Gestão de Ouvidorias do Estado do Paraná, recebendo denúncias, críticas, reclamações, dúvidas e elogios.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO



No quesito social, as ações que causam impactos favoráveis nos sistemas sociais são: Campanhas sociais de arrecadação de comida, roupas, cobertas, brinquedos, materiais de higiene pessoal, água, entre outros, existindo parcerias com outras organizações e atuando como polo receptor na maioria dos casos, executando processos logísticos de separação e destinação as classes vulneráveis; Programa Bombeiro Mirim; Programa Surf Salva; Programa Brigadas Escolares; Programa Melhor Idade; Programa PRUMUS para atendimento psicológico; Programa Saúde Preventiva; Promoção de eventos como corrida, passeio ciclístico com fundo social; Atuação direta no combate a epidemias como a Dengue; Estruturas para manutenção e melhoria da saúde física, psíquica e social dos bombeiros, como academia, piscina, atendimento psicológico, dentista, Hospital destinado aos militares estaduais e familiares, fisioterapia, espaço destinado a fé; Incentivo ao aperfeiçoamento técnico-profissional constante com um Sistema de Ensino com diversos tipos e níveis de cursos; Igualdade de gêneros e paridade salarial no plano de carreira; Participação em Campanhas sociais de prevenção no trânsito, prevenção a suicídios, entre outros; Coordenação dos Planos de Auxílio Mútuo – PAM; Palestras diversas à população, escolas, empresas visando a difusão do conhecimento, princípios, valores e segurança;

Também compôs os objetivos deste trabalho a compreensão e análise destas práticas e práxis sustentáveis à luz da Teoria da Estratégia como prática social. Os achados demonstram a formatação de uma estratégia sustentável, porém fragilizada por uma carência na difusão e nivelamento do conhecimento entre seus integrantes. De maneira mais específica, os dados qualitativos evidenciam que os atores envolvidos realizam as atividades sem a total consciência conceitual e não correlacionam ao tema desenvolvimento sustentável. Ainda os 23 entrevistados afirmaram que nunca participaram de eventos e treinamentos realizados pelo CBMPR sobre o tema.

É possível inferir que essa limitação se deve à amplitude da organização, que conta com 2.845 bombeiros militares, demonstrando que o assunto deve ser trabalhado de maneira contínua para ser internalizado e reconhecido pelos indivíduos, gerando este nexo de causalidade, ou seja, um vínculo fático que liga o efeito à causa, o que fortalecerá a estratégia do CBMPR.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO



Essa pode ser considerada uma das principais contribuições deste estudo, sendo uma oportunidade do CBMPR evoluir no tema sustentabilidade, e para isso necessita realizar ações internas para promover a sustentabilidade em conceito.

Na percepção dos entrevistados o déficit de efetivo e o acúmulo de funções estão entre os principais motivos para sustentabilidade não estar mais presente na Corporação, com um engajamento maior dos bombeiros. A defasagem de pessoal atinge 37%, prejudicando diretamente a execução das atividades fim, e deixando as atividades meio que englobam a sustentabilidade em segundo plano. Outros fatores apontados foram os custos elevados para implantação e manutenção de tecnologias sustentáveis, estruturas dos quartéis antigas, e ausência de determinações impositivas com fiscalizações.

A investigação e análise permitiram aferir o nível de sustentabilidade organizacional pela Matriz de sustentabilidade proposta por Marcel Van Marrewijk. O CBMPR foi classificado no patamar denominado Sustentabilidade Organizacional por resultados, pois são cumpridas as legislações, as exigências externas, entendendo a sustentabilidade como um dever legal. Foi verificado o dever moral, com inúmeras ações sustentáveis e voluntárias, que geram benefícios às gerações atuais e futuras, contribuindo com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Evidenciou-se que os aspectos sociais, ambientais e de governança estão presentes e integrados, e que muitas práticas e práxis são executadas desde que cumprido critérios que contribuam financeiramente, tragam benefícios, melhor reputação e visibilidade à Corporação.

Evidente que os conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável não foram esgotados nesta discussão, sendo possível a análise por outros arcabouços teóricos, que demonstrarão resultados complementares para o entendimento da estratégia.

Outra possibilidade é a investigação da percepção da sociedade e outras organizações sobre o desenvolvimento sustentável do CBMPR, que identificará outros atores não mencionados nesta pesquisa, e detalhes das práticas e práxis executadas, enriquecendo a compreensão do fenômeno.

Considerando a característica mutável das organizações um estudo longitudinal permitirá analisar as variações dos resultados encontrados no decurso do tempo, e demonstrará a evolução ou retrocesso do CBMPR em relação à sustentabilidade.



4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este resumo executivo buscou apresentar a relevância prática do estudo, bem como, as contribuições para o CBMPR. A organização possui um papel fundamental na sociedade, exercendo atividades de preservação da vida, patrimônios e manter a ordem e salubridade pública.

A Corporação possui uma excelente credibilidade perante a sociedade, sendo a instituição com o maior Índice de Confiança Social (ICS) conforme pesquisa realizada anualmente pelo instituto brasileiro de pesquisas de mercado IPEC, elevando a responsabilidade e necessidade de uma prestação de serviço com qualidade. Como instituição afetada pelos princípios da gestão pública tem o dever de boa administração, devendo executar suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, atingindo assim o princípio da eficiência.

Assim, diante de tais constatações, este resumo executivo buscou compilar informações relevantes para auxiliar na formatação da estratégia voltada a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável. Os resultados permitem uma discussão conceitual do tema, uma familiarização com o assunto, uma conscientização sobre a importância do tema às gerações futuras, e um incentivo a operacionalização de tais ensinamentos, favorecendo a perpetuação das práticas e práxis sustentáveis em âmbito interno, como sendo um exemplo para outras organizações públicas e privadas, e sociedade em geral.